SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DÉBORAH EVELLYN IRINEU PEREIRA

GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS: O PENSAMENTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

GOIÂNIA
2019

TERMO DE CIENCIA E DE AUTORIZAÇAO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Título do trabalho: GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS: O PENSAMENTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2] Data: 23/ 01 / 2020

Versão atualizada em setembro de 2017.

DÉBORAH EVELLYN IRINEU PEREIRA

GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS: O PENSAMENTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cristina da Silva.

Área de concentração: Natureza e produção do espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica socioespacial.

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira, Déborah Evellyn Irineu
GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS: O PENSAMENTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS [manuscrito] / Déborah Evellyn Irineu Pereira. - 2019.
225 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2019.

1. Geografia agrária.. 2. Produção acadêmica. . 3. História do pensamento geográfico. . I. Silva, Ana Cristina da , orient. II. Título.

CDU 911.3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE *DÉBORAH EVELLYN IRINEU PEREIRA*

Aos 31 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove (**2019**), a partir das 14h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de ***DÉBORAH EVELLYN IRINEU PEREIRA***, intitulada: "*GEOGRAFIA AGRÁRIA EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (1995 – 2015)*". A Banca Examinadora foi composta, conforme **Portaria** n. ° **074/2019** da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Ana Cristina da Silva** (Orientadora), **Manoel Calaça** (Membro Titular Interno) e **Dimas Moraes Peixinho** (Membro Titular Externo). As examinadoras arguiram na ordem citada, tendo a candidata respondido satisfatoriamente. Às 14:00h horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata obtido os seguintes resultados:

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva (Presidente) – Ass. Ana Cristina da Silva
Aprovada (X) Reprovada ( )
Prof. Dr. Manoel Calaça – Ass. _____
Aprovada (X) Reprovada ( )
Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho – Ass. _____
Aprovada (X) Reprovada ( )

Resultado final: Aprovada (X) Reprovada ( )

Houve alteração no Título? Sim (X) Não ( )
Em caso afirmativo, especifique o novo título: Geografia e geógrafos: o pensamento da geografia agrária nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG
Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria: Luana de Castro

GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS: O PENSAMENTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. ANA CRISTINA DA SILVA

PROF. DR. DIMAS MORAES PEIXINHO

PROF. DR. MANOEL CALAÇA

Ao Theo,

fonte de alegria e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esse trabalho é imprescindível que eu agradeça todos e todas que me incentivaram a desenvolver essa pesquisa. É preciso reconhecer o apoio daqueles que não me deixaram abater diante da realidade que é posta. Todos os percalços e desafios só foram enfrentados e superados porque pude contar com a solidariedade, companheirismo e compreensão de muitos.

Gostaria de agradecer a UFG, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, pela oportunidade de aprender, de ter contato com leituras e pensamentos que ajudaram a formar a profissional que sou hoje. Agradeço aos funcionários e à direção. Serão sempre lembrados pela competência e prestatividade.

Aos professores e às professoras, em especial aos professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Manoel Calaça, pelas importantes contribuições no Exame de Qualificação.

À Professora Ana Cristina da Silva, pela eupatia e compromisso durante todo o percurso trilhado.

À Karine, Jamylle, Ângela e Helena, mulheres incríveis, que me ensinaram o poder da amizade.

Aos meus camaradas do Partido Comunista do Brasil, pelo apoio incondicional, em especial aos militantes da gloriosa União da Juventude Socialista.

Por fim, agradeço de forma muito carinhosa à minha família, pelo acolhimento nos momentos difíceis e por acreditar em mim.

RESUMO

Com o intuito de contribuir para o campo de investigação relacionado à história do pensamento geográfico, procurou-se, nessa dissertação, fazer uma análise da geografia agrária em Goiás, a partir das dissertações e teses elaboradas pelos três Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG): no Instituto de Estudos Socioambientais, na Regional Catalão e a Regional Jataí, no período de 1995 a 2015. Com o objeto de compreender a configuração do espaço agrário a partir da produção acadêmica, a metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica, viés análise das dissertações e teses e entrevistas com os professores que orientaram as pesquisas em geografia agrária. A investigação empreendida possibilitou verificar as temáticas abordadas, a concepção de Geografia e de geografia agrária dos orientadores dessas dissertações e teses e o contexto institucional em que foram produzidas. A formação teórica e metodológica dos orientadores evidencia que a construção de uma análise crítica esteve presente, ou seja, o referencial teórico ligado ao marxismo, a postura de denúncia das desigualdades sociais, a adoção do materialismo dialético e a concepção de geografia agrária fundamentada na questão agrária são características identificadas na maioria dos discursos. Em termos gerais, os interesses de pesquisa recaem sobre a dinâmica territorial do agronegócio e suas contradições, tendência mais presente nas investigações sobre o Sul de Goiás, bem como as análises sobre os camponeses, a agricultura familiar e o pequeno produtor, com o predomínio dos trabalhos a respeito das políticas públicas e as estratégias de reprodução e luta pela terra, como forma de resistir no campo. Ainda sobre os temas, esse exercício de análise permitiu observar a presença, em menor quantidade de pesquisas sobre o modo de vida rural e a educação no/do campo, a análise dos impactos ambientais decorrentes do avanço da fronteira agrícola e a avaliação da produtividade de grãos que foram orientadas por professores que adotam outro tipo de método. A modernização da agricultura é o tema principal de uma narrativa que ilustra o cenário do desenvolvimento da agricultura no estado. É o contexto em que se justificam as transformações do território, ainda que não haja convergência teórica entorno do conceito de modernização.

Palavras-chave: Geografia agrária. Produção acadêmica. História do pensamento geográfico.

ABSTRACT

In order to contribute to the field of research related to the history of geographic thought, we attempted, in this dissertation, to make an analysis of the agrarian geography in Goiás, from the dissertations and theses elaborated by the three Postgraduate Programs in Geography of Federal University of Goiás (UFG): in the Institute of Socio-environmental Studies, in the Catalão campus and in the Jataí campus, from 1995 to 2015. For the purpose of understanding the configuration of agrarian space based on academic production, the methodology used was in reference to the bibliographical review, bias analysis of the dissertations and theses and interviews with the teachers who guided the research in agrarian geography. The undertaken research allowed to verify the topics covered, the Geography conception and agrarian geography of the supervisors of these dissertations and theses, and the institutional context in which they were produced. The theoretical and methodological formation of the advisors shows that the construction of a critical analysis was present, that is, the theoretical referential linked to Marxism, the denunciation position of social inequalities, the adoption of dialectical materialism and the concept of agrarian geography based on the agrarian issue are identified characteristics in most speeches. In general terms, the interests of research depend on the territorial dynamics of agribusiness and its contradictions, a more present tendency in the investigations on the South of Goiás, as well as the analyzes on the peasants, the family agriculture and the small farmer, with the predominance of the works on public policies and strategies of reproduction and struggle for land, as a way of resisting in the field. Still on the themes, this analysis exercise allowed to observe the presence, in less quantity of research on the rural way of life and the education in the field, the analysis of the environmental impacts resulting from the advance of the agricultural frontier and the evaluation of the productivity of grains that were instructed by teachers adopting another type of method. The modernization of agriculture is the main theme of a narrative that illustrates the scenario of the development of agriculture in the state of Goiás. It is the context in which the transformations of the territory are justified, although there is no theoretical convergence surrounding the concept of modernization.

Keywords: Agrarian geography. Academic production. History of geographic thought.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dissertações e teses em Geografia agrária por Programa de Pós-Graduação da UFG 1995-2015 21
Figura 2 - Estrutura do Instituto de Estudos Socioambientais/UFG 29
Figura 3 - Folder de apresentação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG Regional Jataí – 2009 35
Figura 4 - Síntese do pensamento geográfico de Manuel Correia de Andrade 84
Figura 5 - Temas das dissertações e teses em geografia agrária - IESA/UFG (1995-2015) 95
Figura 6 - Frequência das palavras-chave das dissertações e teses de geografia agrária do IESA (1995-2015) 101
Figura 7 - Temas das dissertações em geografia agrária – Regional Catalão/UFG (2008-2015) 108
Figura 8 - Frequência das palavras-chave das dissertações de geografia agrária..... 112
Figura 9 - Temas das dissertações em geografia agrária da Regional Jataí /UFG (1995-2015) 118
Figura 10 - Frequência das palavras-chave das dissertações de geografia agrária da Regional Jataí (2009-2015)..... 122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição geográfica dos Cursos e Programas de Pós-Graduação em Geografia, decênio 2000-2010……24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG 36
Quadro 2 - Perfil de formação em nível de mestrado 48
Quadro 3 - Perfil de formação em nível de doutorado 50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de orientações em Geografia agrária por pesquisador na UFG 1995-2015 22
Tabela 2 - Recortes espaciais das dissertações e teses em geografia agrária do IESA (1995-2015).....105
Tabela 3 - Recortes espaciais das dissertações em geografia agrária da Regional Catalão (2008-2015) 109
Tabela 4 - Recortes espaciais das dissertações em geografia agrária da Regional Jataí 2009-2015 119

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
CAIS	Complexos Agroindustriais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNG	Conselho Nacional de Geografia
COMIGO	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DGPB	Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil
DIALOGUS	Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho
FOMENTAR	Programa de Incentivo Atividades Industriais E Agrícolas
GEDAP	Grupo de Pesquisa Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental
GEEUAÇÃO	Geografia, Educação, Espaço Urbano E Ação
GETEM	Grupo De Estudos, Trabalho E Movimento Sociais
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IQG	Instituto de Química e Geociências
LABCART	Laboratório De Cartografia
LABGEO	Laboratório De Geoprocessamento
LABORSOLOS	Laboratório De Geociências E Solos
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NEPSA	Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimentos
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PP	Presidente Prudente
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro Para o Desenvolvimento do Cerrado
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Plano De Reestruturação E Expensão Das Universidades Federais
TCLE	Termo De Consentimento Livre E Esclarecido

UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRJ	Universidade Federal do Rio De Janeiro
UFU	Universidade Federal Fluminense
UGI	União Geográfica Internacional
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 – ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO: A UNIVERSIDADE E A PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA DA UFG 20

1.1 - Contextualizando os Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG 23

1.1.1 Instituto de Estudos Socioambientais 23

1.1.2 Regional Catalão 29

1.1.3 Regional Jataí 33

1.2 - Os orientadores das dissertações e teses: formação e referências teórico-metodológicas 42

CAPÍTULO 2 – O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO: CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA E DE GEOAGRAFIA AGRÁRIA DOS ORIENTADORES 56

2.1 - Diferenciações conceituais e de enfoque 57

2.2 – A geografia agrária em questão 71

CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA 90

3.1 – Instituto de Estudos Socioambientais 96

3.2 – Regional Catalão 106

3.3 – Regional Jataí 116

CONSIDERAÇÕES FINAIS 125

REFERÊNCIAS 138

ANEXOS 146

INTRODUÇÃO

A agricultura como atividade humana desempenha papel importante no desenvolvimento da sociedade. A sua dinâmica e atuação estiveram relacionadas às problemáticas que foram investigadas pelas ciências. A dimensão espacial da agricultura, por exemplo, é um dos temas de grande interesse da Geografia, ao ponto de constituir o que se denomina de "geografia agrária". A dinâmica da produção, a apropriação da terra, o uso e manejo do solo, as desigualdades criadas e recriadas pelas contradições do campo, a atuação dos movimentos sociais, a relação rural-urbano, a alteração da base técnica produtiva a partir da modernização da agricultura, os modos de vida no campo, dentre outros fenômenos, implicam em múltiplas problemáticas que são investigadas no âmbito da geografia agrária como campo disciplinar e de pesquisa.

As pesquisas científicas, sob a forma de dissertações e teses, desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, no período de 1995 a 2015, na Universidade Federal de Goiás (UFG), no Programa do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), em Goiânia, e nos Programas das Regionais Catalão e Jataí, constituíram-se, para essa pesquisa, a principal fonte de investigação do desenvolvimento da geografia agrária. O recorte temporal adotado se refere à criação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, no IESA, no ano de 1995, até as últimas pesquisas apresentadas e defendidas no ano de 2015. Os programas de Catalão e Jataí foram criados, em nível de mestrado, a partir dos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Vale salientar que o interesse pela geografia agrária surgiu durante o desenvolvimento de uma atividade de iniciação à pesquisa, no período de graduação, referente aos conflitos entre o agronegócio e a agricultura familiar no Sudoeste goiano, a partir de uma observação a uma comunidade quilombola. Essa pesquisa me incitou o interesse pela temática e o contato com novas leituras, fazendo com que emergissem questões de ordem teórica e metodológica, que tentaram ser respondidas em um trabalho de conclusão de curso, intitulado: "A geografia agrária em Goiás: um estudo da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (1995-2012)".

Durante o desenvolvimento da monografia, constatou-se a diversidade de temáticas existentes nos estudos e pesquisas em geografia agrária, bem como a variedade de teórias e métodos possíveis de serem utilizados. No entanto não foi possível realizar uma análise

precisa da produção acadêmica, o que nos restringiu às classificações das fontes estudadas. Este trabalhou foi um primeiro esforço de fazer uma pesquisa científica e de aproximação da discussão no âmbito da história do pensamento geográfico, que nos motivou a continuar com essa temática ao ingressar no Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado.

Destaca-se, também, o interesse pessoal em estudar a ciência geográfica, em conhecer os seus fundamentos, a fim de aprofundar, de forma ordenada, os estudos nessas áreas, preenchendo lacunas de minha formação inicial, como compreender a atuação dos geógrafos diante das transformações espaciais. Por fim, o interesse pela geografia agrária está relacionado ao fato de ter morado em Mineiros, no Sudoeste goiano. A forma como o agronegócio influencia a dinâmica e o cotidiano na cidade instigou leituras da geografia agrária e dispertou a vontade de desenvolver pesquisas dentro desse campo disciplinar.

Nesse trabalho, investigou-se a geografia agrária a compreendendo como um ramo da Geografia que estuda o espaço agrário em diferentes abordagens. Entende-se que a geografia agrária não é homogênea, pois muitos são os debates travados no interior da disciplina. Dessa forma, a história do pensamento geográfico se constitui como campo temático, por vislumbrar a capacidade de identificar a existência de elementos conflitantes ou convergentes que marcam a disciplina em determinado momento histórico. De acordo com Moraes (2002, p. 52)

> As representações do espaço mais complexas conformam o pensamento espacial ou o pensamento geográfico: uma reflexão sistemática sobre o espaço e sobre a Terra. Essas reflexões estão presentes em vários campos do conhecimento humano: na Literatura, na Arte, na Filosofia e na Ciência. São vários discursos, várias representações, várias reflexões, com referência ao espaço ou com referência à superfície da Terra, que constituem um cabedal de conhecimentos, no qual a Geografia acadêmica vai aparecer como uma modalidade.

A geografia, nessa perspectiva, é um discurso específico dentro do campo que poderia ser denominado de pensamento espacial. Os discursos geográficos variam de acordo com o lugar, com a sociedade e, sobretudo, com o contexto histórico; são, portanto, formas de pensar historicamente determinadas, com epistemes próprias que balizam não apenas os paradigmas da reflexão, mas a própria sensibilidade humana.

Outro nome que se destaca quando se objetiva compreender esse campo temático é a de Bray (1999), que explica ser fundamental colocar os geógrafos a serem analisados em

correlação com as manifestações científico-culturais, aos movimentos de nossa cultura e das concepções de mundo, pois a Geografia é uma das formas de manifestação da nossa nacionalidade. “O pensamento geográfico não deveria ser analisado dissociado da conjuntura social, econômica e política nacional e internacional, uma vez que o pensamento do geógrafo reflete as concepções científicas e ideológicas do seu tempo” (BRAY, 1999, p. 06).

Nesse sentido questiona-se se as dissertações e teses orientadas são resultados da discussão intelectual, que leva a um aprimoramento dos fundamentos e a emergência de novas problematizações, ou o desenvolvimento do conhecimento é pautado pelos fatores sociais, como a modernização da agricultura, por exemplo, ou até mesmo do resultado das agendas de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores. Além disso, interessa-nos a concepção adotada pelos orientadores acerca da geografia agrária; os conceitos e as categorias que têm norteado as pesquisas; os acontecimentos que suscitaram problemas científicos para a investigação geográfica; o contexto dos programas em que as dissertações e teses foram orientadas; as influências teóricas e metodológicas que conformam o pensamento geográfico a respeito do espaço agrário goiano.

Diante do que foi exposto, o objetivo geral foi analisar as dissertações e teses em geografia agrária desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, entre 1995 e 2015, com enfoque nos orientadores e orientadoras da produção acadêmica selecionada, e na relação com a configuração do espaço agrário goiano.

Para atingir o objetivo proposto, destacam-se como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica sobre a temática, a análise do material levantado e a realização de entrevistas com os professores que orientaram as dissertações e teses desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG. No tocante às entrevistas, os critérios de inclusão foram: pesquisadores devidamente credenciados nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG e que orientaram, durante o recorte temporal analisado, mais de uma disdiscussãosertação ou tese no âmbito da geografia agrária, com recorte espacial em Goiás. Os critérios de exclusão foram: pesquisadores entrevistados durante o desenvolvimento do TCC, no ano de 2015, e aqueles professores que orientaram apenas uma dissertação ou tese. Foram excluídos, portanto, 7 pesquisadores.

Foram realizadas 9 entrevistas[1], que foram gravadas na íntegra, a fim de garantir que a narrativa construída durante o diálogo fosse apreendida por completo[2]. A gravação aconteceu mediante o consentimento dos entrevistados, autorizado por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O roteiro e os objetivos da dissertação foram previamente encaminhados aos professores para que tivessem acesso às características da pesquisa. Buscou-se evitar constrangimentos durante os encontros, garantindo respeito do pleno exercício dos direitos dos participantes.

A transcrição dos áudios buscou garantir que cada expressão, hesitação e demais reações estivessem presentes no texto escrito mediante observações e pontuações. Dessa forma, tentou-se transmitir as impressões, as reflexões e as análises daquilo que para pesquisa assumiu o papel central da análise, isto é, os depoimentos dos professores. A riqueza do conteúdo encontrado nas entrevistas possibilitou a apresentação de distintas concepções de leituras geográficas, a partir dos discursos proferidos.

Tem-se em Fiorin (2005) os caminhos da interpretação do discurso, que interpreta o fenômeno linguístico de duas formas: (1) partir de determinada autonomia em relação às formações sociais; e (2) mediante as determinações da ideologia. Interessa-nos as relações da linguagem com a ideologia, haja vista que a primeira é autônoma, mas é também determinada socialmente e, por isso, é uma expressão do real.

> O discurso são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psicofísico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois sempre um eu que toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 2005, p. 11).

[1] Por motivos de indisponibilidade de agenda, não foi possível realizar as entrevistas com as pesquisadoras vinculadas ao Programa da Regional Catalão, Helena Angélica de Mesquita e Estevane de Paula Pontes Mendes. Com a professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, a consulta ocorreu via correio eletrônico, em decorrência da impossibilidade de realizar o encontro.

[2] Compreende-se que é fundamental a participação dos orientadores na pesquisa, por meio de depoimento oral, sob a forma de entrevista. Para tal, a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UFG. Após tramitação e aprovação no CEP, o recrutamento dos entrevistados foi feito por meio de endereço eletrônico e as entrevistas foram marcadas no local, data e horário de preferência do entrevistado. Assim sendo, as entrevistas possibilitaram a visão mais ampla dos orientadores com relação ao tema pesquisado.

A partir dessa definição, o autor afirma que os elementos semânticos assimilidados por cada sujeito ao longo de sua educação constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar no mundo. Portanto é no campo semântico que se revelam as determinações ideológicas.

> A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é o conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o da reprodução que o da criação (FIORIN, 2005, p. 33).

Nessa perspectiva, os procedimentos propostos possibilitaram elucidar e explicar a produção acadêmica em geografia agrária, a fim de possibilitar a compreensão da configuração do espaço agrário goiano, a partir das dissertações e teses orientadas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, da UFG, entre 1995 e 2015.

Destarte, a dissertação está estrutura em três capítulos, além das considerações finais e introdução. Intitulado por “Entre o texto e o contexto: a universidade e a pesquisa em geografia agrária da UFG”, o primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar os elementos fundamentais do contexto em que ocorreu a produção das dissertações e teses nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG. Apresenta-se o levantamento do material investigado, em seguida, foi abordado o cenário desses Programas, destacando-se as demandas locais e o contexto institucional de surgimento dos cursos de mestrado e doutorado em Geografia e a inserção dos pesquisadores que orientaram as pesquisas nos Programas. Nesse sentido, apresenta-se o perfil, trajetória e referências teórico-metodológicas dos orientadores que se constituíram como importantes sujeitos no processo de produção acadêmica.

O capítulo 2, “O olhar geográfico sobre o espaço agrário: concepções de Geografia e de geografia agrária”, está estruturado as noções de Geografia e de geografia agrária dos orientadores e das orientadoras. Dessa forma, é feita uma revisão bibliográfica acerca da geografia agrária, destacando algumas das principais referências da área, com o objetivo de elucidar as suas contribuições temáticas e teórica-metodológicas para a disciplina. Em seguida, apresenta-se a nomenclatura utilizada para designar a disciplina, a partir das definições efetuadas por geógrafos estrangeiros e brasileiros, assim como as concepções apresentadas pelos pesquisadores entrevistados.

O capítulo 3, “A produção acadêmica em geografia agrária”, discorre sobre a geografia agrária produzida por esses Programas, identificando as características dessa produção a partir da interpretação dos depoimentos dos orientadores e análise das dissertações e teses.

E nas considerações finais é apresentada uma síntese da análise feita a respeito da produção acadêmica em geografia agrária dos Programas da UFG, entre 1995 e 2015, destacando o debate referente ao processo de modernização e o conceito território; em seguida, é apresentada algumas considerações tendo por referência o depoimento dos entrevistados. Por fim, afirma-se a relevância de pesquisas acerca da história do pensamento geográfico e retomam referências no tocante a geografia agrária, reforçam a ideia, conforme Moraes (2002), de uma “metageografia”, isto é, uma análise da disciplina como discurso, como representação e como conhecimento para o fortalecimento da disciplina

1 ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO: A UNIVERSIDADE E A PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA DA UFG

A investigação acerca da produção acadêmica de uma instituição não pode ser concebida desassociada da realidade que está inserida. Ao apresentar uma crítica à história do pensamento geográfico, Godoy (2010) afirma que a história da ciência está repleta de obras que revelam o seu desenvolvimento e seus propósitos, seja em relação à natureza, seja em relação à sociedade ou mesmo à sua própria história, mas pouco se compreende a respeito da influência dessas histórias sobre a trajetória do pensamento científico.

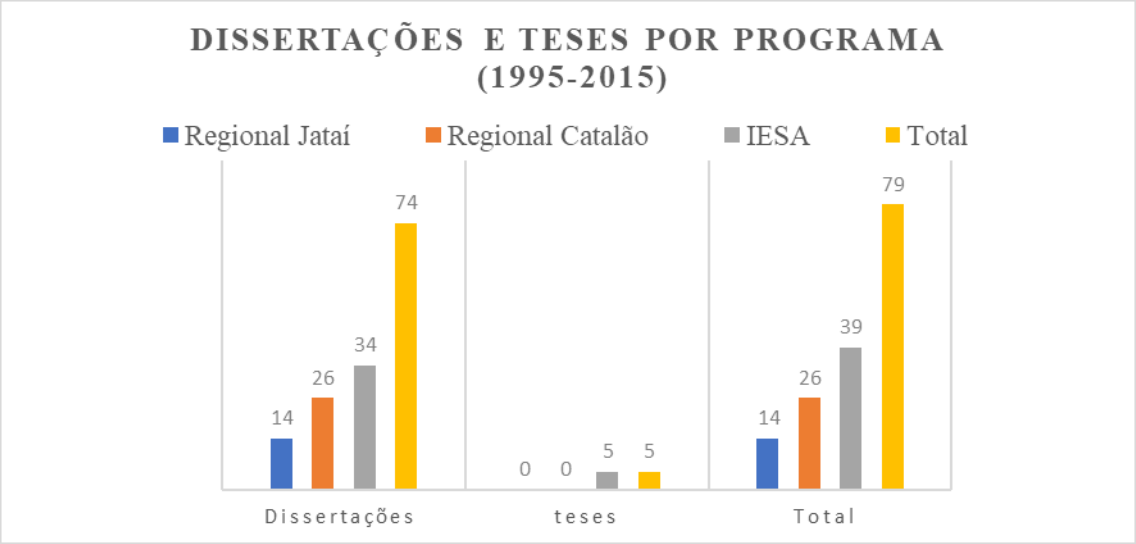
Ressalta-se que os trabalhos e considerações epistemológicas na Geografia, principalmente a partir dos anos de 1970, ampliaram significativamente a preocupação com os estudos relativos à história do pensamento geográfico. Entretanto, apesar desse interesse, para Godoy (2010, p.148), não foi suficiente ao ponto de superar o caráter descritivo e memorialista. O autor argumenta que a inexistência de conteúdo político na história da ciência geográfica é resultado, em parte, do predomínio da descrição sobre a explicação e a crítica, tornando-a refratária de uma periodização que remetem a autores e obras, e não ao fluxo de conhecimento circunscrito ao contexto social e histórico. A partir da compreensão de Godoy (2010), investigou-se a produção acadêmica em forma de dissertações e teses em três Programas de Pós-Graduação considerando as especificidades do contexto em que a produção foi desenvolvida, destacando as demandas locais e o contexto institucional de surgimento dos cursos de mestrado e doutorado em Geografia dos *campus* das Universidade Federal de Goiás (UFG)[3]. Dessa forma, foi feito um levantamento documental nos programas para identificar as dissertações e teses desenvolvidas no âmbito da Geografia agrária, com recorte espacial em Goiás, o que incluiu uma investigação do Currículo Lattes dos professores credenciados para verificar as orientações desse campo da ciência geográfica.

Este universo de análise contou com a sistematização de 79 trabalhos (Figura 1), sendo 34 dissertações e 5 teses, do Instituto de Estudos Socioambientais (Anexo 1). No Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Catalão (Anexo 2), constam 26 dissertações e na

[3] Em 2018 foi aprovada a criação de duas universidades no estado de Goiás: a Universidade Federal de Catalão e a Universidade Federal de Jataí. As instituições de ensino foram criadas a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás, conforme determinaram os Projetos de Lei da Câmara (PLC 5/2018 e PLC 7/2018), apresentados pela Presidência da República. No entanto, opta-se por considerar os programas de Catalão e Jataí como UFG, pois durante o recorte temporal adotados nessa pesquisa – 1995 a 2015 – os três programas ainda integravam a instituição. Dessa forma, serão considerados como programas das Regional Catalão e Regional Jataí.

Regional Jataí foram levantadas 14 dissertações (Anexo 3). Para essa sistematização e posterior análise, foi organizado um banco de dados no Microsoft Excel, onde foram registradas todas as dissertações e teses, reunindo as seguintes informações: ano, autor, título do trabalho, orientação, área de concentração, membros da banca, recorte espacial e palavras-chave.

Figura 1 - Dissertações e teses em Geografia agrária por Programa de Pós-Graduação da UFG 1995-2015



Fonte: Acervo dos Programas de Pós-Graduação da UFG. Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

A partir desse levantamento, foram identificados 20 professores credenciados (Tabela 1) que orientaram dissertações e teses de todos os Programas. Destaca-se 7 docentes que mais orientaram, responsáveis por 70,8% das orientações realizadas. São, portanto, 9 pesquisadores que orientaram 39 dissertações e teses pelo IESA, 5 pesquisadores que orientaram 26 pela Regional Catalão e 6 pesquisadores que orientaram 14 trabalhos pela Regional Jataí.

Tabela 1 - Número de orientações em Geografia agrária por pesquisador na UFG 1995-2015

	Orientador (a)	Número de orientações	Programa
1.	Manoel Calaça	24	IESA
2.	Marcelo Rodrigues Mendonça	8	Regional Catalão
3.	Estevane de Paula P. Mendes	8	Regional Catalão
4.	Helena Angélica de Mesquita	6	Regional Catalão
5.	Celene Cunha Monteiro A. Barreira	5	IESA
6.	Dinalva Donizete Ribeiro	4	Regional Jataí
7.	Vera Lúcia Salazar Pessôa	4	Regional Catalão
8.	Dimas Moraes Peixinho	3	Regional Jataí
9.	Eguimar Felício Chaveiro	2	Regional Jataí
10.	Evandro César Clemente	2	Regional Jataí
11.	Hildeu Ferreira da Assunção	2	Regional Jataí
12.	Rusvênia Luiza Batista R. da Silva	2	IESA
13.	Selma Simões de Castro	2	IESA
14.	Barsanunfo Gomides Borges	1	IESA
15.	João Batista de Deus	1	IESA
16.	Maria Geralda De Almeida	1	IESA
17.	Raquel Maria de Oliveira	1	Regional Jataí
18.	Tadeu Alencar Pereira Arrais	1	IESA
19.	Idelvone MendeRons Ferreira	1	Regional Catalão
20.	Ronan Eustáquio Borges	1	IESA
	TOTAL	79	

Fonte: Acervo dos Programas de Pós-Graduação da UFG. Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Compreende-se que o processo de construção de conhecimento não é uma ação isolada, uma vez que, no âmbito da Pós-Graduação, os professores que orientam cumprem um papel de destaque, por meio do vínculo estabelecido entre pós-graduando e orientador. Os pesquisadores que exercem essa tarefa dentro da acadêmia mantêm relações próprias e intersubjetivas. E é por meio dessa convivência que se constroem as dissertações e teses que contribuem para a sistematização do conhecimento científico nas diversas áreas científicas.

Nessa perspectiva, a análise do perfil, da trajetória, das concepções teóricas e metodológicas adotadas pelos orientadores em relação ao pensamento geográfico no que concerne a Geografia agrária em Goiás é pertinente, pois,

> a história da ciência cumpre um papel relevante na formação de concepções acerca dos referenciais teóricos e ideológicos que orientam o curso do desenvolvimento científico, remarcando eixos temáticos de investigação, evolucionando conceitos e metodologias de pesquisa e, ao mesmo tempo, oportunizando uma análise mais real e crítica de sua trajetória (GODOY, 2010, p.145).

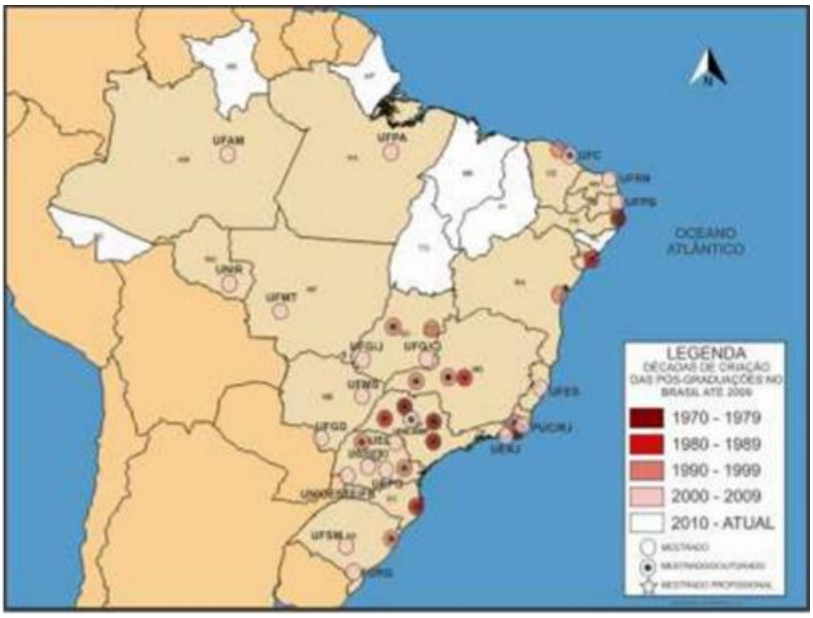
Isto posto, para realizar a análise, adotou-se como ponto de partida o entendimento sobre o processo de formação dos programas de Pós-Graduação em Geografia, em nível nacional e regional.

1.1 Contextualizando os programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG

1.1.1 Instituto de Estudos Socioambientais

Em consonância com o Relatório de Avaliação Quadrienal realizada em 2017, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram arrolados 64 Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, um número expressivo. Atualmente, apenas dois estados não possuem nenhum Programa, isso nos permite afirmar que houve uma forte expansão, descentralização e interiorização dos cursos de mestrado e de doutorado pelo país (Mapa 1), haja vista que outrora o cenário era de concentração geográfica – eixo Rio-São Paulo.

Mapa 1 - Distribuição geográfica dos Cursos e Programas de Pós-Graduação em Geografia, decênio 2000-2010



Fonte: Capes (2017)

Conforme o relatório elaborado pela Capes (2017, p.19):

> A distribuição espacial dos programas na atualidade apresenta de maneira inequívoca resultados da aplicação de políticas públicas associadas à expansão e consolidação da Pós-Graduação no país, e cuja dinâmica de incentivo, acompanhamento e avaliação geram um quadro rico, no qual se destaca correções da antiga assimetria, que tanto marcou a área até então.

Ao discutir o modelo brasileiro de Pós-Graduação, indicando as tradições e as contradições desse nível de ensino, Santos (2003) retoma a trajetória da Pós-Graduação e destaca que seu início está relacionado à proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras[4], na década de 1930. Não obstante, apenas na década de 1940, no Artigo 71, do Estatuto da Universidade do Brasil, foi utilizado formalmente o termo "Pós-Graduação" e, na década seguinte, foram feitos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, a fim de fomentar a formação acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores, via intercâmbio.

Somente na década de 1960 que a Pós-Graduação foi tratada de maneira ordenada. Em 1965, com o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, dá-se a implantação formal dos cursos de Pós-Graduação no Brasil. O modelo de Pós-Graduação que foi implementado era adequado à nova concepção de universidade, oriundo dos países mais desenvolvidos,

[4] Sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras ver Rothen (2008).

sobretudo França e Estados Unidos. No Brasil, conforme Zucco (1996), o cenário que possibilitou o desenvolvimento sistemático da Pós-Graduação era de uma política econômica que se abria para o exterior, propícia para a incorporação de tecnologias. Nessa perspectiva, emergia a necessidade de recursos humanos e, portanto, de uma política de formação que almejasse "a necessidade futura de mão-de-obra especializada para preencher os novos empregos criados pelo desenvolvimento econômico previsto e a necessidade de cientistas, pesquisadores e técnicos aptos a desenvolver a pesquisa indispensável à mudança" (ZUCCO, 1996, p. 79).

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) feito pelo governo federal surgiu em 1974, em resposta ao crescimento desse setor e como instrumento norteador para o desenvolvimento desse nível de formação. Esse plano teve como objetivo institucionalizar o sistema, consolidando a Pós-Graduação como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo financiamento mínimo; aumentando os padrões de desempenho e racionalizando a utilização de recursos; e planejando a sua expansão, tendo como perspectiva a superação dos desequilíbrios entre as regiões (BRASIL, 2005, p. 13).

Adotando como referência os Planos Nacionais de Pós-Graduação, Hostins (2006, p. 138) evidenciou as condições históricas que vêm definindo as coordenadas materiais da produção do conhecimento e da formação do pesquisador no Brasil. Neste período, por mais paradoxal que pareça, "o padrão qualitativo da Pós-Graduação brasileira, legitimada e consolidada pelo regime militar, se expandiu e deu espaço à intelectualidade crítica e atuante no horizonte cultural do país".

É nessa conjuntura que é criado, na Universidade de São Paulo (USP), o primeiro curso de Pós-Graduação em Geografia, em 1971, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1972. Sobre esse processo, Silva e Dantas (2005, p. 22) afirmam que

> Os cursos de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (geografia física e geografia humana) são pioneiros. Criados em 1971, exerceram papel preponderante no processo de formação de quadros propiciando a criação de novos cursos. A centralidade exercida pelos cursos pioneiros findou estabelecendo amplo intercâmbio entre as poucas instituições de ensino superior brasileiras, com os recém-criados cursos de São Paulo. A UFRJ implantou seu curso em 1972. A afirmação dos cursos de graduação nas capitais dos estados e, posteriormente, nas principais cidades do interior, exerceu forte compressão para criação de novos cursos de Pós-Graduação.

Ainda na década de 1970, foram criados os cursos de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no ano de 1976 e, o Programa da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no ano de 1977, em Rio Claro. Foi a partir desses primeiros programas a área experimentou o seu primeiro crescimento. De acordo com Barros (1998, p. 133), os fatores que contribuíram para o fenômeno expansionista da Pós-Graduação, após meados da década de 1970, foram: (i) a exigência de titulação em nível de Pós-Graduação para a progressão na carreira do magistério superior; (ii) a necessidade de formação de pesquisadores para a ciência nacional (em especial para os grandes projetos de desenvolvimento do país); (iii) prestígio dos cursos de mestrado e doutorado para as universidades (status e recursos financeiros); e (iv) a pressão dos novos mestres e doutores que, em suas instituições de origem, desejam fomentar um ambiente favorável às atividades docentes e de pesquisa.

No final da década de 1980, eram nove os Programas implantados, seis deles na região Sudeste, dois no Nordeste e um na região Sul. Nesse período, de acordo com II PNPG, a ênfase da política de Pós-Graduação era a expansão da capacitação docente, mas com a elevação da qualidade, enfatizando a avaliação, o envolvimento da comunidade científica e o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. Considerou-se a possibilidade de outros modelos de Pós-Graduação, em função de diferenças entre áreas e regiões, visando à superação da heterogeneidade institucional e regional (BRASIL, 2005, p. 13). Além disso, ocorreu a consolidação sistemática da avaliação, que não somente sofisticou, como também incorporou a participação efetiva da comunidade acadêmica.

A década de 1990 deu sequência ao crescimento da Pós-Graduação em Geografia, uma vez que foram criados onze novos cursos de mestrado e mais quatro de doutorado. Para Hostins (2006, p. 144), além da expansão significativa do número de cursos e, consequentemente, de matrículas; ocorreu a diversificação da oferta, no âmbito das opções de mestrados profissionalizantes, da diversificação das fontes de financiamento, das parcerias estabelecidas com as agências internacionais, governos e corporações, da diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, do desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, das possibilidades de aprendizagem à distância e da redefinição da lógica que regula a produção e circulação do conhecimento. Vale destacar a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), em

1993, evidenciando a importância da Pós-Graduação em Geografia no Brasil e fortalecendo as reivindicações dessa área.

É nesse contexto que surge o Programa de Mestrado do IESA. Criado em 1995, o primeiro Programa de Pós-Graduação, em Geografia, da região Centro-Oeste. Vale salientar que a criação do Programa ocorreu também pela articulação da comunidade acadêmica, tendo Valter Casseti como Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição no período de 1994 a 1998, quando os membros do departamento atuaram com o objetivo de consolidar e fortalecer a Pós-Graduação em Geografia. Em depoimento à Pereira (2016), o Calaça[5], ao discorrer sobre a inserção no referido Programa, afirma que:

> [...] eu era professor da Universidade Federal do Acre e o que me trouxe pra UFG foi a Pós-Graduação, porque eu vislumbrava a ampliação dos horizontes acadêmicos, científicos e profissional. Fiz parte de uma geração que veio para a UFG para o fortalecimento da Pós-Graduação e faz parte dessa geração, a Professora Selma [Simões de Castro], depois eu e depois a Professora Maria Geralda [de Almeida]. A universidade abriu concursos para atrair professores que já tivessem doutorado, que já tivessem uma trajetória e foi uma geração que está capilarizada em todos os Programas de Pós-Graduação da UFG. Eu vim pra cá pra isso, minha inserção foi praticamente imediata ao corpo docente do Programa que estava em processo de constituição. Faço parte da geração que ajudou a estruturar esse Programa.

O trecho evidencia uma dificuldade enfrentada pelos Programas que surgiam nesse período, pois apesar da política de crescimento, ainda havia uma carência de professores qualificados, com a titulação necessária para atender aos critérios exigidos pelas agências de fomento e pelos órgãos superiores do ensino superior. Com o intuito de superar esses entraves, destaca-se o movimento, citado por Calaça, de trazer uma “geração” que fortaleceria o Programa. Além disso, houve, conforme depoimentos, a adesão imediata ao Programa dos professores que haviam terminado recentemente o doutorado, com destaque para os doutorados desenvolvidos na USP.

Nesse período, o Programa se direcionava para as abordagens locais e regionais, adotando a temática “Natureza e apropriação do espaço no cerrado” como área de concentração. As linhas de pesquisa eram: (a) Estudos Geoambientais; (b) Formação Regional: política, economia e cultura; e (c) Geografia e práticas educativas.

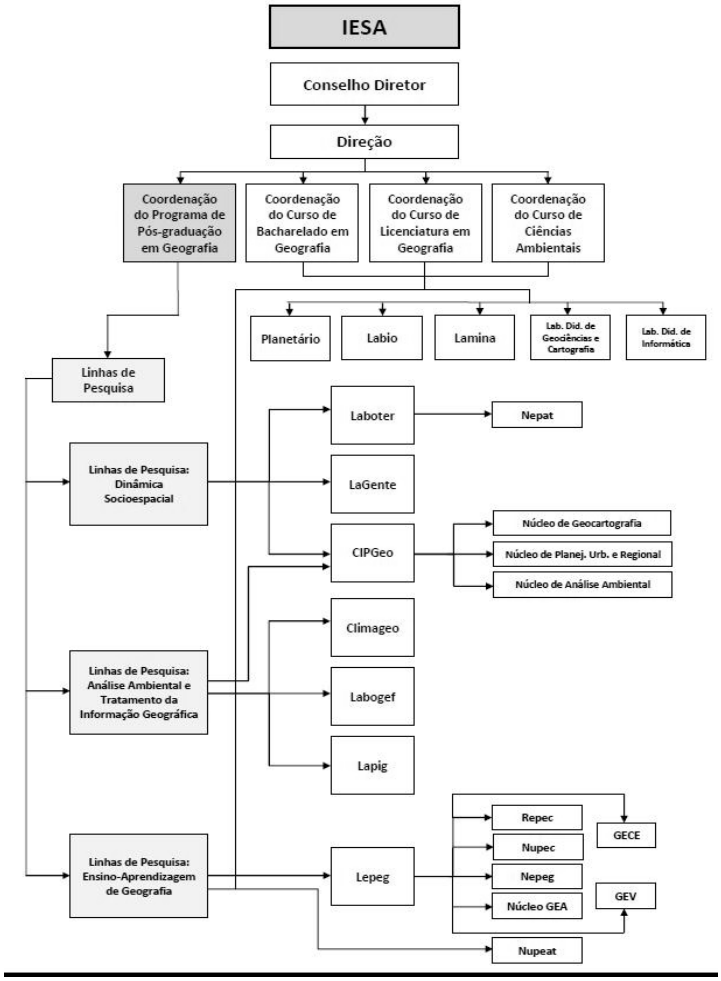
[5] Entrevista, concedida à Pereira (2016, p. 89), do Prof. Manoel Calaça, em 18 de fevereiro de 2016.

Em 2006, com a instituição do curso de doutorado, o Programa teve uma reformulação, a área de Concentração passa a ser denominada de “Natureza e Produção do Espaço”. Esta mudança possibilitou uma ampliação das temáticas de pesquisa, além das relacionadas ao Cerrado. Assim, as linhas de pesquisa foram sistematizadas em: (a) “Dinâmica socioespacial”, que agregam as análises concernentes ao planejamento e gestão do território, desenvolvimento socioeconômico, espaços urbanos e rurais, turismo e cultura; (b) “Ensino-aprendizagem de Geografia”, que acolhe temas referentes à educação geográfica, com destaque para cartografia escolar, ensino da cidade e a educação ambiental; (c) “Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica”, que desenvolve pesquisas que envolvem as análises no âmbito do planejamento e da gestão ambiental, impactos ambientais, ecoturismo, cartografia e geotecnologias aplicadas aos estudos geográficos.

O Programa possui um corpo docente composto por 30 membros permanentes e 6 professores colaboradores[6], que atuam no Programa ministrando disciplinas e orientando a produção de dissertações e teses, além de coordenarem laboratórios, grupos e núcleos de pesquisa e estudos existentes no IESA (Figura 2).

[6] Os números referentes a quantidade de docentes foram coletados no site do programa, disponível em: <http://200.137.217.159/index.php/o-programa/corpo-docente>. Acesso em: 02 de junho de 2019.

Figura 2 - Estrutura do Instituto de Estudos Socioambientais/UFG



Fonte: *Site* do Instituto de Estudos Socioambientais. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Por ter conseguido reconhecimento acadêmico e relevância científica, o Programa acompanhou as exigências desse novo patamar, apresentando como objetivo geral o de: oferecer subsídios à formação de uma consciência crítica. E, nesse sentido, o desenvolvimento de uma prática social que, ao mesmo tempo em que questiona o modelo de desenvolvimento implementado, ofereça elementos alternativos para uma sociedade mais justa, a partir de um projeto que lhe dê sustentabilidade.

1.1.2 Regional Catalão

O desenvolvimento da pesquisa e da Pós-Graduação em Geografia deu um salto qualitativo e quantitativo, em Goiás, com a criação dos cursos de mestrado nas Regionais de Catalão e Jataí, em 2008 e 2009, respectivamente. Ressalta-se que durante a primeira década

do século XXI aconteceu mais uma expressiva ampliação e descentralização dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no país, quando foram implantados mais 18 cursos de mestrado e 11 de doutorado. Em 2010, em termos totais, apresentava 40 Programas de mestrado e 18 de doutorado.

É válido salientar a existência de um o processo de interiorização dos Programas, o que além de ser um processo de democratização ao acesso, busca também articular pesquisa e desenvolvimento regional. Este processo é resultado de um novo ciclo da política de ciência e tecnologia brasileira decorrente de governos progressistas que ampliaram os recursos para o setor e criaram Programas de fomento à pesquisa. Ribeiro[7], ao ser questionada sobre a inserção na Pós-Graduação como docente, afirma que

> […] no início dos anos 2000 com a eleição do [Luiz Inácio] Lula [da Silva] para presidente, isso sofre uma mudança repentina, porque muda essa forma de ver a política educacional do Brasil. Uma das primeiras ações do ponto de vista do Ministério da Educação, no governo Lula era o investimento na Universidade […] E no meio disso tem um investimento grande na criação de novos Programas de Pós-Graduação. Aquilo que era muito limitado, muito circunscrito no momento, de repente ganha uma amplitude e uma expansão de forma que se torna quase que imperativo que todo professor doutor se torne orientador de Programas de Pós-Graduação.

Nesse contexto, destaca-se o processo de interiorização, quando os Programas ganham características próprias. Na regional Catalão, o Programa de Pós-Graduação em Geografia tem por propósito, conforme o inciso I, do Artigo 3º do regimento aprovado em 2013

> [...] promover pesquisas que objetivem o desenvolvimento dos estudos geográficos em geral e de suas aplicações, contribuindo para melhoria do ensino, capacitando os discentes para as atividades de docência nos diversos graus do ensino e para o diagnóstico e soluções de problemas de interesse no campo da Geografia ou em áreas afins; incentivar a elaboração e o desenvolvimento de projetos de pesquisa; estimular a reflexão interdisciplinar e o contato interinstitucional por meio de atividades conjuntas com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão; realizar levantamento e mapeamento de fontes da investigação para o desenvolvimento da ciência geográfica; dentre outros objetivos que se efetivam pelas pesquisas na área de concentração, denominada "Geografia e ordenamento do território".

O professor do Programa, Idelvone Mendes Ferreira, em entrevista cedida a Mendonça e Abrão, no ano de 2009, afirma que o Curso do *Campus* Catalão implantou um Programa *Stricto Sensu* de Pós-Graduação – o primeiro Programa de mestrado do *Campus* - numa

[7] Entrevista, concedida à autora, pela Profa. Dinalva Donizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017. Anexo 9.

resposta direta às demandas regionais, na compreensão de que há uma carência expressiva de profissionais qualificados para atuarem nas questões ambientais, em resposta às demandas sociais da população local. Nesse sentido,

> [...] o conhecimento geográfico é fundamental para o entendimento das paisagens e seus processos reprodutivos, numa perspectiva ecossistêmica, sempre vinculada aos interesses sociais. Portanto, vemos como muito positivo esse processo de crescimento da Geografia na UFG em Catalão, não se furtando a responsabilidade de discutir e pesquisar as demandas locais/regionais, no âmbito do contexto global (FERREIRA, 2008, p. 241).

O Programa apresenta, em 2019, 15 docentes credenciados e 5 laboratórios: (1) Laboratório de Geoprocessamento (Labgeo); (2) Museu e Laboratório de Geologia; (3) Laboratório de Cartografia (Labcart); (4) Laboratório de Produção de Material Didático; e (5) Laboratório de Geociências e Solos (Laborsolos). Além disso, estão vinculados, conforme informações no *site* do Programa, 5 grupos de pesquisa: (1) Grupo de Estudos, Trabalho e Movimento Sociais (GETeM), (2) Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (Nepsa), (3) Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho (Dialogus), (4) Grupo de Pesquisa Dinâmica dos ambientes, (5) Planejamento e Gestão Ambiental (Gedap) e (6) Geografia, Educação, Espaço Urbano e Ação (GEEUAÇÃO).

A política nacional de Pós-Graduação valorizou o estabelecimento de grupos de pesquisa em regiões do país que possuíam baixa densidade de organização científica e em regiões capazes de potencializar o desenvolvimento científico do Brasil. Diante disso, os grupos percorrem o processo de institucionalização da pesquisa nas universidades e atuam de forma significativa na consolidação dos cursos de Pós-Graduação. Em Catalão, é possível perceber a forte relação com os grupos que existiam, assim como a importância do Programa para o surgimento de novos grupos.

Destacam-se dois grupos que além de estabelecerem relação com o momento que antecede a criação do Programa, aproximam-se dos estudos voltados para o espaço agrário. O Nepsa surgiu em 2002 e objetiva a análise e o monitoramento dos aspectos ambientais e da qualidade de vida das populações decorrentes do recente desenvolvimento agrícola e industrial que se intensificaram nos últimos anos na região Sudeste do estado de Goiás. A partir desse objetivo, foram constituídas duas linhas de pesquisa: (a) Os estudos ambientais e a (b) Geografia agrária. Ferreira (2008, p. 240) relata que

> [..] com a estruturação do Mestrado em Geografia, em Catalão, os núcleos de pesquisa estruturados na UFG ganharam nova dinâmica e força, tendo em vista que o quantitativo de orientandos vinculados ao Nepsa aumentou consideravelmente. Isso demonstra a importância desses grupos e redes de pesquisa.

Outro grupo que se destaca é o GETeM, criado a partir de um desdobramento do Nepsa, em 2006, com integrantes que se organizavam em torno de debates que versam sobre os movimentos sociais, a questão agrária, a reestruturação produtiva do capital e o mundo do trabalho. Dessa forma, as atividades se estruturam a partir de duas linhas de pesquisa: (a) Trabalho e movimentos sociais e (b) Cerrado, território e agroecologia. O grupo objetivou também aproximar o conhecimento científico a outros tipos de saberes. Mendonça e Mesquita (2009, p. 209), ao avaliarem as atividades desenvolvidas pelo grupo, afirmam que:

> […] conseguimos construir muitas ações. As atividades estão sendo desenvolvidas em parceria com outros departamentos, movimentos sociais e outras instituições que a cada dia colocam novas necessidades, demonstrando o desejo de ampliar as ações de interlocução com a sociedade. É nossa intenção trazer os outros saberes para o espaço da Universidade e promover o que chamamos "Encontro de Saberes", oportunizando um diálogo a partir das ações construídas com os trabalhadores, populações atingidas pelas barragens, professores da rede pública, enfim, homens e mulheres que até então não têm sido considerados como sujeitos de sua própria história e/ou como protagonistas de ações de cariz emancipatória.

Os grupos de pesquisas são fundamentais por se constituírem como espaços de socialização da produção científica na estrutura das instituições de ensino e por serem capazes de direcionar a pesquisa. As linhas de pesquisas que são desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia de Catalão demonstram que as atividades realizadas pelos grupos foram fundamentais para a sua constituição.

As dissertações de mestrado desenvolvidas seguem, portanto, três linhas no âmbito da área de concentração, quais são: (1) Estudos Ambientais, que visa o desenvolvimento de trabalhos nas diferentes áreas do conhecimento geográfico, no que se refere aos estudos ambientais, na reprodução da natureza, com foco no estudo das diferentes paisagens, os impactos socioambientais e as políticas ambientais no Brasil, no contexto da ciência geográfica; (2) Ordenamento do Território e Estudos Rurais , que se direcionada ao espaço agrário e as relações sociais da produção no campo, seu processo de modernização e os impactos socioambientais e culturais decorrentes das diferentes tecnologias. Tem também

como foco a agricultura familiar e seus aspectos socioculturais na ruralidade do Brasil; (3) Trabalho e Movimentos Sociais, que busca estudar as questões atinentes ao trabalho enquanto categoria de análise, sua contemporaneidade e a relação capital/trabalho na produção do espaço, com interesse nos movimentos sociais, suas teorias e suas relações, além da política de produção e apropriação do espaço.

1.1.3 Regional Jataí

Quando o Programa de Geografia é criado em Catalão, o IESA, de acordo com Cavalcanti (2015), havia matriculado, em Goiânia, 241 alunos de mestrado, com uma evasão de 20 alunos, que concluiram suas pesquisas entre 1995 e 2008, totalizando 187 dissertações. A criação do Programa em Catalão teve um forte amparo do Programa do IESA, assim como o de Jataí. A respeito dessa relação constituída entre o IESA e o Programa na Regional Jataí, Peixinho[8] ressalta que a construção do grupo que estruturou o Programa teve a ajuda de docentes do IESA, que tiveram o propósito de criar as condições mínimas para ter um quadro docente qualificado. Nessa perspectiva, três pesquisadores do IESA se tornaram efetivos em Jataí: Lana de Souza Cavalcanti; Eguimar Felício Chaveiro; e Ivanilton José de Oliveira. Em depoimento, Chaveiro[9] faz o seguinte registro da inserção no Programa de Jataí:

> Tenho um gosto pelo diálogo diferenciado, gosto de ouvir o diferente. Tenho dificuldade de ficar preso nas mesmas coisas e acho que fomos requisitados para dar uma contribuição na estruturação do Programa e tive gosto de fazer isso, embora seja penoso para mim e para os orientandos. Embora eu tenha aprendido muita coisa, inclusive no campo agrário. Muitas coisas que aprendi ali universalizo nas minhas aulas, cito, pude entender coisas de Goiás, dos povos indígenas a partir das pesquisas que orientei.

A partir dessa interação e diante do contexto de interiorização da Pós-Graduação brasileira – em que pese a dificuldade estrutural para viabilizar essa política de expansão - o Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado, em Geografia, na Regional Jataí, *stricto sensu*, foi criado no ano de 2009. No que tange à formação do Programa, Clemente[10] faz uma ponderação quanto a diferença entre o Programa da Regional Jataí e o IESA, haja vista que se

[8] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 4).
[9] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro, em 23 de agosto de 2017(Anexo 8).
[10] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Evandro César Clemente, em 02 de agosto de 2017(Anexo 5).

tornar professor da instituição implicava quase que automaticamente em contribuir com o Programa diante de um cenário de poucos professores, diferentemente do IESA que possui 45 docentes e pode, conforme Evandro, montar um grupo com as melhores publicações para estruturar a Pós-Graduação. Porém, apesar das adversidades, a primeira avaliação do curso de mestrado foi positiva e teve o seu conceito aumentado, abrindo a possibilidade de pleitear o curso de doutorado. Diante disso, em 2016, deu-se início ao doutorado em Geografia, o primeiro curso de doutorado da Regional Jataí.

Esse Programa foi implementado com o objetivo de capacitar profissionais para atuar em diversos níveis de ensino e pes quisa, com vistas ao desenvolvimento e planejamento regional, considerando as questões ambientais e territoriais, proporcionando as condições necessárias para elaboração e divulgação do conhecimento científico. À vista disso, propõe abordar (Figura 3) vários temas e técnicas, como recursos hídricos, sensoriamento remoto, clima, áreas degradadas, setor sucroenergético, agricultura familiar, cultura e planejamento decorrentes do processo de uso e ocupação das áreas de cerrado.

Figura 3 - Folder de apresentação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG Regional Jataí – 2009

Fonte: <https://posgeo.jatai.ufg.br/p/2053-apresentacao>.

O Programa define a área de concentração por “Organização do espaço nos domínios do Cerrado brasileiro”, com duas linhas de pesquisa: (1) “Análise ambiental” e (2) “Organização e gestão do espaço rural e urbano do cerrado brasileiro”. A primeira está relacionada à questão ambiental e o aquecimento global, que versam sobre as suas repercussões no território brasileiro, os seus impactos ambientais da exploração do solo no

cerrado brasileiro e as geotecnologias aplicadas à análise do uso e ocupação do cerrado. A segunda linha trata de temáticas relacionadas à ocupação do cerrado e sua dinâmica regional, a relação campo-cidade e a produção do espaço no cerrado brasileiro e a evolução do pensamento geográfico.

Após a apresentação dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, é possível sintetizar, por meio do Quadro 1, as informações gerais de cada um deles.

Quadro 1 - Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG

Cidade	Nível	Ano de criação	Número de docentes	Área de concentração	Linhas de Pesquisa	Disciplinas obrigatórias
Goiânia	Mestrado	1995	36	Natureza e produção do espaço	Dinâmica Socioespacial	1. Ambiente e apropriação de regiões do cerrado 2. Teoria e Método em Geografia
	Doutorado	2006			Análise Ambiental e tratamento da informação geográfica	
					Ensino-aprendizagem de geografia	
Catalão	Mestrado	2008	15	Geografia e ordenamento do território	Estudos ambientais	1. Seminário Interno do mestrado 2. Planejamento de pesquisa 3. Teoria e metodologia da ciência geográfica
					Ordenamento do território e estudos rurais	
					Trabalho e Movimentos Sociais	
Jataí	Mestrado	2009	17	Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro	Análise ambiental	1. Formação do pensamento geográficos 2. Metodologia da pesquisa em Geografia 3. Seminário de Mestrado
	Doutorado	2016			Organização e gestão do espaço rural e urbano do cerrado brasileiro	

Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Todavia, verificou-se especificidades quanto ao contexto da implementação, estruturação e dinâmica. As áreas de concentração, assim como as linhas de pesquisa e até mesmo as disciplinas obrigatórias imprimimem uma identidade aos Programas. Lencioni (2013) fez uma análise das linhas de pesquisa em Geografia com o objetivo de compreender por que alguns temas emergem com força enquanto outros são esquecidos. Nesse sentido, observou uma grande referência ao uso do conceito valorativo de "ambiente". Conforme Lencioni (2013, p. 13), essa terminologia emerge com o propósito de substituir "natureza" que remeteria aos tempos de ruptura entre a geografia humana e a geografia física, enquanto que esses outros termos anunciam a possibilidade da produção de um conhecimento mais integrado, em grande parte afeito, ainda, no âmbito das particularidades herdadas no campo da própria geografia física. Não obstante, os três Programas são constituídos de linhas de pesquisa que tratam dessa temática: "Análise Ambiental e tratamento da informação geográfica", "Estudos Ambientais" e "Análise Ambiental".

Outra observação a ser destacada a menor ocorrência do conceito de "planejamento" como linha de pesquisa na geografia. Há um direcionamento aos conceitos de gestão e ordenamento territorial, como se observa nos Programas: da Regional Jataí, "Organização e gestão do espaço rural e urbano do cerrado brasileiro"; e na Regional Catalão, "Ordenamento do território e estudos rurais".

> Essa mudança se relaciona às novas condições históricas, nas quais o Estado nem é mais o grande planejador e nem é mais o grande empreendedor, como o foi no passado, quando ele era o senhor na ação pública. Hoje em dia, os planos são adjetivados de estratégicos e têm a característica de articular a ação pública com a privada. Nessa articulação, a ação privada tem disparadamente maior liberdade de propor ações e estratégias que anteriormente, quando o planejamento era fortemente centralizado pelo Estado (LENCIONI, 2013, p. 16).

São mudanças no âmbito da Pós-Graduação, decorrentes das vicissitudes da sociedade. Conforme entrevista concedida a Pereira (2016), Calaça afirma que a questão agrária, por exemplo, está posta em uma nova dimensão, exigindo uma compreensão das ações das empresas e do Estado diante de uma nova dinâmica econômica. Torna-se evidente a impossibilidade de pensar a produção científica deslocada da realidade que está inserida. Nessa perspectiva, destacam-se que as duas linhas citadas possuem uma abordagem relativa

ao “rural”, o que dá margem para identificar que o rural exerce uma centralidade no contexto dos Programas. Ao se atentar para o estado de Goiás, tem-se que a representação da sociedade goiana é, muitas vezes, ligada ao rural, em razão do destaque que a atividade agrícola e pecuarista exercem. Como informa Teixeira Neto (2008, p. 1):

> A história de Goiás e dos goianos é ligada à agropecuária do mesmo modo que o cordão umbilical do bebê em gestação é ligado à mãe. Sem ela, Goiás teria levado um século, ou mais, para se formar histórica, social e economicamente. Por aqui a roça e o boi são mais que símbolos emblemáticos, porque, mais que em outras regiões do Brasil, foi no campo que as coisas funcionaram. Não há cidade, vila ou lugarejo goiano que não tenha relação direta com a agropecuária. São, portanto, poucos os lugares habitados que não tenham nascido da atividade agro-pastoril. É por esse, e por outros motivos, que somos uma sociedade de raízes agrárias e que carregamos os estigmas e estereótipos a ela ligados.

Essa identidade rural pode ser identificada, também, na literatura produzida sobre Goiás, tem-se em Hugo de Carvalho Ramos uma narrativa que evidencia as relações do homem com a terra. Ainda que não seja o objetivo central da literatura produzida pelo autor, a obra contribuiu para a construção da identidade do homem sertanejo, *Tropas e Boiadas*, publicado em 1917, demonstra a importância da ruralidade a partir da descrição dos hábitos e costumes, das festividades, relações de trabalho e paisagens existentes no final do século XIX e início do XX.

A identidade sertaneja resiste ao tempo. Mendonça (2004), com o objetivo de desvendar a urdidura do capital e do trabalho nas áreas de cerrado, em Goiás, aponta para as transformações espaciais e as redefinições da relação cidade-campo diante da incorporação desses territórios no circuito produtivo e destaca a figura do sertanejo nas cidades.

> Ser sertanejo está diretamente vinculado ao campo. Mas no caso goiano, uma sociedade fincada e entranhada na terra, parcela dos citadinos, parte intrínseca dessa sociedade, se considera sertaneja, pois experenciam e vivenciam as agruras e as belezas do sertão e se orgulham de dizer que são sertanejos, expressando a constituição de identidades sertanejas, frente ao novo, ao civilizador àquele que nos olha de forma estranha e assustada (MENDONÇA, 2004, p. 151).

Outro fato que evidencia a ruralidade do estado é a expressiva produção agrícola de Goiás. O estado se destaca como o maior produtor de sorgo do Brasil, além de estarem entre os quatro maiores produtores agrícolas com destaque para produtos, como tomate, cana-de-açúcar e girassol (em grão). A estimativa feita, em 2016, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no que tange a produção de grãos, no Brasil, referente à safra 2015-2016 indica Goiás como o quarto maior produtor, com 18.721,50 mil toneladas, representando 9,5% da produção nacional.

A respeito da pecuária, os municípios goianos se destacam no cenário nacional. Através da atuação do complexo agroindustrial criado pela empresa Perdigão, o município de Rio Verde, por exemplo, se destacou como maior produtor individual de aves, no Brasil, em 2009. O efetivo bovino em Goiás é um dos maiores do país, com destaque para o desenvolvimento da pecuária de corte.

> De fato, a pecuária bovina de corte movimenta a economia goiana em diferentes etapas do processo de produção e comercialização da carne, contribuindo para o incremento da agroindústria alimentícia e para o desenvolvimento do comércio goiano. Entretanto, devemos nos atentar que esse processo resulta em alterações no uso do espaço, com implicações socioeconômicas e ambientais (AURÉLIO NETO, 2014, p. 16).

A atividade agropecuária sempre esteve presente na organização espacial de Goiás. Segundo Chaul (2002), a agropecuária ganha mais destaque com o declínio do período da mineração.

> [...] assim que o ouro deixou de representar o principal produto da economia goiana, um processo de ‘êxodo aurífero‘ fez com que um forte contingente populacional abandonasse a Província para se dedicar à lavoura e à pecuária. Foi por meio deste processo de ocupação que a economia goiana se tornou agrária. A diminuta produção do período, que se seguiu ao colapso da mineração, tornou a economia de Goiás praticamente estagnada. A historiografia goiana atesta, em todo o conjunto de suas produções, que foi por meio da pecuária que se procurou manter ativo o sistema de produção mercantil, abastecendo de gado os mercados do Centro-Sul e Norte Nordeste do país. Da crise da mineração ao início do século XX, o setor agrário e o erário público teriam sobrevivido das rendas advindas da pecuária (CHAUL 2002, p. 91-92).

Pensar o agrário requer que se reconheça a centralidade do rural e do agrícola no estado ao longo do tempo. Vale destacar que não se trata de vocação natural para a atividade

agropecuária, pois se entende que é uma ação planejada de atores que atuaram e atuam na organização do espaço. Diante desse cenário, destaca-se na produção acadêmica,o interesse em compreender, refutar e analisar inúmeras questões decorrentes dessa relação com o espaço agrário.

No tocante à Pós-Graduação, cabe salientar outros Programas da UFG que desenvolvem pesquisas sobre tais questões, como o mestrado em Direito Agrário, da Faculdade de Direito, o primeiro curso de mestrado em direito agrário do Brasil. O Programa tem um compromisso com a realidade social e surge em 1985 em consonância com a "aptidão agrária" da Região Centro-Oeste. Além disso, o mestrado foi precedido de cursos de especialização e de extensão com identidade agrária e de defesa dos direitos do homem do campo[11]. Outro exemplo é o mestrado e o doutorado em Agronegócio, da Escola de Agronomia, criado em 2004, que afirma manter a tradição da UFG em produzir conhecimento vinculado à realidade local e regional, com o propósito de atender as demandas por pesquisas sobre os fatores que afetam a competitividade e a dinâmica do agronegócio regional, sob o enfoque da sustentabilidade econômica, social e ambiental[12]. Em 2016, o Programa recebeu aprovação para o doutorado.

Ao analisarmos as dissertações e teses relacionadas ao rural e ao agrário, torna-se indispensável apontarmos para o mestrado em História das Sociedades Agrárias, criado em 1972, a partir de um convênio com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP. Vale destacar que em Goiás, de acordo com Salles e Freitas (1994), o ensino superior teve um crescimento lento, decorrente de condicionamentos geográficos e históricos que inviabilizavam projetos mais ambiciosos na educação. A UFG é criada no ano de 1960 e doze anos depois, o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) o mestrado em Letras e em História foi criado com intenção de formar docentes e pesquisadores, investigar e valorizar os arquivos regionais e contribuir para a elaboração da História Regional e da História do Brasil. Quanto ao Programa, Salles e Freitas (1996, p. 9) afirmam que

> Proposta pelo professor Pe. Luis Palacín, a área de concentração foi definida como sendo História das Sociedades Agrárias, lato sensu, por corresponder

[11] Informações obtidas no histórico do Programa disponível em: <https://prpg.ufg.br/p/25549-direito-agrario>. Acessado em: 18 de junho de 2019.

[12] Informações obtidas na apresentação do Programa disponível em: https://ppagro.agro.ufg.br/n/27713-programa-de-pos-graduacao-em-agronegocio-ea-ufg>. Acessado em: 18 de junho de 2019.

> às raízes econômicas regionais, bem como as do Brasil. Essa escolha, ainda que ampla e potencialmente rica, tornou preciso e específico o campo de trabalho do Mestrado. Explicitaram-se também a sua linha de pesquisa, a saber: Movimentos Sociais no Campo, História das Relações de Trabalho e Teoria e Metodologia da História.

O Programa permitiu o acompanhamento sistemático da modernização rural na região Centro-Oeste. As dissertações de mestrado retrataram as alterações decorrentes desse processo na economia, na sociedade, nos valores e costumes tradicionais da região. Dois pesquisadores que orientaram dissertações e teses em geografia agrária nos Programas de Geografia da UFG cursaram mestrado no Programa de História das Sociedades Agrárias. Em 1993, Helena Angélica de Mesquita desenvolveu a dissertação sobre "A modernização da agricultura: um caso em Catalão - GO" e Marcelo Rodrigues Mendonça, no ano de 1998, defendeu a dissertação intitulada "A questão regional e o campesinato: a agricultura em Catalão – Goiás". Mendonça[13] conta que por existirem apenas dois cursos de mestrado, entre 1995 e 1996, em Goiás, e por ter feito especialização em Educação, optou pelo Programa em História das Sociedades Agrárias.

> […] vim fazer o mestrado na História. E aí, [Luís] Palacin, Gilka [Vasconcelos Salles], que foi minha orientadora, tive muito contato com a Lena Castelo Branco, Maria França que era a velha guarda de uma História mais econômica, mais social com uma pegada uspiana de uma pegada política forte também, desde Caio Prado Júnior a Raymundo Faoro, tanto os economistas quanto os historiadores. Também no curso de História, passamos a ter contato com a chamada Nova História, que era o movimento já de rever essa postura mais crítica da História nos anos [19]70. […] O mestrado na História me permitiu rever muitas questões e o contato com um marxismo que chamamos de mais heterodoxo, a escola marxista britânica: Raymond Williams, Edward [Palmer] Thompson, Perry Anderson, vieram da escola marxista britânica. Foi um contato importante.

A partir do depoimento, certifica-se da importância de analisarmos a trajetória acadêmica dos orientadores, a fim de compreender de forma mais sistemática a produção científica em Geografia agrária sob a ótica das instituições e dos Programas que fizeram parte. Até o presente, a discussão evidencia que os Programas de Pós-Graduação, ao serem estudados, precisam ser postos em seus contextos sociais; os sujeitos que fazem parte da comunidade científica carecem de uma análise mais detalhada acerca da sua formação e dos seus pressupostos teóricos e metodológicos.

[13] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça em 25 de agosto de 2017 (Anexo 10).

1.2 Os orientadores das dissertações e teses: formação e referências teórico-metodológicas

Em relação às influências intelectuais, a colocação da orientadora Ribeiro[14]: "É no fazer que as coisas acontecem, não é a chegada, o importante é a travessia", remete à relevância de nos atermos à trajetória dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Entende-se que os orientadores são sujeitos singulares que estabelecem relações importantes com os orientandos no processo de geração de novos conhecimentos científicos. Saviani (2002, p. 159) debate o papel da orientação na Pós-Graduação em Educação e afirma que o ponto nodal do sistema de é a orientação, pois "é, com efeito, através do processo de orientação, que o aprendiz de pesquisador pode dar, com segurança, os passos necessários ao domínio desta difícil prática, que é a pesquisa".

Um dos objetivos dessa investigação constite em elucidar as referências teóricas e metodológicas que nortearam a produção do conhecimento e a formação dos orientadores em geografia agrária, dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG, no período entre 1995 e 2015. Buscou-se identificar os princípios constitutivos e as tendências que orientaram a formação dos pesquisadores e das pesquisadoras. Tomou-se como referência, para análise da formação acadêmica e profissional, as informações declaradas no currículo Lattes, na Plataforma Lattes[15]. O foco principal de discussão foram os interesses, influências, leituras e convívios que foram delineando a trajetória dos sujeitos que foram investigados.

Johnston (1986) discorre sobre a história da geografia humana anglo-americana pós 1945 e considera que ao se estudar uma disciplina acadêmica é preciso estudar uma sociedade dentro de uma sociedade; ambas são relevantes na definição das limitações, tanto à atividade individual quanto à de grupo. Para o autor, a expressão "sociedade dentro da sociedade" implica, fortemente, que a vida acadêmica não se desenvolve independentemente. Ela não é um sistema fechado, mas, mais exatamente, encontra-se aberta às influências e orientações da sociedade maior que a contém.

[14] Entrevista, concedida à autora, pela Profa. Dinalva Donizete Ribeiro, em 24 de agosto de 2017 (Anexo 9).

[15] É um currículo de padrão nacional com o registro da vida acadêmica dos estudantes e pesquisadores que atuam no Brasil, encontrado na plataforma que integra dados dos currículos, grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações.

Dessa forma, o primeiro eixo temático abordado nas entrevistas dessa pesquisa se concentrou, portanto, nas motivações acerca da Geografia. Desejava saber como os entrevistados chegaram até a Geografia acadêmica e, particularmente, até a Pós-Graduação em Geografia. Interessava saber sobre os contatos iniciais com o campo disciplinar geográfico: lugares, momentos, pessoas e ensejos. Nessa perspectiva, a professora Vera Lúcia Salazar Pessoa[16] salienta que

> Meu interesse pela Geografia começou em 1966 quando cursei a 6ª. Série do Curso Ginasial. A professora de geografia era excelente e com o uso do mapa, atlas, quadro e giz nos fazia "viajar" pelo Brasil e em 1967 e "viajar" pelo mundo. Suas aulas eram muito didáticas. Esta professora foi responsável por este interesse pela Geografia.

O relato da professora Vera Lúcia é semelhante aos de outros entrevistados no que se refere ao interesse inicial pela Geografia, com destaque aos pesquisadores que foram atraídos, ainda no ensino básico, por inquietações geográficas e influência de professores que fizeram aproximar, mais tarde, das ciências humanas e do campo disciplinar geográfico. Alguns professores afirmam que para além da afinidade com as ciências humanas, também tinham poucas opções de cursos para o ingresso no ensino superior, o que os fizeram ver a Geografia como a escolha mais viável.

Outros depoiemtos são semelhantes no que se concerne o momento político. O período de redemocratização, no Brasil, após a Ditadura Militar, ao final da década de 1980, marca a reabertura política, com as lutas populares, o engajamento político e a atenção às demandas sociais. Alguns pesquisadores que ingressaram no ensino superior no final do século XX destacaram a influência do contexto político e social.

O professor Eguimar Felício Chaveiro descreveu seu ingresso no curso de Geografia no momento de efervescência política, em termos parecidos aos de outros professores, apresentando outros motivos para suas escolhas profissionais, como a relação à origem social, com a sua classe. Do mesmo modo, Manoel Calaça, Dinalva Donizete Ribeiro e Marcelo Rodrigues Mendonça destacam suas origens vinculadas ao campo e às escolhas pela ciência geográfica. Vale destacar a notória relação da professora Helena Angélica de Mesquita com

[16] Entrevista concedida à autora, pela Professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, via correio eletrônico, no dia 31 de julho de 2018 (Anexo 12).

campo, conforme o trecho da homenagem concedida a ela no VII Simpósio Internacional de Geografia agrária, em Goiânia, em 2015:

> Uma mulher camponesa que se transformou [em] professora [...] É pesquisadora militante, sempre envolvida com a questão agrária no Brasil, com a luta pela terra e com os movimentos sociais, ao lado dos sujeitos da terra, dos pobres do campo e dos atingidos por barragens... Não se cansa de repetir: "Eu sai da roça, mas a roça não saiu de mim!"

A professora Helena Angélica de Mesquita, além da graduação em Geografia, é também graduada em Estudos Sociais pela UFG, em 1977. É preciso ressaltar que apenas dois professores não são graduados em Geografia: Hildeu Ferreira de Assunção, graduado em Agronomia, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), em 1983, e Barsanunfo Gomides Borges, com formação em História, pela UFG, no ano de 1976. Os demais foram graduados em Geografia, sendo que 55% tiveram o seu diploma pela UFG, dois pela UFU, e os demais pela UFMT, UNESP (PP), USP, UFMG e PUC GO.

Destaca-se que os professores que cursaram Geografia, até a década de 1980, registraram a presença da formação pautada na influência da geografia clássica e de autores franceses. Manoel Calaça relata que o curso de geografia, do Departamento do Instituto de Química e Geociências (IQG), da UFG, na década de 1970, quando ingressou, era muito descritiva e lia-se autores como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines. Na mesma perspectiva, Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira relembra que o curso de Geografia foi um dos primeiros implementados, na UFG, na área de humanas e que tinha um componente hamado "geografia tradicional", que a pesquisadora denomina de "geografia clássica". Destaca a leitura de clássicos, como Pierre George e Max Sorre como autores presentes na base da sua formação. Entretanto, a professora relata que durante a graduação ocorreu a aproximação com a geografia teorética, decorrente da influência do IBGE e de professores oriundos da UNESP de Rio Claro, e da geografia crítica, a partir das leituras autores que marcaram a renovação da Geografia, no Brasil.

Com efeito, a geografia crítica é, marcadamente, a corrente mais citada por orientadores e orientadoras como concepção presente na formação. Essa influência ocorreu pela convivência com professores que se fundamentavam na geografia crítica e pela leitura de

autores que marcam o período crítico da Geografia. O depoimento de Mendonça[17] destaca algumas dessas referências que foram constitutivas da identidade do curso de Geografia na Regional Catalão.

> Fui formado no final dos anos [19]80, de [19]87 a [19]90, no auge do chamado movimento de renovação da geografia brasileira, chamada "geografia crítica" brasileira. [...] E o Horieste [Gomes] e o Valter [Casseti], tinha o João de Castro, que não dava aula, mas tinha uma relação forte com Catalão. Eles tinham uma relação muito forte com o Ruy Moreira, com essa Geografia, com essa pegada. Esses autores foram autores com os quais a gente conviveu um pouco mais na graduação, porque eles iam a Catalão, iam aos eventos. O Ruy [Moreira] e Valter [Casseti] estiveram lá em alguns eventos. Diríamos assim, que os teóricos da Geografia mais críticos daquele modelo que se fazia até então era aquilo que nos orientava e era o que deu, inclusive, identidade para o curso de Geografia em Catalão.

Em relação à convivência, destaca-se, para aqueles que cursaram no Departamento de Geografia do IQG, a presença do professor Horieste Gomes. Eguimar Felício Chaveiro chama atenção para a liderança que o geógrafo exercia na AGB e relembra o seu itinerário no Partido Comunista Brasileiro. A partir desse convívio, Chaveiro relata que se incorporou ao Centro Econômico Filosófico do estado de Goiás que foi decisivo para os estudos no âmbito da teoria marxista.

O trabalho desenvolvido por Freitas (2014) teve por objetivo compreender a participação do professor Horieste Gomes no movimento de renovação da geografia brasileira, no entendimento de que a ciência se dá a partir do contexto social em que está inserida e pelas bases teóricas e metodológicas que fundamentam o pensamento científico. Nesse sentido, para Horieste Gomes, a ciência não é neutra, podendo ser uma consciência social revolucionária, dependendo da postura do pesquisador.

> A forma pela qual ele incorpora o marxismo tem muito a ver com a sua militância. Ao entender que a consciência revolucionária, bem como exposta por Lenin, deve ser mediada pelo partido, Horieste posiciona a Geografia como um instrumento fomentador dessa consciência. Nesse sentido, as velhas formas de se fazer Geografia são ideologias que servem a classe dominante. Diante disso, precisa-se reformular essa ciência para que ela tome partido do lado mais fraco, ou seja, do trabalhador. Assim, a ciência e a política devem caminhar lado a lado, pois ela pode ser caminho para o despertar da política, e, por conseguinte, da consciência social (FREITAS, 2014, p. 289-290).

[17] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 10).

Dessa forma, um saber que não esteja comprometido com uma ruptura social deve ser superado. Para Horieste Gomes, conforme Freitas (2014), o único saber comprometido com a questão social e que deve ser desenvolvido e aplicado é aquele de concepções críticas características da Geografia influenciada pelo marxismo ou pelo marxismo-leninismo.

A leitura das obras de Ruy Moreira, assim como a sua influência, é destacada de forma recorrente nas entrevistas realizadas. Ruy Moreira, geógrafo brasileiro, considerado um dos expoentes da geografia crítica, apresentava a ideia de que a partir da análise do arranjo espacial a Geografia serviria para desvendar máscaras sociais, isto é, desvendar as relações de classe que produziram o arranjo espacial. Para Moreira (2010), o espaço geográfico é produto social, e defende a ideia de que a História se realiza no espaço. Dessa forma, a Geografia possui um objeto historicamente determinado e se constitui como uma ciência social.

Essa concepção de Geografia foi bastante presente na formação dos geógrafos brasileiros que vivenciaram o período de renovação. Em Goiás, a participação de Ruy Moreira no ambiente acadêmico era frequente, como afirma Gomes (1999, p. 163) ao discorrer sobre a produção geográfica no estado.

> Sua presença entre nós, até os dias atuais, tem sido uma constante, e sua efetiva contribuição já soma mais de uma dezena de eventos, tais como cursos, seminários, mesas redondas, palestras, conferências, gestões coletivas, atividades de Pós-Graduação, textos etc. Enfim, atividades em que ele vem participando ativamente conosco.

O orientador Chaveiro[18] relata que Ruy Moreira era presidente da AGB, na gestão 1980-1982, e exercia uma influência muito forte no que ele lia, como também no que fazia. Destaca-se, portanto, a postura militante dos geógrafos no final do século XX. A aproximação dos professores com os movimentos sociais é apresentada nos relatos sobre a trajetória acadêmica. A professora Rusvênia Luzia Batista Rodrigues da Silva[19] descreveu o ambiente do IESA nos primeiros dias de aula na graduação.

> [...] no ano de 1997 aconteceu uma marcha, foi a marcha dos 100 mil, foi organizada pelo MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] no Brasil

[18] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro, em 23 de agosto de 2017 (Anexo 8).
[19] Entrevista, concedida à autora, pela Profa. Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, em 03 de agosto de 2017 (Anexo 6).

> inteiro. Eles vinham a pé de vários lugares para Brasília. Assim que entrei no curso, estávamos vivendo esse momento, o MST estava em ampla expansão enquanto movimento social e os estudantes do primeiro ano foram convidados para irem a Brasília para participar da manifestação organizada pelo MST. Chego no curso nesse contexto nacional de crescimento do MST. [...] Tenho fotos até hoje, tenho um caderno de anotações em que escrevo sobre essa experiência por que ela foi algo que mudou completamente a minha vida. Eu nunca tinha participado de algo assim. Portanto, teve essa aula inaugural que me fascinou e que foi um fascínio generalizado, o grupo todo muito empolgado[...]. Naquele momento comecei a me interessar do ponto de vista prático por essa questão de participar das mudanças sociais ativamente e no próprio IESA, pelos professores que participaram da minha formação no primeiro ano.

Outros pesquisadores seguiram caminho similar, destacando as influências de alguns acadêmicos em suas trajetórias na Geografia. Dentre os entrevistados que situaram seu contato com o campo disciplinar, pondo em evidência a participação marcante de alguns de seus professores, a professora Dinalva Donizete Ribeiro relembra a militância e as referências apresentadas acerca do materialismo histórico e dialético, do Marcelo Rodrigues Mendonça e da Helena Angélica de Mesquita, na Regional Catalão. Do mesmo modo, Evandro César Clemente salienta a influência direta dos professores que lecionaram durante a graduação na UNESP, em Presidente Prudente, como: o Antônio Nivaldo Hespanhol, Bernardo Mançano Fernandes, Eliseu Savério Sposito e Maria Encarnação Beltrão Sposito. Os dois professores entrevistados, Dinalva e Evandro, são docentes credenciados no Programa de Pós-Graduação da Regional Jataí. Nesse sentido, vale ressaltar que em relação à formação em nível de graduação, esse Programa possui a maior diversidade de professores formados em diferentes instituições. Os seis docentes analisados são oriundos de instituições de ensino superiores distintas[20].

No que se refere ao mestrado, os docentes vinculados aos Programas decorrentes do processo de interiorização da Pós-Graduação nos anos 2000, Catalão e Jataí, guardam uma maior variedade de áreas e de instituições (Quadro 2). Os professores que fizeram mestrado na área de Geografia representam 60% do total dos orientadores. Contudo, foram identificados 4 mestrados na área de História, 1 em Geociências, 1 em Geociências e Meio Ambiente, 1 Agronomia e 1 em Educação.

[20] São elas: Universidade Federal do Mato Grosso, Pontifícia Universidade Católica - Goiás, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, Universidade Federal de Lavras e Universidade Federal de Goiás Regional Catalão e Regional Goiânia.

Quadro 2 - Perfil de formação em nível de mestrado

Pesquisador	Área	IES	Título da Dissertação	Orientação	Ano
IESA					
Barsanunfo G. Borges	História	UFG	Transporte e modernização da economia regional.	Dalísia E. Doles	1984
Celene C. M. A. Barreira	História	UFG	Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza	Antonio Texeira Neto	1989
Joao Batista de Deus	Geografia	USP	A urbanização de Goiás	Francisco C. Scarlato	1996
Manoel Calaça	Geografia	UNESP (RC)	Características da Pequena Produção no Estado do Acre	Miguel César Sa nches	1983
Maria Geralda de Almeida	Geografia	Université de Bordeax III	Recherches bibliographiques signaletique s analytiques sur les modes d'utilisation d u sol en milieu forestier tropical humide	Jean Koecklin	1982
Ronan E. Borges	Geografia	UNESP (PP)	As indústrias de produtos alimentares de Uberlândia: redes e fluxos	Eliseu Savério Sposito	2000
Rusvenia L. B. R. da Silva	Geografia	UNESP (PP)	Sobre o Campones do Sertão: Produção do Espaço e Identidade Campo nesa em Assentamentos do município de Goiás GO	Bernardo M. Fernandes	2003
Selma Simões de Castro	Geografia	USP	Formações Superficiais no Platô de Itapetininga (SP): material de origem do Latossolo Vermelho Escuro	José Pereira de Queiroz Neto	1979
Tadeu Alencar Arrais	Geografia	UFG	Os discursos no urbano e as imagens da cidade	Lana de Souza Cavalcanti	2000
Regional Catalão					
Estevane de Pau la P. Mendes	Geografia	UFU	A produção familiar em Catalão (GO): a Comunidade Coqueiro	Vera Lúcia S. Pessôa	2001
Helena Angélic a de Mesquita	História	UFG	A modernização da agricultura - um caso em Catalão (GO)	Maria de Sousa França	1993
Idelvone Mendes Ferreira	Geociênci as	UFBA	As Relações Morfopedológicas em Formações Superficiais de Cimeira. O Exemplo do Complexo Dômico de Catalão -GO	Ilson Guimarães Carvalho	1993
Marcelo R. Mendonça	História	UFG	A Questão Regional e o Campesinato: A Alhicultura em Catalão-Goiás	Gilka V. Salles	1998
Vera Lúcia S. Pessoa	Geografia	UNESP (PP)	Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural e m Uberlândia	Miguel Cézar S anchez	1982
Regional Jataí					
Dimas Moraes Peixinho	Geografia	USP	Onças Vermelhas e Amarelas - A ocupação dos cerrados e a dinâmica so cioespacial em Rondonópolis – MT	Iraci Gomes V Palheta	1998
Dinalva Donizet e Ribeiro	Geografia	UNESP (PP)	Modernização da agricultura e (Re)organização do espaço no município de Jataí GO	Antônio N. Hespanhol	2002
Eguimar Felício Chaveiro	Educação	UFG	O ensino de geografia da UFG e o desenv olvimento do pensar geográfico	José Carlos Libâneo	1996
Evandro César Clemente	Geografia	UNESP (PP)	Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jal es SP	Antonio N. Hespanhol	2006
Hildeu Ferreira da Assunção	Agronomia	USP	Relações entre a radiação fotossinteticamente ativa e a radiação global em Piracicaba SP	Valter Barbieri	1994
Raquel Maria de Oliveira	Geociência s e meio ambiente	UNESP (PP)	Fatores ambientais e espécies endêmicas: o uso de sistema de informação geográfica para a conservação da biodiversidade no Sul da Bahia	Harold Gordon Fowler	1997

Fonte: Plataforma Lattes. Organização: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Nota-se que os trabalhos realizados pelos professores da Regional Catalão possuem uma unicidade. Apenas um dos orientadores não fizeram mestrado sobre o espaço agrário. Além disso, o recorte espacial adotado na maioria das dissertações produzidas pelos orientadores e oritadoras foi o próprio município de Catalão, com exceção da Vera Lúcia Salazar que tinha o recorte em Uberlândia (MG). Tal unicidade não é verificada nos outros dois Programas, em que os orientadores e orientadoras fizeram trabalhos, durante a Pós-Graduação, de geografia urbana, geografia regional, geografia econômica, geografia física e demais áreas e recortes espaciais que corroboram numa pluralidade de sujeitos que constituem os Programas de Pós-Graduação.

Em relação à formação em nível de doutorado (Quadro 3), chama atenção o fato de que há uma concentração maior no que se refere à área de formação, 85% dos orientadores e orientadoras defenderam suas teses em Geografia. Também foram identificadas teses em Agronomia e Geociências e Meio Ambiente, defendidas na Unesp de Presidente Prudente por professores credenciados no Programa de Jataí e uma tese em História Econômica na USP do professor vinculado ao IESA. Além disso, destaca-se, com a exceção da Professora Maria Geralda de Almeida que cursou o doutorado na Université de Bordeaux III, na França, que os demais pesquisadores cursaram em instituições do Rio de Janeiro e, majoritariamente, de São Paulo. Assim, registra-se uma forte concentração do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, no que concerne ao centro de produção do conhecimento científico. Somando a UNESP de Rio Claro e a de Presidente Prudente, 40% dos docentes obtiveram suas titulações de doutorado nos Programas desta instituição; 35% são teses defendidas no Programas da USP, 20% na UFF e 0,5 % na UFRJ.

Quadro 3 - Perfil de formação em nível de doutorado

Pesquisador	Área	IES	Título da Dissertação	Orientação	Ano
IESA					
Barsanunfo G. Borges	História Econômica	USP	Goiás - Modernização e Crise 1920-1960	Oswaldo Luis Angel Coggiola	1994
Celene C. M. A. Bar reira	Geografia	USP	VÃO DO PARANÃ estruturação de um território regional	Claudete Barriguela Junqueira	1997
Joao Batista de Deus	Geografia	USP	O Sudeste goiano: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira	Francisco C. Scarlato	2002
Manoel Calaça	Geografia	UNESP (PP)	Violência X Resistência: Movimento dos Seri ngueiros de Xapurí e a Proposta de Reserva Extrativista	Beatriz Soares Pontes	1993
Maria Geralda de Al meida	Geografia	Université de Bordeax III	Experiences de colonisation rurale dans l'etat d'acre en amazonie bresilienne	Guy Lasserre	1985
Ronan E. Borges	Geografia	UNESP (PP)	No meio da soja, o brilho dos telhados: implantação da Perdigão em Rio Verde (GO) e as transformações e impactos socioespaciais	Silvia Selingardi Sampaio	2006
Rusvênia L. B. R. da Silva	Geografia	USP	Patrimônios Goianos: Lugar e Território. Estudo das Vilas Rurais de Cibele e Caiçara e seus conteúdos	Marta Inez Medeiros Marques	2009
Selma Simões de Castro	Geografia	USP	Sistemas de transformação pedológica em Marília, SP:B latos sólicos e B texturais	José Pereira de Queiroz Neto	1990
Tadeu Alencar Arrais	Geografia	UFF	A região como arena política: a produção da r egião urbana Centro-Goiano	Rogério Haesbaert	2005
Regional Catalão					
Estevane de Paula P. Mendes	Geografia	UNESP (PP)	A produção rural familiar em Goiás: as comunidades Rurais no município de Catalão	Rosângela A. M. Hespanhol.	2005
Helena Angélica de Mesquita	Geografia	USP	Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	2001
Idelvone Mendes Ferreira	Geografia	UNESP (RC)	O afogar das veredas. Uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do chapadão de Catalão (GO)	Helmut Troppmair	2003
Marcelo R. Mendonça	Geografia	UNESP (PP)	A urdidura espacial do capital e do trabalho n o Cerrado do Sudeste Goiano	Antônio Thomaz Júnior	2004
Vera Lúcia S. Pessoa	Geografia	UNESP (PP)	Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Para naíba (MG)	Miguel Cézar Sanchez	1989
Regional Jataí					
Dimas Moraes Peixinho	Geografia	UFRJ	A dinâmica sócioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação de centros dinâmicos: o caso de Ro ndonópolis (MT) e Rio Verde (GO)	Júlia Adão Bernardes	2006
Dinalva Donizete Ribeiro	Geografia	UFF	Agricultura caificada no Sudoeste de Goiás: e ntre o bônus econômico e o ônus Socioambiental	Jacob Binsztok	2005
Eguimar Felício Chaveiro	Geografia	USP	Goiânia: uma metrópole em travessia	Francisco Capuano Scarlato	2001
Evandro César Clemente	Geografia	UNESP (PP)	O Programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales – SP	Antonio N. Hespanhol	2011
Hildeu Ferreira da Assunção	Agronomia	UNESP (PP)	Modelo paramétrico para estimativa da radiação solar ultravioleta	João Francisco Escobedo	2003
Raquel Maria de Oliveira	Geociências e Meio Ambiente	UNESP (PP)	Distribuição de espécies arbóreas e sua relação com os fatores ambientais das matas úmidas da costa atlântica brasileira	Harold Gordon Fowler	2002

Fonte: Plataforma Lattes. Organização: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Em consonância com Johnston (1986, p. 28), o estudo da história de uma disciplina não é simplesmente uma cronologia dos seus êxitos. Ela é uma investigação da sociologia de uma comunidade, de seus debates, deliberações e decisões, assim como de suas descobertas. Nesse sentido, destacaremos as temáticas de pesquisa realizadas nas teses de doutorado, a partir do que é relatado pelos autores como palavras-chave definidoras de seus trabalhos. Sendo a ciência um processo social e histórico, as teses são parte desse processo, cumprindo um papel de comunicação e transferência de informação entre os cientistas e entre estes e os leitores. As teses desenvolvidas são determinantes para que a Pós-Graduação se constitua como um espaço privilegiado para o incremento da produção científica.

No que tange aos elementos que caracterizam a elaboração de uma tese de doutorado, Saviani (2002, p.185-186) afirma que

> a defesa de uma tese é a defesa de uma posiçãodiante de determinado problema. A tese pressupõe, em conseqüência, os requisitos de autonomia intelectual e de originalidade, já que estas são condições para que alguém possa expressar uma posição própria sobre determinado assunto. Ora, tais requisitos não são necessariamente exigidos no caso do mestrado. Supõe-se, antes, que é a conclusão do mestrado que propiciará o preenchimento desses requisitos, uma vez que, tendo realizado, com o apoio do orientador, um trabalho completo de investigação, esse exercício nas lides da pesquisa lhe permitirá adquirir um domínio teórico e prático do processo, atingindo, assim, a desejada autonomia intelectual que lhe facultará a formulação original de novos objetos de investigação. Dessa forma, enquanto para o mestrado a autonomia intelectual e a originalidade constituem ponto de chegada, um resultado, para o doutorado esses requisitos se põem no ponto de partida como condições prévias para a realização da etapa final do processo de formação do pesquisador, levado a cabo pelos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Isto posto, a partir da análise das palavras-chaves, foi possível identificar os temas escolhidos para servir de referência às teses dos professores orientadores. De modo geral, nota-se a presença de três grandes grupos de palavras: 1) Termos relacionados ao espaço agrário; 2) Palavras que fazem referência aos estudos da Geografia regional e urbana; e 3) Palavras-chave ligadas à geografia física e aos processos de análise da paisagem.

As referências ao espaço agrário nas teses estão relacionadas, principalmente, à modernização da agricultura, a constituição e dinâmica dos complexos agroindustriais, ao movimento da fronteira agrícola e à dinâmica socioespacial do Cerrado. Além disso, registram-se palavras referentes à luta pela terra, ao desenvolvimento rural e a ação do Estado por meio de políticas públicas. Esses termos representam a maior parte das palavras-chave

indicadas nas teses analisadas. Aquelas referentes à geografia física e aos processos de análise da paisagem, como: meio ambiente, latossolo, Sistema de Informação Geográfica, modelagem, preservação ambiental, radiação solar ultravioleta, etc.; estão presentes nas teses dos professores vinculados aos três Programas estudados, como: Selma Simões de Castro, no Programa do IESA; Idelvone Mendes Ferreira, em Catalão; e Hildeu Ferreira da Assunção e Raquel Maria de Oliveira, na Regional Jataí. Sendo assim, salienta-se que as dissertações e teses em geografia agrária produzidas entre 1995 e 2015 foram constituídas, também, a partir da relação de orientação com professores que não desenvolveram suas teses em geografia agrária. Do mesmo modo, foram identificadas teses acerca de temas da geografia urbana e regional, principalmente dos docentes vinculados ao IESA. O conceito de região, processo de urbanização e análise regional estão presentes nas teses desenvolvidas por Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, João Batista de Deus, Tadeu Alencar Arrais e Eguimar Felício Chaveiro.

Não obstante, quando questionados sobre as influências que receberam durante a elaboração das teses e das dissertações que predominaram as contribuições fundamentadas na geografia crítica. Uma Geografia que se colocou como alternativa diante das geografias reproduzidas sem ser socialmente engajada, trata-se de uma compreensão de ciência que não admite uma postura não ideológica e que buscou no marxismo um dos principais pilares teóricos e metodológicos para dar conta das contradições sociais. Essa compreensão é evidenciada por Calaça[21], ao narrar a trajetória na Pós-Graduação.

> No mestrado eu optei por fazer em Rio Claro que na época era referência. [...] e lá tive contato com os grandes nomes da geografia teorética. [...]Para o doutorado eu tinha que dar um salto de qualidade porquê, ora, vivendo no Acre num período de expansão da fronteira agrícola, de intensos conflitos entre fazendeiros e seringueiros, numa ebulição social muito grande, optei por fazer uma análise dos conflitos pela terra do Acre. [...]eu não me conformava com a estrutura de pensamento positivista, apesar de ter tido influência do professor Alexandre Felizardo Diniz, importante autor de obras importantes da geografia agrária. Mas que não davam conta de ler aquela realidade. Eu precisava de um arcabouço teórico dentro de uma perspectiva dialética que me permitisse fazer uma leitura social crítica da realidade acreana naquele período.

[21] Entrevista, concedida à Pereira (2016, p. 86), pelo Prof. Manoel Calaça, em 18 de fevereiro de 2016.

Analisando essas narrativas é possível apreender que a leitura e a assimilação dos textos de marxistas e demais textos que balizaram a geografia crítica, como os autores da Sociologia, História e Economia assumiram um caráter diversificado entre os professores. Os fundamentos teórico-metodológicos com uma mesma raiz (nesse caso, o marxismo) não levam, necessariamente, aos mesmos caminhos analíticos e nem às mesmas sínteses sobre a disciplina. Peixinho[22] salienta que

> [...] na Pós-Graduação, acho que principalmente as pessoas que me orientaram, tinham leituras mais no campo do marxismo. Iraci [Gomes de Vasconcelos] Palheta me orientou na Pós-Graduação, no mestrado e depois a Júlia Adão [Bernardes] no doutorado, e continuei um pouco nessa linha dos autores da chamada "escola crítica", seja lá o que isso quer dizer, porque há uma série de vertentes dentro da chamada "geografia crítica".

O professor Dimas Moraes Peixinho destaca ainda as influências e os trabalhos de grandes destaques na geografia crítica, especialmente os produtos do professor Milton Santos, que foi relembrado pela ampla maioria dos orientadores entrevistados, pelo seu projeto epistemológico e político de releitura profunda da Geografia. Além disso, Peixinho[23] problematiza os elementos que fundamentam a geografia crítica.

> Essa ideia de "geografia crítica" para alguns autores meio que incorporou várias, digamos, escolas ou correntes ou concepções. A palavra crítica não é muito precisa no que significa. Ela vem em uma roupagem de renovação da Geografia para fora, a partir da década de [19]70, aqui no Brasil especialmente no fim dos anos [19]80, com essa renovação que é liderada por vários autores como Ruy [Moreira], Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], Milton [Santos], enfim, para citar só alguns, mas a palavra crítica ficou muito dilatada. Então você tem uma geografia cultural que segue alguns elementos que também são incorporados pela "geografia crítica", você tem a chamada geografia marxista que também se coloca como geografia crítica.

Diniz Filho (2002) salienta que embora o movimento de renovação da Geografia se constitui a partir da crítica aos métodos até então vigentes, esse movimento se caracteriza majoritariamente pelo esforço de absorção do marxismo na ciência geográfica. Segundo o autor, isso foi realizado de maneira bastante radical, uma vez que se utilizavam os conceitos de Marx para explicar os fenômenos espaciais. Para Chaveiro (2013), a leitura ortodoxa leva,

[22] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 4).
[23] Entrevista, concedida à autora, pelo Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 4).

eventualmente, a um "pensamento filiatório" carente de fundamentações que permitam a leitura da realidade. Ribeiro[24] afirma que vê a sua atuação como pesquisadora a partir da geografia crítica, mas reconhece as limitações dessa escola.

> No entanto, hoje percebo que a geografia crítica tem limites, assim como tudo tem. Acho que um problema nosso é acreditar que as coisas dão conta por si só e talvez esse seja um problema da geografia crítica, de acreditar que tem uma única forma de pensar, que acaba enrijecendo a leitura de mundo e de espaço. No caso da geografia crítica, a atuação dos profissionais dessa corrente se confunde muito com uma atuação militante, porque uma coisa é o método, é a pesquisa, outra coisa é o uso do resultado dessa pesquisa para a militância, militância política e inclusive para militância profissional que nós todos fazemos. Acho que a coisa se complica um pouquinho.

Moraes (2002), ao defender o termo "geografia crítica", afirma que essa denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Teorética), que foi levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Esse entendimento de postura crítica é defendido de forma significativa pelos entrevistados.

Há um grupo de professores que afirmam que as suas pesquisas estão pautadas numa postura crítica mas não, necessariamente, na geografia crítica fundamentada no marxismo heterodoxo e na dialética materialista. Contudo as professoras Ribeiro e Barreiras apontam a geografia pós-moderna como uma corrente que permite uma ampliação do horizonte teórico e metodológico. Em entrevista concedida a Pereira (2016, p.96), Barreira afirma que acontece uma "abertura para essa pluralidade de mestres, de metodologias e de vertentes, e a possibilidade de combinar esses elementos de diferentes formas para apreender o real".

Ao ser questionada sobre qual corrente orienta o desenvolvimento de suas pesquisas, Castro[25] destaca que "torna-se mais relevante, diante do objeto, compreender qual é o problema científico e a partir disso buscar o método que possui condições de dar respostas. para uma visão de pluralidade no que concerne aos métodos adotados", caracterizando uma visão de pluralidade no que se concerne aos métodos adotados. Além dessa pluralidade metodológica, registram-se, também, as pesquisas que não se fundamentam no campo da ciência geográfica, como narra o professor Hildeu Ferreira Assunção, do Programa, da Regional Jataí, ao afirmar que possui uma formação "técnica", sendo que as suas influências

[24] Entrevista, concedida à autora, pela Profa. Dinalva Donizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017 (Anexo 9).
[25] Entrevista, concedida à autora, da Prof.ª Selma Simões de Castro, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 11).

são específicas para cada atividade dentro da área da Agronomia e não do pensamento geográfico.

Sobre a coexistência de concepções teóricas e metodológicas, Johnston (1986) afirma que “o pluralismo que atualmente caracteriza a geografia humana é, para alguns, uma polarização, pois somente uma episteme pode estar correta. Para outros não é bem assim, pois há alguma acomodação entre as epistemes que poderia ser organizada através da interseção dos discursos”. Enquanto permanecer essa situação, o debate vai continuar, não somente com referência à pesquisa, mas também às estratégias de ensino.

Foram elencadas até aqui algumas contribuições teóricas e metodológicas mais presentes e influentes na trajetória e atuação dos professores que orientaram trabalhos em geografia agrária na UFG, entre 1995 e 2015, com destaque para a geografia de matriz crítica e com aportes no materialismo histórico.

2 O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO: A GEOGRAFIA AGRÁRIA EM QUESTÃO

A atividade humana no espaço agrário é objeto de interesse de várias ciências. Não obstante, a Geografia desenvolveu, ao longo dos anos, pesquisas e estudos sobre o tema e, assim, contribuiu com os conhecimentos referentes ao espaço agrário. Dito isso, identifica-se uma forma particular da Geografia para com os fenômenos estudados, o que chamamos aqui de "olhar" geográfico.

Gomes (2013), ao construir uma nova abordagem do ponto de vista geográfico das imagens, afirma que o ato de observar é o instrumento basilar da descoberta. A observação é ponto de fundamental importância na discussão metodológica das Ciências Sociais e em particular na Geografia. Para o autor, o olhar é condicionado a um determinado regime de visibilidade, que, por sua vez, são protocolos que orientam as formas de olhar e as direções do olhar, determinando o que deve ser visto e como ser visto. Isso significa que esses regimes criam dispositivos que induzem o olhar a partir de certos pontos de vista, que se descortinam em determinadas composições e, finalmente, que elegem certos espaços e situações, como os lugares de exposição, as suas regras específicas e as suas modalidades diversas.

> Esses regimes são modulados pela espacialidade, ou seja, o 'que' ver e 'como' ver são completamente tributários de 'onde' ver. Nesse sentido, não seria nenhum pouco surpreendente afirmar que há uma geografia no olhar. Essa geografia nos informa o que deve ou não ser visto naquele lugar. Ela nos informa sobre o estatuto e compreensão possível para as coisas que ali se apresentam, sua importância e seu sentido (GOMES, 2013, p.53).

Por conseguinte, as dinâmicas que constituem a visibilidade - aquilo que se exibe, o público que observa - devem ser reunidos na compreensão da vida social. Essa constatação, para Gomes (2013, p. 23), poderia ser uma justificativa suficiente para o olhar geográfico. Compreende-se que nenhuma posição no espaço garante que tudo o que é essencial esteja sendo visto, nenhuma ciência apreende a totalidade de um fenômeno, mas identifica-se o potencial do olhar geográfico na medida em que haja uma preocupação central da análise com a morfologia espacial, com as práticas sociais que se desenvolvem e com as significações assim criadas e veiculadas.

Ao pensar o espaço agrário se pautandoe em um olhar geográfico, faz-se necessário reconhecer que a ação humana no meio rural é um tema recorrente na história da ciência geográfica. Por se tratar da atividade econômica mais antiga da sociedade, no caso do Brasil, a sistematização da Geografia ocorreu diante de uma economia agrária e de uma população rural numerosa, por isso houve, consequentemente, destaque para os estudos sobre a temática.

A dinâmica e as mudanças no espaço agrário brasileiro foram inúmeras, assim como as transformações na maneira de estudar o espaço agrário pela geografia. Ferreira (2001) salienta que as transformações na sociedade levaram a mudanças e especializações da ciência. A complexidade das relações estabelecidas pelo homem em suas diferentes formas de ação sobre o espaço geraram uma busca de respostas, próprias a cada campo de interesse científico.

Uma pesquisa em história do pensamento geográfico, é imprescindível pensar o desenvolvimento da disciplina, suas principais referências, abordagens utilizadas, fundamentações teórico-metodológicas, dentre outros elementos que tornam essa revisão indispensável à análise do nosso objeto de estudo, ou seja, o "olhar" geográfico acerca do espaço agrário em Goiás, por meio das dissertações e teses produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia existentes na UFG, entre 1995 e 2015.Assim, as próximas reflexões visam analisar as diferentes concepções de geografia agrária dos orientadores e orientadoras.

2.1 Diferenciações conceituais e de enfoques

O roteiro utilizado para nortear as entrevistas realizadas perpassou também pelo interesse em fazer com que o entrevistado abordasse o elemento(s) definidor(es) da Geografia. Seria o objeto? O método? A forma de ver o mundo?

Ao realizar esses questionamentos, evoca-se o debate referente ao que são determinantes à validação das ciências e como se constituem. Em *A estrutura das revoluções científicas*, publicada em 1962, por Thomas Kuhn, é presente nos debates epistemológicos e estruturais das ciências. O pensamento kuhniano contribui na leitura da diferencialidade paradigmática, conceito basilar para a compreensão da noção de ciência.

Tendo a formação em física, Kuhn se dedicou a pensar o modo no qual se apresenta o domínio científico nas ciências naturais. Partimos da compreensão de que a ciência não é puramente explicativa, tampouco um acúmulo gradual de conhecimentos, mas sim um

processo dinâmico, mas marcado por crises e superações que causam rupturas que marcam a história da ciência, denominadas pelo autor de “revoluções científicas”. Para Kuhn (2007, p. 221), a adoção de um paradigma em comum é condição para que exista a prática da ciência, haja vista que paradigma, para o autor, é aquilo que “os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em sujeitos que partilham de um paradigma”.

Souza (1997) identifica o paradigma da complexidade como alternativa epistemológica para o debate referente ao desenvolvimento socioespacial. Nessa perspectiva, retoma as elaborações de Kuhn e salienta que as ideias do autor não devem, porém, ser assimiladas sem maiores questionamentos pelas ciências sociais, em especial o conceito de “ciência normal”. Ainda segundo o autor (1997, p. 45-46), a ideia de um estado de dominância pautado numa suposta superioridade científica de um arcabouço de modelos, conceitos e teorias tributários de um mesmo paradigma legitimador, devem serem refutados nas ciências sociais. Ademais, o conceito de paradigma ainda é válido, desde que se abandone essa ideia de dominância absoluta, com base em uma superioridade conceitual e metodolófica estritamente científica.

Kuhn elaborou várias definições de paradigma, por isso são muitas as interpretações desse conceito, desde a publicação de sua obra. O debate realizado por Johnston (1986) referente à natureza de uma disciplina acadêmica, no caso a geografia humana, retoma três tipos de definições que foram, inclusive, reconhecidas por Kuhn. Existe uma interpretação no campo metafísico que faz referência a uma “visão de mundo”; uma definição sociológica relacionada a um quadro de hábitos de trabalho, uma matriz disciplinar; e uma definição de paradigma como constructo, um exemplar, a aplicação de um modelo a um determinado conjunto de problemas.

Entretanto a validade dos estudos de Kuhn é questionada quando ocorre a transposição para as ciências sociais. Como lembra Johnston (1986, p. 41), o modelo de Kuhn é positivista, caracterizado por “sua dupla ênfase na dominância de ‘superteorias’, entendidas como matrizes disciplinares, na medida do sucesso com base nas predições que formam as leis empíricas”, por isso nenhuma das duas ênfases seriam relevantes para as ciências sociais. Nesse sentido, Johnston apresenta, fundamentado no filósofo francês Michel Foucault, a noção de que a história das ideais é a história dos discursos, no almejo de responder as lacunas deixadas pela elaboração do conceito de paradigma desenvolvido por Kuhn.

> Um esquema potencial para a análise de uma disciplina das ciências sociais, no qual falta a visão de mundo de Kuhn e suas críticas, foi esboçado no trabalho de Foucault (1972), *A Arqueologia do Conhecimento.* Ele objetiva fornecer um método para a "descrição pura" dos discursos, que são sistemas unificados de afirmações (embora expressas) que só podem ser entendidas em seu contexto [...]. Tudo que é dito ou escrito só pode ser entendido por aqueles que conhecem o contexto do discurso (JOHNSTON, 1986, p. 42, grifos do autor).

Na história de uma disciplina, conforme Johnston (1986), "é estabelecida a partir da estrutura ocupacional, do esquema organizacional da pesquisa e do ambiente social". Nessa perspectiva, "discursos se apresentam como conjuntos de regras mutuamente aceitas, que governam a descrição e a discussão entre os membros que as aceitam e, por sua vez, dependem de condições internas e externas mais abrangentes" (JOHNSTON, 1986, p.52). Dessa forma, o estudo de uma disciplina precisa ser colocado em seu contexto social. De acordo com Johnston (1986, p. 44), "não implica, obrigatoriamente, que os membros das comunidades científicas aceitem inteiramente o contexto social e as diretrizes e impulsos que eles emitem". Para o autor, eles podem se opor a ele e usar a sua base acadêmica como o foco para seu descontentamento.

O debate referente às formas de abordar a história da ciência, com ênfase na análise da ciência geográfica é identificada em Capel (1999) e Escolar (1996). Capel (1999) tem o objetivo de conhecer as bases intelectuais e os anseios sociais que interferem na elaboração de conceitos e teorias científicas que abordam o espaço geográfico e ao debater o papel das comunidades científicas diante do desenvolvimento da ciência, afirma que há uma falsa dicotomia entre esse internalismo e o externalismo na ciência.

> [...] tanto o internalismo como o externalismo são reduções e simplificações equivocadas: o primeiro, porque reduz a ciência somente a uma parte do seu conteúdo real; o segundo, porque reduz os fatores, que são, na realidade, exteriores a esta, e isto porque o social não seria externo, senão pela sua mesma natureza inerente à vivência, sendo que a ciência é criada pela sociedade e constitui parte orgânica da mesma: não existe ciência fora da sociedade (CAPEL, 1999, p. 8).

O reconhecimento de duas dimensões do desenvolvimento científico, a intelectual e a social, permitem uma "nova perspectiva na história da ciência em particular quando se centra atenção na criação e na evolução das disciplinas científicas" (CAPEL, 1999, p. 12). Logo, ao

pensarmos no desenvolvimento da geografia agrária em Goiás, parte-se da seguinte compreensão:

> [...] podemos por um lado, pensar na ciência como um sistema articulado de conhecimento, como uma estrutura cognitiva, o que nos conduz à história dos conceitos e das ideias, à história da formulação, confrontação, aceitação e crítica das teorias, à história das estruturas lógicas da ciência avaliadas com critérios exigentes de cientificidade. Podemos, porém, também pensar nela como forma de atividade, como estrutura institucional que permite ou facilita tal atividade, como história social da ciência (CAPEL, 1999, p. 11).

A consideração de duas dimensões do desenvolvimento científico coexistentes, a social e intelectual, permite uma análise consistente no que tange a criação e a evolução das disciplinas científicas. Nessa perspectiva, Escolar (1996, p. 12), ao fazer uma crítica do discurso geográfico e discutir o que se entende por Geografia quando se propõe abordar teoricamente uma problemática, afirma que

> O teórico, no discurso de qualquer comunidade científica, está historicamente determinado por duas condições básicas: uma epistemológica, que supõe que o critério de cientificidade assumido pela tradição e grupos atuais garante que os discursos enunciados pelos diferentes setores que o compõem permitem compreender e explicar os faros da realidade que são o objeto próprio da disciplina; a outra, contextual, que faz referência às problemáticas reais, que, ao responder determinadas perguntas, podem circunscrever quais são os fatos objetivos da comunidade em questão.

Assim sendo, "a teoria geográfica, consequentemente, é o produto atual de toda a tradição de pensamento na história da disciplina" (ESCOLAR, 1996, p. 12). Para o autor, uma das consequências da Geografia, como prática de produção de conhecimento científico, é a necessidade de existir um quadro temático-conceitual suficientemente forte para garantir a unidade da disciplina como prática e corporação. Esse quadro temático-conceitual se consolidou a partir da sistematização da ciência geográfica, no século XIX. Desde então, a Geografia, apresentou-se com correntes teóricas e metodológicas distintas. Os desdobramentos, transformações, rupturas, continuidades e recombinações são expressas até os dias atuais no esforço de demarcar a cientificidade da Geografia.

No curso do desenvolvimento do conhecimento vão se delineando diferentes paradigmas que representam as discussões sobre as correntes estabelecidas no campo disciplinar. Nos longos embates que marcaram a validação interna e externa da Geografia,

como ciência, não se chegou a estabelecer concordância sobre os çparadigmas que definem a ciência geográfica. Essa divergência pode ser identificada nos relatos dos professores entrevistados. É notória a preocupação dos geógrafos com a construção de uma ciência que seja amplamente aceita, municiada de objeto e métodos que legitimam a pesquisa nessa área.

Em entrevista concedida a Pereira (2016), Calaça destacou que a definição do objeto é importante ao entendimento da Geografia, em que se debate o espaço como objeto de estudo, mas há, também, a discussão do território como objeto de análise, e que ambos não são, necessariamente, exclusivos da Geografia. Para o orientador, "os objetos não estão circunscritos a uma determinada ciência", dessa forma o objeto e o método são elementos importantes, mas por si só não determinam a Geografia.

Para a professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, o objeto e o método são fundamentais para a definição da Geografia, no entanto, nas observações de Dimas Moraes Peixinho e Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, o central não estaria na definição do objeto. Para Peixinho, a questão de objeto pode fazer referência a ideia de conteúdo. Sendo assim, a partir de uma sólida proposta teórica e metodológica é possível trabalhar com diversos conteúdos.

De um modo geral, pode-se afirmar que os professores entrevistados buscam definir a Geografia como o estudo do espaço. Conforme os depoimentos, o espaço seria passível de uma análise específica, que qualificaria a ciência geográfica. Ribeiro[26] afirma que

> A forma do geógrafo olhar o mundo é diferenciada. Acho que é porque a gente olha o mundo como espaço geográfico. A gente olha o mundo como resultado da ação humana, do pensamento humano, da dinâmica humana, nisso que está posto enquanto natureza, nesse solo, nessa rocha, nesse clima, nesse relevo, nessa cidade, nesse campo, de tudo isso que existe na natureza, que foi transformado pelo homem que também se transforma de certa maneira na natureza.

Ao se afirmar que a Geografia é o estudo do espaço, incide a necessidade de discorrer sobre essa categoria. As colocações feitas por Ribeiro se aproximam da concepção de Santos (1996), que diz ser o espçao é uma dimensão da sociedade, um produto da ação humana, uma natureza socializada, que pode ser explicada pela sua produção. As formas espaciais são derivadas de processos advindos e, ao mesmo tempo, de condições para processos futuros.

[26] Entrevista, concedida à autora, da Profa. Dinalva Doizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017 (Anexo 9).

Dessa forma, o espaço torna-se determinante para a compreensão da sociedade, e a Geografia é a ciência encarregada de estudá-lo.

Mas a fala da professora Ribeiro é também reveladora ao apresentar a presença da relação entre sociedade e natureza, que, de acordo com Moraes (1996), expressa o mais intenso debate do pensamento geográfico. Entretanto, encontra-se a ideia de que a Geografia trabalha unitariamente, com os fenômenos naturais e humanos. como demonstra a Professora Castro [27]

> Geografia é uma ciência que estuda as formas de organização espacial no planeta Terra, seja uma organização física ou sócio espacial ou ambas, em diferentes ordens de grandeza, desde o nível local até global e respectivos padrões fisionômicos que são as externalidades territoriais como unidades sócio espaciais e comportamentais em relações a processos e dinâmicas cuja explicação decorre de constructos ideológicos da sociedade e também do próprio pesquisador ligado a diferentes escolas de pensamento. Resumindo tudo isso, a Geografia, no meu entendimento hoje, se dedica muito a reconhecer formas de organização espacial, em que existem formas de organização espacial física e sócio espacial, territorializadas, apropriadas etc.

A Geografia seria, por excelência, uma disciplina de contato entre as ciências naturais e as humanas e/ou sociais. Nessa concepção, aparece a ideia de "ciência de síntese". No entanto, essa compreensão abre brecha para cobranças epistemológicas que deslegitimam a Geografia como ciência. Para Moraes (1996), esta concepção se fundamenta no afã classificatório do positivismo, onde cria-se a ideia da Geografia como culminância do conhecimento científico, ou seja, uma disciplina que relacionaria e ordenaria os conhecimentos produzidos pelas demais ciências; sendo assim, tudo faria parte da análise geográfica. A colocação de Assunção é sintomática: "Bom, no meu modo de pensar, enquanto não geógrafo, a minha interpretação de Geografia é tudo aquilo que você pode estudar dentro do espaço. Como tudo está inserido no espaço, tudo é mutável, tudo é passível de ser estudado pela Geografia"[28].

Tudo aquilo que interfere na vida da superfície da Terra seria passível de integrar o estudo. Em decorrência disso, a Geografia se utilizaria de um leque grande de conhecimentos, mantendo diálogos constantes com as ciências humanas e com as ciências naturais. Nessa

[27] Entrevista, concedida à autora, da Prof.ª Selma Simões de Castro, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 11).
[28] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Hildeu Ferreira da Assunção, em 22 de agosto de 2017 (Anexo 7).

perspectiva, Clemente[29] chama de "prima pobre" das outras ciências em que pese a Geografia reunir, para o professor, as melhores condições de fazer uma leitura holística e mais próxima da realidade. Nessa mesma perspectiva, Chaveiro[30] expõe que o diálogo com outras áreas constituiu uma "epistemologia tensa e é essa tensão que traceja a ciência na história". Para Peixinho[31], a Geografia seria multifacetada e as relações estabelecidas com diversas ciências são necessárias. Entretanto, o foco, para o professor, é a dimensão espacial da realidade, independente do tema. Essa dimensão é o que mais aproxima a Geografia de uma área de conhecimento específico.

Em consonância com esses relatos, Mesquita (2001, p. 29), ao estudar um conflito por terra, aponta que seu estudo de caso possui uma mesma gênese histórica de muitos outros que ocorreram em períodos e lugares diferentes, sob conjunturas diversas, mas o que se pretendeu, ao trabalhar com esse objeto de pesquisa, foi buscar uma análise histórico-geográfica, num exercício de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade tão necessários para que a Geografia possa contribuir na compreensão da produção, reprodução e expropriação-apropriação do espaço. Dessa forma, para a autora, o olhar geográfico deve se articular com os olhares de estudiosos de outras áreas, para que possa ter clareza do processo de produção e reprodução do espaço geográfico.

Vale salientar que Mesquita (2001) afirma ter consciência de que o seu trabalho sobre a questão da violência no campo, resultado da luta pela terra, irá contribuir para que as Ciências Sociais e, em especial a Geografia, cumpram o seu papel social. A ideia de que o trabalho intelectual tenha uma relevância para sociedade também apareceu em outros depoimentos. Chaveiro chama atenção para uma Geografia que não feche os olhos às injustiças do mundo e para a ação do sujeito, isto é, a capacidade do sujeito de mudar. Dessa forma, a análise deveria levar em consideração os conflitos, as contradições, a totalidade e a ação do sujeito. Nessa perspectiva, Mendonça[32] pontuou que

> A *Práxis* geográfica é o que definiria a Geografia, sendo a possibilidade real de utilizar as ferramentas analíticas dessa ciência para entender a realidade, que lhes movimenta no sentido de que essas ferramentas também sejam modificadas.

[29] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Evandro César Clemente, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 5).
[30] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Eguimar Felício Chaveiro, em 23 de agosto de 2017 (Anexo 8).
[31] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 4).
[32] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 10).

Essa compreensão, de que a delimitação do objeto não é suficiente para a definição da ciência e a noção de que há um papel social a ser desempenhada, são típicas do movimento de renovação da Geografia. Conforme Moraes (1996), a geografia renovada não se prende a uma visão estanque da divisão das ciências e não coloca barreiras rígidas entre as disciplinas, logo não possui uma necessidade tão premente de formular uma definição formal do objeto. A Geografia Renovada busca legitimidade na operacionalidade para o planejamento ou na relevância social de seus estudos.

As respostas apresentadas à questão – O que define a Geografia? – de forma recorrente encontrou tentativas de relacionar mais de uma definição. Cada pesquisador apresentou sua concepção de maneira própria e as distintas noções apresentadas refletem o pensamento geográfico. Ao apresentar uma reflexão com objetivo didático para introdução à Geografia, Moraes resgata várias concepções de Geografia ao longo da trajetória da disciplina e afirma que

> A impossibilidade de existir um conteúdo consensual na Geografia está no fato de o temário geral se substantivar em propostas apoiadas em concepções de mundo, em metodologias e em posicionamentos sociais diversificados, e muitas vezes antagônicos. As várias definições do objeto geográfico refletem (e refletirão sempre) o temário geral, filtrado à luz de posicionamentos sociais (políticos, ideológicos e científicos) diferenciados. Só através do mito da ciência asséptica, supra-ideológica, "que paira acima das paixões", seria possível pensar uma definição de objeto consensual (MORAES, 1996b, p. 9-10).

Dessa forma, não se espera linearidade no desenvolvimento da ciência geográfica. Ao pensarmos na geografia agrária, vemos que diferentes enfoques e temáticas prevaleceram durante determinado período e depois deram espaço a novos enfoques e novas temáticas. A própria nomenclatura mudou ao longo do tempo. Há uma diversidade de definições, em que cada acepção expressa uma maneira específica de pensar a disciplina e carrega, também, paradigmas científicos distintos.

A trajetória conceitual da geografia agrária, no Brasil, pode ser compreendida pelas definições aferidas acerca da geografia rural, agrícola e agrária. Segundo Andrade (1995), ao se estudar o espaço rural deve haver uma preocupação do geógrafo com a definição e com a sua transformação em território, usando esse estudo ora como geografia agrária, ora como

geografia agrícola ou ora como geografia rural. Com o tempo, a variação de termos vêm sendo diversificada, ora denominando uma expressão, ora outra.

Ferreira (2001) afirma que definir geografia agrária não foi tarefa fácil para aqueles que a isto se propuseram. Uma das dificuldades principais consiste no fato de a geografia agrária ter como objeto uma atividade estudada também por outras ciências. A autora acrescenta que há uma insuficiência de trabalhos que se preocupam com a definição deste ramo de estudos geográficos. Talvez a preocupação conceitual *stricto sensu* tenha desaparecido em função das novas preocupações que marcaram a geografia agrária diante das transformações da ciência e da sociedade (FERREIRA, 2001, p. 62).

Não obstante, destacam-se geógrafos que se esforçaram para compreender essa variação conceitual. Ferreira (2001) constata as concepções de geografia agrária utilizadas entre 1930 e 1990 e o papel desempenhado por essa área no âmbito da ciência geográfica; Megale (2011), com o objetivo de determinar qual o campo específico da geografia agrária, a sua metodologia a partir de trabalhos sobre o tema e em obras gerais de geografia humana que a ele se referem, apresenta uma série de denominações; Andrade (1995) fez o debate das terminologias utilizadas, ao fazer o resgate histórico da Geografia e a problemática do século XXI, enfatizando a dualidade da geografia: geografia física e geografia humana; e geografia agrária e geografia urbana, discutindo as debilidades de uma teoria geral da geografia rural, bem como o amadurecimento quanto ao emprego de técnicas e a convivência frutífera de geógrafos de formação diferentes.

Com base nas formulações desses autores, apresenta-se algumas definições utilizadas para essas subdivisões da geografia. Incialmente, destaca-se as acepções dada por outros geógrafos estrangeiros, sobretudo os franceses, que exerceram influência significativa na geografia brasileira. Em seguida, são apontadas as concepções apresentadas por geógrafos estrangeiros, que além de desenvolverem trabalhos em geografia agrária no Brasil, propuseram-se a definir o que é essa área de estudo. Por fim, autores brasileiros que elaboraram definições sobre a geografia agrária, rural ou agrícola.

Os geógrafos estrangeiros que elaboram contribuições para o debate são oriundos de países em que o estágio de amadurecimento da Geografia como ciência institucionalizada estava mais avançada que o Brasil. A geografia francesa, por exemplo, valoriza os trabalhos empíricos e a observação direta, a partir do método indutivo possibilita ao geógrafo descrever

e delinear a paisagem, perspectiva que formaram geógrafos como André Cholley (1886 - 1968) e Max Derruau (1920-2004).

Para Faucher, geógrafo que se dedicou a estudar os métodos utilizados pela geografia agrária, o objeto de estudo dessa área está circunscrito à descrição das formas de atividades e dos meios agrícolas. Não se trata de estudos sobre as condições técnicas de produção, mas, sim, da explicação das paisagens e os modos de vida rurais pelos sistemas agrícolas e sua transformação ao longo tempo. Nas palavras do autor, a geografia agrária "visa as formas de atividades que criam as culturas e todos os trabalhos inscritos no meio geográfico em função desta atividade" (FAUCHER, 1963, p. 185).

Megale (2011) afirma que Faucher busca fixar a ação da geografia agrária no aspecto qualitativo do fenômeno estudado, ou seja, os modos de vida, o habitat e os elementos que compõem a paisagem, ressaltando que o espaço agrário pode ser analisado pela geografia agrária, agrícola e econômica. Sendo assim, nessa perspectiva, a geografia agrária seria baseada em estudos unicamente qualitativos, que estaria sob a responsabilidade da geografia agrícola, que pesquisa os produtos agrícolas, as características e as mudanças da paisagem rural; por fim, a geografia econômica também baseada nas análises quantitativas, porém com a intenção de analisar a circulação e distribuição das mercadorias.

Ao discutir o *habitat* rural na geografia humana, Max Derruau (1967) afirma que a geografia agrária é mais que a geografia agrícola. A agrícola analisa os resultados econômicos de qualquer cultura fora do contexto humano; a geografia agrária a supera ao buscar os resultados da exploração sobre a paisagem. Portanto como geografia humana, a geografia agrária é essencialmente sintética, que procura atingir a corologia geográfica, com foco na análise no sistema agrário. Para o autor, o sistema agrário é a organização espacial e temporal em suas relações com as técnicas e laços sociais, formas e sucessões de cultura, técnicas empregadas, práticas comunitárias, estrutura da propriedade, tudo como parte do sistema agrário (DERRUAU 1967, p.177 apud MEGALE, 2011, p. 8).

O geógrafo André Cholley se preocupa com os "sistemas agrícolas" sendo diferenciadores da paisagem rural, a partir da disposição dos campos. Dessa forma, a geografia agrária busca a compreensão total da atividade agrícola.

> A atividade agrícola envolve uma verdadeira combinação ou um complexo de elementos emprestados de domínios diferentes, mas estreitamente ligados, elementos de tal modo solidário que a transformação de um irá

> afetar os outros, e o conjunto em sua estrutura e dinamismo, e até mesmo em seus aspectos exteriores. Esta combinação como em todas onde entra a expressão de uma atividade humana é de ordem física, biológica e humana (CHOLLEY, 1946, p. 82 apud MEGALE, 2011, p. 10).

Para o Erich Otremba (1955, p. 6), a geografia agrária é uma parte da geografia econômica, “é a ciência da superfície da terra modificada pela agricultura, tanto no conjunto como em suas diversas partes, em seu aspecto exterior, em sua estrutura interna e em suas ramificações". Ferreira (2002) identifica duas distinções que o geógrafo alemão faz entre a geografia agrária e a geografia agrícola. A primeira existe em razão do papel que desempenha na sociedade a partir da relação entre economia política, história e ciências naturais. E a segunda teria como função a diferenciação espacial das práticas agrícolas, discutindo o problema da alimentação e das matérias-primas do campo.

Para o geógrafo Elio Migliorini (1950)**,** a geografia agrária é um dos campos da geografia econômica e tem, além de importância teórica, uma valorização prática, demonstrada na avaliação da produção e suas eventuais alterações, a maior ou menor conveniência de certas culturas, a influência dos mercados, que alia os aspectos fisiográficos aos econômicos. No entanto, conforme salienta Ferreira (2002), Migliorini defende a existência de duas geografias agrárias: a primeira seria uma geografia agrária geral que busca examinar os fatores naturais essenciais à agricultura, considerando o fator humano, a técnica, a organização agrícola e o consumo; e a segunda consiste em uma geografia agrária regional, de caráter sintético, direcionada à análise de diversos elementos que possibilitaram as particularidades da área. Outro geógrafo que faz a associação da geografia agrária como ramo da geografia econômica é Richard Hartshorne (1978).

Vários geógrafos estrangeiros trataram da geografia agrária. Léo Waibel, por exemplo, dedicou-se às temáticas de colonização na Amazônia e no Sul do Brasil, tornando-se um nome marcante na geografia brasileira, pois contribuiu para a formação de importantes geógrafos, com destaque para Orlando Valverde. Para Waibel (1979), a geografia agrária é uma disciplina preocupada com a diferenciação espacial da agricultura, considerando a agricultura um fenômeno da paisagem, que procura ao mesmo tempo esclarecer as formas atuantes. O autor divide três geografias agrárias: a ecológica, estatística e a fisionômica. A geografia agrária estatística se ocupa com as "áreas de distribuição de cada espécie vegetal ou animal em questão", a geografia agrária ecológica com as "formas de economia" e a geografia

agrária fisionômica com a "paisagem diretamente relacionada com a agricultura" (WAIBEL, 1979).

Outro estrangeiro presente na geografia agrária brasileira foi Pierre George. Com o intuito de desvendar as paisagens agrárias brasileiras também amparado na geografia francesa, apresentou, segundo Diniz (1984), quatro características básicas no desenvolvimento da pesquisa: (i) a busca da *síntese* pela observação da paisagem, (ii) a compreensão da paisagem agrária como reação do homem ao meio, (iii) a associação com a história e (iv) a preocupação com as formas de *habitat* rural. Dessa forma, a preocupação estaria na descrição da diferenciação agrícola mundial.

Ferreira (2002) discorre que, para Pierre George, a agricultura é uma fonte de fatos, distribuídos pelo mundo e que lhe permite uma objetivação própria, sem esbarrar em outras ciências, por isso caberia à geografia agrícola a descrição desses fatos. Por fim, o autor ressalta uma geografia econômica preocupada com o transporte e a produção dos cultivos e uma geografia social, que trataria dos agrupamentos humanos e das civilizações envolvidas com o trabalho da terra.

Francis Ruellan (1944), ao discorrer sobre os trabalhos de campo na geografia regional, afirma que as formas, a situação e a distribuição do *habitat* rural podem ser facilmente estudadas, ao mesmo tempo em que se faz esboços rápidos da utilização do terreno em cada paisagem encontrada. Com esses esboços, é feita uma carta de reconhecimento da utilização do terreno. Essa investigação, completada por algumas informações sobre o regime de trabalho, daria imediatamente os elementos necessários para orientar o estudo dos gêneros de vida rural (RUELLAN, 1944, p. 40-41). O autor, assim como Pierre George e Pierre Monbeig, é um geógrafo trazido da França, que contribuiu para a institucionalização da geografia brasileira e colaborou para a discussão da geografia agrária.

Os conceitos enfatizados na geografia agrária estavam relacionados às organizações rurais, como o *habitat*, gêneros e modos de vida, tipos de povoamento e sistema agrícola. As influências teóricas e metodológicas francesas e alemãs embasaram as pesquisas no Brasil, com predomínio dos estudos regionais originários de Paul Vidal de La Blache que se difundiram com Pierre Monbeig os estudos das paisagens agrárias (econômicas e culturais) de Leo Waibel, que foi o mestre de Orlando Valverde (ALVES, 2010, p. 66).

Orlando Valverde e Manuel Correa de Andrade são importantes referências de autores brasileiros que se empenharam na definição da disciplina. O primeiro define a geografia

agrária como ramo da geografia econômica, que para o pesquisador, a análise se baseia nos sistemas agrícolas e não nos produtos agrícolas, nas formações econômicas e não nos métodos agrícolas.

> A geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico. Não foi por acaso que ela foi estruturada quase um século depois da Economia Política. Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a geografia agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática (VALVERDE, 1964, p. 15).

Megale ressalta que, segundo o Prof. Valverde, a geografia agrária descreve as diferenças espaciais da superfície da terra do ponto de vista da paisagem agrícola, procurando determinar os elementos componentes dessas diferenças" (MEGALE, 2011, p. 8). Por isso faz a diferenciação entre a geografia agrária e a agrícola

> [...] os termos 'agrária' e 'agrícola' têm quase a mesma significação: ager, agricultura = campo, deu agrário; ager, agri+ colo (de colere = habitar, cultivar), deu agrícola. Este termo é, portanto, mais restrito; rigorosamente, a expressão "Geografia Agrícola" deveria englobar apenas o estudo da distribuição dos produtos cultivados e de suas condições de meio, sem envolver aspectos sociais, como regimes de propriedade, relações de produção, gêneros de vida, hábitat, tipos de habitação etc. Dado o sentido restrito que têm as palavras "agrícola" e "agricultura", não abrangeria sequer a geografia da pecuária. O emprego da expressão "geografia agrária" é, por conseguinte, mais conveniente, porque exprime melhor o conteúdo desse ramo da ciência (VALVERDE, 1964, p. 18).

Manuel Correa de Andrade ressalta que as preocupações sociais, integradas à problemática da estrutura agrária e das relações de trabalho, no meio rural, contribuíram para caracterizar uma geografia agrária que se distinguiria da geografia agrícola ou da agricultura, na qual a preocupação maior se ligava aos problemas de produção, de mercado, de produtividade e de rentabilidade (ANDRADE, 1995, p. 10). Porém o esgotamento dessa terminologia acontece, para o autor, quando a dinamicidade é criada no campo a partir da intensificação da relação com a indústria, fazendo com que a geografia agrária ou agrícola não contribuísse para se ter uma visão da totalidade da paisagem rural. Por este motivo, passou-se aprofundou-se a visão de paisagem existentes, a fim de analisar as várias formas de utilização do meio rural. Diante disso, admite, pelo menos como hipótese de trabalho, que a

denominação geografia rural traz um compromisso maior com a totalidade e com o conhecimento mais aprofundado da paisagem, valorizando um conceito que vinha caindo em desuso.

A proposta de investigar evolução da concepção geográfica no estudo da agricultura feita por Diniz (1984), abordou a diferenciação entre as definições.

> A geografia da agricultura é mais restrita, fundamentalmente econômica, enquanto a geografia rural é mais ampla, tratando também das formas de povoamento, de questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação não agrícola da terra rural e dos seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas (DINIZ, 1984, p. 30-31).

Diniz afirma, em relação à conceituação dos estudos sobre a agricultura, que a geografia agrária ou da agricultura desempenhou um papel importante na caracterização dos lugares em função da atividade agrícola. A dimensão espacial está assentada há muito tempo e, embora as definições variem, todas coincidem nessa questão. Em depoimento, Castro[33] salienta a espacialização como determinante para se constituir um olhar geográfico referente ao espaço agrário, tanto do ponto de vista das dinâmicas como da representação cartográfica, do tempo, da evolução, na dinâmica atual e até os cenários futuros.

Representando outro momento da geografia, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, influenciado pela geografia crítica, fortalece a análise da questão agrária dentro da Geografia, evidenciando as contradições do campo brasileiro, que expropria, explora e subordina, a fim de manter a alta produtividade e a concentração de terra e renda. Dessa forma, a geografia agrária vai ao encontro das leituras do campo brasileiro, a partir de uma visão crítica da realidade. Para Oliveira (2001, p. 7), é necessária a produção uma Geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento, isto é, uma Geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo, e se possível também, da cidade".

Segundo diferentes autores, em momentos distintos, percebe-se que o consenso é de que a denominação de geografia "agrária" é a melhor opção ou, ao menos, a mais aplicada. Valverde (1964) afirmava que a "tendência nos países de línguas latinas parece inclinar-se para a expressão geografia agrária, como que manifestando uma preferência pelo seu sentido mais amplo" (VALVERDE, 1964, p. 19). Essa tendência é verificada nessa pesquisa, pois não

[33] Entrevista, concedida à autora, da Prof.ª Selma Simões de Castro, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 11).

houve registro de pesquisadores que reivindicassem outra denominação. O termo “geografia agrária” é, portanto, usual entre os professores que orientam pesquisas nessa área nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFG.

Compreende-se que a definição da disciplina é oriunda do posicionamento metodológico dos autores, sinalizando uma concordância com as transformações, modificações e determinações teórico-metodológicas da ciência geográfica. Além disso, manifestam os avanços e desvios ocorridos na busca do conhecimento dos fenômenos e, em especial, daqueles que direta ou inxdiretamente se constituem em assunto da geografia agrária e da compreensão a respeito do meio rural, de maneira geral, da Geografia. Portanto, mediante o reconhecimento dessas definições, é possível contribuir com o mapeamento das influências de pensamento que a Geografia vem sofrendo ao longo dos anos.

2.2 A geografia agrária em questão

Publicada no início do século XX, *Os Sertões* constitui uma referência para nos aproximarmos do que era o “Brasil profundo” retratado naquele período.

> Estiram-se então planuras vastas. Galgando-as pelos taludes, que as soerguem dando-lhes a aparência exata de tabuleiros suspensos, topam-se, a centenas de metros, extensas áreas ampliando-se, boleadas, pelos quadrantes, numa prolongação indefinida de mares. É a paragem formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes – grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros (CUNHA, 1985, p. 15-16).

A emblemática obra de Euclides da Cunha relatou os acontecimentos da Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, que ocorreu entre 1896 e 1897, no interior da Bahia. A descrição minuciosa da paisagem do sertão chama a atenção pela capacidade de articular aspectos históricos, geográficos, antropológicos e sociais.

> E a terra, aquela incomparável terra que mesmo quando abrangida pelas secas, desnuda e empobrecida, ainda lhe sustenta os rebanhos nas baixadas salinas dos barreiros, ampara-o de idêntico modo ante as exigências da vida combatente: dá-lhe grátis em toda a parte o salitre para a composição da pólvora, enquanto as balas, luxuosos projéteis feitos de chumbo e prata, lá estão, incontáveis, na galena argentífera do Açuruá (CUNHA, 1985, p. 334).

Segundo Ferreira (2002), os primeiros relatos acerca do espaço agrário se dão, incialmente, por cronistas, viajantes, aventureiros e estudiosos. Esse primeiro período representa o momento anterior à sistematização da Geografia, portanto, não são necessariamente, embasados em elementos da teoria e do método da ciência geográfica. Trata-se da identificação dos elementos da agriculta e da pecuária como parte integrante da paisagem, resultado da observação, vivência e interpretação dos sujeitos.

Ferreira (2002) salienta que esse momento "não geográfico" pode ser interpretado por quatro fases distintas: a primeira fase, com os trabalhos não-científicos realizados por cronistas, aventureiros e comerciantes em forma de crônicas e relatórios, nos quais descreviam os homens e a terra; a segunda fase, formada a partir dos estudos realizados por viajantes estrangeiros que objetivavam conhecer as diferentes áreas do país; a terceira fase, os trabalhos de campo e levantamentos realizados por cientistas diversos e utilizados pelo governo em seus investimentos; e, por fim, as produções literárias preocupadas em compreender os processos de conquista e ocupação do território nacional.

Os trabalhos em Geografia sobre o espaço agrário, no Brasil, datam, principalmente, a partir do período de institucionalização da disciplina. O processo de institucionalização da Geografia aconteceu a partir da criação dos cursos de Geografia, na Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1938. A normatização da disciplina no ensino básico de alguns estados, aconteceu após a instalação, no ano de 1934, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Dessa forma, a Geografia é ensinada e discuta de maneira sistematizada a partir das instituições recém-criadas.

As transformações políticas, econômicas e sociais, na década de 1930, forçam a criação de Estado mais moderno e centralizador, por isso o conhecimento geográfico é visto como uma importante ferramenta para conhecer o território nacional e, assim, garantir a expansão do capitalismo industrial, por este motivo foi necessário institucionalizar a disciplina no país. Conforme Quaini (1983, p.34), "não se pode confundir a história de uma disciplina com a da sua institucionalização". Porém se destaca que esse processo corroborou para o início de uma comunidade de geógrafos no Brasil.

A década de trinta é, portanto, um marco para a disciplina, como explica Andrade (1994, p. 52), a evolução do pensamento geográfico, no Brasil, é analisada, quase sempre, a partir da década de [19]30, "quando o país em consequência de uma revolução que destruiu

grande parte das estruturas da Primeira República (1889/1930), realizou mudanças sensíveis no seu sistema de ensino".

A criação e consolidação da geografia agrária brasileira ocorreu também a partir da institucionalização da ciência geográfica na primeira metade do século XX e desde então vem sofrendo alterações ao longo do tempo. A geografia agrária mudou em função das transformações na realidade econômica e social brasileira e/ou das mudanças paradigmáticas sofridas no interior da própria Geografia, ou até mesmo de outras ciências.

Na trajetória da disciplina há diferentes correntes teóricas, que delineiam objetos, metodologias, temas, questões e compreendem a dimensão da geografia agrária. Conforme explica Oliveira (2004), abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico. Assim sendo, identificam-se alguns autores que realizaram essa discussão e classificaram os diferentes momentos vividos pela disciplina após a institucionalização. Apesar de possuírem diferentes enfoques, as referências analisadas podem ser interpretadas em três perspectivas.

A primeira abordagem é apresentada por Gusmão (2006), que trata das revisões e tendências nos estudos de geografia rural no Brasil. O autor avalia as transformações no interior da disciplina, em termos dos seus enfoques preferenciais. Para Gusmão (2006), os estudos rurais, no Brasil, se desenvolveram, principalmente, segundo três fases – estudos de diferenciação de áreas, estudos classificatórios e estudos de desenvolvimento rural, – sendo importante ressaltar uma superposição nas pesquisas rurais dessas abordagens da temática rural.

Bray (2008), no texto "Novas perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária", de 1987, retomou a trajetória da geografia agrária e procurou entender o papel desempenhado pelos geógrafos agrários no contexto do movimento da sociedade e na relação com os demais estudiosos da agricultura brasileira. Fez uma forte crítica quanta a influência do positivismo e dos parâmetros e esquemas de origem europeia que a geografia agrária utilizava para interpretar a realidade agrária nacional, que constituia um conhecimento científico neutro diante da realidade agrária local, regional e nacional. O autor não estabelece uma nomenclatura específica para cada período, mas reconhece a existência de uma geografia funcionalista-culturalista como o primeiro momento, seguida pela geografia neopositivista e, por fim, uma geografia marcada pela descolonização da geografia agrária nacional, alicerça da na ótica marxista.

Com o propósito de discutir questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária, Fernandes (1998) analisa os trabalhos publicados em eventos científicos da geografia e sugere quatro conjuntos temáticos de interesse para a pesquisa geográfica e a interdisciplinariedade como alternativa para pensar os assentamentos. Dessa forma, para contribuir com essas possíveis pesquisas sobre os assentamentos de reforma agrária, o autor oferece resenhas sobre as correntes teóricas da geografia agrária: a neopositivista, a historicista e a dialética materialista. O autor ainda ressalta que existe a sobreposição de correntes num mesmo período histórico e, por isso, "na elaboração e realização de um projeto de pesquisa é de grande importância o conhecimento dos seus conteúdos filosóficos para não correr o risco de fazer uma 'salada' teórica, e mesmo para não realizar um trabalho que pode resultar num amontoado de dados".

A entrevistada, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, que foi orientada por Fernandes na sua dissertação: "Sobre o Camponês do Sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos no município de Goiás", em 2003, apresentou uma concepção que se aproxima da ideia apresentada por seu orientador. A pesquisadora chama a atenção para a forma que os temas são tratados na geografia agrária, afirmando que o fundamental é a perspectiva de estudo, o que chama de "força da interpretação", ainda insuficiente na geografia agrária. Para ambos há uma preocupação com elementos que rementem à fundamentação teórica e metodológica da pesquisa.

Ferreira (2002) reconhece que os estudos sobre agricultura, na geografia, apresentaram diferentes fases estabelecidas em função da dinâmica da sociedade e das transformações teórico-metodológicas pelas quais passaram o conhecimento científico e a geografia, em particular. Em suas palavras:

> A dinâmica da historiografia geográfica e da sociedade fizeram o objeto e o objetivo da Geografia diversificarem-se, seguindo uma trajetória, em geral, imposta para o conjunto das ciências. Esta diversificação, em alguns momentos, fez o geógrafo utilizar-se do aporte teórico de outras fontes científicas comprometendo a identidade geográfica e perdendo, em muitos casos, a referência espacial (FERREIRA, 2002, p. 18).

Ao partir dessa compreensão, a autora procurou identificar como essa disciplina desenvolveu suas análises, tendo uma postura crítica em relação à referência espacial presente na geografia agrária e o tempo como variável fundamental de observação.Apresenta uma

classificação que marca o desenvolvimento da geografia agrária brasileira, isto é, geografia tradicional, geografia teorética e geografia crítica.

Oliveira (2004) identifica as perspectivas para a geografia agrária no início do século XXI, além de tratar a temática ponderando as contradições vividas pelo campo no Brasil e no mundo e o estado da arte da geografia brasileira.

> [...] a geografia moderna, como a maioria das ciências humanas, nasceu no século XIX, sob a égide do debate filosófico entre o positivismo, o historicismo e, por certo, a influência da dialética. Penso que essas três correntes filosóficas estão na formação das raízes do pensamento geográfico moderno (OLIVEIRA, 2004, p. 30).

A mesma influência percorre a geografia agrária brasileira, portanto o autor apresenta o positivismo, o historicismo e a dialética como correntes filosóficas que fundamentaram a disciplina.

Há cinco definições dos diferentes momentos vividos pela geografia agrária. A partir da leitura e interpretação dessas referências, percebem-se determinadas aproximações nas caracterizações desses períodos, uma que tange à temporalidade, outra aos pressupostos teórico-metodológicos e outra as formas de análise.

A discussão em torno da primeira fase acontece mediante o processo de institucionalização da geografia. Gusmão (2006, p. 5) afirma que, pelo paradigma da diferenciação de áreas, “os estudos rurais eram essencialmente descritivos do quadro agrário ou explicativos da distribuição espacial de produtos agrícolas e de rebanhos ou ainda focalizadores do processo de expansão do espaço agrário, através de colonização nacional ou estrangeira.” Com base nos trabalhos de campo e nas descrições minuciosas, buscava definir e comparar as modalidades dos múltiplos gêneros de vida rurais. Dessa forma, seria através dos gêneros de vida e do complexo geográfico que os geógrafos agrários desenvolveriam análises e investigações dos tipos de agricultura. Por meio da classificação tipológica, buscavam compreender como as diferentes sociedades agrárias, em contato com a natureza, resolviam através dos gêneros de vida, os problemas e as soluções técnicas de sobrevivência, daquelas culturais (BRAY, 2008).

Fernandes (1998) ressalta que tal momento é fundamentado num historicismo clássico e tem como principal referência os trabalhos desenvolvidos por Pierre Monbeig. Outra interpretação é feita por Ferreira (2002, p.338), ao lembrar que

> A presença francesa é perceptível em dois aspectos: na forma de desenvolvimento dos estudos neste período e no volume de trabalhos publicados por esses pesquisadores. Os estudos regionais, as sínteses explicativas, a valorização das condições naturais, privilegiando a relação homem/meio, compõem a fisionomia do período.

Ao discutir as matrizes clássicas originárias do pensamento geográfico brasileiro, Moreira (2010, p.23) assegura que estudiosos formados com a influência da geografia regional francesa trouxeram para a nossa formação a Geografia de Vidal de La Blache, Brunhes e Reclus, que acrescentaram Sorre, George e Tricart. Dessa forma, a influência desses geógrafos garantiu a matriz francesa como a matriz originária da geografia brasileira. Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica que valoriza as análises empíricas e a observação direta, a partir do método indutivo, que descreve e detalha os aspectos da paisagem (natural e humana). A influência francesa na geografia brasileira é abordada também por Diniz (1984). Segundo o autor

> Nossos primeiros centros de Geografia foram fundados e desenvolvidos por geógrafos que seguiam essas ideias, como Pierre Monbeig, Deffontaines, Waibel e outros. Além disso, a formação do geógrafo se fazia paralelamente a do historiador nos cursos de Geografia e História das faculdades de Filosofia, o que tenderia naturalmente a reforçar a ideia de explicação dos fenômenos geográficos pela História. O espaço brasileiro era, nas décadas de trinta e quarenta, muito pouco conhecido, e as pesquisas produzidas no âmbito universitário ou no antigo Conselho Nacional de Geografia tinham, naturalmente, uma grande preocupação com a descrição (DINIZ, 1984, p.41).

A geografia agrária não seguiu caminho diferente. Instituiu-se uma Geografia cunhada no historicismo que balizava os estudos monográficos *ablacheanos*, tendo a paisagem como categoria de análise, e o emprego de conceitos, como *habitat* rural, sistema agrícola, gênero e modo de vida. Alves (2010) investiga a influência francesa de La Blache e afirma que a epistemologia da geografia agrária se aliou aos referenciais da ciência geográfica brasileira pautada na tríade: indução – empirismo – descrição.

A partir da análise de revistas científicas, Alves (2010) ressalta Pierre Monbeig como um dos representantes dessa contribuição estrangeira. O geógrafo francês procurou compreender o papel da expansão da fronteira no processo de formação do território brasileiro, os diferentes gêneros de vida e os *habitat* rurais, aliando os aspectos físicos com elementos da paisagem. Dessa forma, desenvolveu importantes obras em geografia agrária que versavam sobre os gêneros de vida rurais tradicionais no Sudeste do Brasil, as zonas

pioneiras no Sul, as paisagens rurais no Nordeste. Temas que se constituíram em monografias regionais que buscaram explicar a realidade agrária do país.

Destaca-se a tese feita por Monbeig: "*Pioneiros e fazendeiros de São Paulo"*, que busca identificar os responsáveis pela constituição das novas "frentes pioneiras", apresentando as transformações das zonas rurais e as mudanças na capital paulista. Andrade (2011) analisa a tese de Monbeig e faz o seguinte comentário:

> O livro I está dividido em duas partes: a primeira, dedicada às condições naturais (relevo, clima, solos), finalizada por um breve sub-capítulo sobre as consequências da intervenção humana. A segunda parte é dedicada às condições históricas (meio histórico, fatores econômicos), mas, termina com uma reflexão um tanto estranha sobre as práticas geográficas de então: a psicologia do bandeirante [..] contudo, a obra não se fecha aqui. Há ainda os livros II e III. No segundo, Monbeig analisa detalhadamente os Homens, entre eles os índios, os mineiros, os pioneiros, os colonos, os migrantes em todas as suas contradições. No terceiro, o autor mergulha na complexidade do mundo pioneiro que ele analisava naquele momento (ANDRADE, 2011, p.48-49).

Pela estruturação do texto, percebe-se as características do trabalho que era desenvolvido no primeiro momento da geografia agrária no Brasil, tendo como bagagem teórica, conceitual, e metodológica, uma vertende de origem francesa. Conforme Gomes (1999), a contribuição de Monbeig para a geografia goiana não são seus escritos sobre Goiás, que por sinal são escassos, mas pelo fato de ter sido um verdadeiro pioneiro, formador de futuros professores e pesquisadores, nos parâmetros de uma geografia moderna, científica formativa e humanista, que ensinava a pesquisar a realidade geográfica em sua complexidade. Ao analisarmos as pesquisas desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação em conjunto com as entrevistas, podemos identificar traços da influência desse primeiro momento da geografia agrária.

A tese: "Formação de uma nova centralidade do setor sucroenergético no cerrado: o caso de Quirinópolis no estado de Goiás", orientada por Selma Simões de Castro, em 2011, no IESA, apresenta elementos interessantes para esse debate. A tese está dividida em quatro capítulos: o primeiro, versa sobre o contexto histórico em que a cultura da cana-de-açúcar se instala na microrregião estudada; o segundo, faz referência às características físicas da área com o objetivo de justificar o interesse do setor sucroenergético; o terceiro capítulo apresenta e discute as formas de manejo da cultura da cana, identificando os impactos sobre os solos e

recursos hídricos; e, por fim, o último capítulo demonstra a nova centralidade da cana em Goiás e os impactos ambientais.

Destaca-se a valorização das condições naturais, privilegiando a relação homem-meio e minuciosas descrições do solo que corroboraram para um estudo detalhado da área estudada após a expansão da fronteira da cana-de-açúcar. A pesquisadora que orientou a tese afirma o uso das referências francesas para o estudo do solo, destacando a contribuição de Jean Tricart. Para a pesquisadora, seu trabalho trata da relação sociedade e natureza, pelo viés da paisagem, e na geografia agrária, onde enfatiza a questão da fronteira. Outra pesquisadora do IESA, que apresenta o conceito de fronteira ao abordar a geografia agrária, é a de Barreira que em depoimento à Pereira (2016, p. 99) destaca,

> Acho que a minha relação com a geografia agrária vai se fazer nesse aspecto e até porque eu e o [Manoel] Calaça até discordamos[...]. Eu tenho mais uma concepção de que a ocupação das áreas do cerrado faz parte desse movimento da expansão da fronteira e esse movimento vai criando características que de fato criam uma região ou várias regiões, mas tem um ponto que liga todas elas na àrea do cerrado devido às características do processo, o qual está exatamente ligado ao movimento de fronteiras naquela concepção básica de [Pierre] Monbeig. Como é que chega o novo? Não é só o desmatamento, a dilatação de novos sentidos, tem todo um contexto social, cultural que dá essa característica e eu acho que isso aconteceu no cerrado.

Percebe-se na análise feita pela professora Celene Barreira, aspectos que caracterizam uma concepção que se aproxima da herança da geografia francesa na geografia brasileira. Chama a atenção a ênfase no conceito de fronteira elaborado pelo francês Pierre Monbeig que foi uma importante referência para o início da geografia agrária no Brasil.

O segundo momento vivido na geografia agrária teve como preocupação fundamental a análise das diferenciações de áreas rurais, com um enfoque classificatório, utilizando modelos estatístico-matemáticos que caracterizaram principalmente o fim da década de 1960 e início da década de 1970, no Brasil. Bray (2008) salienta que a influência neo-positivista forjou um discurso mais objetivo e mais rigoroso no tratamento dos dados e encontrou um campo propício para se fazer ciência desvinculada da realidade agrária nacional.

Sobre o contexto em que essas mudanças aconteceram, Ferreira (2002, p. 339) afirma que,

> A realidade transformada fez o geógrafo agrário estudar uma sociedade urbana, na qual a agricultura teria um papel secundário. O progresso técnico, em seus diferentes níveis, atingiu profundamente o desenvolvimento dos estudos geográficos; a principal mudança ocorreu nas informações, que passaram a ser de fontes secundárias. Na realidade, as mesmas definições de tipos passam a ser obtidas através do uso de informações estatísticas [...]. Os estudos não são mais locais, mas compreendem análises de áreas maiores, possíveis pela concretização dos censos e pelo início do uso dos modelos computacionais.

Nesses estudos é acentuada a contribuição da Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional (UGI), que procurou sistematizar os conceitos existentes sobre organização agrária e fornecer diretrizes gerais para o desenvolvimento das pesquisas sobre classificação em agricultura. Instituições como a Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, Universidade Federal do Sergipe, UFRJ e o IBGE se constituíram como *lócus* dessa geografia. Os conceitos e métodos de pesquisa feitos por essa Comissão, conforme Gusmão (2006, p. 7), obedeciam a três linhas de considerações: a primeira representada pelas características sociais da agricultura, que englobava os aspectos da estrutura fundiária, do regime de exploração e das relações de trabalho; a segunda constituída pelas características funcionais ou organizacionais que reunia a utilização da terra e os sistemas de cultivo e de criação; e a terceira linha de consideração correspondia às características econômicas ou da produção, que compreendiam os aspectos de produtividade e rendimento da agricultura, orientação da produção, grau e nível de comercialização da produção agropecuária.

Andrade (1995, p. 9) destaca a influência anglo-saxônica com a divulgação de estudos de autores europeus e americanos que, baseando suas reflexões em documentação e usando métodos matemáticos, procuraram quantificar a Geografia e formular modelos quantitativos. Segundo o autor, teve grande ação nesta fase a geógrafa Elsa Coelho de Souza Keller, que introduziu no Brasil as técnicas desenvolvidas por Kostrowicki, geógrafo polonês, que, posteriormente, através de trabalhos patrocinados pela UGI, procurou desenvolver modelos agrícolas para toda a superfície da Terra. Esta influência possibilitou maior preocupação com o problema da quantificação em Geografia e possibilitou a cooperação entre geógrafos e economistas nos trabalhos de planejamento.

Ao abordar essa temática, Bray (2008, p. 11) ressalta a influência de países norte-americanos e europeus, destacando os trabalhos que se fundamentaram nessa perspectiva e

estiveram presentes nesse momento vivido pela geografia agrária, como os de Ruy Muller Paiva.

> Ruy Muller Paiva está incluído entre os economistas no campo político administrativo, cujo grupo faz parte da linha denominada "crítica conservadora" aos modelos amplamente aceitos das décadas de 50 e 60. Os estudiosos da agricultura nacional, com essa visão denominada "crítica conservadora", refutavam, no plano técnico e teórico, as teses que se baseavam na definição dos setores agrícola como um empecilho ao desenvolvimento. Quer dizer que esses pesquisadores não viam a agricultura como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

O autor destaca ainda que as concepções de Ruy Muller Paiva são encontradas primeiramente nos trabalhos: "Proposição Metodológica para o Estudo de Desenvolvimento Rural no Brasil" e "Modernização da Agricultura Brasileira", de Olindina Mesquita, Rivaldo Gusmão e Solange Silva, publicados em 1976 e 1977, na Revista Brasileira de Geografia. No entanto, o autor que mais se destaca nas referências analisadas é José Alexandre Felizola Diniz. Nas palavras de Fernandes (1998, p. 103):

> Um trabalho exemplar dessa corrente teórica é “geografia da Agricultura” de José Alexandre Felizola Diniz. Neste livro o leitor não encontrará uma discussão aprofundada sobre as questões teóricas, que não é a principal preocupação do autor, mas sim uma apresentação da evolução do estudo da “geografia da Agricultura” nos últimos trinta anos. Por ser um manual, tem como objetivo informar sobre as bases com as quais o estudante-pesquisador possa compreender a “sequência natural” da aplicabilidade de sistemas e modelos. A sua proposição é a análise sistémica dos “elementos funcionais” de um espaço geográfico estruturado. Nessa concepção, *a priori*, a realidade agrária é vista a partir de uma tipologia, em que as relações sociais não são consideradas. O que importa é a classificação de áreas através de tipogramas. Os processos de transformação da agricultura são descritos em uma visão técnica-linear.

Para Diniz (1984), a Geografia é uma ciência de análise, que procura associações espaciais, podendo transformá-las em padrões, modelos e leis. Perdem sentido, segundo o autor, os conceitos de uma geografia ideográfica, que se tratava de um enfoque sistêmico em que se utilizam os métodos quantitativos, principalmente os taxonômicos para o desenvolvimento ou aplicação de teorias de localização.

Ao discorrer sobre a diversidade da geografia agrária brasileira, Suzuki (2007) faz uma crítica ao trabalho de Diniz por não ressaltar a existência de contradições no campo, tão

pouco a desigualdade na apropriação da riqueza socialmente produzida.Destacando-se em sua obra a tendência que marca o segundo momento da geografia agrária, identificada como teórico-quantitativa ou teorética.

O terceiro momento rompe com o paradigma classificatório e as novas perspectivas de pesquisa passam a ser desenvolvidas pelos geógrafos agrários, principalmente nas análises das relações sociais de produção e no estudo dos modos de produção capitalista no campo. Bray (2008) afirma que o geógrafo agrário deixa de realizar uma Geografia pela Geografia, rompe com o liberalismo político burguês e cada vez mais vem se conscientizando de que é um cientista social e, como tal, vem avançando nos estudos da realidade agrária nacional.

Intitulado como "geografia crítica", por Ferreira (2002, p. 340), o momento da geografia agrária ganhou força na década de 1970.

> A uma geografia crítica, corresponde uma geografia agrária preocupada com as questões sociais e econômicas da relação homem-terra e com as relações dos homens do campo entre si e com aqueles das cidades. Esta posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial e com o acirramento dos conflitos sociais numa situação de fechamento de fronteiras à apropriação de terras. É coerente também com preocupações da ordem dos direitos humanos e do uso (e abuso) dos recursos naturais, num mundo que se tecnifica e imediatiza.

A geografia agrária desse período deveria ser tratada num contexto mais amplo, buscando esclarecer a estrutura espacial da agricultura brasileira. Essa perspectiva encontrou na dialética a fundamentação para compreender a realidade concreta do espaço agrário. A dialética foi incorporada ao pensamento geográfico mediante o marxismo e tornou-se instrumento do desmascaramento do discurso "neutro" existente. Segundo Oliveira (2004, p. 33),

> Trazida pela influência marxista, a dialética como corrente na geografia agrária está na base de um conjunto de trabalhos de Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade, Pasquale Petrone, Lea Goldenstein, Manuel Seabra, entre outros. Tal influência tem sido marcada por princípios que sustentam essa escola de pensamento. Pode-se destacar, entre eles, o condicionamento histórico e social do pensamento, portanto o seu caráter ideológico de classe. Com o marxismo, começou a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico, e mesmo no historicismo.

Temas como divisão internacional do trabalho e luta de classes passaram a serem presentes nos trabalhos desenvolvidos e a dialética foi estabelecida como marco teórico de parte significativa das pesquisas em geografia agrária. Nessa perspectiva, destacam-se trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Correa de Andrade.

O geógrafo Orlando Valverde produziu obras que marcaram a geografia agrária brasileira. Oliveira (2004, p. 32) ressalta que

> O excelente capítulo "Metodologia da geografia agrária" do livro geografia agrária do Brasil, de Orlando Valverde, é talvez uma espécie de marco histórico na história da geografia agrária no Brasil. Valverde, a meu juízo, vivia, quando escreveu esse livro, a contradição intelectual daquela época, entre uma visão historicista da Geografia como ciência e a sua firme posição política de compromisso com a transformação da sociedade.

Orlando Valverde traçou uma trajetória diferente de Leo Waibel, seu professor e importante referência intelectual, pois passou a dar centralidade para a realidade socioeconômica do campo brasileiro. Deste modo, debater a questão agrária no âmbito da Geografia proposta por Valverde requer a compreensão de como a terra estava sendo apropriada e o que isto constituía do ponto de vista socioeconômico. Valverde, admirador de seu mestre Leo Waibel, deixou a "neutralidade", que era central na escola historicista, e passou a uma abordagem marxista-historicista, em função de seu posicionamento político (BOMBARDI, 2008, p. 105).

Outra contribuição desse geógrafo, segundo Fernandes (1998), é a obra "Estudos de geografia agrária brasileira". O autor reúne diversas temáticas que foram estudadas em distintas regiões, numa análise histórica e econômica da exploração da agricultura e da pecuária, debatendo o problema agrário brasileiro e apresentando uma breve discussão sobre a regionalização da reforma agrária. Para Valverde (1985), a reforma agrária deveria acontecer de forma amplamente democrática, ouvindo sujeitos como os camponeses e os técnicos, e atenta às áreas escolhidas para a realização da reforma, garantindo, portanto, o crescimento econômico e social das populações rurais.

A questão agrária também se faz presente em "A terra e o homem no Nordeste", obra de Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007), publicada em 1964. Ao discorrer sobre as relações de trabalho no meio rural da região Nordeste são evidencias as consequências sociais

e econômicas da forma de ocupação da terra e, por isso, aponta para a emergência da reforma agrária. Segundo Fernandes (1998, p. 104), essa obra

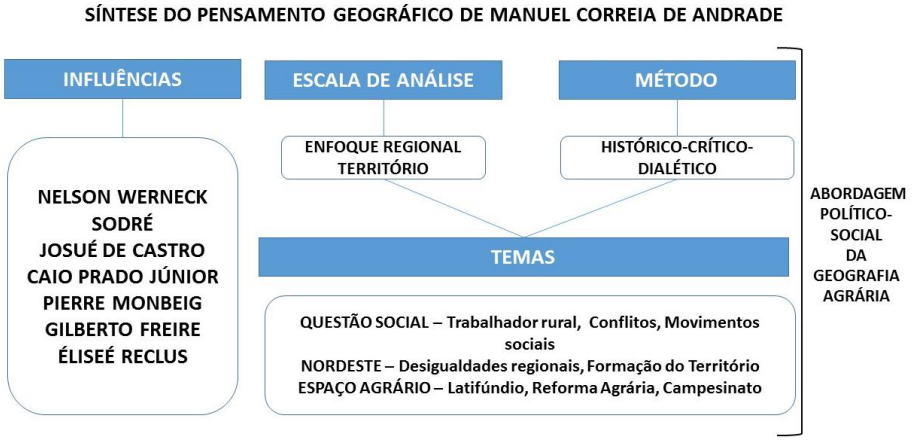
> [...] é uma referência obrigatória para todos os estudantes-pesquisadores que pretendem conhecer a geografia do Nordeste a partir da história da ocupação do território e suas transformações. Neste trabalho o autor analisa esse processo histórico, bem como a sua questão agrária ao estudar o modo de produção dominante no campo, as relações sociais e a luta pela terra realizada pelas ligas camponesas. Por sua própria amplitude é importante salientar que no momento histórico em que foi realizado, este trabalho estava à frente dos seus contemporâneos, tanto que foi muito mais utilizado por sociólogos e economistas do que por geógrafo.

Conforme Bray (2008), esse livro de Manuel Correia de Andrade foi publicado no início dos anos de 1960 quando se discutia a questão agrária e as lutas camponesas por amplos segmentos da sociedade brasileira e é nessa conjuntura que o autor rompe com a neutralidade e discute os movimentos agrários no Nordeste, além de acompanhar os demais estudiosos da agricultura brasileira, com destaque para Caio Prado Júnior.

> É nesse momento de comunhão do geógrafo com o movimento da sociedade brasileira, que consideramos Manuel Correia como o primeiro - geógrafo agrário não geográfico -; isto é, o geógrafo nacional que rompe com os formalismos da rigidez positivista de neutralidade e de se construir uma geografia agrária pela geografia agrária, e passa a produzir ciência como cientista e como cidadão. A ligação da obra "A Terra e o Homem no Nordeste" com Caio Prado Júnior, colocava a necessidade do trabalho empírico sensível que o geógrafo nacional desenvolveu, no estudo das relações de produção e de trabalho (BRAY, 2008, p. 8).

Por conta da formação em História, Manuel Correia de Andrade construiu uma abordagem histórica-crítica e dialética, de base regional e voltada para as questões sociais. Porém nunca deixou de discutir outros temas da geografia humana, dando centralidade à política ao pensar o espaço e debatendo as disparidades regionais a partir da economia. Alves (2016) faz uma proposta de síntese do pensamento do autor (Figura 4), com base nos fundamentos teórico-metodológicos e nos temas estudados ao longo da trajetória intelectual.

Figura 4 - Síntese do pensamento geográfico de Manuel Correia de Andrade



Fonte: Alves (2016)

Como aponta Alves (2016), Manuel Correia de Andrade se destaca por fazer uma geografia plural e crítica, independente de qual corrente de pensamento geográfico estivesse predominando. O fundamental para o autor foi compreender o aspecto político-social do espaço agrário ou urbano, ou seja, é essencial entender que a geografia, como uma ciência social, deve se ater a esse princípio e desvendar os problemas no território brasileiro.

A partir dessas considerações é possível dimensionar a contribuição desses dois geógrafos à geografia agrária brasileira. Bombardi (2008) afirma que o legado destes autores é realmente indiscutível, principalmente quando se considera o salto teórico-metodológico dado com relação à geração anterior. Sendo assim, deram a formaram a raiz do pensamento crítico posterior. Por conta da influência do pensamento marxista, a dialética passou a estar presente na geografia agrária brasileira e passou, portanto, a adquirir o caráter elaborado por Orlando Valverde e por Manuel Correia de Andrade.

Outro geógrafo que contribuiu de forma significativa para esse momento da geografia agrária foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira ao desenvolver a tese: “Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen”, que apresenta conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, que subsidiaram diversos trabalhos nessa perspectiva, se constituindo como uma importante referência da geografia agrária. Sobre a tese de Oliveira, Fernandes (1998, p. 106) fez importantes observações.

> Com base numa vasta bibliografia, tendo como referência os estudos clássicos de Marx e de estudiosos marxistas, o autor desenvolve seu trabalho

> crítico, discutindo ponto-a-ponto a teoria e o método de Thunen, colocando por terra a concepção de "Estado isolado". A partir desses pressupostos Oliveira analisa as condições materiais de desenvolvimento da obra de Von Thunen em seu contexto histórico, bem como realiza uma discussão filosófica sobre os conceitos fundamentais dessa obra. Discute, também, a atualidade desse modelo teórico aplicado à realidade brasileira, onde dedica grande parte de sua análise criticando, em bases filosóficas, os trabalhos dos neopositivistas e dos historicistas, explicando sob as categorias do materialismo dialético os processos de produção do espaço geográfico. Por fim, reserva a última parte de seu trabalho para a discussão da importâtncia da práxis e do compromisso filosófico político para com o entendimento da realidade estudada.

Além disso, Fernandes (1998) destaca a contribuição teórico-metodológica dada pelo geógrafo, a partir da trajetória intelectual, para a geografia agrária, especialmente para a elaboração de temas fundamentais, tais como: da territorialização do capital, a monopolização do território pelo capital e a recriação do campesinato. Ariovaldo Umbelino de Oliveira procurou compreender a questão agrária sob o modo de produção vigente, por isso, o interpreta como um processo contraditório de reprodução ampliada do próprio capital e pressupõe a criação de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições.

Nesse sentido, o autor aborda os conflitos por terra, movimentos sociais no campo e debate o lugar do campesinato diante da realidade brasileira, reforçando o terceiro momento da geografia agrária que busca evidenciar as contradições do espaço e não adota uma postura de neutralidade.

A pesquisadora Helena Angélica de Mesquita, sob a orientação de Oliveira, ressaltou em sua tese: "Corumbiara: o massacre dos camponeses - Rondônia, 1995", em 2001, que abordou a questão agrária, o campesinato no Brasil e consequentemente, a ocupação capitalista do território. O trabalho de Geografia estaria pautado, portanto, numa abordagem política da questão agrária. Não obstante, a questão agrária foi apresentada como elemento fundante da geografia agrária pelos professores entrevistados. Conforme Mendonça (2003, p. 99),

> As informações e dados evidenciam a vitalidade da geografia brasileira que possui como uma das principais referências para as suas pesquisas a questão agrária, apresentando configurações geográficas diferenciadas, embora hegemonizadas por uma mesma matriz espacial. As "leituras" geográficas da questão agrária evidenciam metodologias que apontam uma hegemonia de determinados agentes sociais, econômico, políticos e culturais, que

> expressam a conformação das classes sociais e as perspectivas colocadas para os segmentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária.

O professor Marcelo Mendonça relatou em um ponto central, também apontado por Pessoa, e que retorna o depoimento de outros entrevistados, referente à "Luta pela Terra". Para Pessoa [34], duas discussões necessárias são decorrentes desse ponto. A primeira se refere ao espaço produzido e apropriado pela dinâmica econômica e a a segunda se refere as consequências decorrentes desse processo, em que ambas existem desde o período imperial no Brasil. Nesse sentido, Ianni (1984, p. 7) traz contribuições importantes ao debater as origens agrárias do Estado brasileiro, especialmente quando diz que "há muito campo nessa história", pois os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária.

Nessa perspectiva, Peixinho [35]salienta a dificuldade que é estudar um tema atrelado ao rural brasileiro, onde a questão agrária não esteja premente. Estudos referentes à agricultura camponesa ou familiar, assim como as dinâmicas de ocupação do cerrado na produção de soja e de milho, possuem forte relação com a estrutura fundiária. Deste modo, Peixinho reitera o seu posicionamento:

> Para mim não se entende o Brasil sem entender a questão agrária. Na cidade ou no campo isso é fundamental! Eu acho que uma das explicações da sociedade brasileira e suas desigualdades passam pela questão agrária que é a estrutura fundiária, concentração da propriedade, apropriação ilegal da maior parte das terras do Brasil. Tudo isso está relacionado, isso para mim é uma questão muito mais para entender a sociedade brasileira do que entender um tema, seja ele urbano, rural, o que quer que seja.

Além da centralidade da questão agrária como ponto de partida para a geografia agrária, a ideia de que o espaço agrário brasileiro deve ser analisado levando em consideração essa questão é assunto no trabalho de Mendes (2005). Para a pesquisadora da UFG, Regional Catalão, é imprescindível analisar o contexto da questão agrária na expansão do modelo de produção capitalista. Dessa forma, a compreensão do dinamismo da formação do espaço agrário brasileiro exige a análise histórica sobre as formas de propriedade da terra e das

[34] Entrevista, concedida à autora, da Profª. Vera Lúcia Salazar Pessoa, via correio eletrônico, no dia 31 de julho de 2018 (Anexo 12).
[35] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017(Anexo 4).

relações de trabalho que se estabeleceram no decorrer da expansão do sistema capitalista, enfatizando a produção rural estruturada no trabalho familiar. A análise desse processo se encontra vinculada ao entendimento das especificidades que caracterizam a organização do espaço agrário brasileiro, exigindo o conhecimento da dinâmica geral do sistema econômico capitalista, fenômeno caracterizado como divisão internacional do trabalho que se encontra, essencialmente, relacionado com o desenvolvimento desigual e combinado das nações (MENDES, 2005, p. 28).

Em razão da abrangência do conceito, faz-se necessária uma delimitação. Para Graziano da Silva (1990), a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Entretanto, a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, como se produz e de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os indicadores basilares da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; e a produtividade das pessoas ocupadas no campo. (SILVA, 1990, p. 11).

Ianni (1984) afirma que a questão agrária envolve políticas agrícolas e agrárias, mas, principalmente, os problemas de acesso e uso da terra. A modificação da terra em mercadoria ou em âmbito mais geral e a transformação da natureza em história não é um processo pacífico, pois envolve tanto violência dos homens contra a natureza, como dos homens entre si. Dessa forma, a geografia agrária ao se dedicar à questão agrária, assume, muitas vezes, uma postura de denúncia das atrocidades decorridas das contradições existentes no espaço agrário brasileiro.

A professora Dinalva Ribeiro[36] ressalta a solidez da geografia agrária decorrente do compromisso para com a pesquisa, da divulgação dos resultados, do envolvimento com a sociedade e do "colocar-se a serviço das transformações". Se para Ribeiro o papel social desempenhado é notório, nas observações feitas por Chaveiro[37] a geografia agrária, em nome de um denuncismo, às vezes, pode produzir uma geografia com fragilidades teóricas e se aproximar de uma sociologia agrária ou sociologia rural. Ferreira (2002) faz considerações sobre esse debate ao dizer que na análise do desenvolvimento do capitalismo no campo e nas

[36] Entrevista, concedida à autora, da Profa. Dinalva Doizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017 (Anexo 9).
[37] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Eguimar Felício Chaveiro, em 23 de agosto de 2017 (Anexo 8).

suas contradições não existe uma referência espacial, pois ganha foco temas como a exploração do trabalhador pelo capital, ou seja, os objetos de análise sevtornaram puramente econômico-sociais. O espaço, a agrícola e o local onde se dá a exploração capitalista são espaços sem características naturais, mesmo que, em alguns casos, sejam determinantes.

Com a inserção de uma postura crítica a esse momento da geografia, mais recentemente têm crescido o número de trabalhos ligados à percepção, em que os geógrafos buscam compreender a percepção do sujeito no espaço agrário e como ele é interpretado, construindo um caminho diferente para a interpretação da realidade agrária na medida em que valoriza o imaginário e faz o resgate da memória. Destacam-se trabalhos que tratam de temas relacionados aos costumes, ao gênero, a raça, a etnia e a religião. Ao tecer considerações sobre a geografia agrária, Clemente[38] reconhece um avanço na na compreensão da realidade brasileira e nas questões referentes à criticidade, ao que o entrevistado chama de "pluri-posicionamento":

> Por exemplo, você tem na Geografia, e isso se reflete na geografia agrária, uma variedade imensa de posicionamentos teóricos, metodológicos, de posturas teóricas, políticas. Acho que houve um grande avanço tanto na questão crítica quanto na questão do surgimento de outras correntes e crescimento dessas outras correntes dentro da agrária. Acho que isso é positivo. Faço uma boa avaliação nesse sentido.

Ao fazer essa breve retomada das diferentes fases vividas pela disciplina, evidencia-se a pluralidade e diversidade de abordagens desenvolvidas no interior da geografia agrária. Essas abordagens acompanham as transformações da Geografia, como ciência, bem como das transformações sociais, políticas e econômicas. A geografia agrária é, portanto, fruto de um espaço e tempo específicos.

Destarte, as considerações apresentadas asseguram o nosso entendimento de que a questão agrária e suas contradições, e aparentes discrepâncias moldam a noção de geografia agrária dos pesquisadores da instituição. Parte-se da premissa de que a compreensão do espaço agrário está atrelada ao estudo da organização e ocupação socioespacial a partir do processo de evolução histórica, uma vez que a questão agrária assumiu uma centralidade nas pesquisas realizadas.

[38] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Evandro César Clemente, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 5).

A partir disso, como aponta Kautsky (1972, p. 21) o estudo da questão agrária deve investigar todas as transformações que a agricultura experimenta ao longo do regime da produção capitalista, sobretudo como o capital se apropria da agricultura, revoluciona-a ou mesmo como arruína as antigas formas de produção e de propriedade e cria a necessidade de novas formas. Portanto, a geografia agrária se depara com um leque de problematizações a serem desenvolvidas. No que diz respeito ao estado de Goiás, esses estudos serão analisados no capítulo seguinte.

3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA

Nesse capítulo pretende-se apresentar as características da produção científica acadêmica em geografia agrária dos Programas analisados.

Para a seleção das dissertações e teses, buscou-se, inicialmente, nos repositórios da instituição. O primeiro deles foi o site do Repositório Institucional UFG – Sistema de Bibliotecas, usando os filtros "geografia" e buscando por palavras-chave, como: "Goiás", "geografia agrária", "rural", "campo", "agrário", "agrícola". Com as mesmas palavras-chave e o mesmo filtro foi consultada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Diante da desatualização e da ausência de dissertações e teses defendidas, empreendeu-se uma nova coleta, dessa vez buscando diretamente nos repositórios *online* dos três Programas analisados. No IESA foi realizada também uma consulta presencial, com acesso ao material impresso e aos arquivos digitais do acervo do Instituto. Foram arroladas 104 obras, entre dissertações e teses. A segunda ação consistiu em descartar os trabalhos cujas características não se aproximam da análise aqui proposta.

Adotou-se o seguinte procedimento: (1) identificação das dissertações e teses desenvolvidas no âmbito da geografia agrária; e (2) Selecionar os trabalhos com o recorte espacial em Goiás. Esse procedimento foi realizado por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves. Parte significativa dos trabalhos possuiam as informações necessárias nesse conjunto de elementos constitutivos dos trabalhos acadêmicos de Pós-Graduação. Entretanto foi necessária a leitura do corpo do texto a fim de identificar o tema, o objeto e/ou recorte espacial de algumas obras. Foram separadas as dissertações e teses que, em que pese os títulos sugerirem a aproximação com a geografia agrária em Goiás, também verificou-se temas como: o Turismo Rural, a Educação do Campo e o Uso da Terra. Vale destacar que os trabalhos excluídos, apesar de serem da geografia agrária, são em razão de terem outro recorte espacial, pois são trabalhos que abordam o espaço agrário de Maranhão, Bahia, Tocantins, Moçambique e, principalmente, Minas Gerais. Há ainda os trabalhos que delimitaram o cerrado como área a ser estudada, como a tese defendida por Inocêncio (2010) sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado.

Uma vez concluída a seleção dos trabalhos, iniciou-se o processo de leitura e classificação. As dissertações e teses foram classificadas pelo ano de defesa, autor, título do

trabalho, orientação, área de concentração, membros da banca, recorte espacial e palavras-chave. Em seguida foram agrupadas de acordo com o Programa a que estão vinculadas.

Cabe ressaltar que a produção acadêmica em geografia agrária é expressiva diante das ramificações que constituem a Geografia. Desde a primeira defesa realizada no IESA até o ano de 2015, foram defendidas 268 dissertações e 66 teses. Destas, 12,7% e 7,5%, respectivamente, pertencem à geografia agrária com recorte espacial em Goiás. Em Catalão e Jataí a produção científica nessa área é ainda mais expressiva, foram 97 trabalhos apresentados, sendo que 27% no âmbito da geografia agrária e sobre a região Jataí até o ano de 2015, e 58 defesas, o que chega a um percentual de 24% são da geografia agrária.

Ainda que o número referente aos trabalhos em geografia agrária seja relevante, não se pode afirmar que há uma "geografia agrária goiana", pois não se trata de uma questão quantitativa. Como apontam Chaveiro e Freitas (2013), os trabalhos sobre o território goiano e as instituições goianas de geografia estão inseridos no contexto de desenvolvimento da geografia brasileira. Sendo assim, não existe um estatuto epistemológico próprio da geografia de Goiás, entretanto se afirma que há especificidades locais na formação desse conhecimento. Diante dessas especificidades, o objetivo é compreender como a produção em geografia agrária da UFG tem investigado o espaço agrário em Goiás.

A escolha do tema é uma etapa importante da investigação científica. Delinear um campo temático que se queira empreender uma investigação com rigor científico requer o desejo de conhecer o novo e a elaboração de problemas que justifiquem a empreitada. Ao propor um tema, o pesquisador se pauta nas relações desenvolvidas nas instituições de pesquisa, mas não relega as relações afetivas da vida. Leva em consideração os aportes teóricos e metodológicos da ciência desenvolvida e se atenta à realidade concreta. Gil (2008) debate as técnicas da pesquisa social e afirma que o pesquisador, desde a escolha do problema, recebe influência de seu meio cultural, social e econômico.

Dessa forma, indentificou-se os temas abordados nas dissertações e teses, especificando as formas de análise, os recortes espaciais adotados nas pesquisas e o contexto em que elas se desenvolveram.

No que concerne às formas de análise, Ferreira (2002, p. 160) explica que "dizem respeito às diferentes formas pelas quais o autor realiza o seu estudo e expõe o trabalho, explicitando uma visão de mundo que direciona a ênfase, o entendimento e a explicação". Assim, as formas de análise podem ser entendidas como um conjunto de princípios e práticas

científicas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa. A autora identifica diferentes tipos de análise na geografia agrária, sobretudo os estudos de caso, compreendendo-os como um conjunto de textos de tipo monográfico em diferentes escalas: estudos metodológicos, voltados para a apresentação de novas técnicas de trabalho; estudos teóricos, que fazem referência às propostas teóricas de análise; e estudos epistemológicos, que focam na produção do conhecimento na geografia agrária.

Os recortes espaciais e temporais serão identificados no fito de situar os temas analisados. As dissertações e teses, como discursos geográficos, modificam-se de acordo com o lugar, com a sociedade e, principalmente, com o contexto histórico. De acordo com Reis Júnior (2003, p. 6, grifos do autor), nenhuma visão de mundo escapa a sua contemporaneidade e aos reflexos que carregam dos fatos e eventos do passado.

> Cada membro de um grupo social tem impresso em si a marca da coletividade. Este registro fundamenta-se no convívio do grupo e na decorrente comunhão de valores e ideias ‘médias’, as quais vão estruturar a convergência; uma espécie de amarra das visões de realidade.

Assim sendo, foi realizado o esforço de apresentar, com base nas entrevistas realizadas com os orientadores e a revisão bibliográfica, elementos do pensamento geográfico referentes ao espaço agrário em Goiás.

A primeira aproximação, realizada viés leitura dos títulos, resumos e palavras-chave das dissertações e teses, possibilitou verificar uma variedade de temas e enfoques. De acordo com Alves (2010), a pluralidade temática é tributária de uma pluralidade teórica e metodológica que marcam os trabalhos de geografia agrária no Brasil. A afirmação de Alves (2010) reforça a justificativa de pensar e teorizar a respeito da produção acadêmica em Goiás. Promover o diálogo entre a produção do estado e as tendências em âmbito nacional é trazer para o centro do debate a caracterização e contextualização das dissertações e teses em geografia agrária feitas na UFG, contudo não significa dizer que há uma homogeneidade nas dissertações e teses feitas na instituição analisada. As especificidades dos programas devem ser levadas em consideração na medida em que expressam distintas conjunturas regionais e contextos acadêmicos. Dito isso, apresentamos a análise das dissertações e teses por Programa, cuja ordem se justifica pela data de criação do Programa.

3.1 Instituto de Estudos Socioambientais

O IESA surgiu como unidade de ensino da UFG no final de 1996, em consequência do desmembramento do Departamento de Geografia do Instituto de Química e Geociências (IQG). Essa separação possibilitou a autonomia administrativa e acadêmica do curso de Geografia, permitindo que essa área de conhecimento desse um salto qualitativo, principalmente nas suas atividades de pesquisa, haja vista a recém criação no ano de 1995, do Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado.

Entre os Programas analisados, o do IESA é o mais antigo. Logo, a trajetória do Programa o torna mais estruturado, reunindo condições de desenvolver atividades didático-científicas reconhecidas nacionalmente. Na avaliação, segundo os parâmetros da CAPES, a nota atribuída ao Programa é 5, isto é, curso de excelência em nível nacional com base na estrutura curricular do curso, na infraestrutura de pesquisa da instituição, nas publicações, dentre outros indicadores.

Os numerosos projetos de pesquisa desenvolvidos em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* formaram um considerável acervo de produções acadêmicas em Geografia considerável, constituído de várias temáticas e abordagens, que foram desenvolvidas ao longo dos anos. No entanto, com base no objetivo de compreender a configuração do espaço agrário goiano, foram analisadas as obras desenvolvidas no âmbito da geografia agrária.

Em depoimento dado a Pereira (2016), Barreira afirma que o Programa do IESA surgiu com um viés regional - como expressa a Área de Concentração proposta: “Ambiente e apropriação das áreas de cerrado”. Para a pesquisadora, os primeiros estudos do Programa buscavam compreender a organização do espaço numa perspectiva regional e se constituíram como uma resposta ao contexto da região que demandava uma discussão referente ao cerrado. Barreira reforça o entendimento de que a produção acadêmica é pautada pela conjuntura que está inserida, sendo assim as várias discussões surgiram diante do movimento da realidade e, consequentemente, das transformações espaciais, históricas e científicas.

Abaixo, os principais temas desenvolvidos nas dissertações e teses em geografia agrária do IESA, entre 1995 e 2015, organizados em grupos temáticos e representados por um organograma (Figura 5):

- Dinâmica espacial: investigações no âmbito das transformações espaciais decorrentes do processo de expansão do capital, com ênfase nas atividades sucroalcooleiras, no cultivo da cana-de-açúcar e nos complexos agroindustriais;

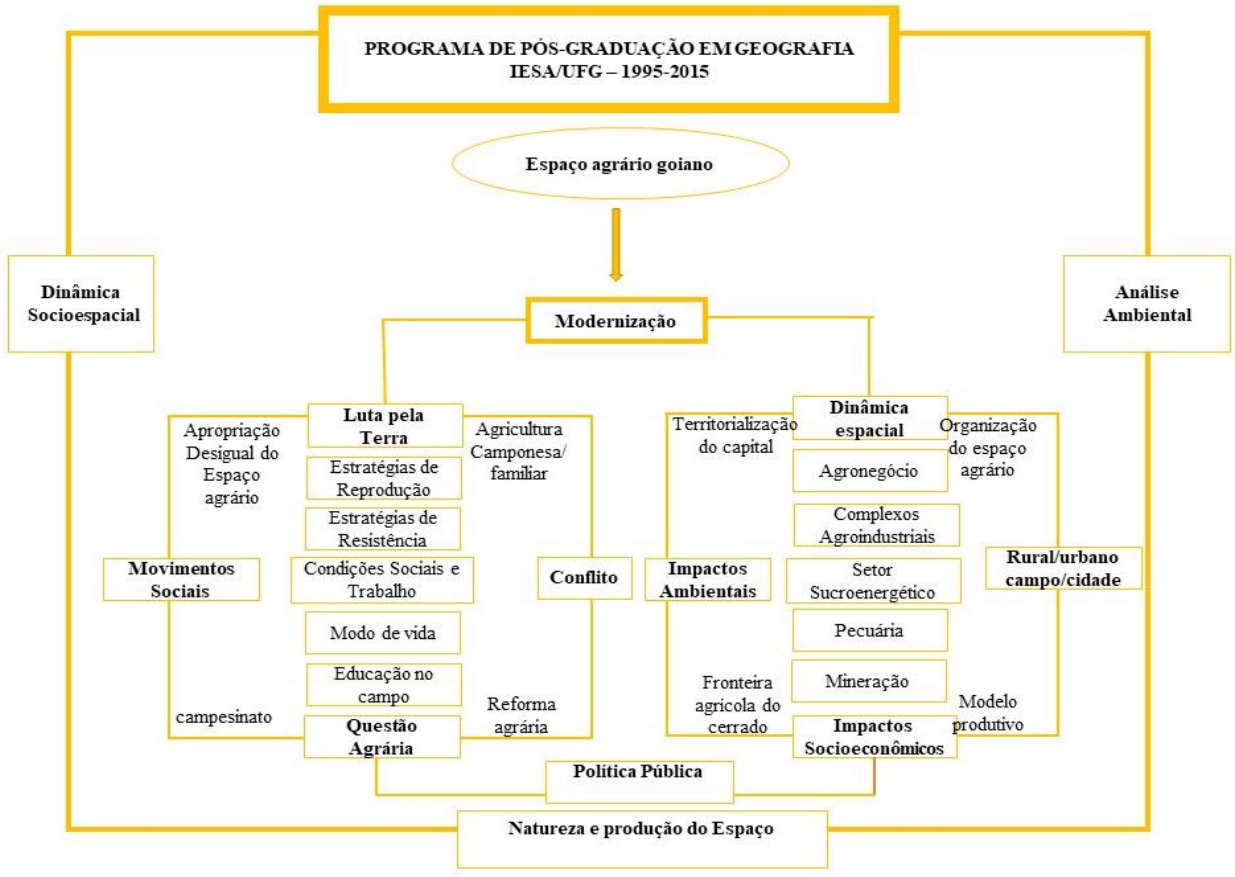
trabalhos que buscam delinear as diferentes faces que o capital assume como forma de subverter os espaços rurais sob o seu domínio; investigações sobre a constituição e as formas de atuação dos complexos agroindustriais; studos das cooperativas e seu papel na organização do espaço; pesquisas referentes à pecuária abordando a tecnicização do espaço agrário e a internacionalização do agronegócio da carne bovina.

- Políticas públicas: pesquisas voltadas para a elaboração de uma proposta teórica para avaliação das ações das políticas públicas espaciais na agricultura moderna e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e territoriais;trabalhos que discutam a atuação do Estado através das políticas públicas, além de procurarem entender o efeito (ou ausência) das políticas públicas sobre a pequena agricultura.
- Agricultura familiar e campesinato: trabalhos que investigam as estratégias de reprodução e a organização da produção de comunidades rurais diante da modernização no campo; trabalhos que versam sobre cooperativas, lavouras comunitárias, desenvolvimentos de novas práticas agrícolas e educação no campo como estratégias de permanência no espaço agrário.
- Luta pela Terra e Movimentos Sociais: investigações sobre a questão da luta pela terra, entrada e permanência, e a forma pela qual as atividades agropecuárias foram desenvolvidas pelos assentados; trabalhos voltado à identificação de quem é o sujeito militante do MST e o que isso interfere na luta pela terra; investigações sobre os desafios e contradições da territorialização camponesa.
- Relação rural/urbano e cidade-campo: estudos que fazem uma reflexão teórico-metodológica da relação cidade-campo diante do processo de modernização da agricultura; pesquisas que procuram investigar a alteração da relação cidade-campo por meio do desenvolvimento da agroindústria; estudos sobre o ser e o existir rural no contexto de metropolização de Goiânia.
- Uso do solo e regionalização agrícola: pesquisas que visam compreender o padrão espacial da atividade agrícola, com ênfase em solos e suas mudanças de uso por meio da expansão da fronteira agrícola.
- Modos de vida: pesquisas que visam a identificação das mudanças nos modos de vida manifestadas por meio das práticas alimentares do trabalhador rural

decorrentes da modernização territorial; trabalhos com os objetivos de compreender as práticas formadoras do *habitus* dos sertanejos.

- Relações sociais e de trabalho: problematizações sobre a expansão do setor sucroenergético e os casos de trabalhadores em condições análogas ao de escravos; análise dos conflitos de classes característicos do meio técnico-científico sob a ótica das representações que os trabalhadores ligados ao setor sucroenergético têm de suas relações de trabalho.

Figura 5 - Temas das dissertações e teses em geografia agrária - IESA/UFG (1995-2015)



Fonte: Acervo do Programas de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

De acordo com o que foi apresentado no capítulo 2, compreende-se, com base nas colocações feitas pelos orientadores das dissertações e teses, que a geografia agrária está fundamentada na questão agrária. A estrutura fundiária, no Brasil, impõe à Geografia a necessidade de se debruçar sobre a dimensão espacial da questão agrária em decorrência da importância que exerce na dinâmica espacial brasileira. Nesse sentido, Oliveira (2001, p.457) afirma que

> Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária do Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela coroa aos membros da corte. Com a independência do Brasil e depois, com o fim da escravidão trataram os governantes de abrir a possibilidade de através da "posse", legalizar grandes extensões de terras com a Lei de Terras de 1850, entretanto o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro

A organização do espaço brasileiro remonta, portanto, ao período colonial, que desde a sua origem é marcada pela concentração de terras. A tomada das terras indígenas, em nome da coroa portuguesa, marcou o primórdio da luta pela terra no Brasil. A questão agrária percorre uma longa trajetória marcada por contradições, conflitos e resistência que ultrapassam 500 anos.

A questão agrária em Goiás hoje é resultado do processo de formação do povo e território goiano. Desde o início, os conflitos foram travados entre nações indígenas e aqueles que buscam explorar e povoar a área. De acordo com Barbosa, Neto e Gomes, (2005, p. 49):

> [...] podemos afirmar que o Sul da antiga capitania de Goiás era o espaço privilegiado dos Kayapó e dos Goya, o Norte era o domínio dos Apinagé, dos Xambioá, dos Xerente, dos Krahó, dos Akroá e dos Xakriabá. Os Karajá se estabeleceram no baixo rio Vermelho e nas margens do Araguaia, e ali vivem há mais de mil anos. Os Xavantes e os canoeiros, menos propensos à vida gregária que outras nações indígenas, vaguearam por muito tempo ao longo do vale do rio Tocantins, até praticamente desaparecerem do território goiano–tocantinense exauridos pelas guerras e batalhas travadas contra os colonos invasores. Numa relação desigual de forças, o índio não teve como impedir que, sobre o seu território, se instalasse outro – o território institucional da capitania de Goiás.

Desse modo, os povos indígenas que habitavam o território goiano foram os primeiros a serem espoliados como resultado da institucionalização administrativa do território que marca o início do processo de povoamento e urbanização. Segundo Pessoa (1999), após as incursões de bandeirantes na região, numa perspectiva meramente extrativista, o início da ocupação das terras e do povoamento do estado de Goiás começou a ocorrer nas primeiras décadas do século XVIII, a partir de duas "frentes colonizadoras": uma pelo sul, iniciativa dos "bandeirantes paulistas"; e outra pelo norte, com a entrada de migrantes da Bahia, Pará e

Maranhão. Nesse contexto, em função das fartas jazidas de ouro, Goiás se apresentou como um território atrativo aos bandeirantes.

Muitas cidades goianas se formaram nesse período em função da exploração do ouro, a principal atividade econômica da época. Todavia, com a decadência da mineração, iniciaram-se as atividades com a agricultura de subsistência para abastecer os povoados, no século XVIII, sobretudo após muitos trabalhadores das minas ficarem desempregados e passarem a trabalhar nas lavouras. Segundo Palacín (2008, p. 67), "com a decadência ou desaparecimento do ouro, o governo português, que antes procurava canalizar toda a mão-de-obra da capitania para as minas, passou, através de suas autoridades, a incentivar e promover a agricultura em Goiás".

Esse processo de transição da atividade mineradora para a agropastoril é um marco importante quando se analisa a reorganização política e a formação de uma nova base econômica no território goiano. De acordo com Borges (2000, p. 94):

> A economia goiana tornou-se, após a crise da mineração, essencialmente agrária com baixo índice de circulação monetária. O isolamento geográfico e a falta de meios de transporte e comunicação dificultam o desenvolvimento de práticas mercantis até o início deste século. A pecuária foi a exceção: a produção bovina manteve-se organizada como atividade de mercado e o gado de corte eram exportados para os mercados do Centro-Sul e Norte-Nordeste. O comércio do gado garantia certa rentabilidade ao setor agrário e à arrecadação fiscal do erário público estadual. Além disso, o criatório foi à principal atividade econômica responsável pela ocupação efetiva dos sertões em Goiás, pois a economia mineratória foi localizada em algumas regiões auríferas, esgotando-se rapidamente, e a agricultura desenvolveu-se somente a partir das primeiras décadas deste século.

Assim, o território vai se consolidando como agrário, apesar do isolamento e da falta de infraestrutura, transporte e comunicação. Goiás começou a se inserir, de fato, na economia nacional a partir do projeto político da Marcha para o Oeste, criando as bases para uma nova dinâmica econômica no interior do país. Segundo Pessoa (1999), o pacto agroexportador das primeiras décadas do século XX foi substituído por Getulio Vargas viés pacto populista, compreendido pela história por contemplar interesses tão díspares, como os da burguesia agrária remanescente, da burguesia urbano–industrial e do operariado urbano emergente. A bandeira que tornou isso possível foi à industrialização, seguindo a lógica da substituição de importações e da integração do país, a fim de fomentar o desenvolvimento. Destarte, com a Marcha para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor

de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país.

Com aponta Peixinho (2006), durante o século XX, o Estado se torna o principal indutor da ocupação das terras do Centro Oeste brasileiro, através de diversificadas ações para tornar o território mais povoado e mais produtivo. Dentre as políticas estatais realizadas até a década de 1970, para ocupar o Centro Oeste além da Marcha para Oeste, no período Vargas, destaca-se a construção de Brasília e de uma rede de rodóvias ligando a nova capital ao restante do país, realizadas por Juscelino Kubitschek. Essas políticas colocam o Estado como o principal indutor e empreendedor do desenvolvimento na região. Sobre esse período, Castro[39] afirma que

> [..] até os anos [19]70, Goiás pouco se comunicava com o resto do país. Não tinha uma participação econômica tão importante, até porque não tinha logística, não tinha estrutura, tinha a estrada de ferro a partir dos anos de [19]30, tinha algumas rodovias federais e estaduais, mas era um cerrado extenso, desocupado, com gado de criação extensiva. Quando é que tudo muda? Quando vem essa Revolução Verde. Vem a eletricidade, eletrificação rural, vêm novas estradas, vêm mudanças de uso do solo, desmatamento brutal no centro-sul goiano para conversão pecuária, depois agrícola e hoje agropecuária, as duas coisas. As maiores mudanças ocorreram da década de [19]70 para cá.

Com o processo de expansão capitalista no pós-guerra, as áreas de Cerrado receberam atenção privilegiada, com programas governamentais que visavam modernizar a agricultura e, assim, transformar o cerrado num grande celeiro da produção agrícola brasileira. Essas transformações impulsionaram investimentos de capitais que visavam aumentar a produtividade, sobretudo das monoculturas, por meio de um pacote tecnológico que alterou a base técnica da produção.

Cabe ressaltar que na literatura esse fenômeno é denominado de "Revolução Verde", isto é, a modernização da agricultura, que trataremos adiante. O fato é que essas transformações que tiveram como objetivo principal inserir, de fato, o território goiano na economia capitalista e, consequentemente, tornar o espaço agrário goiano produtivo e lucrativo, alteraram de forma significativa a configuração socioespacial do território.

As produções acadêmicas em geografia agrária são constituídas por questionamentos que fazem referência a essa realidade do espaço agrário goiano, isto é, a questão agrária em

[39] Entrevista, concedida à autora, da Profa. Selma Simões de Castro, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 11).

Goiás instiga os pesquisadores a entenderem as consequências das contradições historicamente construídas. Calaça[40], ao discorrer sobre como é pensar o espaço agrário do ponto de vista geográfico, afirma que é fundamental partir da ideia de que há uma questão agrária em Goiás e o centro da questão é a imposição que o agronegócio e o capital fazem ao campesinato. Logo, entender a questão agrária implica o desvelamento desse processo, pela compreensão dessas transformações recentes e a equalização do discurso teórico no que se refere a essas mudanças no espaço. Além disso, o pesquisador destaca que ao se fazer uma análise da questão agrária é necessário recorrer aos clássicos, como Kautsky, Lenin, Oliveira, Martins, Prado Júnior, Guimarães e Andrade. Contudo essas referências não são mais suficientes para a compreensão da geografia agrária, diante das transformações que ocorreram e que estão ocorrendo em Goiás.

> Identificar esses novos elementos pressupõe um embasamento teórico clássico, mas há a inserção de novos elementos para compreensão da questão agrária. Um elemento conceitual básico para discutir questão agrária é a relação entre latifúndio e campesinato. Se você pegar os termos do Estatuto da Terra, um documento legal, o conceito de latifúndio está superado, não existe mais latifúndio porque o latifúndio se modernizou. […]. Então, é preciso compreender quais são os novos elementos da questão agrária. Por exemplo, a saída do Estado, dos órgãos, das entidades públicas na produção da pesquisa e na geração de políticas públicas que foca no agronegócio. Um dos elementos da questão agrária, se você observar a desestruturação da EMATER [Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural], ela combina com a entrada das grandes empresas de biotecnologia, não só em Goiás, mas em outros estados da Região Centro-Oeste.

Pelo excerto, nota-se que Calaça faz problematizações que surgiram diante de novos cenários, cabendo ao pesquisador desenvolver pesquisas com o objetivo de elucidar tais problemas. Nessa perspectiva, na entrevista concedida a Pereira (2016), Barreira, ao tecer uma avaliação da produção acadêmica da geografia agrária, afirma que há um grande desafio para essa área da ciência geográfica. Segundo o pesquisador, os processos investigados estavam caracterizados até a década de 1970. No entanto, após a década de 1980, a questão agrária se torna mais complexa, pois se apresenta como resultado de um processo de modernização e de desenvolvimento do agronegócio na dissolução do campesinato.

[40] Entrevista, concedida à Pereira (2016), do Prof. Manoel Calaça, em 18 de fevereiro de 2016.

> O desafio para geografia agrária pode ser até maior do que pra geografia urbana do ponto de vista de método, de formas de abordagens, porque os temas são variados, eles ficaram mais diluídos. Para compreender a questão camponesa hoje você vai ter que lidar com movimentos sociais, movimento da luta pela terra e por outro lado tem os que permaneceram na terra, trata-se de novas afirmações que surgem nesse contexto. Algumas coisas precisam ser repensadas como, por exemplo, o movimento dos assentados, quem são essas pessoas e como elas se reintegram, porque na verdade, é um movimento inverso, do urbano para o rural... Existem novos desafios.

Ao analisar os objetivos traçados pelas pesquisas selecionadas, cabe ressaltar que há, de fato, uma preocupação com um conjunto de temas que estão relacionados à questão agrária no contexto da modernização da agricultura, após a década de 1970.

Cabe salientar que nos estudos sobre o espaço agrário goiano, a década de 1970 aparece em destaque, pelo fato de que, em certa medida, houve uma intensificação do processo da modernização nesse período. Trata-se, portanto, de um marco nas pesquisas desenvolvidas no Programa. Arrais (2007) aponta que no assunto sobre a genealogia do território goiano, a década de 1970, aparece em destaque nas abordagens econômicas e geográficas em decorrência da inversão no padrão de localização e, por consequência, distribuição das densidades demográficas e técnicas no território goiano, como evidencia os dados do censo demográfico. Todavia, registra-se a tese: "Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO) – 1960 a 2010", desenvolvida por Santos (2011), e uma dissertação de Aurélio Neto (2015): "Pecuária goiana: a tecnicização do espaço rural e a internacionalização do agronegócio da carne bovina (1920-2012)", que adotam um recorte temporal anterior a década de 1970.

De todo modo, as maiores partes dos textos analisados se dedicaram a analisar as transformações econômicas políticas e sociais no território, por meio da expansão do setor sucroenergético da soja e da pecuária nas áreas do cerrado goiano. Também analisaram os estudos que versam sobre os impactos ambientais dessas culturas, procurando compreender como o processo produtivo reorganiza o território em função da lógica empreendida pelos Complexos Agroindustriais, refletindo sobre a relação campo/cidade e suas redefinições evidenciadas pelas formas como a agricultura e indústria passaram a exercer sobre o uso do território.

Foram identificadas pesquisas que objetivavam compreender o processo de formação e o uso do território em função das políticas públicas que subsidiaram a modernização da

agricultura, além de pesquisas que se debruçaram sobre a ausência de políticas públicas para a agricultura camponesa.

Evidencia-se, também, a luta pela terra diante da concentração fundiária e da desigualdade no campo e, sob essa ótica, analisaram o processo de territorialização da agricultura camponesa, as relações de trabalho, as estratégias de reprodução, os modos de vida e as disputas resultantes do processo de territorialização do capital no campo, seja entre camponeses e latifundiários, seja entre os próprios setores hegemônicos.

Diante desses objetivos científicos, cabe ressaltar que parte significativa das dissertações e teses elegeu o território como categoria de análise, a territorialização como processo a ser investigado ou, até mesmo, a territorialidade como a dimensão espacial estudada. Por meio do levantamento das palavras-chave utilizadas (Figura 6), percebe-se a tendência de trabalharem com o conceito de território, entretanto é necessário salientar que nem todas as produções que apresentavam palavras-chaves, haja vista que nem sempre foi exigido o uso destas informações pela normatização prevista pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Em que pese essa lacuna, esse levantamento possibilitou ter a dimensão dos conceitos mais trabalhos nas dissertações e teses.

Figura 6 - Frequência das palavras-chave das dissertações e teses de geografia agrária do IESA (1995-2015)

Fonte: Acervo de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Geografia IESA. Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

O estudo feito por Pereira (2016) a respeito da produção acadêmica em geografia agrária do IESA, ente 1995 e 2012, mostrou que o território se constituía como uma categoria de análise das dissertações e teses. A produção acadêmica, feita até o período analisado,

objetivou a compreensão da realidade agrária de Goiás, com forte tendência de evidenciar as contradições existentes no rural, produzidas pelas relações sociais, que são desiguais. O que há de mais importante é o enfoque sobre um fundamento político que não deixou de estar presente nas preocupações em abordar a diversidade do espaço geográfico. Assim, defende-se a opção pela categoria território porque expressa a materialização das relações sociais no espaço.

Foram levantadas 141 palavras-chave ao total, sendo que apenas 18 apareceram mais de uma vez. Percebe-se que há uma diversificação das palavras-chave, mas destacam-se os conceitos geográficos, como território e territorialização, com destaque para o primeiro, que apareceu com mais evidência no levantamento realizado. Foram também identificados os conceitos de territorialidade, território camponês, território goiano e território rural. São 17 palavras-chave com referência ao território presente nas dissertações e teses analisadas.

As políticas públicas desenvolvidas no campo vêm sendo foco de pesquisas e estudos sistemáticos, como exemplifica o grande número de trabalhos que elegeram políticas públicas como palavra-chave, mas, principalmente, pelos temas desenvolvidos vinculados a esse conceito. Essa atenção pode ser entendida como fruto das mudanças no espaço agrário do Centro-Oeste brasileiro, que trouxeram as políticas públicas para o centro dos debates em geografia agrária, em particular, os voltados para a compreensão da dinâmica e dos impactos gerados pela implementação das políticas públicas no território goiano ou voltados para a negação e ausência das políticas públicas para os segmentos não hegemônicos. Nesse sentido, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), o Sistema Nacional de Crédito Rural, Programa de Incentivo a Atividades Industriais e Agrícolas (FOMENTAR), o Plano Nacional de Agroenergia, Programa Nacional do Álcool (Proálcool), dentre outros, são analisados e abordados com frequência pelos pesquisadores.

De acordo com Borges (2007), a modernização desigual feita pelo capital e conduzida pelo Estado, por meio de política pública, recria o latifúndio, concentra renda e dispersa os regimes de cooperação que fragmentam os sujeitos.

> Assim sendo, pode-se caracterizar que o conteúdo da política pública implementada na modernização do território goiano, consiste no aceleramento das transformações estruturais desse território, gerando fluxos

> através da otimização do transporte, da rede de comparação, amparado por uma significativa política creditícia. Esse processo se dá com o orquestramento entre capital, infraestrutura e dinheiro, sob a batuta do Estado (BORGES, 2007, p. 111).

Ao discorrer sobre as políticas públicas territoriais do agronegócio em Rio Verde (GO), Lacerda Júnior (2011) compreende que o desenvolvimento das forças produtivas, na década de 1970, implica o exame da atuação do Estado, na medida em que se estabelece regras, instrumentos e a definição legal de papeis. Dentre as inúmeras ações, destacam-se as mudanças: na estrutura fundiária, na abertura de eixos dinâmicos que vão construir os chamados corredores de exportação, nas políticas de colonização públicas e privadas, na implementação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, de acordo com o autor, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando a a ser abrigo para as grandes empresas.

O processo histórico das políticas públicas territoriais e regionais proporcionou a aproximação entre indústria e agricultura, garantindo o estabelecimento dos Complexos Agroindustriais (CAI). A gênese da industrialização goiana, como atesta Arrais (2013, p. 50), "teve como base a produção de bens de consumo não duráveis, com a cadeia da alimentação e da transformação de grãos em primeiro lugar". Atualmente, a agroindústria, principalmente o processamento de grãos e carnes, é um setore importante na economia do estado de Goiás. Por este motivo, foram realizadas pesquisas que problematizaram a constituição dos CAI, procurando identificar as suas dinâmicas e apresentar as contradições decorrentes dessa lógica de produção, com destaque para a Perdigão no Sudoeste goiano.

O depoimento dado por Castro[41] afirma que a formação dos complexos agroindústrias é marcada pela entrada do "novo rural". Para a pesquisadora, Goiás deixa de ser o "velho rural" e se torna o "novo rural" mediante a forte relação com a indústria. As cidades passam a ser capitais do agronegócio e surgem os grandes grupos empresariais. Entretanto, apesar do reconhecimento dessa temática desenvolvida no Programa, Castro afirma que a tendência, no que tange a geografia agrária, é a questão dos movimentos sociais no campo, em pelo menos duas vertentes: (i) a dos conflitos - movimentos sociais pela posse da terra, no bojo da questão da reforma agrária; e (ii) a das mudanças de uso e consequências para os trabalhadores rurais.

[41] Entrevista concedida à autora, pela Prof.ª Selma Simões de Castro, em 25 de agosto de 2017 (Anexo 11).

Além disso, o debate da mão de obra escrava ou vivendo em condições sub-humanas, associadas à expansão da fronteira agrícola, também foram assuntos estudos.

A constatação de Castro pode ser constatada em algumas dissertações e teses nas nas quais o cerne da problematização é a luta pela terra decorrente da questão agrária em Goiás. O discurso do desenvolvimento da agricultura com a modernização favoreceu o latifúndio, a concentração de terras e a monocultura voltada para exportação. Esse cenário trouxe mudanças constantes no campo goiano, pois o pequeno produtor não se encaixa no modelo produtivo imposto a ele, que ainda pode ser expulso da terra. Diante disso, os movimentos sociais de luta pela terra, assim como as estratégicas de reprodução e as relações de trabalho, são investigados como componentes da questão agrária em Goiás.

Cabe salientar que as pesquisas desenvolvidas sobre essa temática estão na forma de estudos de caso. Foram realizadas abordagens sobre assentamentos rurais, sobre os movimentos sociais do campo específicos e, diferentemente das pesquisas que se voltam a pensar a dinâmica criada pelo agronegócio, as quais se concentram na porção Sul do estado, com destaque para a microrregião do Sudoeste goiano e Quirinópolis, as pesquisas sobre o campesinato, que possuem recortes espaciais de estudos que abrangem outras regiões do estado.

Há de se concordar com Arrais (2013) ao dizer que o processo de modernização da agricultura ocorreu prioritariamente na região Sul de Goiás, de modo que as diferenças regionais foram produzidas historicamente e espacialmente e, desse modo, o crescimento da produção agrícola em Goiás ocorreu de forma heterogênea no tempo e no espaço. Ao abordar as disparidades regionais em Goiás, Arrais (2013) esclarece que antes mesmo da investida da Revolução Verde para a alteração da base técnica produtiva da agropecuária, o Sudoeste goiano, por exemplo, foi favorecido pela posição geográfica e pela penetração de vias de transporte. O Sudoeste foi à primeira região a se integrar à fronteira agrícola e, por isso, conseguiu responder ao processo de modernização com mais facilidade.

A partir do levantamento dos recortes espaciais das dissertações e teses (Tabela 2), destacam-se os estudos realizados no Sul de Goiás. Dos 39 trabalhos analisados, 4 fazem uma abordagem na escala estadual, sendo assim, o recorte espacial adotado é o próprio estado de Goiás. Portanto, entre os 35 que se fundamentam num recorte regional, municipal ou local, 22 estão circunscritos a mesorregião Sul de Goiás, com destaque para os municípios de Quirinópolis e Rio Verde.

Tabela 2 - Recortes espaciais das dissertações e teses em geografia agrária do IESA (1995-2015)

Recorte especial	Número de ocorrências
Goiás	4
Rio Verde	4
Quirinópolis	4
Sudoeste goiano	2
Região Metropolitana de Goiânia	2
Goiás (município)	2

Fonte: Acervo do Programa de Pós-Graduação em Geografia IESA. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Sobre esse direcionamento da pesquisa para o Sul de Goiás, o depoimento de Almeida, concedido para Pereira (2016), identifica a ideia de que em Goiás há uma ênfase na expansão da grande produção, isto é, uma discussão da transformação do cerrado em espaço ocupado pela monocultura. Para Almeida, os estudos estão centrados em um dado Goiás, que é o Goiás do Sudeste, Sudoeste e Sul.

> Estuda-se também o que as empresas, como a Perdigão, e os projetos de assentamento em termos de impacto e conflitos aqui nessa região [Sudoeste, Sudeste e Sul], muito pouco a geografia agrária volta-se para o Vão do Paranã, Norte e Nordeste de Goiás, que o [Zygmunt] Bauman diria, o espaço vazio. Não existe no mapa de quem faz a geografia agrária aqui.

Para Silva[42], essa geografia agrária estaria limitada, pois de acordo com suas palavras, "[...] a Geografia está muito diversa. A geografia agrária nem tão diversa, a geografia agrária está muito repetitiva [...]. Tem muitas geografias por aí". Silva e Almeida orientaram pesquisas que destoam dos objetivos que marcam a geografia crítica, isto é, trabalhos com uma abordagem sobre o modo de vida no espaço agrário. Uma pesquisa sobre o modo de

[42] Entrevista, concedida à autora, da Profa. Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, em 03 de agosto de 2017 (Anexo 3).

viver e as práticas de alimentação sob a ótica da relação entre o rural e o urbano em Goiás é um estudo que busca compreender as práticas formadoras do *habitus* dos sertanejos, aquilo que se traduz como essência de seus modos de vida e as mudanças advindas das relações que o povoado estabelece com os lugares próximos.

Vale salientar que as duas orientadoras desenvolveram suas teses de doutorado com temas que fazem referência ao espaço agrário. A pesquisadora Rusvênia Silva foi orientada por Bernardo Mançano Fernandes e chegou a iniciar o doutorado com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, duas grandes referências da geografia agrária brasileira. A Maria Geralda de Almeida possui uma significativa produção em geografia agrária sob a sua orientação, sobretudo com outros recortes que não seja o estado de Goiás, além de pesquisas orientadas em outro Programa, como o da Universidade Federal de Sergipe. Todavia, ao analisar as dissertações e teses feitas em geografia agrária produzidas até o momento, no IESA, não é possível verificar uma grande quantidade de orientações realizadas por ambas professoras. Essa constatação poderia ser justificada por vários fatores, como o tempo que cada uma faz parte do programa, as linhas de pesquisas presentes na instituição, as disputas típicas do campo científico, as preferências pessoais, a trajetória acadêmica, dentre outros.

O que há de importante nesse caso é a oportunidade de trazer à tona uma especificidade do pensamento geográfico, isto é, a produção acadêmica é, também, tributária de questões que extrapolam o debate epistemológico. Portanto, a geografia agrária é composta por diferentes sujeitos, mas que, de um modo geral, acompanham as modificações da geografia brasileira, como a tendência de uma geografia crítica, buscando analisar as contradições que a questão agrária impõe ao espaço, ao mesmo tempo que possuem característica que lhes são próprias.

3.2 Regional Catalão

A assinatura do primeiro termo de convênio entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão, prevendo a instalação da Universidade, no município, ocorreu em 20 de dezembro de 1982 nas gestões do prefeito Divano Elias e da Reitora Maria do Rosário Cassimiro. Sua criação tinha como objetivo inicial possibilitar à UFG uma participação efetiva no processo de desenvolvimento cultural e sócio econômico local, regional e nacional.

Pretendia-se, também, oferecer bases físicas, administrativas e técnicas para a realização de programas de Extensão Universitária, vinculando as atividades a serem ofertadas às necessidades básicas da região Sudeste do estado de Goiás. Além disso,

> Objetivou-se ainda, mediante a criação do *Câmpus* Avançado de Catalão (CAC), contribuir com recursos humanos qualificados nas diversas modalidades de trabalho de extensão, com ação participativa junto aos órgãos públicos locais, ofertando oportunidades de qualificação a professores e trabalhadores de empresas privadas em níveis regional e local, visando atrair desenvolvimento à região melhorando a qualificação em Catalão, que se tornaria, muito em breve, pólo de desenvolvimento agrícola, industrial e de serviços especializados.[43]

Diante desses objetivos, em 1986, por meio de um convênio com a prefeitura local, foi garantida a oferta dos cursos de licenciatura plena em Geografia e Letras. Após 22 anos foi ofertado o primeiro curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, o mestrado em Geografia. No ano de 2015, o Programa realizou 97 defesas de dissertações, sendo que 26 foram identificadas como pesquisas no âmbito da geografia agrária.

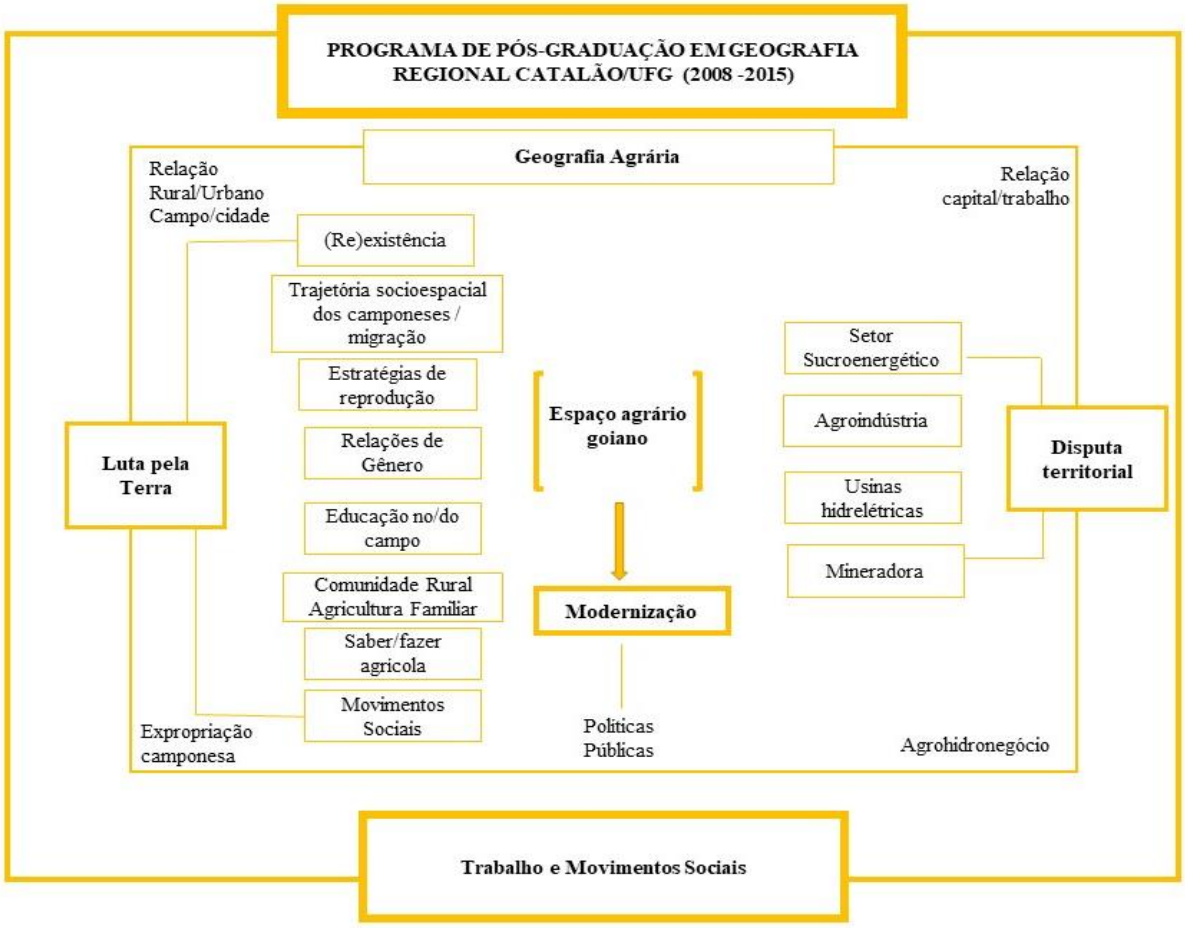
Identificou-se os temas abordados, organizados em tópicos e exemplificados num organograma (Figura 7):

- Luta pela terra e movimentos sociais: estudos sobre as estratégias de resistência camponesa; análises da expropriação camponesa decorrente da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão; pesquisas sobre o itinerário dos trabalhadores camponeses dos assentamentos da região.
- Agricultura familiar e campesinato: análises sobre as formas de (re)existência dos trabalhadores e camponeses; estudos sobre os desafios dos pequenos produtores rurais; pesquisas referentes à escola camponesa e a maneira que ela se organiza diante da falta de políticas públicas e avanço do agronegócio; dissertações sobre papel das mulheres na agricultura familiar; investigações das estratégias de reprodução social e práticas culturais; análises das relações de poder e disputas territoriais em comunidades camponesas.

[43] As informações referente à história do Programa foram retiradas no site do programa, disponível em: <https://www.catalao.ufg.br/p/6189-historia >. Acesso em: 03 de maio de 2019.

- Disputa territorial: Estudos sobre a disputa territorial sob a ótica da territorialização da atividade mineradora; exames dos impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato; análise sobre o setor sucroenergético e a relação capital-trabalho.
- Relação Rural-urbano: pesquisas sobre as transformações no campo e na cidade, as quais repercutem na organização e na constituição de novos espaços, com novas funcionalidades, dinâmicas e conteúdos.

Figura 7 - Temas das dissertações em geografia agrária – Regional Catalão/UFG (2008-2015)



Fonte: Acervo do Programas de Pós-Graduação em Geografia do Regional Catalão. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Os temas identificados nas dissertações estão relacionados ao processo de formação do território goiano, em especial, à formação do território no Sudeste goiano. Os trilhos da ferrovia Mongiana, que ligava São Paulo ao Triângulo Mineiro, chegou ao Sudeste goiano no início do Século XX, por meio da rede ferroviária, que estreitou a articulação inter-regional, que possibilitou, dentre outros fatores, a urbanização da região e o fomento à agropecuária,

mas, infelizmente, mantendo as antigas relações sociais. Na segunda metade do século XX, via aparato institucional, a inovação por meio da tecnologia chega na região, todavia o modelo produtivo desenvolvido reforça a concentração fundiária e o agravamento da questão agrária resultando em conflitos, expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo: "Historicamente, o Sudeste Goiano foi uma das regiões do Estado de Goiás que apresentou, e ainda apresenta significativos conflitos pela posse da terra". (MENDONÇA, 2004, p. 394).

O Programa de Geografia localizado em Catalão, no Sudeste goiano, está direcionado à análise e compreensão da questão agrária na região. Dentre os 26 recortes espaciais adotados (Tabela 3) nas dissertações, 18 fazem referência à microrregião de Catalão, com destaque para os municípios de Catalão e Ipameri.

Tabela 3 - Recortes espaciais das dissertações em geografia agrária da Regional Catalão (2008-2015)

Recorte espacial	Número de ocorrências
Catalão	7
Ipameri	4
Sudeste Goiano	2
Orizona	2

Fonte: Acervo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Catalão/UFG. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Cabe ressaltar que a região Sudeste passou por uma intensa reorganização espacial no último período. Como resultado desse processo, houve a desterritorialização de grande parte dos camponeses que desenvolviam atividades no espaço agrário. Para Mendes (2005), as mudanças na base técnica da agricultura goiana favoreceram a ampliação da produtividade, do trabalho e da substituição gradativa nas relações de trabalho, agravando os problemas sociais no campo, como a elevação da concentração das propriedades rurais e processos migratórios.

O direito a terra e a produção agrícola pertenciam a àqueles que possuíam capital financeiro e experiência com a monocultura, oriundos, majoritariamente, do Sul do Brasil, que se instalaram nas áreas de chapada do Cerrado para desenvolverem a agricultura moderna. Justamente a respeito dos efeitos da modernização da agricultura, nas áreas de

Cerrado, no Sudeste Goiano, Mendonça (2004, p.132) destaca a reorganização produzida pelo avanço do agronegócio sobre os espaços tradicionalmente ocupados por camponeses,

> Nas áreas ocupadas com lavouras intensivas comerciais as marcas das formas de uso e exploração da terra foram destruídas e novas formas com novas funções foram criadas, expressando a dinâmica do capital e os novos arranjos societais. A arquitetura das casas, a localização das construções, as formas de manejo alteradas expressam a organização social do homem na sociedade de classes. Mais que, as diferenças espaciais, a ocupação das chapadas expressa a segmentação social imposta territorialmente. As chapadas foram ocupadas pela agricultura moderna e comercial com empresas rurais, e as bordas, vertentes e fundos de vale permanecem ocupadas pela agricultura tradicional e camponesa, casa vez mais precarizada diante do parcelamento por herança e, mais recentemente, agredida pela construção de hidrelétricas.

A citação acima remete a uma das características da produção acadêmica em geografia agrária da Regional Catalão, no caso, o registro da presença camponesa. A racionalização do processo produtivo, mediante a implementação dos novos sistemas técnicos, a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, alterou profundamente os modos de vida e as formas de ser dos povos cerradeiros. Porém, como afirma Mendonça (2004), nas comunidades Anta Gorda e Olhos D'água do Sudeste goiano, por exemplo, esse processo de modernização da agricultura não causou mudanças bruscas na organização interna, ou seja, no trabalho familiar. Essas famílias munem-se de estratégias produtivas, baseadas na tradição passada de pai para filho, onde os valores inseridos no seio familiar garantem o "território familiar".

É nesse contexto que se expande a política da construção dos grandes empreendimentos, como as hidroelétricas e a territorialização de empresas mineradoras.

No que tange à mineração, os municípios de Catalão e Ouvidor possuem especificidades no que se refere à formação geomorfológica, que propiciou uma riqueza de reserva de minérios importantes para a sociedade industrial. Em Catalão há duas minas: Mina Chapadão Catalão Chaminé I e Mina Boa Vista Catalão Chaminé II. A formação geológica do Complexo Catalão I permitiu a formação de diversos minerais, com destaque para fosfato e nióbio. Embora a mineração seja uma atividade de significativa para a dinâmica econômica da região, por gerar renda e emprego, também gera impactos socioambientais. Ao analisar a territorialização da atividade mineradora na comunidade de Macaúba em Catalão, Ferreira (2012, p. 33) afirma que

> [...] o território ocupado pelas mineradoras era um território pertencente a famílias camponesas que foram forçadas a deixar suas terras e moradas para que as empresas pudessem se instalar e explorar os minérios. Dentre as comunidades afetadas pela territorialização das mineradoras desde a década de 1960 até hoje (2012) encontram-se as Comunidades Macaúba (município de Catalão), Chapadão (Ouvidor), Taquara (Catalão), Coqueiros (Catalão), Morro Agudo (Catalão) e Mata Preta (Catalão). Optou-se por pesquisar a Comunidade Macaúba, em função desta Comunidade estar junto com a Comunidade Chapadão, a primeira a ser afetada pela ação das mineradoras e, ao contrário da Comunidade Chapadão, não ter sido destruída pela ação dos empreendimentos mineroquímicos.

Diante dessa nova dinâmica, são criados novos rearranjos espaciais na região. A espoliação das famílias camponesas tornou-se ainda mais presente, pois o objetivo central é a territorialização das mineradoras. De acordo com Ferreira (2012), os camponeses que resistem na terra são obrigados a conviver diariamente com um tráfego intenso de máquinas, veículos, além do barulho, poeira e a intensificação do fluxo de animais que ao perderem seu *habitat* natural são "empurrados" para as proximidades das propriedades. As paisagens sofrem alterações bruscas, áreas de Cerrado semi-conservadas são destruídas, estruturas de concreto são construídas, e represas artificiais são formadas. O território, que antes era marcado pela presença de famílias camponesas, com suas lavouras de gêneros alimentícios para auto sustento, é reconfigurado pela territorialização das mineradoras.

No que se refere às usinas hidrelétricas, a Barragem da Hidrelétrica Serra do Facão foi construída no Rio São Marcos, na Bacia do Alto Paraná, no limite entre os municípios de Catalão (GO) e Davinópolis (GO). Segundo Nascimento (2014), é uma barragem de represamento que formou um reservatório que inundou 214 km^2, percorrendo a áre de seis municípios: Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Cristalina e Ipameri no estado de Goiás, e Paracatu no estado de Minas Gerais. De acordo com a autora, cerca de 600 famílias foram atingidas e diversas comunidades camponesas foram destruídas ou desestruturadas.

> A construção da hidrelétrica Serra do Facão criou conflitos enormes pelo território na área abrangida por ela entre o capital e o campesinato local, principal e diretamente. O uso e a apropriação do território com objetivos totalmente diferentes levam a disputa por território ser a expressão da luta de classes (NASCIMENTO, 2014, p. 69).

Diante do processo de modernização, que se inicia com as redes ferroviárias até a implementação da lógica produtiva tecnificada do agronegócio, perpassando pela

territorialização das mineradoras e da usina hidrelétrica, a pesquisa em Geografia produzida na UFG, Regional Catalão, propõe-se a pensar a respeito da ocupação desse território sob a ótica das diferentes racionalidades sobre o espaço. Além de alterar o conteúdo do espaço, essas diferentes racionalidades criam interações entre os lugares, geram mais conflitos sociais, exigem obras e mudanças na paisagem, que implicam no aumento dos problemas sociais.

As dissertações desenvolvidas são contextualizadas e problematizadas diante da presença camponesa na região, sendo assim, as pesquisas apresentam análises das formas de resistência do campesinato, estudos das estratégias de reprodução da família camponesa, caracterizações da luta pela terra, estudos sobre a relação estabelecida entre o produtor rural familiar e seu espaço de vivência, com foco nos modos de vida, nas referências identitárias e nas suas representações.

O levantamento das palavras-chave (Figura 8) nos permite aferir que a disputa territorial que existe na região, como resultado da modernização do território empreendida pelos camponeses e pela agricultura familiar, é determinantes para as investigações realizadas.

Figura 8 - Frequência das palavras-chave das dissertações de geografia agrária

Fonte: Acervo de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Catalão. Elaboração de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

A complexidade da organização econômica do Sudeste goiano trouxe dinamicidades ao estudo do território, que assumiu papel importante na pesquisa geográfica. O conceito de território em disputa, o de territorialização, de identidade territorial e de territorialidade aparecem de forma significativa nas dissertações desenvolvidas no Programa, de modo que as

palavras - Catalão, agricultura familiar, modernização da agricultura, camponeses e movimentos sociais - também aparecem destacadamente no levantamento.

Contudo, pode-se afirmar que há três tendências nas dissertações de geografia agrária desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Catalão: a verticalização dos estudos referentes à questão agrária e à luta pela terra no Sudeste goiano; acentuada relação da produção acadêmica com os movimentos sociais do campo; e a atuação dos grupos de pesquisa na dinâmica da Pós-Graduação.

A implementação da Pós-Graduação em Geografia, numa instituição de ensino superior pública, faz parte de um processo de democratização do acesso ao ensino superior. A interiorização das instituições viabilizou a cformação de cursos de mestrado e doutorado longe dos grandes centros. Nesse sentido é objetivo do programa a pesquisa sobre as demandas locais e regionais, no âmbito do contexto nacional.

Soma-se a isso o fato de que, após a democratização, novos sujeitos surgem no ambiente acadêmico. A universidade pública brasileira teve um caráter elitista e a entrada de setores menos favorecidos foi – e ainda é – um desafio para a educação no país. Porém, o movimento de expansão permitiu, no caso de Catalão, que estudantes oriundos daquela região tivessem a oportunidade de ingressar num curso de Pós-Graduação. Mendonça[44], ao avaliar os temas desenvolvidos na geografia agrária brasileira, faz a seguinte consideração,

> Os temas aparecem a partir de que esses sujeitos vão sendo inseridos no processo de produção do conhecimento, e à medida que você teve um processo de democratização do acesso à universidade pública, a partir do momento que você teve a criação de novas instituições públicas nos últimos 15 anos, 13 anos, isso fez com que regiões, chamados grotões, que até então eram completamente desconhecidas, viessem à tona. Ou seja, existe vida fora da USP [Universidade de São Paulo] e da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], isso está comprovado. Essa ampliação dos Programas de Pós-Graduação democratiza o acesso, ao democratizar o acesso permite que diferentes sujeitos cheguem à Universidade. É muito recente a chegada de negros, de pobres, de indígenas à Universidade, isso é uma coisa muito nova no Brasil. E eles trazem temas que estão sofrendo, vivenciando, então isso enriquece.

Portanto a disposição em desenvolver pesquisas, cujo recorte espacial seja o Sudeste, seja Catalão, Ipameri ou, até mesmo, das comunidades rurais, são respostas que os cientistas

[44] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, 25 de agosto de 2017 (Anexo 10).

dão ao imperativo da realidade, como também da lógica institucional vigente e da relação que o sujeito que pesquisa tem com o espaço.

Nessa perspectiva, outra tendência identificada foi à relação da produção acadêmica com os movimentos sociais. Os temas desenvolvidos e as palavras-chave apresentadas ajudam a entender a centralidade da luta pela terra nas pesquisas analisadas. É certo que as contradições causadas pela questão agrária, no Brasil, motivam os pesquisadores a interpretar esse fenômeno, entretando, em Catalão, vale destacar o forte vínculo que os discentes e docentes possuem com o tema.

A partir da leitura e análise das dissertações foi possível verificar que o fato dos mestrandos terem, em menor ou maior grau relação com o campo, foi uma justificativa determinante para a escolha dos temas. A origem campesina, o histórico familiar e o contato desde a infância são características presentes nos relatos dos discentes, mas também é uma realidade para os professores orientadores, segundo Mendonça[45],

> Creio que todos esses elementos nos ajudam a entender por que a geografia agrária é tão forte e o fato de nós em Goiás, seja Goiânia ou Catalão, sermos sujeitos que quem não tem um pé na roça, tem os dois, mesmo a geração mais jovem, que não tem, mas tem a memória da terra. Tudo isso explica por que a geografia agrária é tão forte e também a interlocução que a geografia agrária tem feito com outras áreas, como Sociologia, como História. Lemos muitos outros teóricos que não são da Geografia e dão uma contribuição muito grande para geografia agrária brasileira.

A postura crítica adotada por professores e alunos no que tange às desigualdades reproduzidas no espaço agrário, alinhadas a essa relação de vínculo com o campo, formam sujeitos que reconhecem o papel dos movimentos sociais do campo que, até mesmo, organizam-se politicamente nesses movimentos. O depoimento de Ribeiro[46] é elucidativo ao apresentar as influências teóricas e metodológicas que recebeu em Catalão.

> [...] do ponto de vista de método e de teoria, a minha referência eram dois professores que só vim ter contato posteriormente, que eram o professor Marcelo [Rodrigues] Mendonça [...] e a professora Helena Angélica [de Mesquita]. No entanto, eu nunca fui aluna da Helena [Angélica de Mesquita]. Ela se ausentou para licença e eu nunca estive na sala de aula como estudante de uma disciplina dela, mas foram referências minhas inclusive na orientação para a militância, para a vinculação ao movimento

[45] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, 25 de agosto de 2017(Anexo 10).
[46] Entrevista, concedida à autora, da Profa. Dinalva Doizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017 (Anexo 9).

> estudantil, ao entendimento político das coisas. [...] a professora Carmen Lúcia [Costa], que no primeiro ano foi uma professora muito importante, ministrava geografia humana e também tinha uma trajetória de militância muito grande. Isso é legal de se pensar, a nossa importância como professor dentro da Universidade, porque a qualidade do egresso vai depender muito dessa nossa atuação e esse egresso no mercado de trabalho também vai estimular outros alunos e isso vai se tornando produtivo e crescente nesse sentido. Essas foram as referências lá, dos professores que estavam lá e naturalmente esses professores traziam as referências da Geografia e do método do materialismo histórico dialético.

Os sujeitos que fazem parte do ambiente acadêmico de Catalão, ao adotar uma postura militante, comumente, produzem conteúdo sobre essa temática. O Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Assentamento Olga Benário, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), dentre outros, fazem-se presentes nos problemas científicos investigados nas dissertações. Trata-se da construção de uma visão militante em conjunto com o conhecimento científico, que busca dar visibilidade à luta pela terra.

Por fim, a última característica está relacionada à centralidade que os grupos de pesquisa têm no processo de construção do conhecimento científico do Programa, que teve uma contextualização feita no capítulo 1, onde se apresentou os indícios da importância dos grupos de pesquisa na formação do Programa de Pós-Graduação em Catalão. Não obstante, o contato e a participação nos grupos de pesquisa são ressaltados pelos discentes, seja nos agradecimentos, seja na argumentação sobre a escolha do objeto. A passagem abaixo evidencia este entendimento:

> Durante a graduação em Geografia tive a felicidade de ser orientada, em nível de iniciação a pesquisa em Geografia, pela professora Dra. Helena Angélica de Mesquita e de conviver com os pesquisadores e participar do Núcleo de Pesquisa em Geografia – NEPSA. Desde o ano de 2002 pesquisadores e alunos que se dedicavam a fazer pesquisa em Geografia, dentro de uma orientação sociopolítica que reconhecia os movimentos sociais, no campo e na cidade, investigam o contexto formador destes sujeitos coletivos. Estas pesquisas instigaram minha curiosidade para entender estes processos (NAVES, 2010, p. 13).

Além do Nepsa, Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) também aparece como elemento importante no processo de produção de conhecimento para os sujeitos. À guisa de exemplificação, poderíamos citar Rodrigues (2014,

p. 18) que desenvolveu uma dissertação sobre as relações de poder e a disputa territorial em comunidades camponesas em Catalão, sob a justificativa de que

> A percepção da importância das relações de poder e disputas territoriais em comunidades camponesas de Catalão (GO) ocorreu em pesquisas de campo, a partir do ano de 2009, quando esta pesquisadora reviu e/ou as conheceu, devido a sua participação em projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa GETeM/UFG/CNPq.

A influência dos grupos de pesquisa pode ser evidenciada no próprio nome da linha de pesquisa do Programa: "Geografia, trabalho e movimentos sociais". Sobre a constituição dessa linha de pesquisa, Mendonça[47] afirma que,

> [...] foi construída lá a partir da nossa interlocução lá com outros pesquisadores e com os movimentos sociais, com a nossa trajetória do doutorado que foi defendida em 2004, junto com a [Helena] Angélica [de Mesquita] e outros pesquisadores. [...] A gente tem trabalhado muito nessa pegada dessas interfaces que a gente chama de encontro de saberes desses sujeitos historicamente invisibilizados – trabalhadores rurais, camponeses, indígenas, quilombolas, podres em geral – que sejam compreendidos na perspectiva também da Geografia.

Os grupos se apresentam como possibilidade para a instrumentalização das ações dos movimentos sociais na região e abrem espaços no campo científico para a reflexão dos sujeitos que constroem os movimentos sociais, ao passo que a atuação via grupo de pesquisa busca legitimidade diante do campo científico, na medida em que apresenta uma abordagem específica.

Logo é possível verificar uma unicidade no que tange a produção acadêmica em geografia agrária do Programa de Pós-Graduação da Regional de Catalão. As confluências de temas, conceitos e posturas formam uma produção acadêmica coesa. No caso, uma produção voltada para as disputas territoriais e as estratégias de (re)existência do campesinato diante das contradições existentes no campo, que se intensificaram com o processo de modernização no Sudeste goiano.

3.3 Regional Jataí

[47] Entrevista concedida à autora, pelo Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, 25 de agosto de 2017 (Anexo 10).

Discorrer sobre a UFG, em Jataí, requer que destaquemosa relação com o Projeto Rondon e a política de interiorização da universidade pública brasileira, com vistas a atender as orientações do MEC e desenvolvendo atividades de extensão no interior do país. Segundo o histórico apresentado no site[48] da instituição, em julho de 1979, a Comissão Pró-Curso Superior do Lions Clube de Jataí entregou ao então reitor da UFG, José Cruciano de Araújo, um abaixo-assinado no qual solicitava a criação de cursos superiores na cidade. Em 1980 foi assinada a Resolução número 145 que criou o Campus Avançado de Jataí, no Sudoeste goiano.

A instalação aconteceu em 1982, quando a prefeitura doou à UFG uma área contendo um prédio com capacidade para acolher 400 alunos. O funcionamento do campus dependia, essencialmente, das contratações realizadas pela Fundação Educacional de Jataí, com recursos oriundos de um convênio firmado entre a UFG, o Estado de Goiás e a prefeitura de Jataí. Sobre esse período, Peixinho salienta que a consolidação da Universidade ocorreu de modo diferente da de Catalão, pois, segundo o professor, as condições de trabalho ainda eram ruins, os atrasos de salários eram recorrentes, ocorriam uma rotatividade de professores, que marcavam um momento de instabilidade.

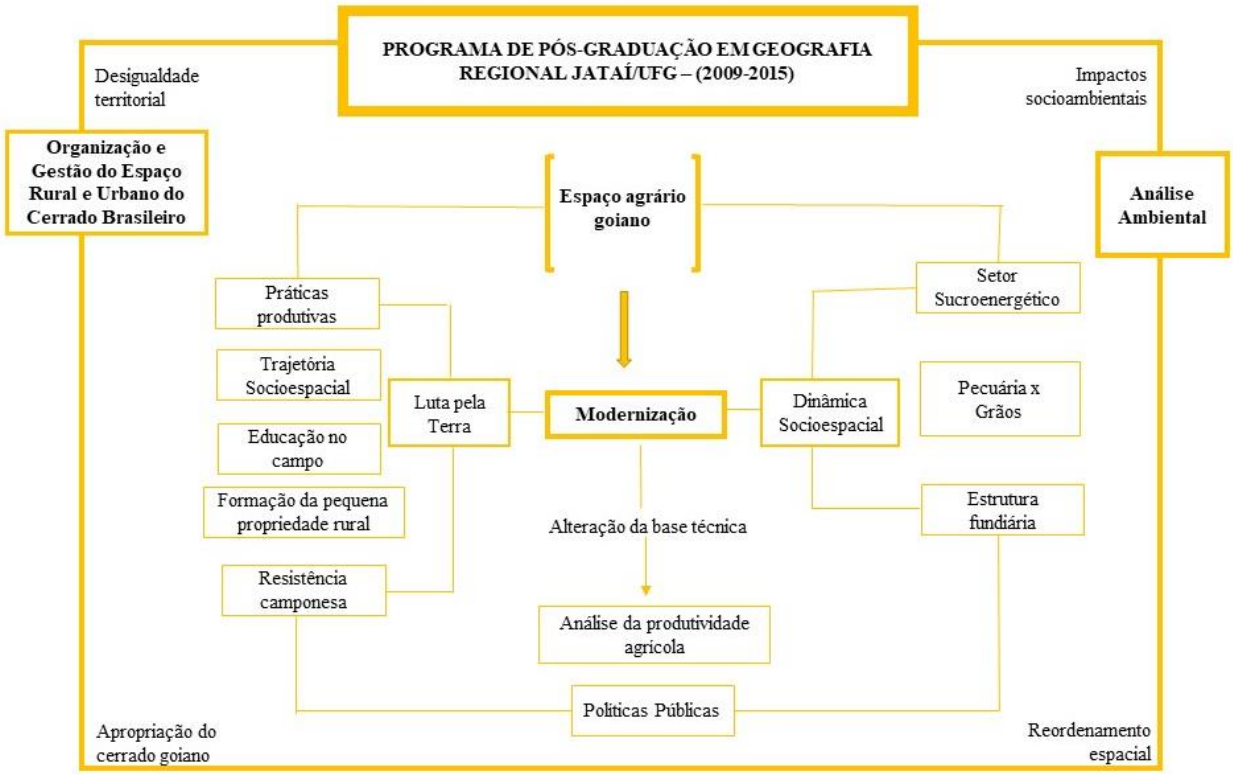
Apenas em 2005, com os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o campus conseguiu construir condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Programa de Pós-Graduação surgiu em 2009 com o objetivo de capacitar os profissionais para atuarem em diversos níveis de ensino e pesquisa, com vistas ao desenvolvimento e planejamento regional, considerando as questões ambientais e territoriais, proporcionando as condições necessárias para elaboração e divulgação do conhecimento da ciência geográfica.

Ao Programa foi atribuído o conceito 4 pela CAPES, o que o possibilitou, recentemente, para ofertar o curso de doutorado em Geografia. Desse modo, o Programa de Pós-Graduação mais recente entre os analisados nesse estudo vai se estruturando e se legitimando como centro de produção científica na região. Diante da produção realizada até 2015, sintetizou-se os principais temas que permearam a investigação da geografia agrária por grupos temáticos e exemplificados por um organograma (Figura 9):

[48] As informações referente ao histórico do Programa foram retiradas no site do programa, disponível em: <https://www.jatai.ufg.br/p/1889-historico >. Acesso em: 17 de maio de 2019.
.

- Dinâmica Socioespacial: pesquisas sobre a apropriação das áreas de cerrado; territorialização e análises dos impactos da expansão canavieira; estudos da dinâmica socioterritorial da pecuária bovina; análises da formação da pequena propriedade rural.
- Agricultura familiar e Luta pela Terra: avaliações da apropriação camponesa da Política Pública; estudos sobre a trajetória socioespacial dos camponeses assentados; pesquisas que investigam a forma como as famílias assentadas se (re)constroem em meio a novas configurações espaciais; estudos das práticas produtivas dos camponeses dos assentamentos e seus impactos; educação no/do campo.
- Análise Ambiental: exames da Seca e produtividade agrícola; pesquisas sobre a modelagem espacial da expansão canavieira.

Figura 9 - Temas das dissertações em geografia agrária da Regional Jataí /UFG (1995-2015)



Fonte: Acervo do Programas de Pós-Graduação em Geografia da Regional Jataí /UFG. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Do mesmo modo que os programas anteriores, em Jataí, a produção acadêmica apresenta um conjunto de temas que estão atrelados ao processo de modernização do campo brasileiro. AS pesquisas, sob o formato de estudos de caso, adotam recortes espaciais (Tabela 4), na grande maioria, ao que circunscreve ao Sudoeste goiano. Entre as 14 pesquisas

realizadas, 1 dissertação faz uma análise em nível estadual, as demais são escalas locais, municipais e/ou regionais. Destas, 9 são no Sudoeste goiano, 3 em Iporá, no Centro-goiano, e 1 no município de Quirinópolis. Dessa forma, os problemas elencados nas pesquisas são contextualizados diante da modernização no Sudoeste goiano.

Tabela 4 - Recortes espaciais das dissertações em geografia agrária da Regional Jataí 2009-2015

Recorte espacial	Número de ocorrências
Jataí	5
Perolândia	3
Iporá	3
Sudoeste goiano	2

Fonte: Acervo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Catalão/UFG. Organização de Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Peixinho alerta para a necessidade de se realizar uma síntese das pesquisas desenvolvidas no Programa, principalmente as com escalas locais para elaborar um entendimento maior no que tange a região, do estado e do Cerrado. Segundo o professor, o Programa se volta para as dinâmicas do cerrado, sejam ambientais ou socioeconômicas, mas reconhece que, às vezes, falta uma aproximação para construir interpretação mais ampla, por isso não necessariamente estudos de caso, mas acabam sendo estudos fragmentados.

> Acho que talvez com o caminhar da nossa produção, a gente em algum momento possa ter uma síntese e oferecer à sociedade uma elaboração explicativa maior do que explicar só fenômenos parciais, isolados. Essas reflexões estão muito associadas a essas temáticas, como a questão ambiental. A gente tem estudos aqui preocupados com a questão dos impactos do processo de ocupação do cerrado ligados ao solo, a água, a questão ambiental, a questões climáticas. E no campo da socioeconomia, a gente tem feito avaliações dos processos de ocupação, como é essa ocupação do cerrado pós políticas públicas dos anos [19]70 para cá, como é que isso vai produzindo mudanças e essas mudanças vão trazendo novos elementos para as contradições sociais.

Além da agregação de diferentes leituras e escalas para a síntese geográfica, a ideia de uma análise menos fragmentada do cerrado, presente na fala de Peixinho, também se constitui

como elemento presente nas proposições de Chaveiro e Barreira (2010). Defende-se a ideia de uma cartografia de um pensamento do cerrado que contribua para superar uma visão dualista que trata o cerrado apenas como bioma ou meramente uma região, um território ou fronteira.

> Integrar essas perspectivas supõe compreender que não basta identificar as suas características físicas ou naturais, como os tipos de seus solos, as formas de seu relevo, a sua potência hídrica, as suas fitofisionomias etc. Além das identificações e classificações torna-se salutar averiguar o modo como esse ambiente heterogêneo é apropriado, usado e impactado por um tipo de modelo econômico. Cabe, também, verificar quais são os atores que se beneficiam do uso do Cerrado. Da mesma maneira, é necessário compreender as estratégias de uso, o papel da logística espacial ou da infraestrutura, suas diferenciações regionais etc. como componentes importantes para elucidar conflitos, contradições e problemas ambientais decorrentes do processo de ocupação atual (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 16).

Sobre essas contradições, Ribeiro (2005), ao analisar a modernização das práticas agrícolas no cerrado, esclarece que por trás da estratégia modernizante existem, primordialmente, interesses capitalistas. A intenção era transformar o espaço dos cerrados, a fim de incorporá-lo a modelos produtivos ditos eficientes, na lógica capitalista. Isto significa estabelecer condições de produtividade que atendam aos seus interesses, mesmo que para isso, os atores e as práticas locais tenham que ser eliminadas ou subjugadas. A autora afirma ainda que, com base na ideia das limitações naturais do cerrado, da incapacidade da população regional e da rusticidade das técnicas utilizadas, o capital produtivo parte para a ocupação do espaço agrário goiano, utilizando-se do discurso de superação do atraso por meio da implementação das técnicas de produção contidas no pacote tecnológico da Revolução Verde (RIBEIRO, 2005, p. 51).

Nesse sentido, a apropriação das áreas de cerrado se diferencia de acordo com a especificidade de cada região. O Sudoeste goiano é uma região que recebeu grandes volumes de investimentos em função da qualidade das terras, além de apresentar as condições necessárias de infraestrutura e logística. Clemente[49] afirma que essa apropriação foi possível pelas condições geográficas e espaciais da região que permitiram que esse modelo se espraiasse pelo campo. Para Chaveiro[50]

[49] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Evandro César Clemente, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 5).
[50] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Eguimar Felício Chaveiro, em 23 de agosto de 2017 (Anexo 8).

> O Sudoeste é a expressão moderna de Goiás, é o lugar do agronegócio, da mudança na agricultura camponesa, das forças produtivas, das plataformas industriais, das redes mundiais, da força do agrotóxico e os efeitos na água, no solo e etc. E uma geografia crítica no âmbito agrário afeiçoa-se a isso.

Diante desse contexto, as dissertações desenvolvidas em geografia agrária estão organizadas em 3 eixos distintos. Decorrente dos impactos da modernização da agricultura, o primeiro eixo está voltado para a produção científica sobre a dinâmica espacial, para a investigação de como ocorreu o processo de construção e para o uso do território em função das políticas públicas ou da implementação de novas culturas, como a cana-de-açúcar e soja ou, ainda, da ação estatal que viabilizou as mudanças técnicas e espaciais para permitir a implementação desse modelo produtivo. Nesse sentido, destacam-se as pesquisas que dentro do processo de fixação do setor sucroenergético, procuram discutir e analisar os reflexos diretos e indiretos provocados pelo mesmo, assim como as consequências ou transformações socioespaciais advindas d o movimento de territorialização do setor sucroenergético no município de Quirinópolis e região, como: pesquisas que, no contexto da expansão da cana-de-açúcar, buscaram compreender como a instalação do setor sucroenergético na microrregião do Sudoeste de Goiás oferecia subsídios empíricos por meio de uma análise socioespacial, da articulação da dinâmica territorial e da legitimação do discurso ambiental feito pelo setor; e pesquisas que analisaram a dinâmica socioeconômica e as influências das políticas públicas neste processo de ocupação no cerrado goiano em Iporá.

Outro eixo de discussão na produção analisada é a questão agrária e a luta pela terra. O modelo de produção capitalista tomou forma na região e causou impacto negativo para aqueles que viviam na terra, mas que são adeptos de outra lógica de produção e acumulação. Desse modo, grande parte das pesquisas se preocupou em tratar das contradições causadas pela modernização da agricultura.

Como ocorreu a luta pela terra em Jataí? Quais são as consequências socioespaciais do movimento de territorialização do setor sucroenergético no município de Jataí? Como explicar as famílias assentadas se (re)constroem em meio a novas configurações espaciais, considerando o lugar enquanto significação e (re)significação do camponês? Como se dá a relação entre os saberes tradicionais dos camponeses dos assentamentos Santa Rita e Três Pontes e as políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro? Como é a realidade das escolas no campo diante da ausência de política pública e do avanço do agronegócio? Qual a influência da introdução e evolução da produção agrícola destinada ao biodiesel, no

assentamento Três Pontes, em Perolândia (GO)? Todas essas questões permeiam a produção acadêmica, evidenciando uma pluralidade de temas abordados, no entanto alguns conceitos se destacam. O levantamento das palavras-chave (Figura 10) mostrou que há uma ênfase a assuntos direcionados ao cerrado, as políticas públicas, na agricultura familiar e no território.

Figura 10 - Frequência das palavras-chave das dissertações de geografia agrária da Regional Jataí (2009-2015)

Fonte: Acervo de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Geografia agrária da Regional Jataí. Elaboração de: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Por fim, o terceiro eixo de análise, isto é, outra frente de interpretação, diz respeito as vertentes de análise ambiental. Foram identificadas duas dissertações sob a orientação de Assunção que, diante da expansão da monocultura em Goiás, refletem sobre o nível de produtividade agrícola. As abordagens feitas sobre o processo de modernização, nesses trabalhos, destoam do que foi apresentado até o momento. As mudanças no campo são interpretadas como um modelo produtivo altamente tecnificado que tem capacidade de responder às demandas mundiais, por meio do aumento da produtividade. Neste sentido, o trabalho de Faria (2011, p. 20) é bastante revelador:

> [...] as mudanças estão ocorrendo no mundo dos negócios, atingindo todo tipo de segmento de mercado agrícola. Micros, médios e grandes produtores, ou seja, a redução de custos, elevação da qualidade, aumento da produtividade e agilidade de suas atividades para fazerem frente a esta competitividade acirrada, onde os participantes ou se adaptam ao novo cenário ou correm risco sob pena de verem seus lucros consumidos pela ineficácia de sua gerência.

Percebemos, na ideia apresentada pela autora, aspectos que caracterizam uma concepção que não faz referência à dimensão social do processo de modernização. A concentração fundiária, as dificuldades de acesso ao crédito, a expulsão de camponeses para a formação do grande latifúndio, dentre outros fatores, não são pautados. O objetivo é formar, por meio da aplicação de índices e por meio da quantificação das propriedades analisadas, modelos que sejam capazes de aferir a produtividade dos grãos em Goiás. Trata-se de uma análise espacial ponderada que leva em consideração, além de outros fatores, o tipo de solo, a topografia, o clima e os impedimentos naturais, procurando identificar as regiões apropriadas para o cultivo de determinadas culturas, agrupando-as de acordo com as suas aptidões e restrições de uso. Essa análise requer ferramentas específicas de simulação da produtividade esperada para uma determinada cultura, em um determinado tipo de solo e de clima.

A maioria dos estudos analisados estão relacionados à geografia crítica, que são trabalhos com orientações ou preocupações mais analítico-descritiva e outros que procuraram, em maior ou menor grau, romper com essa característica, adotando uma postura menos descritiva e mais voltada às problematizações advindas da questão agrária.

Por fim, pode-se afirmar que a produção acadêmica em geografia agrária de Jataí possui um forte vínculo com o cerrado, haja vista que há uma diretriz do Programa nesse sentido. A constituição de uma linha de pesquisa com foco no cerrado reforça a elaboração científica sobre o tema. Não obstante, a realidade do Sudoeste, região em que o agronegócio tomou forma - onde as políticas públicas agiram pela ação do Estado e do grande capital e a concentração fundiária intensificou as desigualdades no campo - foram abordadas e discutidas nas dissertações de mestrado. Vale salientar, que essa abordagem aparece de forma difusa, o que Peixinho denominou de “estudos fragmentados”. Essa dificuldade em construir uma síntese pode ser justificada como resultado do contexto em que ocorreu a formação do Programa, das dificuldades estruturais relatadas e do perfil dos orientadores e orientadoras, em razão de possuem o perfil mais diversificado, com distintas trajetórias, áreas de formação e áreas prioritárias de atuação.

Em termos gerais, os interesses de pesquisa recaem sobre a dinâmica territorial do agronegócio e suas contradições, tendência mais presente nas investigações sobre o Sul de Goiás, bem como as análises sobre o camponês, agricultura familiar e o pequeno produtor, com o predomínio dos trabalhos a respeito das políticas públicas, das estratégias de

reprodução e da luta pela terra como forma de resistir no campo. Ainda sobre os temas, esse exercício de análise nos permitiu observar a presença em menor grau de pesquisas sobre o modo de vida rural e a educação no/do campo, que procuram analisar os impactos ambientais decorrente do avanço da fronteira agrícola e a avaliação da produtividade de grãos.

A preocupação com uma análise crítica esteve presente, ou seja, o referencial teórico ligado ao marxismo, seja versando sobre à postura de denúncia das desigualdades sociais, a enunciação do materialismo histórico e dialético, a concepção de geografia agrária fundamentada na questão agrária, entre outros. Nas questões mais específicas, como modernização da agricultura e pequena produção, houve uma utilização recorrente de autores e obras não especificamente geográficas, mas que são consideradas clássicas para essas questões. Além disso, destaca-se como característica comum aos trabalhos, o relacionado ao campo, como componente fundamental dos procedimentos de análise. Ir ao campo, estabelecer o diálogo com camponeses, fazendeiros, integrantes do poder público, entre outros, é característico da geografia agrária produzida nesses programas.

Com base nos trabalhos analisados e nas entrevistas, foi possível refletir sobre a geografia agrária na UFG, sobre as suas características e sobre o contexto dessa produção. Não há dúvida de que há, em Goiás, um salto qualitativo na produção acadêmica com os Programas de Pós-Graduação. De acordo com Chaveiro e Freitas (2013), é preciso reconhecer novos autores que protagonizam a produção geográfica em Goiás. Além do mais, pelo fato da produção acadêmimca recente, pelo menos três gerações possuem a oportunidade de dialogar, fazer trabalhos conjuntos e trocar experiências. Isso possibilita um cenário potencial ativo para os geógrafos daqui estabelecerem conexões com geógrafos de outras partes do Brasil e do mundo e, assim, efetivarem trabalhos atualizados, propositivos, críticos e criativos ao âmbito desse campo do saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades da Pós-Graduação, no Brasil, surgem com a necessidade de formação e qualificação de pesquisadore. Cabe ressaltar que a formação em nível de Pós-Grasuação, atualmente, é um dos mais estruturados e representam parte significativa das pesquisas científicas do país. Destaca-se o papel dos pesquisadores que orientam os trabalhos desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação, pois compreende-se que o processo de construção do conhecimento não é uma ação isolada, mas depende da interação entre o professor que orienta e aluno orientado, bem como o contexto acadêmico, político e histórico em que a produção científica é desenvolvida.

Nesse sentido, a análise das dissertações e teses em geografia agrária no Programas de Pós-Graduação da UFG, entre 1995 e 2015, apresentam o processo de modernização como elemento fundante das pesquisas. A centralidade da modernização da agricultura permitiu problematizações quanto ao espaço agrário em Goiás, que almejaram responder perguntas, como: de que forma acontece a territorialização do capital mediante a modernização da agricultura? Como ocorreu o processo de formação do território em função das políticas públicas que permitiram a modernização da agricultura no Cerrado goiano? Entendendo as políticas públicas como a efetivação da modernização, questiona-se como o capital se apodera da agricultura? Até que ponto a modernização repercute no espaço e na sociedade goiana? Como abordar a relação cidade-campo diante da nova configuração espacial estabelecida pelo processo de modernização da agricultura? Qual tem sido a ação do Estado no processo de modernização do território? Qual o nível de eficiência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO - na incorporação de produtores rurais no processo de modernização? Como as famílias assentadas se (re)constroem em meio a novas configurações espaciais, considerando a modernização no campo? Como as transformações do espaço, decorrentes da modernização, afetam os pequenos produtores rurais? Qual a implicação da modernização na territorialização da pecuária? Dentre outras problematizações que possibilitaram uma pluralidade de temas e enfoques que foram tratados nas dissertações e teses.

Segundo Ferreira (2002, p.17), as mudanças no campo são sentidas por meio de processos socioespaciais através de novos processos: “a modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração da renda e das terras e os conflitos

sociais são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola". O geógrafo, portanto, acompanha estas mudanças vendo os novos paradigmas, as novas teorias e uma nova realidade.

É fundamental considerar o processo de modernização da agricultura em Goiás para que se realizar um estudo do espaço agrário sobre o estado. Segundo Ribeiro[51], essa ênfase pode ser justificada pelo momento político vivido pelas instituições científicas.

> Porque se deve considerar que a década de [19]90 era a primeira década de "liberdade" pós-ditadura. Na década de [19]80 não era só uma lembrança, as coisas estavam postas ali, era tudo muito silenciado. Havia muito medo e todo mundo muito retraído. Vivenciamos, na década de [19]90 e no início dos anos 2000, um período de fazer a crítica. E a crítica à modernização não podia ser feita antes, porque não se podia. Logo, tem muita coisa para ser dita acerca da modernização que estava guardada, muitas reflexões, muitas referências, muitas análises, muita confrontação de dados para dizer que aquilo não era o que parecia ser. Por isso, teremos a supremacia desse tema nesse período, tanto que a minha dissertação traz isso e a minha tese também.

Contudo, não se pode afirmar que os trabalhos compartilham da mesma concepção de modernização, pois a diversidade da formação e a quantidade de dissertações e teses que versaram sobre a temática contribuíram para essa diversidade. Em depoimento dado a Pereira (2016), Calaça afirma, com base nas formulações feitas por Silva (1982), que a modenização acontece de maneira "dolorosa", pois não rompe com as estruturas vigentes. Nessa perspectiva, é preciso compreender quais são os novos elementos da questão agrária, por exemplo, a saída do Estado, dos órgãos, das entidades públicas na produção da pesquisa e na geração de políticas públicas que foca no agronegócio. Numa outra perspectiva, a orientadora Barreira se pauta nas influências da geografia francesa presente na sua formação e relata, conforme Pereira (2016, p.99), que as suas orientações foram na direção de compreender a incorporação do cerrado pela modernização capitalista, gerando um movimento de expansão da fronteira agrícola, compreendido pela orientadora, como incorporação do espaço, no sentido de movimento.

Ao analisar os depoimentos e as pesquisas realizadas foi identificada a noção de ruptura relacionada à modernização. O trabalho desenvolvido por Queiroz (2006) analisa o modelo produtivo da Perdigão e questiona como o Sudoeste Goiano se desenvolveu diante

[51]Entrevista, concedida à autora, da Profa. Dinalva Doizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017 (Anexo 9).

dos programas governamentais de ocupação viés processo de modernização da agricultura. Nesse sentido, para o autor, o ato de pensar a respeito desse processo coaduna com as ideias de descontinuidade, de inovações e de novas racionalidades. Promove-se aí uma conflituosa relação entre o antigo e o novo. Em Queiroz (2006, p. 17), "o antigo representa maneira tradicional de criação de aves e suínos, em conflito com o novo, caracterizado pelo modelo de criar esses animais por meio da implementação de equipamentos informatizados".

Souza (2008), ao fazer uma leitura geográfica das mudanças no modo de viver e nas práticas alimentares, em Goiás, decorrentes da modernização e do êxodo rural, aponta para a existência de dois momentos: o primeiro, anterior à modernização, caracterizado pela ruralidade, pela tradição e baixo nível de densidade técnica, em que as relações capitalistas inexistem ou eram pouco desenvolvidas; o segundo relacionado ao urbano, detentor de técnicas, caracterizado pela alta mobilidade espacial, em que se desenvolvem as relações capitalistas.

Ao fazer o debate sobre o desenvolvimento capitalista e a apropriação desigual do espaço agrário em Goiandira, Avelar (1999) identifica a modernização como um processo contínuo e irreversivél. Segundo o autor, a modernização impõe duas posturas: uma acadêmica, repensando o próprio conceito como um processo de contínua transformação; e a outra política, intervindo no processo.

Para Clemente (2006), o processo de "modernização" da agricultura brasileira contribuiu, sobremaneira, para o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro, criando as bases para a expansão e a reprodução ampliada do capital (CLEMENTE, 2006, p. 50). Nessa perspectiva, a modernização agrícola capitalista dá origem a uma nova organização espacial por meio da necessidade da inserção de formas espaciais que servissem ao modelo produtivo que se tornou dominante. Sobre a relação da atuação do capital e as mudanças espaciais, Harvey (2011, p. 120) afirma que

> Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos, e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. Grande parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra[...]. As transformações provocadas pelo capitalismo têm sido ainda maiores. O que nos foi dado pela natureza há

> muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida.

Logo, identificam-se pesquisas que apresentam a luta não apenas como forma de resistir às contradições criadas pela modernização, mas, principalmente, como forma de sobreviver contra o capital.

Existem também as pesquisas que reconhecem que a modernização faz parte da lógica de acumulação de capital e as relações de trabalho são estabelecidas em função disso. Evidenciam-se, portanto, a preocupação em apresentar as contradições criadas sob a ótica dessa lógica de produção, com ênfase nas relações capital-trabalho, subordinação do trabalho pelo capital a partir do exemplo do pequeno produtor e da entrada do capitalismo na agricultura.

Outra frente de interpretação também verificada constata que a modernização não está a serviço da acumulação de capital, que, por sua vez, gera desigualdade, mas, sim, como uma necessidade em prol do combate às desigualdades regionais. Essa compreensão é verificada em Franco (2012, p. 20), ao explicar que

> A agropecuária de Goiás sofreu importantes mudanças que decorreram das políticas de modernização [...] que tiveram os objetivos de diminuir as desigualdades regionais e acelerar o desenvolvimento econômico do país, vários estudos apontaram para a necessidade de modernizar o setor agrícola brasileiro como forma de retirar um entrave que foi diagnosticado como sendo o atraso que este setor impunha aos indicadores do país.

Percebe-se que há diferentes formas de analisar o processo de modernização. Ao pensar sobre a compreensão feita pela produção acadêmica no âmbito desse conceito, verificamos que realizar uma discussão conceitual não é simples. Deleuze e Guatarri (1992, p. 26) apontam que “todo conceito, adotando um número finito de componentes, bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outras maneiras, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis e participam de uma co-criação”. Para os autores, um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas “uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes” (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p.27).

Pensar a modernização requer que se reconheçam suas histórias e trajetórias. O uso descontextualizado de um conceito gera um distanciamento do sentido original e perde potencialidade de atuar de forma apropriada, não correspondendo as exigências da atividade

científica. É necessário, portanto, um exercício epistemológico contínuo, ou seja, entender os conceitos como instrumentos da construção do conhecimento científico. Nesse sentindo, ao situar a Geografia como ciência, Gomes (2009, p. 15) afirma que:

> O objetivo de uma discussão epistemológica não é, portanto, estabelecer, ao final, uma orientação que deve ser seguida por todos ou quase todos. Trata-se, sobretudo, de demonstrar que a maneira de fazer ciência é também um produto histórico e contextual, mais importante ainda, trata-se demonstrar que a cada momento as respostas são múltiplas e que essa pluralidade crítica é a razão mesmo da existência da ciência.

Ao investigar o conceito de modernização na geografia agrária em Goiás, cabe ressaltar que, apesar da centralidade que a modernização exerce nas pesquisas, a sua definição está circunscrita, principalmente, às alterações da base técnica produtiva. A compreensão desenvolvida se aproxima da formulação de vários autores, como a de Graziano da Silva (1996), que explica que a consolidação efetiva da agricultura moderna ocorreu desde 1960, com a adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo (inovações agronômicas, físico-químicas, biológicas) e com a constituição dos complexos agroindustriais, o que gerou transformações socioeconômicas para o espaço agrário brasileiro.

Segundo Clemente[52] é preciso atenção com o que se compreender por modernização. Para o pesquisador, esse processo é caracterizado mais pela tecnificação do território, dos processos produtivos agrícolas, e menos pelo processo de modernização, pois não houve uma mudança no ponto de vista social e das relações de trabalho.

Nesta perspectiva, verificou-se que as questões referentes aos valores e ao caráter ideológico decorrente da modernização não são exploradas na produção acadêmica analisada. Com o objetivo de compreender os sentidos da modernização e a dimensão territorial desse fenômeno em Goiás por meio das redes técnicas, Castilho (2016, p. 36) afirma que,

> [...] por estar relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território, o conceito de modernização é bastante abrangente. O fato é que, para se expandir espacialmente, a modernização entra no jogo dos debates teóricos e geralmente é justificada em termos ideológicos nas instituições acadêmicas, no universo político e nos meios de informação. A análise da modernização, nesse sentido, além de abarcar as transformações que se processam nos meios de produção e nas bases técnicas, também deve

[52] Entrevista, concedida à autora, do Prof. Evandro César Clemente, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 5).

> ser feita considerando os valores que, advindos de uma determinada classe social, se apresentam com forte caráter político.

Apesar dessa abrangência, os trabalhos que abordam essa temática interpretam, na maioria das vezes, a modernização como um processo (já acabado) que visa incorporar o setor agrário ao projeto de desenvolvimento econômico sustentado pelo poder do Estado, mediante das políticas de financiamento a juros subsidiados. Poucos são os trabalhos que superam o falso antagonismo entre o suposto "novo" apresentado pelos aspectos modernizantes e o velho incapaz de absorver novas tecnologias. É ainda insuficiente os trabalhos que aprofundam as implicações ideológicas da modernização, da relação desse fenômeno com o espaço urbano etc. Nessa perspectiva, Peixinho[53] problematiza a ideia de moderno.

> Se a gente pensa nos processos do rural você tem certa condensação do tempo produtivo [...]. A gente espacializa a partir da ideia da técnica, essa coisa do moderno e fica parecendo que o espaço é isso! Há muita repetição das coisas! Se você olha os trabalhos feitos, a palavra modernização meio que entrou um pouco em evidência. Se você trabalha em nossa região, que tem esses processos técnicos ditos mais atualizados do ponto de vista da contemporaneidade técnica, fica parecendo que vivemos em uma região extremamente moderna, avançada nos seus processos produtivos, porque há uma intensificação do capital, o capital está cada vez mais orgânico nas formas de produzir, está se reduzindo cada vez mais à presença do trabalho humano, então isso virou moderno.

Além disso, nas dissertações e teses analisadas, a modernização aparece adjetivada por "conservadora". Os autores partem da ideia de que a modernização da agricultura ocorreu de modo conservador, pois manteve velhas formas, manteve as estruturas sociais e reforçou as desigualdades espaciais existentes. Essas modificações trouxeram uma nova forma de produção/reprodução do espaço mediada pelas técnicas que emergiram com a modernização da agricultura.

A modernização, como afirma Castilho (2016), por um lado intenta promover a homogeneização dos lugares, mas acaba por diferenciá-los ainda mais. Esse aspecto importante da modernização não é abordado com destaque nas dissertações e teses. Existe a preocupação com as contradições desse processo, onde se verifica que os recortes espaciais das dissertações e teses são os espaços que a modernização foi mais absorvida. De acordo com o que foram apresentado, os estudos abordam, majoritariamente, sobre as áreas

[53] Entrevista concedida à autora, pelo Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017 (Anexo 4).

meridionais do estado, isto é, as mudanças na forma de produzir, que na agricultura goiana, fizeram o pesquisador preocupar-se com a medição e distribuição da modernização agrícola, definindo as áreas mais representativas, os graus de modernização e sua variação espacial.

Nesse sentido, Marques (2013), afirma haver uma racionalidade moderna que atinge, inclusive, o campo científico e destaca que, no plano teórico-metodológico, privilegiaram os aspectos econômicos, em detrimento de uma abordagem integrada do espaço geográfico, detendo-se apenas na descrição da paisagem e seu potencial agrícola para compor a metodologia. Nessa perspectiva, a ideia de camponês se limita à atividade produtiva que desenvolve. Assim,

> [...] o enfoque político e empresarial na racionalização no campo, acrescido pela naturalização dos fenômenos praticada tanto pela mídia como pela própria Geografia agrária cunhada no empirismo (como o era a geografia positivista), subsidiaram o processo conhecido como modernização dos territórios. Em Goiás, a segunda metade do século XX, na qual as estratégias para materialização desse projeto tornaram-se reais, assiste-se à produção de um espaço ainda mais desigual. A escolha dos melhores "lugares de produção", de acordo com o potencial agrícola, acarretou na segregação de regiões como o Nordeste Goiano, e na desorganização do trabalho (MARQUES, 2013, p. 111).

A crítica apresentada tem relação com as considerações feita, durante a entrevista, por Silva, orientadora do trabalho desenvolvido por Marques (2013), no Programa de Pós-Graduação do IESA. Para Silva[54], o fato de a modernização estabelecer um marco da pesquisa em geografia agrária deve ser refutado, pois ao eleger um marco "pode-se deixar de ver outros que estão na sombra".

Dito isso, afirma-se que é fundamental desvelar as transformações espaciais e suas consequências em áreas, cuja atividade agrícola aconteceu de forma intensa, se comparada com as demais. No entanto, o desenvolvimento de pesquisas sobre os desdobramentos da modernização da agricultura em outras regiões pode contribuir para uma visão totalizante do espaço agrário, haja vista que efeitos da modernização não são limitados a um determinado lugar ou região. Segundo Castilho (2016, p. 44-45), a espacialização é uma condição basilar da expansão da modernização, pois

> Sua configuração espacial é cada vez mais determinada pela formação de redes e conexões, mas principalmente pelas questões políticas, o que

[54] Entrevista, concedida à autora, pela Profa. Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, em 03 de agosto de 2017 (Anexo 6).

> justifica a opção em denominar esse processo por modernização territorial. [...] O território, nesse sentido, é a dimensão do espaço (e desse processo de totalização da modernização) onde as relações de classe (e, portanto, políticas) são estabelecidas. Por conseguinte, dizer que a modernização é territorial significa evidenciar o caráter espacial desse fenômeno, qualificar os atores e ressaltar a determinação política moldada pelas relações sociais de produção.

A categoria território é destaque nas dissertações e teses analisadas. Fernandes (2009) preocupa-se com o emprego exacerbado do conceito de território como espaço de governança nos estudos geográficos. Ainda que o conceito expresse uma geograficidade, é preciso debater sobre as compreensões da categoria. O território, muitas vezes, aparece como limite político administrativo, como substrato material que recebe a modernização da agricultura. Território aparece também como receptáculo da modernização. Porém, deve-se atentar que confundir território com substrato espacial é coisificar o território (SOUZA, 2013).

Sobre o conceito território, Silva (2016, p. 42) ao avaliar a renovação da geografia humana e suas implicações na revalorização do conceito, aponta que:

> Constata-se que há uma configuração intelectual no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo que reúne diversas posições em torno do território. Essa diversidade advém de estudos e pesquisas diferentes por suas origens, seus objetivos, posicionamentos teóricos e metodológicos que não têm um núcleo epistemológico comum ou convergência filosófica e política. Disso resulta a pluralidade de concepções acerca: do que é território, da Geografia, do que é geográfico, da finalidade "estratégica" do saber dessa ciência e do que é ser geógrafo. Em tal configuração destaca-se a predominância da pluralidade teórica, metodológica e temática.

Portanto, não se refere a uma excepcionalidade da geografia agrária, uma vez que as transformações epistemológicas sofridas pela Geografia constituíram uma pluralidade teórica e conceitual na ciência geográfica como um todo. Por isso, a preocupação deve ser em como aproveitar as potencialidades desses conceitos e dessas categorias na investigação científica. Santos (1996) faz uma análise das categorias do espaço afirmando que a sua compreensão e/ou interpretação, seu funcionamento e evolução dependem de como é feita uma prévia escolha correta de suas categorias analíticas, para que possamos desmembrar um todo mediante de um processo de análise. As categorias mudam de significação com a história, mas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente para a teorização.

As pesquisas no campo da história do pensamento geográfico auxiliam no esforço de acompanhar os desdobramentos da ciência geográfica, e evidenciam-se as contribuições dessa maneira de análise. A diversidade do material bibliográfico encontrado e dos discursos dos professors entrevistados, aliada à revisão de literatura, permitiram compreender a configuração do espaço agrário goiano.

Para a realização desse estudo, as entrevistas com os orientadores e orientadoras constituíram a principal fonte de pesquisa e o aspecto central da análise, de modo que, para compreender a vasta produção em geografia agrária, foi necessária a apresentação dos Programas analisados e a elucidação das trajetórias acadêmicas e as referências teóricas e metodológicas presentes no percurso daqueles que cumprem o papel de orientar a produção de dissertações e teses acadêmicas. Evidenciou-se as relações, os vínculos, as proximidades e os distanciamentos com a geografia agrária, destacando a filiação teórica, autores privilegiados e as escolhas que se desenharam a cada momento da formação acadêmica.

Ao mesmo tempo, identificar a concepção de Geografia e de geografia agrária dos professores foi determinante para situar de onde partiram os estudos analisados, uma vez que compreender o conjunto de possibilidades analíticas só é possível se houver o discernimento de quais são as possibilidades existentes e de que maneiras elas são interpretadas pelos pesquisadores.

Outro objetivo estabelecido era o de compreender como a produção em Geografia tem investigado o espaço agrário, no estado de Goiás, desenvolvida nos Programas da UFG. Entretanto, essa pesquisa não teve a intenção de se constituir como uma investigação comparativa entre os três programas analisados. O intuito foi de demonstrar que as produções acadêmicas não são constituídas apenas das elaborações teórico-conceituais, mas, sim, de uma série de determinantes internas e externas ao campo disciplinar e das instituições, realizadas em diferentes escalas.

Logo, apresentaram-se algumas considerações finais, tendo por referência o depoimento dos entrevistados:

Mendonça[55] relatou que “existe vida fora da USP e da UFRJ”, essa afirmação evidencia que a expansão de cursos de Geografia para o interior, fruto da expansão e democratização da Pós-Graduação no Brasil, possibilitou a horizontalização da produção geográfica brasileira.

[55] Entrevista concedida à autora pelo Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, em 25 de agosto de 2017. Anexo 10.

Os estudos e pesquisas realizadas nos Programas analisados trataram de questões relacionadas ao rural de forma verticalizada. Os Programas desenvolvem pesquisas qualificadas sobre a realidade goiana, formando mestres e doutores capazes de apresentar discursos sobre Goiás, não restringindo apenas aos grandes centros.

Outra consideração é identifica no relato de Almeida dado a Pereira (2016, p, 82): "não existe no mapa de quem faz a geografia agrária aqui". Essa afirmação expressa a crítica feita à ausência de pesquisas sobre o Vão do Paranã, Norte e Nordeste do estado. Embora haja a expansão e horizontalização da produção e a possibilidade de desenvolver pesquisas de todo o território goiano, evidenciou-se que há uma hegemonia da produção no centro-sul do estado, demonstrando que a lógica real do território ecoa na lógica da distribuição da ciência e em sua organização.

"Não se entende o Brasil sem entender a questão agrária", o destaque dado por Peixinho[56] à questão agrária exemplifica, nas dissertações e teses, que a geografia agrária está direcionada a problematizar e investigar as contradições, as dinâmicas, os conflitos e impactos no espaço agrário. Desse fato decorrem os temas das pesquisas desenvolvidas no Programa, com destaque para os trabalhos sobre a luta pela terra, as formas de reprodução da agricultura familiar e a territorialização do agronegócio, com ênfase na cana-de-açúcar.

A pesquisadora Ribeiro[57] destaca que o conceito território ganha notoriedade: "o território ganha o foco, o brilho, os holofotes vão para ele!". Com efeito, verificou-se a tendência das pesquisas analisadas em utilizar do conceito de território, bem como variações dessa categoria: territorialização, territorialidade, territórios camponeses, territórios em disputa, etc.

"Modernização como a matriz do espaço goiano contemporâneo", a ideia apresentada no depoimento de Chaveiro[58], aborda a modernização em Goiás. Pode-se afirmar que essa noção é constante na produção acadêmica em geografia agrária da UFG. As problematizações e os temas partem do reconhecimento de que o processo de modernização moldou a estrutura do espaço agrário em Goiás. Isso nos permite afirmar que existe uma preocupação com o acompanhamento das transformações espaciais no âmbito rural, todavia não se pode afirmar que há uma unidade teórica e metodológica do conceito.

[56] Entrevista concedida à autora pelo Prof. Dimas Moraes Peixinho, em 02 de agosto de 2017. Anexo 4.
[57] Entrevista concedida à autora pela Profa. Dinalva Doizete Ribeiro, 24 de agosto de 2017. Anexo 9.
[58] Entrevista concedida à autora pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro, em 23 de agosto de 2017. Anexo 8.

Foram realizadas 9 entrevistas e analisadas 74 dissertações e 5 teses, onde se verificou as formas pelas quais o espaço agrário em Goiás foi retratado. É certo que não foram abordadas todas as características dos trabalhos e registra-se a possibilidade de fazer generalizações. Entretanto, o objetivo desse estudo é o de iniciar essa discussão com base no levantamento e na sistematização da produção acadêmica realizada. Esse processo é fundamental para a análise da ciência geográfica, pois somente a partir desses debates e confrontos de ideias é que poderão surgir novos temas e evoluir os conceitos na Geografia.

Os temas discutidos pela geografia agrária não são mais nem menos importante que outros temas que demandam a produção de um conhecimento especializado, teórico e metodologicamente fundamentado. A geografia agrária, juntamente com os demais temas desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação, pela Geografia, em função da contribuição que pode fornecer à produção do conhecimento, no sentido de se vislumbrar um processo de construção de uma sociedade menos desigual.

A geografia agrária, produzida na UFG, demonstra criatividade e vigor. Diante da dinâmica do mundo, acredita-se que as pesquisas que são desenvolvidas seguirão essa tendência de se aterem às mudanças sociais que podem ser desenvolvidas sob a ótica do espaço. De acordo com Ianni (1993, p. 169),

> [...] as ciências sociais estão sendo desafiadas a interpretar novas realidades e reinterpretar realidades que já haviam sido explicadas ou compreendidas. Na medida em que o objeto se modifica qualitativamente, e não apenas em termos quantitativos, reabre-se o problema da reconstrução de conceitos, categorias, leis, interpretações. Além das novas realidades, as anteriores se recolocam em novos moldes, outro contexto histórico.

Além disso, é preciso pensar o contexto e o ambiente em que essas pesquisas foram realizadas. O aumento de cursos dos Pós-Graduação, a promoção de eventos científicos, além de canais de publicações que estimulam a produção de estudos originais, ampliação do investimento nas pesquisas devem possibilitar que a produção do conhecimento geográfico ganhe mais visibilidade. A situação da Educação – envolvendo todos os níveis de ensino – atingiu o estágio mais crítico do último período. De acordo com a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, foram contingenciados cerca de 42% dos recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para 2019. Fazendo com que o funcionamento das agências de fomento esteja comprometido, por isso as dissertações e teses

desenvolvidas nos institutos de pesquisa e nas universidades estão ameaçadas. A aprovação da emenda constitucional 95, que estabelece um teto para os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, contribui para o desmonte da produção científica em Geografia, sobretudo por compor as Ciências Humanas, área alvo de questionamentos por parte do governo vigente. Portanto a situação orçamentária e as questões relacionadas à liberdade de cátedra reposicionam a produção acadêmica produzida nas universidades brasileiras.

Segundo o boletim publicado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da UNESP:

> O golpe político atingiu o campesinato, os povos indígenas e outros povos tradicionais que foram excluído de políticas públicas e constam como estorvos na agenda política do governo golpista. A exclusão das classes populares do campo faz parte da razão neoliberal que defende privilégios econômicos para os ruralistas, drenando, cada vez mais, recursos estatais para o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, financiando as corporações do agronegócio. A disputa entre o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão Agrária tornou-se ainda mais nítida, sobretudo, pela desigualdade na correlação de forças, sendo que o Estado passou não somente a coadunar e ser financiador da agenda neoliberal, mas também organizador do processo repressivo sobre as organizações contra hegemônicas. (SOBREIRO FILHO et al., 2018, p.2)

Não se vislumbram por parte do governo, discussões sobre desapropriações de terras que não cumpram sua função social sob os aspectos ambientais, trabalhistas e de bem-estar. A perspectiva da regulamentação da expropriação de terras com trabalhadores em condições análogas à escravidão está cada vez mais distante, as mudanças propostas para a previdência rural atingirá a qualidade de vida dos sujeitos no campo, a flexibilização das regras para armas de fogo e o empoderamento dos latifundiários indicam o acirramento das disputas no campo com mais ameaças e mortes.

Destarte, a conjuntura política brasileira sinaliza para intensas transformações no campo e na universidade, de modo que a produção científica será desafiada a produzir conhecimento que ajude na compreensão dessas transformações. De acordo com Souza (1997, p.47):

> A tarefa do cientista não é, em última análise, propriamente simplificar o real, mas torná-lo inteligível, operando com imagens e modelos suficientemente poderosos e não subestimando as dificuldades de se definir os constructos, a fim de que nossa representação da realidade não seja drasticamente empobrecida e distorcida.

O exercício intelectual é importante, de modo que as passagens percorridas ao longo dessa dissertação tentaram remontar um quebra-cabeça que alargue o entendimento sobre a história do pensamento geográfico em Goiás. Num esforço de contribuir à história que se mostra aberta, articulada, dinâmica e vinculada ao próprio contexto da sociedade e ao debate científico de forma ampla. O que almejou-se fazer foi justamente mostrar o quanto que a história do pensamento geográfico é importante para entender e avaliar a produção científica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Unicamp, 1992.

ABRÃO, Joice Aparecida Aantonello. **Análise dos principais elementos teórico-metodológicos utilizados por autores da Geografia ao estudar o Sudoeste do Paraná**. 2012. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2012.

ADAS, Sergio. **O campo de geógrafo**: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 616f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALVES, Flamarion Dutra. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira**: a produção em periódicos científicos de 1939-2009. 2010. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. O pensamento francês na geografia rural do Brasil. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E X SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP RIO CLAROn 1., 2010, Rio Claro. **Anais**… Rio Claro: UNESP, 2010. p.1-19.

ALVES, Flamarion Dutra. Geografia agrária na obra de Manuel Correia de Andrade: questão social, disputas territoriais e o Nordeste In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXIII, 2016, São Cristovão. Anais… São Cristovão: ENGA, 2016. p.1-15.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: Questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n.49-50, 1995. p. 03-14.

ANDRADE, Julia Cossermelli de. Pierre Monbeig, um frânces diante da geografia em movimento: um estudo sobre a obra Pioneros e fazendeiros do estado de São Paulo. **Revista IEB**, n. 52, p. 43-68, set./mar. 2011.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano**: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

AURÉLIO NETO, Onofre Pereira. **Pecuária goiana**: a tecnicização do espaço rural e a internacionalização do agronegócio da carne bovina (1920 - 2012). 2014. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

AVELAR, Gilmar Alves de. **Desenvolvimento capitalista e apropriação desigual do espaço agrário em Goiandira-GO**. 1999. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia,1999.

BARBOSA, Altair Salles NETO, Antonio Teixera; GOMES, Horieste. **Geografia**: Goiás-Tocantins. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de Pós-Graduação**: um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à historiografia da Geografia agrária na Universidade de São Paulo. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/>. Acesso em: 16 març. 2017.

BORGES, Barsanufo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BORGES, Júlio César Pereira. **O Estado e políticas públicas**: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano. 2007. 116 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

BRAY, Silvio Carlos. Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 1999, Rio Claro. **Anais...**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1999. p. 3-16.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da geografia agrária no Brasil. **CampoTerritório**: Revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 5-13, fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: CAPES, 2005.

_____. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília: CAPES, 2017.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 388f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CAPEL, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América**: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: Eduem, 1999.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: UFG, 2016.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: UFG, 2002.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; FREITAS, Weder David de. Produção Geografia de Goiás – Brasil: tópicos para uma reflexão. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 03, p. 188-2013, dez. 2013.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. Cartografia do pensamento do cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (Org.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010. P. 15-33.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira – grãos safra 2015\2016. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_01_12_09_00_46_boletim_graos_janeiro_2016.pdf> Acesso em: 01 fev. 2017.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix, 1985.

DINIZ, José Aleandre. Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista. In.: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 77-108.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FARIA, Simone Marques. **O fenômeno seca e a produtividade agrícola do estado de Goiás**. 2011. 104f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, Jataí, 2011.

FAUCHER, Daniel. Reflexões sobre o método em geografia agrária. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 173, p. 185-188, 1963.

FERNANDES. Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 75, p. 83-129, 1998.

FERNANDES. Bernardo Mançano . Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005. p. 173-224.

FERNANDES. Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. Ed: Expressão Popular, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia:** geografia agrária no Brasil (1930-1990). São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16 p. 39-70, 2001.

FERREIRA, Idelvone Mendes. Entrevista com o líder do Grupo de Pesquisa NEPSA CNPq. **Espaço em revista**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 237-243, jan/dez. 2008.

FERREIRA, Ana Paula da Silva Oliveira. **Territórios em conflito**: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora. 2012. 383f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.

FREITAS, Wender David de. **Geografia, militância e marxismo**: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira. 2014. 349f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Paulo R. Teixeira de. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GOMES, Horieste. **A produção geográfica em Goiás**. Goiânia: 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco et al (Org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Antonina: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 3-11, ago. 2006.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução deJoão Alexander Peschanski. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LACERDA JÚNIOR, Bejamin de. **Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde–GO**. 2011. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

JOHNSTON, Ronald J. **Geografia e geógrafos**: a geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: DIFEL, 1986.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Lisboa: Portucalense, 1972.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LENCIONI, Sandra. Linhas de pesquisa da Pós-Graduação em geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 5-19, jan./jul. 2013.

MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**: Revista de História do Pensamento Geográfico, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-34, jul./dez. 2000.

MEGALE, Januário Francisco. Geografia agrária: objeto e método. **Campo-Território**: Revista de geografia agrária, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 6-20, fev. 2011.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 2005. 294f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

MENDONÇA, MarceloRodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, MarceloRodrigues; MESQUITA, Helena Angélica. Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM). **Espaço em revista**, Catalão, v. 11, n. 1, p. 208-213, jun/jul. 2009.

MESQUITA, Helena Angélica. **Corumbiara**: o massacre dos camponeses: Rondônia, 1995. 2001. 286f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

MIGLIORINI, Elio. A geografia agrária no quadro da ciência geográfica. **Boletim Geográfico**, n. 93, IBGE, 1950.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena história crítica. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. **Terra Brasilis**, São Paulo, v. 2., 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. Volume 3. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCMENTO, Aline Cristina. **E cadê o campesinato que estava aqui**? a transformação do território do Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.) **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OTREMBA, Erich. **Geografia general agrária e industrial**. Barcelona: Editora Omega, 1955.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Santanna. **História de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PEIXINHO, Dimas Moraes. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnicoprodutivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos**: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). 2006. 208f. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ/CCMN/Depto de Geografia, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Déborah Evellyn Irineu. **Geografia agrária em Goiás**: um estudo da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (1995-2012). 2016. 101f. (Trabalho de conclusão de Curso) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PESSOA, Jadir Moraes de. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999. 351p.

QUAINI, Massimo. **Construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUEIROZ, Renata Silva da Rocha. **A modernidade de porteira fechada no Sudoeste goiano**: o jeito Perdigão de criar aves e suínos. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RAMOS. Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. Goiânia: UFG: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **O humano pelo viés quantitativo**: um exame do (neo)positi-vismo em Speridião Faissol, através da leitura de textos selecionados. 2003. 141f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. 2003.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura "caificada" no Sudoeste de Goiás**: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ROTHEN, Jose Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educação e Sociologia.** Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.

RUELLAN, Francis. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. ***R*evista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 51-60, 1944.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Mestrado em História das sociedades agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, Alfenas, v. 1, n. 2, p.1-18, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Cassio Miranda dos. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SAVIANI, Dermeval. A Pós-Graduação em Educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: MACHADO, Ana Maria Netto; HORTA, José Silvério Baia; BIANCHETTI, Lucidio.(Org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis/São Paulo: Editora da UFSC/Cortez, 2002. p. 135-164.

SOUZA, Fabio Chaveiro de. **Do rural ao urbano:** uma leitura geográfica das mudanças no modo de viver e nas práticas alimentares em Goiás. 2008. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A Pós-Graduação em geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação. **Revista da Anpege**, Fortaleza, n. 2, p. 21-38, 2005.

SILVA, Ana Cristina da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI:** o território na trama das significações imaginárias. 2010. 578f. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, Danilo Valentin; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de; IZÁ, Lorena e SILVA, Francisco Antonio da. O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. **Boletim DATALUTA**, n. 122, 2018, p.01-29.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Explorações geográficas**: percursos no fim de século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 43-87.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SUZUKI, Júlio César. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. P.17-39.

TEIXEIRA NETO, Antonio. **Pequena história da agropecuária goiana** (o ouro acabou? Viva o boi! /o ouro se foi? Chegou o boi!). Goiânia: Observatório geográfico, 2008.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia agrária. **Geografia agrária do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 11-37, 1964

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZUCCO, Cesár. Relação entre pós-graduação e graduação: a pós-graduação no contexto histórico-educacional. **Discussão da Pós-Graduação Brasileira**, Brasília, Capes, v.1, 1996. p. 79- 90

ANEXOS

Anexo 1: Dissertações e teses em Geografia agrária do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA (1995-2015)

Ano	Autor	Título	Orientador
Dissertações			
1999	Gilmar Alves Avelar	Desenvolvimento capitalista e apropriação desigual do espaço agrário em Goiandira-Go	Celene Cunha M. A. Barreira
1999	Christiane Senhorinha Soares Campo	Complexo agroindustrial, sob forma de cooperativas, na ocupação e uso do Cerrado – o caso da Comigo em Rio Verde/Go	Barsanunfo Gomides Borges
2001	Wagner Pedro de Moraes	Dinâmica espacial no município de Goianésia: o caso da agroindústria canavieira	Manoel Calaça
2001	Rodrigo Sabino Teixeira Borges	As transformações espaciais na área de influência da Rodovia GO-060, no Oeste Goiano	Celene Cunha M. A. Barreira
2001	Marta de Paiva Macêdo	Uruana e sua dinâmica espacial recente	Celene Cunha M. A. Barreira
2002	Nilda Aparecida Pascoal Resende	Cooperativas: uma alternativa de organização para o produtor rural - o caso da Agrovale em Quirinópolis- Go	Manoel Calaça
2002	Cleusa Maria da Silva	A agroindústria e a reorganização do território de Pires do Rio	Manoel Calaça
2002	Maria Erlan Inocêncio	O Prodecer e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização Paineras	Manoel Calaça
2002	Sandro Cristiano de Melo	Grupo da lavoura comunitária de Trindade – Go: vicissitudes na/da apropriação do espaço	Manoel Calaça
2003	Henrique de Oliveira	Territorialidades agroindustriais e o reordenamento da dinâmica agrária regional: o caso da Perdigão em Rio Verde/Go	Manoel Calaça
2003	Karla Emanuela Hora	Aqui e acolá - áreas reformadas, territórios transformados (reterritorializaão e a construção do lugar - um debate entre projetos de assentamentos rurais e empreendimentos rurais do banco da terra em Goiás)	Manoel Calaça
2004	Ronaldo de Oliveira Dorta	A Espacialidade do Processo Saúde-Doença em Assentamentos de Trabalhadores Rurais e a Leishmaniose Tegumentar Americana	Manoel Calaça
2004	Benjamin de Lacerda Júnior	Modernização da agricultura e transformações no espaço rural e urbano de Rio Verde – Go	Manoel Calaça
2005	Rosália Teressinha Katzer	Da Labuta para a conquista da terra aos labirintos da sojicultura: um olhar sobre o assentamento Rio Paraíso, em Jataí (GO)	Manoel Calaça

2006	Renata Silva da Rocha Queiroz	A modernidade de porteira fechada no Sudoeste Goiano: o jeito Perdigão de criar aves e suínos	Manoel Calaça
2007	Júlio César Pereira Borges	O Estado e políticas públicas: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano	Manoel Calaça
2007	José Braga Coelho	Entre a conquista e a permanência na terra: formas de luta no assentamento Mosquito no município de Goiás-Go, 1986/2006	Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
2008	José Carlos de Carvalho	Na falta de pão cultiva-se açafrão na terra do patrão: uma análise das políticas públicas e a pequena produção de açafrão em Mara Rosa – Go	Manoel Calaça
2008	Fábio Chaveiro De Souza	Do rural ao urbano: uma leitura geográfica das mudanças no modo viver e nas práticas alimentares em Goiás	Maria Geralda De Almeida
2009	Marcelo Barbosa Marques	Entre o sujeito e o verbo: um estudo sobre o caráter urbano da militância do MST na Região Metropolitana de Goiânia (RMG)	Manoel Calaça
2010	Mariney Aparecida F. dos Reis D. Vieira	Assentamento São Domingos dos olhos da água em Morrinhos/Go: a luta para entrar e o desafio para permanecer na terra	Helena Angélica de Mesquita
2010	Lara Cristine Gomes Ferreira	A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos socioeconômicos	João Batista de Deus
2010	José Novais de Jesus	As escolas famílias agrícolas no território goiano: a pedagogia da alternância como perspectiva para o desenvolvimento fortalecimento da agricultura camponesa	Manoel Calaça
2010	Wagne Alceu Dias	No obscuro do ouro, o brilho do Cerrado: a dinâmica territorial do município de Crixás-Go	Manoel Calaça
2011	Ubiratan Francisco de Oliveira	Marca d´água: o ser e o existir do rural no espaço metropolitano de Goiânia	Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
2012	Hellen Cristina dos Santos	A comunidade camponesa do Salgado no contexto da territorialização do capital em Quirinópolis-GO	Manoel Calaça
2013	Ana Carolina de Oliveira Marques	Espaço e hábitos no sertão goiano: o povoado de Pouso Alto	Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva
2014	Hellbia Samara M. de Carvalho Rodrigues	Expansão da cana-de-açúcar na microrregião do Vale do Rio dos Bois – Goiás	Selma Simões de Castro
2014	Elizeth Cândida de Souza Rodrigues	Desafios e contradições no processo de territorialização camponesa: o caso do Assentamento Itapira-GO	Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva
2014	Edson Batista da Silva	Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO.	Manoel Calaça

2014	Onofre Pereira Aurélio Neto	Pecuária goiana: a tecnicização do espaço rural e a internacionalização do agronegócio da carne bovina (1920-2012)	Tadeu Alencar Pereira Arrais
2015	Ana Michelle Ferreira Tadeu dos Santos	Cana doce, trabalho amargo: o trabalho escravo na expansão territorial do agronegócio sucroenergético no estado de Goiás	Manoel Calaça
2015	José Valdir Misnerovic	A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade	Manoel Calaça
2015	Nelton Moreira Souza	O ordenamento e desordenamento do território no município de Vila Boa-GO: a usina Alda participações e agropecuária S/A e seus efeitos socioterritoriais	Ronan Eustáquio Borges
Teses			
2011	Vonerdice Maria dos Santos Borges	Formação de uma nova centralidade do setor sucroenergético no cerrado: o caso de Quirinópolis, estado de Goiás	Selma Simões de Castro
2011	Gilberto Celestino dos Santos	Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO) – 1960 a 2010	Manoel Calaça
2011	Benjamin de Lacerda Júnior	Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde –GO	Manoel Calaça
2014	Lucas Maia dos Santos	A constituição do meio técnico-científico em Goiás: relações de trabalho e luta de classes no setor sucro-energético	Manoel Calaça
2014	Wilma Melhorim Amorim	“Kalunga” identidades territoriais de um gênero de vida em transição nas terras do Nordeste goiano	Manoel Calaça

Fonte: Acervo dos Programas de Pós-Graduação da UFG. Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Anexo 2: Dissertações em Geografia agrária do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG – Regional Catalão (2008-2015)

Ano	Autor	Título da Dissertação	Orientador
2010	Roberli Ribeiro Guimarães	As estratégias de resistência camponesa: o Movimento Camponês Popular na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)	Helena Angélica de Mesquita
2010	Letícia Garcindo	Campesinato e práticas socioculturais na comunidade Botafogo: a *(re)existência* dos trabalhadores/camponeses no Sudeste Goiano	Marcelo Rodrigues Mendonça
2010	Jaqueline De Cássia Naves	A questionável energia do desenvolvimento: a construção do parque gerador hidrelétrico brasileiro e a expropriação camponesa	Helena Angélica de Mesquita
2010	Kátia Da Costa Lemes	Produção familiar e territorialidades: os desafios dos pequenos produtores rurais da comunidade Taquaral em Orizona (GO)	Estevane de Paula Pontes Mendes
2011	Juniele Martins Silva	Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, no município de Catalão (GO)	Estevane de Paula Pontes Mendes
2011	Mônica Simões De Aguiar	Agricultores e familiares no Cerrado goiano: representações, significados e valores culturais no vale do Rio São Marcos (GO)	Mônica Simões de Aguiar
2011	Cláudia Luiz De Souza Bispo	As Vilas de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde no Município de Catalão (Go): territórios onde rural e urbano se encontram	Estevane de Paula Pontes Mendes
2011	Altacir Bunde	Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás	Marcelo Rodrigues Mendonça
2011	Ana Paula De M. Ferreira	Escola Família Agrícola de Orizona (GO): uma proposta de educação camponesa	Helena Angélica de Mesquita
2012	Ana Paula Da S. De Oliveira Ferreira	Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora	Vera Lúcia Salazar Pessoa
2013	Waldivino Gomes Firmino	Itinerários camponeses: de lá para cá e daqui pra li até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).	Helena Angélica de Mesquita
2013	Lívia Aparecida Pires De Mesquita	O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás	Estevane de Paula Pontes Mendes
2013	Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro	Um olhar geográfico em Corumbaíba (GO): a territorialização do capital agroindustrial lácteo, as mudanças espaciais e os novos sujeitos da relação capital/trabalho	Marcelo Rodrigues Mendonça
2013	Sheila Braz Cristino Silva	Pequi, churrasco e farinha no planalto central: trabalho, processos	Marcelo Rodrigues Mendonça

		migratórios e as novas identidades no município de Ipameri - Sudeste Goiano	
2013	Rafael De Melo Monteiro	Relações de poder, territórios e territorialidades: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)	Vera Lúcia Salazar Pessoa
2014	Amanda Pires De Mesquita	Rural e urbano na Vila do Distrito de Pires Belo, Município de Catalão (Go): a vida cotidiana e a relação com o lugar	Estevane de Paula Pontes Mendes
2014	Cristina Agla Cardoso Matias	Estratégias de reprodução social e práticas culturais: as comunidades Anta Gorda e Olhos D'água no município de Catalão (GO)	Estevane de Paula Pontes Mendes
2014	Robson Lopes Costa	O setor sucroenergético e a relação capital e trabalho: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013	Estevane de Paula Pontes Mendes
2014	Gisele Silva Rodrigues	O sentido político de comunidade: relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO)	Marcelo Rodrigues Mendonça
2014	Aline Cristina Nascimento	E cadê o campesinato que estava aqui? a transformação do território do Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão	Marcelo Rodrigues Mendonça
2014	Liliana Beatriz Da Silva	Dinâmica da Comunidade Botafogo: criação, recriação e (RE)Existência camponesa no município de Três Ranchos (GO)	Helena Angélica de Mesquita
2014	Ângelo Silva Cavalcante	Ordenamento territorial e complexo sucroenergético: perspectivas da cana-de-açúcar em Itumbiara (GO)	Idelvone Mendes Ferreira
2014	Hugo Roberto Duarte Ramos	Urbanidades no rural: as transformações na Comunidade Macaúba/Catalão (GO)	Vera Lúcia Salazar Pessoa
2015	Valmir Crispim Dos Santos	Extensão rural e valorização dos saberes/fazeres agrícolas da comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO)	Marcelo Rodrigues Mendonça
2015	Sandra Aparecida Alves	Geografia e gênero: a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa na região estrada de ferro em Goiás	Marcelo Rodrigues Mendonça
2015	Simone Francisca De Novais	Avicultura industrial e reestruturação produtiva: os produtores integrados no município de Pires do Rio (GO)	Vera Lúcia Salazar Pessoa

Fonte: Acervo dos Programas de Pós-Graduação da UFG. Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Anexo 3: Dissertações em Geografia agrária do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG – Regional Jataí (2009-2015)

Ano	Autor	Título da Dissertação	Orientador
2011	Francis Borges da Silva	Seguindo o boi e descobrindo o território - reflexão socioterritorial da pecuária bovina no município de Jataí (GO).	Eguimar Felício Chaveiro
2011	Juliana Carneiro Guimarães	As trajetórias socioespaciais dos camponeses do assentamento rio claro em Jataí-Go	Dinalva Donizete Ribeiro
2011	William Ferreira da Silva	O avanço do setor sucroenergético no Cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí (GO).	Dimas Moraes Peixinho
2011	Simone Marques Faria	O fenômeno seca e a produtividade agrícola do estado de Goiás	Hildeu Ferreira da Assunção
2012	Íria Oliveira Franco	Modelagem espacial da expansão canavieira no Sudoeste de Goiás	Hildeu Ferreira da Assunção
2012	Mariza Souza Dias	Apropriações camponesas da política pública para a agricultura familiar no Assentamento Três Pontes, Perolândia (GO)	Dinalva Donizete Ribeiro
2012	Iolanda Martins da Silva	A territorialização do setor sucroenergético no município de Quirinópolis – Goiás	Dimas Moraes Peixinho
2013	Roberta Costa Rocha	Assentamento rural: entre o lugar almejado e o lugar vivenciado pelas famílias do P.A. Santa Rita em Jataí – Go	Dinalva Donizete Ribeiro
2014	Mainara Da Costa Benincá	A percepção de natureza e as práticas produtivas dos camponeses dos Assentamentos Santa Rita e Três Pontes (GO)	Dinalva Donizete Ribeiro
2014	Dinalva Donizete Ribeiro	O (uso do) discurso ambiental como elemento para a consolidação do setor agroenergético no Sudoeste de Goiás	Dimas Moraes Peixinho
2014	Divino José Lemes de Oliveira	O município de Iporá no contexto da atual apropriação do Cerrado goiano	Eguimar Felício Chaveiro
2014	Silvaci Gonçalves S. Rodrigues	Caracterização das escolas localizadas no campo na microrregião de Iporá – GO	Evandro César Clemente
2015	Adjair Maranhão de Sousa	Formação espacial do município de Iporá-GO: apropriação capitalista da terra e formação da pequena propriedade rural	Evandro César Clemente
2015	Adan Carlos da Mota	Atividades produtivas e o biodiesel no Assentamento Três Pontes, Perolândia (Go): um estudo dos impactos socioambientais na perspectiva da comunidade assentada	Raquel Maria de Oliveira

Fonte: Acervo dos Programas de Pós-Graduação da UFG. Elaboração: Déborah Evellyn Irineu Pereira.

Anexo 4: Entrevista com o prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho
Entrevista realizada no dia 02 de agosto de 2017, em Jataí, Goiás
Entrevistado: Dimas Moraes Peixinho
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Dimas Peixinho: Eu não sou um professor de geografia agrária no sentido mais clássico. Eu trabalho numa perspectiva regional, mas com os temas agrários, agrícolas, enfim... de dinâmica regional. Porque nós temos professores aqui no Programa, como o Professor Evandro [César Clemente] que você irá entrevistar, temos, como convidado, o professor Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] que está começando com as orientações e a Dinalva que é daqui. Essas pessoas trabalham mais com a geografia agrária, a minha perspectiva de interpretação é a da geografia regional com temas que se voltam para o agrário. Só para contextualizar um pouco do que eu tenho feito. Podemos...

Déborah: Professor, o que motivou seu interesse pela Geografia?

Dimas Peixinho: Bom, eu conto uma história que é a seguinte: quando eu fiz graduação, existiam algumas coisas que eu não faria. Eu me graduei na Universidade Federal do Mato Grosso, no *Campus* de Rondonópolis e na época que ingressei, em [19]86, havia alguns cursos que não gostaria, que não me atraíam. Não havia tantos cursos assim e tinha História e Geografia. E fiquei entre fazer História e Geografia. Então, segundo o que me lembro, no dia de fazer a opção de inscrição no vestibular coloquei o dedo e saiu Geografia. Portanto, minha escolha não foi aquela escolha de pessoas que vêm marcadas por alguma contribuição anterior. Mas depois que comecei o curso tomei muito gosto pela Geografia. Assim, fiz uma coisa direcionada para algumas temáticas que me interessavam na Geografia. Eu tinha uma militância social e a Geografia me dava uma resposta frente àquilo que eu fazia. A princípio essa é a história.

Déborah: Quais foram as suas influências intelectuais que o senhor recebeu durante a graduação e também na Pós-Graduação?

Dimas Peixinho: Eu, como já mencionei, tive uma trajetória de militância social pelos movimentos sociais, a Igreja ligada à teologia da libertação, tinha uma relação com a "esquerda", uma compreensão atrelada à ideia de mudanças sociais. Diante disso, as minhas leituras estavam relacionadas a isso, um pouco à sociologia, alguns autores próximos ao marxismo e associados a isso, de alguma forma eu trouxe isso também para as minhas leituras da Geografia. Dentro da geografia, no período de graduação, [Ruy] Moreira e Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] eram pessoas que tinham essas leituras mais associadas. Na época do meu curso de graduação não tinha no corpo docente muitos professores engajados em movimentos sociais. Eles faziam suas militâncias, mas não eram muitos, isso ocorria mais na História, onde havia mais movimentos sociais ligados à "esquerda". Aí, na Pós-Graduação, acho que principalmente as pessoas que me orientaram, tinham leituras mais no campo do marxismo. Iraci [Gomes de Vasconcelos] Palheta me orientou na Pós-Graduação e no mestrado e depois a Júlia Adão [Bernardes] no doutorado, e continuei um pouco nessa linha dos autores da chamada "escola crítica", seja lá o que isso quer dizer, porque há uma série de vertentes dentro da chamada "geografia crítica". E tinha o estilo mais próximo da chamada "geografia social", como [Manuel] Correia de Andrade, Milton Santos, alguma coisa do pessoal de urbana, [Henri] Lefebvre com algumas indicações filosóficas e acho que é isso! Eu

apesar de ter uma militância social não tinha uma verticalização de uma linha teórica. Lia tudo, o pessoal da sociologia mais crítica, algumas coisas do [Karl] Marx e depois na Geografia me aproximei desses autores da chamada "geografia crítica".

Déborah: Em sua opinião, professor, o que define a Geografia? O objeto, o método, um modo de ver o mundo?

Dimas Peixinho: Eu tenho insistido aqui que acho que a questão mais significativa é a questão teórico-metodológica. A questão de objeto talvez a gente possa associar com a ideia de conteúdo, eles têm uma alternância, se você tiver uma boa formação nesse campo teórico-metodológico você consegue trabalhar com alguns conteúdos. Na minha forma de ver, a questão que a gente precisa fazer um esforço maior é na dimensão teórica e metodológica. E os conteúdos vão se alternando, você pode mudar de um campo para o outro, mas se você tiver uma boa orientação teórico-metodológica acho que isso se satisfaz do ponto de vista da formação, da reflexão e do caminho. Os caminhos possíveis para você atingir a interpretação de uma dada realidade.

Déborah: Diante disso quais são as concepções teórico-metodológicas que o senhor utiliza na pesquisa?

Dimas Peixinho: Eu tenho trabalhado mais próximo das discussões que são feitas pelo Milton Santos e para mim é importante tentar pensar a ideia de dinâmica espacial, ou com alguma variação dinâmica territorial, sigo um pouco essa ideia das dinâmicas, do movimento, espaço como uma estrutura construída, que ao ser construída vai herdando espaços anteriores, desde o espaço da natureza, e ao ser apropriado no processo que o homem faz na sua relação com a natureza, vai transformando isso em materialidade, Seria esse o espaço em si. Esse espaço passa por um processo de transformação, que pode ser percebido no processo histórico por essas proposições, entre elas que o Milton [Santos] sugere, como por exemplo: forma, função, estrutura, processo, sistemas de objeto, sistemas de ações, os espaços enquanto construção social, eles trazem em si as contradições da sociedade. Procuro pensar isso pela lógica do movimento dialético, não sigo uma dialética materialista no campo do historicismo, mas é essa a ideia, que o espaço é uma construção social, no processo de apropriação da natureza e pela lógica do trabalho você transforma essa natureza em um espaço construído. Se você consegue perceber isso, o período técnico, a forma de apropriação e as relações de trabalho, você consegue perceber o espaço enquanto materialidade construída. É um pouco esse o caminho teórico-metodológico.

Déborah: Pensando nessas linhas de correntes, a Geografia seria uma geografia crítica, alguns chama de geografia social, a corrente que o senhor utiliza... se é que o senhor utiliza essa concepção.

Dimas Peixinho: Essa ideia de "geografia crítica" para alguns autores meio que incorporou várias, digamos, escolas ou correntes ou concepções. A palavra crítica não é muito precisa no que significa. Ela vem em uma roupagem de renovação da Geografia para fora, a partir da década de [19]70, aqui no Brasil especialmente no fim dos anos [19]80, com essa renovação que é liderada por vários autores como Ruy [Moreira], Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], Milton [Santos], enfim, para citar só alguns, mas a palavra crítica ficou muito dilatada. Você tem uma geografia cultural que segue alguns elementos que também são incorporados pela

“geografia crítica”, você tem a chamada geografia marxista que também se coloca como geografia crítica. O Manuel Correia de Andrade faz algumas distinções do campo do marxismo, que já é amplo e com várias entradas, ele chama de “geografia radical”. Principalmente no período em que fiz a graduação, esse nome queria dizer que era uma Geografia que tinha um olhar crítico em relação à estrutura da sociedade, principalmente a sociedade brasileira que é muito desigual. Esse campo mesmo que variasse do ponto de vista filosófico, trazia a ideia de se contrapor àquilo que se chamava de geografia oficial ou geografia teorética quantitativa, que apesar de ter suas posições políticas, teóricas, não fazia as críticas necessárias para desvendar as realidades como elas se apresentavam, segundo essa orientação. Está no campo da “geografia crítica”, mas esse nome de alguma forma tenha a falta de precisão. Todos aqueles que faziam crítica eram críticos, nem todas as críticas eram coincidentes!

Déborah: O senhor acha que sua linha de pesquisa se aproxima de alguma dessas correntes?

Dimas Peixinho: Sim, está ali dentro desse campo, mas com a ideia de que não basta dizer que é crítico! Crítico ao que? porque nesse campo há vários autores, mesmo no campo do marxismo, que criticam posições de outros autores mesmo dentro desse campo. A palavra crítica assume uma estrutura ampla.

Déborah: Como foi sua inserção aqui no Programa de Pós-Graduação da Regional Jataí?

Dimas Peixinho: Eu vim para cá em [19]98, estou completando 20 anos de campus. E nós vivíamos uma instabilidade muito grande, porque a UFG foi a única universidade que adotou estruturas fora da sua sede que não eram próprias. Tinha uma Fundação, no nosso caso um pouco diferente de Catalão, que pagava os professores e os servidores, e a Universidade dava estrutura acadêmica e digamos... a formalização dos cursos. Era um período de muita instabilidade, havia uma rotatividade muito grande de professores. Por quê!? Porque as condições eram muito ruins! A gente ficava meses sem receber, três ou quatro meses. Bom, eu tinha sido professor substituto em Rondonópolis, encerrou meu contrato e fui convidado para vir aqui por uma pessoa que conhecia. E na passagem para 2000 entrou um grupo novo e a gente fez um processo de formação para as pessoas que não tinham concluído a Pós, para que a partir daí a gente pudesse organizar um projeto de Pós-Graduação. Eu acho que foi muito um esforço pessoal do grupo do Departamento, essa Pós-Graduação nasceu muito desse esforço! A gente combinou, porque além de nem todos serem do quadro federal, tinha essa precarização, mas a gente entendia que precisava consolidar a graduação e também a formação dos docentes para que pudessem terminar suas pós-graduações e assim nós fechamos esse quadro, boa parte dos professores estava com suas pós concluídas. A gente apresentou um projeto e esse projeto primeiramente era interdisciplinar, acabou não sendo aprovado pela Capes, em seguida a gente apresentou um de Geografia e foi aprovado. Foi uma construção muito coletiva! isso de alguma forma cria uma identidade, porque foi um esforço. A Pós-Graduação surge com boa parte do núcleo que ainda está aqui. A ideia era que precisávamos verticalizar o curso, porque há uma saturação da graduação, as pessoas que terminam a graduação ou iam fazer Pós fora ou não tinham muitas possibilidades, Era uma forma de verticalizar o curso. Bom, foi criado o mestrado, fomos tocando com todas as precariedades. Havia um número muito reduzido de professores no quadro do Departamento para tocar duas graduações, a licenciatura e o bacharelado, mas de alguma forma a gente foi tentando se multiplicar, a partir dos esforços de cada um e tocamos. Aí, na primeira avaliação

do nosso Programa de mestrado, ele subiu o conceito para quatro e isso abriu a possibilidade de pedir um doutorado. Nesse sentido, foi aberta uma discussão no grupo, eu particularmente achava que estava meio imaturo, mas enfim, o grupo assumiu a possibilidade de criar o doutorado. E estamos há três anos ingressos no doutorado. A Pós aqui tem sido uma construção desse grupo, com ajuda, muita ajuda de colegas do IESA. Nós temos três professores efetivos aqui, professora Lana [de Souza Cavalcanti], professor Eguimar [Felício Chaveiro] e o Tadeu [Alencar Arrais] e com a colaboração agora no doutorado do professor Ivanilton [José de Oliveira], mas era a condição mínima a gente ter esse quadro docente para fazer a Pós. Apesar desse esforço, o grupo muito reduzido, a gente teve esse apoio e agora com o doutorado a gente tem apoio de outras universidades. Mas assim, essa relação com o IESA sempre foi muito próxima, no sentido da gente criar um núcleo que poderia qualificar em nível de mestrado, essas pessoas poderiam ir para Goiânia, como foi o caso de muitos alunos e até colegas nossos que concluíram a sua Pós no IESA. De alguma forma a gente tem essa relação de proximidade com o IESA, seja no campo individual, as pessoas fazendo a escolha de fazer uma Pós lá, ou mesmo com essa troca que a gente tem tido com o pessoal, seja em banca, orientações, disciplinas. A nossa Pós-Graduação aqui tem essa trajetória.

Déborah: Como o senhor avalia a relação da produção acadêmica e a conjuntura, as transformações sociais? O que é produzido na academia com o que está acontecendo do lado de fora.

Dimas Peixinho: Bom, talvez as chamadas ciências humanas e sociais tenham uma perspectiva de interpretação da sociedade por olhares próprios, diferente talvez das áreas mais aplicadas, que estão preocupadas em produzir técnicas que têm uma aplicabilidade. O papel das ciências humanas está em interpretar e oferecer para a sociedade olhares que procuram aproximar realidades a partir dos nossos estudos. Por vezes você vê trabalhos que você assim, [se pergunta] "Isso serve para que"? Talvez um pouco esse pensamento que ronda a Pós-Graduação especialmente, que você tem que produzir com alguma finalidade, produzir uma mercadoria, um bem que se torne um capital, enfim, e as ciências humanas tem esse caminho da interpretação. Nesse sentido, acho que o Programa aqui possui uma inserção regional, a gente recebeu alunos de fora, de Moçambique, por exemplo, que vieram para cá, então possibilita o intercâmbio. Agora com o mestrado e doutorado a gente tem recebido pessoas de fora do Sudoeste, isso faz com que a gente reflita também sobre temáticas fora da região, isso é uma forma da gente interagir e ainda parece que a gente está amadurecendo, talvez precisemos fazer uma síntese das nossas pesquisas aqui principalmente sobre temas locais, para tentar fazer um entendimento melhor dessa parte de Goiás, do próprio estado de Goiás, enfim, do cerrado. O Programa se volta para atender as dinâmicas do cerrado, sejam elas ambientais ou socioeconômicas, mas às vezes, acho que falta uma aproximação maior para a gente ir tentando construir interpretação, às vezes os trabalhos estão muito focados em temáticas! Talvez nesse sentido de oferecer respostas interpretativas, a gente tem alguns trabalhos publicados conjuntamente, mas os nossos estudos ainda estão muito fragmentados. Não são necessariamente estudos de caso, mas acabam sendo estudos fragmentados. Acho que talvez com o caminhar da nossa produção, a gente em algum momento possa ter uma síntese e oferecer à sociedade uma elaboração explicativa maior do que explicar só fenômenos parciais, isolados. Essas reflexões estão muito associadas a essas temáticas, como a questão ambiental. A gente tem estudos aqui preocupados com a questão dos impactos do processo de ocupação do cerrado ligados ao solo, a água, a questão ambiental, a questões climáticas. E no campo da socioeconomia, a gente tem feito avaliações dos processos de ocupação, como é

essa ocupação do cerrado pós políticas públicas dos anos [19]70 para cá, como é que isso vai produzindo mudanças e essas mudanças vão trazendo novos elementos para as contradições sociais. Eu acho que a esperança é que a gente possa ir juntando, tecendo uma compreensão para que a gente possa ter uma leitura mais abrangente. Falta muito! Acho que no dia a dia as pessoas são levadas pelos acontecimentos cotidianos e falta um pouco de interpretações mais regionais ou mesmo macro para que as pessoas possam entender alguns acontecimentos que atingem elas no cotidiano, mas que elas talvez não tenham os recursos teórico-metodológicos que em tese a academia pode oferecer. Acho que nesse sentido a expectativa é que além de questões pontuais, a gente possa produzir uma síntese e a capacidade de trazer respostas a partir da Geografia para a sociedade local, regional, mesmo a inversão de termos do ponto de vista da região no contexto nacional.

Déborah: Entendi! Professor, como se dá a relação das suas orientações no Programa e as pesquisas que desenvolvem os projetos em andamento?

Dimas Peixinho: Isso tem sido um aprendizado, com exceção de um ou outro professor que já tinha experiência em orientar quando iniciamos o Programa, os outros tinham passado por um processo de formação e agora tinham a tarefa de orientar. Isso tem sido um processo de aprendizagem... Há uma construção de linhas de pesquisa, tem a proposta formal do Programa que são essas duas linhas e a gente tem tentado construir dentro dessas linhas as nossas pesquisas e nesse sentido as orientações passam por isso. Associado um pouco com a experiência que a gente tem do nosso próprio processo de formação na Pós-Graduação, a gente traz um pouco dessas temáticas e nos aproximamos de orientandos que tenham interesse ou que tragam sugestões de temas que a gente possa trabalhar juntos. Eu diria que a gente não tem ainda uma consolidação especial e falta talvez uma linha consolidada! Como eu trabalho em perspectiva regional, a ideia de entender a região a partir dos seus processos produtivos, temos estudado a cana, o setor sucroenergético, porque nós tivemos uma expansão a partir de 2005 para cá, que mudou muito a organização da formação espacial. Mas também temos antes disso a chamada cadeia carne e grãos, que é a produção de grãos, soja, milho e também verticalizada na produção de carnes, seja ave, suíno e também bovino. E também alguns processos que têm a ver um pouco com a organização das cidades, mais no sentido entre cidades do que interno. Pelo menos o pouco que eu tenho trabalhado tem essa perspectiva, como na minha Pós-Graduação eu sempre trabalhei nesta questão do agrário, não sendo estudos específicos da geografia agrária no seu sentido mais restrito, mas entender a dinâmica regional. As minhas pesquisas se voltam para isso, pensar a região. Por exemplo, vamos estudar o setor sucroenergético, mas não ele em si, mas como é que ele participa dessa organização espacial, uma temática que surgiu com muita força nos últimos anos. Já tem outras consolidadas, que é essa questão da produção de grãos, soja milho e outras culturas e também esse processo de verticalização, então as temáticas estão associadas a isso. Tenho desenvolvido essa pesquisa buscando compreender isso numa perspectiva regional.

Déborah: O senhor trabalha com a geografia regional, mas muitas vezes com temas que são familiares à geografia agrária, isso naturalmente tem leituras, acompanhamento, então diante disso queria a opinião do senhor sobre geografia agrária brasileira hoje?

Dimas Peixinho: Sobre a questão da geografia agrária, no Brasil, acho que por suas matrizes teóricas ela estuda a estrutura fundiária e os seus impactos. Com a minha orientadora Iraci [Gomes de Vasconcelos] Palheta, que era uma estudiosa da questão agrária e a Júlia Adão

[Bernardes], que já fazia muito mais estudos dinâmicos, eu tive muita proximidade com o que penso. Tive pelo caminho da minha orientadora uma boa influência do José de Souza Martins que vem da Sociologia, mas tem uma participação importante na Geografia nos estudos do agrário. Tenho uma proximidade de interpretação, nunca fiz estudos, por exemplo, sobre estrutura fundiária, mas gosto, me sinto próximo dessas estruturas. Como estudo dinâmicas, a estrutura fundiária está dentro da estrutura. Como é que essas dinâmicas espaciais da produção de soja milho ou de carne ou do setor sucroenergético articulam com a questão agrária? Quer dizer, a questão agrária é uma orientação para você entender temáticas, há uma ideia, por exemplo, que a ocupação do cerrado a partir dessa produção de grãos teria criado uma consolidação da estrutura fundiária concentrada. Eu acho que precisa avançar nisso no seguinte sentido, a estrutura fundiária concentrada brasileira vem desde o período das Sesmarias, não é uma questão desse sistema, cria uma consolidação com esse discurso do moderno em que o moderno são grandes propriedades, mas a pequena propriedade é excluída desde seu início na ocupação do Brasil. Você tem alguns processos que consolidam isso não só no ponto de vista do discurso, mas também do ponto de vista da própria estrutura produtiva e econômica. É difícil você estudar um tema hoje relacionado ao rural brasileiro em que a questão agrária não esteja premente, seja estudar a produção da agricultura camponesa ou familiar, você tem uma relação forte com a questão agrária que é a estrutura da propriedade. Você vai estudar as dinâmicas de ocupação do cerrado na produção de soja e de milho, enfim essa cadeia chamada grãos, ela tem uma forte relação com a estrutura fundiária nos estudos iniciais. A partir da década de [19]70, quando se começa a ocupar, havia uma ideia de que você ocupar uma propriedade do cerrado com menos de 400 hectares para plantar soja era inviável, isso aparece, por exemplo, em um dos discursos oficiais. Hoje você está plantando três ou quatro hectares de soja em assentamentos para produzir principalmente biodiesel. O que mudou do ponto de vista da concepção? Do ponto de vista técnico nada, se resolve isso mesmo que você use uma tecnologia defasada, tratores que não são tão atualizados, mas que servem para uma pequena propriedade, ele está dentro do modelo técnico. Agora o que mudou é a ideia de você apropriar, inclusive da renda da propriedade familiar ou camponesa. Aquela ideia de que uma propriedade só era viável com 400 hectares hoje não tem sentido. Aqui mesmo no Sudoeste, você encontra uma série de assentamentos que hoje produzem soja, principalmente voltada para o biodiesel, porque essa política criou a necessidade para as empresas que participam desse Programa de comprarem matéria-prima da agricultura familiar, esse discurso já não se configura mais. Olhando para o Brasil isso realmente acontece, a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, que normalmente são pequenas propriedades, é onde se estruturou a soja, dizer que a soja é a principal responsável pela concentração da propriedade. Parece que precisa de mais análises com essa verticalização. Esse discurso é mais ou menos corrente, a partir de todas as interpretações que são feitas que acho que tem lá suas lógicas. Para mim não se entende o Brasil sem entender a questão agrária. Na cidade ou no campo isso é fundamental! Eu acho que uma das explicações da sociedade brasileira e suas desigualdades passam pela questão agrária que é a estrutura fundiária, concentração da propriedade, apropriação ilegal da maior parte das terras do Brasil. Tudo isso está relacionado, isso para mim é uma questão muito mais para entender a sociedade brasileira do que entender um tema, seja ele urbano, rural, o que quer que seja. É difícil pensar o Brasil sem pensar a estrutura fundiária explica a distribuição de sesmarias, afinal de contas, a terra é um dos condicionantes para você produzir. E daí decorre uma série de outras coisas, como é que essa terra foi sendo apropriada, especialmente uma apropriação ilegal. O que vejo do ponto de vista da questão dos estudos agrários é isso, acho que eles não

resumem a sociedade brasileira, mas são fundamentais para você entender a sociedade brasileira.

Déborah: A questão agrária, pensar no espaço agrário, muitas vezes é objeto de outras áreas, como em sociologia, onde a gente lê José de Souza Martins. Qual é a especificidade da Geografia, como é pensar essas questões do ponto de vista geográfico, qual é a especificidade que nós damos a esses objetos?

Dimas Peixinho: Acho que existe uma série de conexões nas áreas de ciências sociais, ciências humanas, que nos aproximam. A Geografia em um entendimento é uma área de interfaces. A Geografia tem as áreas chamadas afins, formais, mas é, sobretudo, uma área que trabalha como uma dada realidade que precisa de outras áreas para compreender. Eu, normalmente, trato da seguinte perspectiva: acho que a realidade tem uma dimensão espacial, é uma dimensão, existem outras dimensões. Qual é o desafio para nós geógrafos? Explicar a dimensão espacial! Qual é a dimensão espacial da realidade agrária? A questão agrária no Brasil pode ser explicada com diferentes entradas: a sociologia, com a questão do [José de Souza] Martins que está muito mais voltado para a contradição das relações sociais; a História pode estudar isso numa perspectiva dos fatos; a política, nas relações de poder e como é que isso foi abordado. Acho que cabe a nós, da Geografia, isso que é a realidade espacial, essa dimensão espacial da realidade e pensaremos essa questão a partir da lógica espacial. Dentro da lógica espacial você tem as nossas categorias principais: território, lugar, paisagem, sempre dando uma lógica espacial. Às vezes, a gente discute na graduação mesmo ou na Pós-Graduação: "cadê a Geografia no seu trabalho"?! Porque nós de alguma forma, principalmente da chamada "geografia crítica", apropriamos muito do discurso da sociologia, um pouco da economia, um pouco da política, enfim, está presente em todas as áreas, mas às vezes a dimensão espacial foi meio deixada em um segundo plano, parecia que a dimensão espacial era a dimensão espacial descritiva. Parece que a análise chamada crítica tinha que fazer análise pelas relações sociais, pelas contradições pelas questões de classes, pela forma como essas contradições aparecem na organização espacial. Mas a gente perde um pouco a lógica também da dimensão do espaço enquanto forma. O espaço, enquanto forma, é só uma perspectiva. Você para entender a forma espacial, tem que entender como a forma se materializa pelas relações sociais. A dimensão espacial dos estudos precisa aparecer e para isso nós temos várias possibilidades teóricas. Acho que a contribuição da Geografia não é fazer sociologia, não é fazer História, não é fazer Economia, não é fazer Política. É fazer Geografia! Se nós, dentro da especificidade que é a Geografia, não conseguimos fazer isso, se você tem geógrafo fazendo Geologia, geógrafo fazendo Climatologia, geógrafo fazendo Geomorfologia, então cada um poderia ir para o seu campo específico. Não se trata de criar guetos, subdivisões, Geografia é uma concepção multifacetada. Você precisa das relações. Agora o nosso foco, entendo que é a organização socioespacial, territorial, enfim, categorias de análise que se possa colocar para interpretar. A dimensão espacial da realidade é o que deve ser aquilo que nos prende a pensar. Assim, você pode pensar nos temas: urbano, agrário, regional, planejamento, mas sempre procurando a uma explicação razoável no campo da ciência do que é dimensão espacial, que não está descolado de outras dimensões, mas ela é mais aquilo que nos aproxima enquanto área de conhecimento específico.

Déborah: Esse projeto de pesquisa foi desenvolvido com base no TCC que desenvolvi em 2015 e ficou muito evidente a centralidade da modernização nas pesquisas aqui em Goiás.

Como o senhor interpreta a forte presença desse processo nas produções científicas da geografia agrária e até mesmo na geografia como um todo?

Dimas Peixinho: Acho que uma forma de você interpretar a sociedade e ela tem uma roupagem que falta conteúdo político ideológico. Acho que dentre esses autores se você pegar José de Souza Martins para discutir isso um pouco a partir das relações sociais, a gente tem o que é do ponto de vista técnico que se pode dizer que é moderno, do ponto de vista da técnica, é acessível para alguns, mas não é o discurso da modernidade e parte é apropriado por essa ideia de modernização, é que você produziu um mundo novo, mais equilibrado, com riquezas mais distribuídas, de maior proximidade com aquilo que é a atividade humana. O homem cria ou inventa, como diz o Henri Lefebvre, nós não criamos, nós inventamos as coisas, mas de qualquer forma quando transformamos essa natureza em algo que precisamos, objetos tangíveis ou intangíveis, a gente cria uma possibilidade ampliada na questão técnica. O moderno ficou meio aproximado com a ideia da técnica, se confunde uma produção que não têm técnicas contemporâneas com produções que ainda usam técnicas, digamos, tradicionais do ponto de vista da cultura. E fica parecendo que o moderno e o arcaico tem essa relação muito mais técnica, do que de acesso à inventividade humana. Isso cria certo maniqueísmo como dizem alguns autores, uma polarização. O que é o moderno? Moderno é aquele que usa técnicas contemporâneas e essas técnicas estão associadas a acelerar o processo produtivo tentando produzir cada vez mais em menos tempo, você faz uma artificialização da natureza muito grande. Se a gente pensa nos processos do rural você tem certa condensação do tempo produtivo, tem variedades de plantas que em sua formação tradicional, convencional, levava mais tempo, os animais também, hoje você produz uma série de animais de uma forma mais condensada, são processos acelerados por questões técnicas. A gente espacializa a partir da ideia da técnica, essa coisa do moderno e fica parecendo que o espaço é isso! Há muita repetição das coisas! Se você olha os trabalhos feitos, a palavra modernização meio que entrou um pouco em evidência. Se você trabalha em nossa região, que tem esses processos técnicos ditos mais atualizados do ponto de vista da contemporaneidade técnica, fica parecendo que vivemos em uma região extremamente moderna, avançada nos seus processos produtivos, porque há uma intensificação do capital, o capital está cada vez mais orgânico nas formas de produzir, está se reduzindo cada vez mais a presença de trabalho humano, isso virou moderno. Você olha e fala: "esse é o mundo" você começa a procurar onde isso está. Por exemplo, onde aparece o moderno? Na agricultura moderna e fazemos certa contraposição, que é essa ideia maniqueísta do atrasado ao sujeito que está produzindo com uma técnica digamos lá do século XIX ou início do século XX, sendo uma pessoa desatualizada, portanto não-moderna! Isso não ajuda a explicar a realidade, porque na verdade o espaço é um conjunto de interações né!? Gosto muito da ideia de espaço solidário. Você tem espaços que permanecem de períodos anteriores e que estão convivendo, orbitando, intrincado em espaços atuais, com tecnologias mais próximas do momento atual. Criamos aquilo que seria a pluralidade espacial, eu acho que seria o convencional. Você tende para essa ideia de espaço homogeneizado pelo processo técnico e tem interesse técnico associado com a ideia do capital. Pensar a modernização é como se, falando do cerrado, o cerrado todo ou parte dele se modernizou quando se instala esse modelo técnico produtivo. Hoje ganha força as chamadas produções que mantém ainda muito da sua tradição cultural, as chamadas produções que hoje são mais alternativas, são produções que estão disputando o mercado da agroecologia, das práticas que vêm dos povos mais tradicionais, sementes crioulas, e com coisas extremamente modernas, inclusive, para os críticos desse modelo técnico, que está se expandindo com mais rapidez, é a melhor forma de você ter acesso a uma natureza mais equilibrada, com menos

agroquímicos, agrotóxicos... com uso de trabalho humano em vez desse trabalho artificializado, isso hoje aparece como moderno. Achar que isso era atrasado e hoje aparece em um discurso que tem mais de contemporâneo, que seria você voltar determinadas práticas inclusive para preservar muito da natureza em grande parte desse processo de intensificação. O que é moderno hoje? Ou, mudando um pouco, o que é o resultado desse moderno como modernização?! É você usar esse modelo que se homogeiniza, que está internacionalizado e que tem atores muito fora do local. O local se descolou do processo de comando. Assim, o local se torna uma região de produção comandado por fora, ou aqueles processos que envolvem mais a capacidade criativa das pessoas. Há aquela ideia do atrasado e moderno, hoje, ainda muito presente no nosso discurso, mas já ganham força outras formas. E inclusive com um processo muito mais atualizado. Essa discussão do moderno, modernização, está muito em cima de uma concepção teórico-ideológica, mas acho que ao estudar o espaço a gente não pode negar que existem várias contradições, não há homogeneidade.

Déborah: Finalizando, uma coisa que nos chama atenção é o recorte espacial adotado, é compreensível no Programa aqui em Jataí, porque faz parte da diretriz do Programa pensar a região. Mas quando a gente olha o banco de dissertações e teses do IESA, 70% versam sobre o Sudoeste goiano, quando pensa uma questão agrária. Na sua opinião, por que é tão atrativo, do ponto de vista da geografia agrária fazer uma discussão sobre o Sudoeste goiano?

Dimas Peixinho: Vou participar de uma defesa sexta-feira do Alex [Tristão de Santana] que discute a BR 060 como uma rodovia estruturante em Goiás e tem uma série de proposições muito bem colocadas, enfim, articuladas teoricamente em trabalhos de campo, mas acho que há certa... fascinação por entender essa lógica do moderno a partir do processo de apropriação do cerrado nos últimos 40 anos. Isso chama atenção! Você tem tantos temas como um pouco dessa perspectiva regional para dizer assim: “olha, o Sudoeste”, e fico aqui dizendo que o Sudoeste de Goiás e o Sudoeste goiano são coisas diferentes. Digamos assim, essa parte do Sul goiano, a mesorregião, é onde está aceito esse processo técnico produtivo, principalmente associado à produção de grãos da chamada cadeia carne, que está associada com essa produção de grãos e, mais recentemente, à produção sucroenergética, mas também uma pecuária importante, seja leiteira, seja para carne. Se você olha os dados de Goiás, você tem o nordeste goiano como a região pobre. Você tem o Oeste como uma região muito ligada a pouca mineração. E o Sudoeste, a região Sul goiana, aparece onde o território goiano está mais associado a esse processo produtivo que internacionaliza o Estado, com um processo de produção voltado para os chamados mercados mundiais e isso chama atenção, por entender a sociedade brasileira por essa dicotomia do atrasado e do moderno. Parece que entender esses processos de modernização é onde está o elemento mais explicativo para explicar a realidade socioespacial. Agora, se você fizer uma leitura refinada, pegando esses trabalhos e tentando identificar elementos convergentes, há certa repetição das coisas. Você pega uma série de trabalhos e, lógico, não atribuo responsabilidade a ninguém, me coloco nessa condição, falta a gente avançar na compreensão, porque fica meio repetido. Você parte das políticas públicas da década de [19]70, começando com os PNDs [Programas Nacionais de Desenvolvimento] 1 e 2, depois Polocentro [Programa de desenvolvimento do cerrado], outros Programas de infraestrutura e muitos trabalhos ficam repetidos. O que tem para além disso? Parece que esse é o principal elemento de explicação da sociedade, seja ela brasileira, seja ela do Sudoeste. Isso não acontece só aqui em Goiás. Você pega o cerrado brasileiro, vai ver isso no Mato Grosso, vai ver no oeste baiano, vai ver isso no Sul do Piauí, no Sul do Maranhão e chama atenção disso. Nesse sentido, tem-se um discurso poderoso e ideológico, o “Brasil que dá

certo!” E vai passar um Programa sobre Sorriso, cidade que deu certo. Isso em parte é muito do grupo social que ganha força, poder. Assim, o Brasil que funciona, o Brasil que gera riqueza, o Brasil é responsável pela balança comercial e isso acaba motivando a gente a estudar. Mas tem outros estudos, bons estudos, que procuram outros caminhos e acho que esses estudos sobre a modernização precisam avançar, passando dessas fases descritivas e avançando para o significado do que isso produziu. A gente poderia abrir mão do que é produzido hoje nesses processos de soja, grão e carne, proteínas, a crítica que se faz a isso é que esse modelo trouxe uma série de impactos, que esse modelo produziu uma concentração de riqueza. Isso é fato. Mas o que mais? O que mais tem sobre isso que a gente pode avançar? Acho que os trabalhos têm que avançar um pouco para além disso. Acho que a gente tem uma produção razoável sobre crítica desses períodos, os últimos quarenta anos, da década de [19]70 para cá, mas parece que está faltando a gente colocar uma questão de pesquisa que vá para além dessa repetição do que foi e o que é. Acho que nós ajudaríamos de uma forma geral nas particularidades que qualquer um tem, mas acho que a gente precisa avançar mais, ainda hoje a gente continua repetindo quarenta anos depois e com algumas críticas feitas há 40 anos atrás. Ou nossas críticas não eram suficientes ou elas não foram capazes de produzir respostas, pois continuam insistindo em muitas delas! Parece que falta muito... e eu também não estou contribuindo com isso [risos]. Parece que falta muito que avançar para além das coisas que ficaram marcadas, análises corretas, profundas, parece que está faltando gás para propor novas questões de pesquisa ou dar mais corpo às que existem nesse sentido.

Déborah: Bom professor, é isso, muito obrigada. Quero agradecer a contribuição do senhor para a pesquisa.

Dimas Peixinho: Obrigada por vir e está convidada para retornar com os resultados, ajudando a avançar naquilo que se produz por que a proposta é fazer uma leitura mais geral... vai nos ajudar a pensar!

Déborah: Obrigada! Espero que eu possa contribuir.

Anexo 5 - Entrevista com o Prof. Dr. Evandro César Clemente
Entrevista realizada no dia 02 de agosto de 2017, em Jataí, Goiás
Entrevistado: Evandro César Clemente
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: Dando início, gostaria que o senhor dissesse sobre o que motivou seu interesse pela Geografia?

Evandro Clemente: Basicamente, desde o ensino fundamental já havia uma disposição minha, uma facilidade, um interesse grande pela Geografia e História. Nesse sentido, quando terminei o ensino médio, na época, fiz no Cefam [Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério] em São Paulo, que era um magistério em um projeto específico do governo do estado na época. Fui para Presidente Prudente buscar fazer Geografia, porque era uma disciplina em que já tinha facilidade, certo encantamento e proximidade e que me fascinava pela questão da compreensão dos problemas da realidade em que a gente vive. Basicamente foi isso, compreender questões políticas, sociais, econômicas, ambientais, que estão por trás da nossa realidade, ainda mais estando em um país que, desde quando me conheço por gente, é o tempo todo as pessoas reclamando do país, muita crítica, crise... e eu queria entender! Queria entender, mas o que a televisão mostrava ou o que as pessoas diziam parece que não era suficiente, fui entender o que estava por trás disso.

Déborah: Quais foram as influências intelectuais que o senhor recebeu durante a graduação e na Pós-Graduação?

Evandro Clemente: Basicamente, na graduação diretamente há uma influência daqueles professores que lecionam em seu curso de graduação, no caso, em Presidente Prudente, o meu orientador que era o Antônio [Nivaldo] Hespanhol, Bernardo Mançano Fernandes, o Eliseu Savério Sposito e a esposa dele a Maria Encarnação [Beltrão Sposito], são professores de lá. E claro também o que estava em destaque na Geografia na época que era o Milton Santos, tinha muita coisa do Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] também, basicamente os principais, mas a gente vai lendo outras coisas também.

Déborah: Em sua opinião o que define a Geografia?

Evandro Clemente: A Geografia?
Déborah: Sim! Seria o objeto? O método? o modo de ver o mundo?
Evandro Clemente: Acho que o principal está nessas duas questões que se colocam aqui, o objeto e o modo de ver o mundo, até porque acho que nós temos um grande trunfo na mão e não conseguimos usar isso ao nosso favor, porque a gente ainda, apesar dos avanços que tivemos, não superamos essa questão da Geografia ser uma prima pobre das demais ciências A Geografia não tem o mesmo status da Sociologia, da Economia, mesmo das Ciências Sociais humanas. A Geografia, na minha opinião, é a disciplina que tem, pela sua estrutura e seu objeto, as melhores condições de fazer uma leitura holística, uma leitura integral, de modo a chegar próximo da totalidade, mas a Geografia não usa isso a seu favor. Acho que basicamente é o objeto e a forma de ver o mundo.

Déborah: Quais são as referências teóricas e metodológicas adotadas em sua pesquisa?

Evandro Clemente: Bom, tenho trabalhado com Milton Santos, Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], uma parte com Bernardo [Mançano Fernandes] e na minha tese usei muito o [Carlos Antônio] Brandão, professor de economia de Campinas, a Tânia Bacelar [de Araújo], professora economista da Universidade Federal de Pernambuco e o próprio [Karl] Marx. Tenho muita coisa de Karl Marx, além de José de Souza Martins. Basicamente essas leituras, essas linhas. Leio muita coisa do meu orientador também. O Antônio [Nivaldo Hespanhol], apesar de ser uma vertente muito diferente, a gente tenta caminhar ali no meio termo, procuro fazer uma leitura crítica, mas não é fácil chegar plenamente e ter uma escrita dialética. Não é fácil! [risos]

Déborah: Diante dessa mistura, dessa postura crítica, o senhor se encaixaria em qual corrente da Geografia?

Evandro Clemente: Olha, tento fazer geografia crítica. Mas na minha tese mesmo, na defesa, fui acusado de ser hipotético dedutivo.

Déborah: Como foi isso?

Evandro Clemente: Na verdade acusado não, mas o Professor Eliseu [Savério Sposito] estava na banca e disse assim "Sua tese tem isso e isso de mérito, apesar de ser hipotético dedutivo" [risos]. Então tudo bem! Não há problema nenhum.

Déborah: Como foi a sua inserção aqui no Programa de Pós-Graduação na Regional de Jataí?

Evandro Clemente: Basicamente aqui foi pela questão de ter sido aprovado em um concurso público e a partir disso, na entrevista do concurso, o pessoal já me alertou dizendo que eu estava vindo para um campus precário, sem estrutura física, sem um número suficientemente adequado de professores e que teria que pegar disciplina na graduação e que iria justamente auxiliar no Programa de Pós-Graduação. Desde que cheguei aqui o pessoal já disse "Você tem que manter uma produção, se integrar na Pós-Graduação". São apenas doze docentes, se um ou outro não tem o compromisso para com a Pós-Graduação é um problema. É também um desafio pessoal, é uma exigência pessoal de entrar na carreira acadêmica e já vira um vício, você estuda, estuda, estuda. A Pós foi por conta disso. Entrei aqui e era quase obrigatório iniciar a Pós, porque não tem professor, são doze docentes apenas. Em Goiânia tem quarenta e cinco. Quer dizer, você faz um pente fino, pega os melhores, com publicações melhores e monta a Pós. Agora aqui não tem como fazer essa seleção, pelas condições.

Déborah: Como o senhor percebe a relação entre a produção acadêmica e a conjuntura, as transformações sociais?

Evandro Clemente: Produção acadêmica e as transformações sociais... Acho que o que tenho observado na Geografia nos últimos 10, 15 anos é que nós tivemos uma - e tenho dúvidas se foi qualitativo - expansão muito grande da Geografia enquanto ciência, um fortalecimento dela, das pós-graduações e tal. Tenho visto que há uma tentativa grande da Geografia estar acompanhando os acontecimentos quase que em tempo real. Por exemplo, essa questão do [Michel] Temer, de legalizar a terra para a compra de estrangeiros, já têm artigos em revistas. Acho que está havendo uma, apesar dos pesares, construção de uma forma de trazer uma compreensão da realidade ou contribuindo para essa compreensão, acho que ela está chegando

muito próximo desse papel. Acho que a Pós-Graduação também, apesar dos problemas que precisam ser lapidados e debatidos, tem evoluído bastante.

Déborah: Quais tipos de problemas?

Evandro Clemente: É aquela questão: como houve um boom, principalmente nos últimos dez anos, que eu acho salutar, positivo, mas o que estamos vendo em algumas situações são trabalhos com baixíssima qualidade e são trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado. Acho que isso também denuncia contra nós. Porque se você tem Programas que estão produzindo trabalhos com baixa qualidade isso se torna complicado. São coisas que precisam ser aperfeiçoadas porque houve uma expansão quantitativa e não sei se veio na mesma medida a qualidade dessas produções.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações aqui no Programa e as pesquisas que desenvolve, os projetos em andamento?

Evandro Clemente: Basicamente, a gente tenta inserir os alunos, as pesquisas dos alunos no mestrado, como um diálogo com as pesquisas que a gente faz. Ultimamente tenho pensado justamente nisso, você entra na Pós-Graduação e você acaba assumindo tantas coisas e quando percebe você se sente se afogando porque, por exemplo, estou com três orientações de doutorado, três de mestrado, uma iniciação e, muitas vezes, estou sem tempo de fazer minhas pesquisas, minhas leituras, minhas reflexões e meus trabalhos. O que tenho feito? Tenho tentado deixar o aluno de certo modo, não engessado, mas com uma pesquisa que dialogue com meu projeto, porque daí consigo ter também um auxílio para a construção das minhas pesquisas. Fazer minhas pesquisas e orientar ao mesmo tempo não estou conseguindo pela questão de tempo. Dou aula na graduação, na Pós-Graduação e além de tudo estava na coordenação! sem secretária, então imagine [risos].

Déborah: Qual é a sua avaliação da geografia agrária brasileira atual?

Evandro Clemente: Acho que é uma boa avaliação. Acho que avançamos muito na questão da compreensão da realidade brasileira, na questão da criticidade e avançamos muito também na questão de um pluri-posicionamento. Por exemplo, você tem na Geografia, e isso se reflete na geografia agrária, uma variedade imensa de posicionamentos teóricos, metodológicos, de posturas teóricas, políticas. Acho que houve um grande avanço tanto na questão crítica quanto na questão do surgimento de outras correntes e crescimento dessas outras correntes dentro da agrária. Acho que isso é positivo. Faço uma boa avaliação nesse sentido.

Déborah: E em Goiás? Tem alguma especificidade da geografia agrária? O senhor que tem uma trajetória que vem da graduação, mestrado e doutorado na Unesp de Presidente Prudente e depois veio para cá.

Evandro Clemente: O que vejo em Goiás, é até uma coisa que tenho que falar para você, nessa loucura que a gente passou de um monte de coisas, a gente acaba se furtando de ler algumas coisas que queremos. Mas Goiás tem sua própria especificidade e vejo que os colegas estão muito preocupados com a questão do cerrado. Como venho de fora, não estou entendendo muito a questão do cerrado. Eu compreendo é claro, mas acho que não tanto quanto os que estão com comprometimento com a inserção que eles têm, mas preciso ler mais

sobre isso. Acho que a especificidade justamente parte dessa questão estar no Centro-Oeste, de ser um estado que está muito próximo do Centro Sul. É uma coisa que torna Goiás um estado bastante diverso e interessantíssimo para a Geografia porque o Sul goiano é bastante diverso, se você pegar o Norte então...

Déborah: Como é pensar esse espaço agrário, a questão agrária, por exemplo, do ponto de vista geográfico?

Evandro Clemente: Acho que a questão do pensar geográfico está muito relacionada com a questão do que daria a identidade geográfica nesse sentido, qual é a diferença... Acho que na verdade é justamente você pensar o social, o econômico e cultural em integração e ao mesmo tempo com as questões naturais, físicas. Isso é que é linkado com a terceira pergunta que você me fez, acho que é o referencial da Geografia, porque o Roberto [Lobato] Corrêa diz que toda a ciência estuda a realidade, na verdade, o que diferencia uma da outra é a posição que cada ciência está vendo essa realidade. No caso, a Geografia enxerga pelas lentes dos principais conceitos e categorias da Geografia, que são o espaço, território, região, enfim.

Déborah: Em sua opinião, quais os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária em Goiás e no Brasil?

Evandro Clemente: Hoje vejo muito essa questão do agronegócio. Não gosto muito desse termo, para mim seria melhor agrocapitalista mesmo, porque é isso! Também a questão da sustentabilidade, da agricultura familiar, a questão do desenvolvimento territorial, da geografia humanista cultural que cresceu muito na agrária e que está linkada com esses avanços na questão – que acho interessante - dos direitos dos povos indígenas, dos ribeirinhos, enfim é uma série de coisas que a Geografia tenta incorporar nas discussões. Acho interessante.

Déborah: Esse projeto parte de uma pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso em 2015 e, durante essa investigação, evidenciou-se a centralidade da modernização nas pesquisas em Goiás. Como o senhor interpreta essa forte presença desse processo na produção científica em geografia agrária?

Evandro Clemente: Tem que ver o que o pessoal tem chamado de modernização, porque na verdade para mim não houve uma modernização do território! Por que? Porque na verdade, como falo para os meus orientandos, passamos por um processo de tecnificação do território, dos processos produtivos agrícolas, pensando na agricultura – mas eles acabam escrevendo "modernização [risos]". Tivemos mudanças? Tivemos! mas nós não tivemos mudanças no ponto de vista social e das relações de trabalho. Precisamos pensar que foi uma forma de mudar para manter, porque a Revolução Verde foi incorporada no Brasil, e acredito que seja essa modernização que muitos escrevem em Goiás, que atingiu o estado a partir dos anos setenta de uma maneira bem avassaladora no sentido de que essa modernização veio para garantir o domínio dessas oligarquias, dos donos de terras, fazendeiros... Se você pegar os dados, verá que aprofundou a concentração fundiária. Portanto, não foi uma modernização no sentido pleno do conceito, foi uma modernização capenga, não tivemos modernização no sentido social, nas relações econômicas e políticas, nós tivemos uma tecnificação. Talvez emerge essa questão da modernização confundida com uma tecnificação... até tenho que ler um pouco mais sobre essa questão no cerrado. É a minha opnião.

Déborah: Para finalizar, algo que nos chama a atenção também é o recorte espacial adotado nas pesquisas. Aqui no Programa a gente entende porque é uma diretriz pensar a região, o Sudoeste, né? Só que se a gente olha no próprio IESA, mais de 70% das pesquisas versam sobre a porção Sul do estado, sobretudo o Sudoeste. Queria sua opinião sobre por que é tão interessante aos olhos dos geógrafos, sobretudo da geografia agrária, o Sudoeste goiano.

Evandro Clemente: Acho que é por conta justamente dessa questão de que foi uma das primeiras, porque se pensarmos na questão do tempo no espaço do Brasil, vamos observar o seguinte: quando começa, no final dos anos cinquenta esse processo de tecnificação da agricultura, nós vamos ter mudanças nas formações lá em São Paulo e no Sul, principalmente. Só que ali as transformações, ou parte das transformações, foram freadas por conta das formações territoriais que já existiam. Por exemplo, eu venho de uma região, ali de Jales, no interior, onde há o predomínio de pequenas propriedades familiares, inclusive um predomínio não só em número de estabelecimentos, mas em número de área. Observamos que lá não tem essa produção, entrou um pouco a cana nos últimos dez anos, mas não tem, por exemplo, a produção de soja como tem aqui. O que vejo aqui que é interessante é que a partir dos anos setenta, quando entra esse modelo, foi um modelo que espacialmente e temporalmente se cruzou com condições em que o pacote da Revolução Verde, que deram a oportunidade para que esses processos da revolução se espraiassem e se realizassem de maneira quase que plena, vamos dizer assim. Tem-se a constituição de um padrão produtivo, de um padrão de produção agrícola, agroindustrial, que só se viabiliza em grande escala de produção. Por exemplo, se você não tiver pelo menos quinhentos hectares de plantações de milho, você não vai conseguir sobreviver, vai se endividar, vai sucumbir no mercado. Assim, pelas condições geográficas e espaciais foi possível fazer isso. Já tinha aqui uma frente pecuária, com grandes propriedades rurais e esse modelo chega e consegue se espraiar, como o Milton Santos fala que o meio técnico no sentido informacional se espraia com muito mais facilidade no campo do que na cidade, porque no campo ele não encontra muito dessas rugosidades. Quando encontrou as extirpou facilmente e se pode ver a questão dos indígenas massacrados, a questão ambiental do desmatamento e por aí vai.

Déborah: Professor Evandro, são essas as questões. Muito obrigada por se dispor a nos dar essa conversa e contribuir com esse projeto.

Anexo 6 - Entrevista com a Prof. Dra. Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva
Entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2017, em Goiânia
Entrevistada: Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: Professora, o que motivou o seu interesse pela geografia?

Rusvênia Luiza: Fiz escola pública e me interessava pelas ciências humanas, gostava das aulas de História e Geografia e comecei a trabalhar como professora de geografia antes de entrar no curso. Minha primeira opção era agronomia, mas não passei na segunda fase e por isso acabei fazendo Geografia. Foi esse conjunto de coisas. Eu queria ser professora e por já dar aula em uma escola pública, resolvi fazer o curso de Geografia. Acho que antes de entrar conhecemos muito pouco do que se trata a tarefa do conhecimento, não temos muita noção.

Déborah: Durante a graduação e a pós, quais foram as influências intelectuais que a senhora recebeu?

Rusvênia Luiza: Assim que entrei, já fazem 20 anos, foi 1997, teve a aula inaugural. O IESA [Instituto de Estudos Socioambientais] estava se constituindo, tinha até uma discussão acerca do nome, se era uma discussão ambiental, se tinha um contexto de debates a respeito da palavra socioambiental, se deveria ter o ambiental ou se era só o sócio, entro no curso nesse bojo. Eu me lembro da aula inaugural, lembro que fiquei fascinada, foi ministrada pelo professor Eguimar [Felício Chaveiro]. A aula tinha a função de encantar a gente diante do que tínhamos pela frente e no ano de 1997 aconteceu uma marcha, foi a marcha dos 100 mil, foi organizada pelo MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] no Brasil inteiro. Eles vinham a pé de vários lugares para Brasília. Assim que entrei no curso, estávamos vivendo esse momento, o MST estava em ampla expansão enquanto movimento social e os estudantes do primeiro ano foram convidados para irem a Brasília para participar da manifestação organizada pelo MST. Chego no curso nesse contexto nacional de crescimento do MST. O curso era organizado de uma forma diferente do que é organizado hoje, as disciplinas eram anuais e eu ainda não tinha tido contato com a geografia agrária, mas já no primeiro ano teve esse acontecimento e isso ficou muito marcado. Tenho fotos até hoje, tenho um caderno de anotações em que escrevo sobre essa experiência por que ela foi algo que mudou completamente a minha vida. Eu nunca tinha participado de algo assim. Portanto, teve essa aula inaugural que me fascinou e que foi um fascínio generalizado, o grupo todo muito empolgado e teve esse acontecimento. Naquele momento comecei a me interessar do ponto de vista prático por essa questão de participar das mudanças sociais ativamente e no próprio IESA, pelos professores que participaram da minha formação no primeiro ano. Tive aula de formação econômica e social com Romualdo [Pessoa Campos Filho], em que o primeiro livro foi "A sociedade primitiva", depois a gente leu "A transição do feudalismo para o capitalismo", foi uma série de teóricos da História e a gente começou a ler sobre a constituição do modo de produção capitalista a partir dos autores teóricos Perry Anderson, Maurice Dobb. Eu tenho esses livros! Tenho as xerox guardadas [risos]. Todo esse conjunto de coisas acontecendo e, além disso, a presença dos professores logo no primeiro ano nos incentivando, me fez despertar o interesse por essa geografia do espaço social. E lia-se muito no IESA, nessa época, devido a conversa entre os professores do IESA com o Ruy Moreira e Douglas Santos que eram frequentes lá. E o Ruy Moreira, tinha um livrinho, que mesmo não sendo um autor de influência da geografia agrária, mas ele escreveu um livro, acho que era da

coleção Tudo é História que se chama “Modo de produção capitalista e o espaço agrário brasileiro”. É um livro simples, pequenininho, curtinho e que ele incorpora a ideia de ciclos econômicos, algo que vem lá da História, para pensar a formação do espaço agrário brasileiro. E o Rui Moreira era muito frequente no IESA, tinha uma relação com vários professores. Os autores da História que o Romualdo [Pessoa Campos Filho] trabalhava e as leituras do Ruy Moreira foram o que, inicialmente, me interessou. Essas foram influências da graduação e depois foram se avolumando ao longo da trajetória. No caso do IESA, tinha uma qualidade, eu percebo hoje que era uma qualidade que é a influência de várias escolas. Eu tinha o Romualdo [Pessoa Campos Filho] que vinha da História, o Eguimar [Felício Chaveiro] que tinha essa conversa muito próxima com o Ruy Moreira e o Douglas Santos, o Carlos Maia de uma outra escola do Rio de Janeiro e trabalhava com uma outra geografia. Chegou em 1997, 1998 a Maria Geralda [de Almeida] que vinha do Ceará e trazia uma discussão do modo de vida, outra perspectiva para pensar e que vinha da França com várias experiências no mundo, de pós-graduações e o Paul Claval e enfim... E o pessoal que estava terminando o doutorado na USP [Universidade de São Paulo], a Lana [de Sousa Cavalcante] e a Celene [Cunha Monteiro Barreira] e tinha o pessoal da geografia física também que, incialmente, era um grupo muito grande, mas eu me interessou e participou mais das minhas escolhas esse conjunto muito diverso de influências que eu só percebo agora. Acaba respingando numa formação que não é tão ortodoxa, diversa. Essa história toda tem uma continuidade. No primeiro ano, veio lá da Federal Fluminense um aluno orientado pelo Ruy Moreira que veio fazer com a gente uma experiência que chamava “estágio de vivência” em assentamentos rurais. O Cláudio Francisco Severino que escreveu trabalhos interessantes na geografia agrária. Ele tem um trabalho com a Regina [Ângela Landim] Bruno, do CPDA [Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade], sobre patronato e ele foi desenvolvendo isso com a gente. Começamos a ter essas vivências nos assentamentos rurais e no que eu acho que é o primeiro acampamento, que se tornou assentamento organizado pelo MST que é Canudos. Tive uma relação próxima com esse grupo. No segundo ano, fui ter a disciplina de geografia agrária, especificamente. Ela era ministrada, no IESA, por um professor chamado Orlando [Francisco da Rocha], que era do Direito e que não tinha absolutamente nada a ver com essas vivências nos assentamentos. Ele era um professor de outra área, muito rigoroso, muito criterioso em relação à correção dos textos e não tinha um envolvimento com os alunos, então foi algo que nos chocou inicialmente. Mas o Orlando trabalhou um texto que foi o “Quatro séculos de latifúndio” do Alberto Passos Guimarães, que é um texto dificílimo. A gente assustou com o Orlando e também com esse texto. Eu não me envolvi muito com essas referências, fui descobrir a importância delas depois. O Orlando trabalhou esse texto, trabalhou alguns textos do Orlando Valverde e trabalhou alguns textos do [José Alexandre] Felizola Diniz, que hoje eu enxergo que são autores importantes de uma perspectiva da geografia agrária tradicional. O Alberto Passos Guimarães não, mas o Orlando Valverde, o [José Alexandre] Felizola Diniz são autores centrais, importantes, mas que naquele momento não representaram muita importância na constituição do meu interesse pela geografia agrária porque eles estavam distanciados do que estava sendo feito no momento. No momento era discutir movimentos sociais, o MST, era isso que estava movimentando a geografia brasileira no final da década de [19]90. Aconteceu o Encontro Nacional de Geografia agrária, em 1998, na Unesp [Universidade Estadual de São Paulo] Presidente Prudente, ou seja, o berço dos movimentos sociais. Eu fui apresentar um trabalho sobre Canudos e o Bernardo Mançano [Fernandes] foi assistir o trabalho na seção que eu estava. Naquele momento a gente constituiu uma relação, lá em 1998, e a gente também teve uma vivência na região do Pontal do Paraná, trabalhei nos

trabalhos de campo do evento na região no Pontal. Lá conheci a Darlene Aparecida [Oliveira Ferreira], conheci esse pessoal que encampou uma geografia agrária mais tradicional, que inclusive era um evento que não entrava estudante, até aquele momento, o evento de [19]98 foi inaugural. O ENGA era um evento de pesquisadores, acontecia nos melhores hotéis do Brasil [risos], em Gramado, em Salvador [...]. A Rosa [Maria Vieira Medeiros] da Federal do Rio Grande do Sul, falava disso: "nosso evento se popularizou, nós abrimos." Mas na verdade o que aconteceu foi que o Bernardo [Mançano Fernandes], em [19]98, teve um papel fundamental de encampar isso. O Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] não era uma pessoa bem quista nesse evento, depois que inclusive foi criado o SINGA [Simpósio Internacional de Geografia agrária], na USP [Universidade de São Paulo], hoje temos dois eventos nacionais de agrária. Foi nesse contexto, o ENGA e essa epistemologia, mas vem desvinculada a essa Geografia que estou chamando de "geografia tradicional", porque também a perspectiva de interesse de pesquisa vinculada a relação com isso, com a linha do Graziano [da Silva], enfim. E o SINGA que compõe a mesa de abertura com indígenas, para a conferência de abertura. É o evento que trouxe o Dom Tomás [Balduíno] para ser homenageado. Sempre tinha os autores homenageados, tem esses dois eventos. Eu chego num momento de abertura desse espaço para os estudantes. Lá conheço o Bernardo [Mançano Fernandes], em 1998, a gente começa uma conversa e fiquei durante toda a graduação nessa conversa com e por consequência disso, as influências que o Bernardo lia que era Maria da Glória Gohn, que escreveu trabalhos sobre os movimentos sociais e, consequentemente, também o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], que foi orientador do Bernardo [Mançano Fernandes]. Essas foram as principais influências que durante o mestrado me constituíram. Mas como eu vim dessa escola, do IESA múltiplo, isso fez eu me interessar por várias coisas. Quando cheguei no mestrado, lá na Unesp, conheci um pessoal da Educação, das Ciências Sociais, e comecei a falar dos meus trabalhos, então me afastei um pouco dessa leitura mais clássica dentro da geografia crítica agrária, que é o [Alexander] Chayanov, o Lênin, o Marx. Esses são os autores que constituem a base da reflexão que o Ari [Ariovaldo Umbelino de Oliveira] faz, que o Bernardo [Mançano Fernandes] faz, e eu comecei a ler outros autores. Lá eu conheci o Norbert Elias, que foi indicação de um professor da Unesp que nem me lembro o nome dele e comecei a ler o Castells, isso começou a constituir o meu interesse também. Penso que isso guarda relação tanto com eu ter tido uma formação não ortodoxa. Eu não tinha compromisso com uma escola de conhecimento, "ah, é crítica, não! é tradicional". Acho que eu tive uma liberdade. Inclusive chegou um momento que o Bernardo [Mançano Fernandes] até fez um comentário desse tipo, ele falou: "Eu não vou ler tudo que você está trazendo para o seu trabalho. Mas se você não vai seguir todos os autores que estou indicando, em uma perspectiva que estou indicando, então você que se defenda [na dissertação]." No doutorado já foi um salto, por que ali já me aproximei da sociologia agrária, da sociologia rural e da antropologia política. No doutorado a minha influência acaba sendo ampliada, porque naquele momento conheci o pessoal da Federal do Maranhão, por conta de um relacionamento com colegas da Pós-Graduação da USP. Inicialmente, entrei no doutorado com o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], ele fez um esquema de me orientar inicialmente para depois eu formalizar a situação, eu fui orientada pela professora Marta Inez Medeiros Marques, que foi orientanda do Ariovaldo [Umbelino de Oliveira]. Meus dois orientadores, de mestrado e doutorado, foram orientandos dele, que é a grande referência da geografia crítica agrária no Brasil, é a principal. Mas a Marta [Inez Medeiros Marques] tinha tido uma experiência no mestrado com a Ellen Woortmann, na UnB, que é uma antropóloga e por isso ela leu os antropólogos. A Ellen [Woortmann] faz um trabalho que chama "Herdeiros, parentes e compadres", que é uma tese sensacional sobre os sitiantes do Rio Grande do Sul, e o marido dela, que é o Klass Worthmann, escreve um texto:

“Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral”. A reboque dessa formação em nível de doutorado, comecei a ter contato com leituras que não eram formalmente incorporadas na geografia agrária. A geografia agrária não discutia essa chamada ordem moral e a moralidade camponesa. As questões todas estavam voltadas para os movimentos camponeses, para o campesinato como identidade dos trabalhadores do campo, entender como esses movimentos se constituem. Nesse momento, Bernardo [Mançano Fernandes] elabora um conceito, ele critica o conceito de movimento social para falar de movimento sócio-territorial, é como se fosse introduzindo, dentro dos conceitos já consolidados das Ciências Sociais, a Geografia. Colocando o conceito de território, e território se torna o conceito mais usado, é como se a única possibilidade de fazer a leitura do espaço agrário é pelo conceito de território. Eu tinha muita dúvida e ficava muito com o pé atrás com essas coisas. É como se a gente já tivesse a obrigação de, ao estudar geografia agrária, estudar movimento social e usar o território, e citar tais e tais autores. Tinha um protocolo. Eu estava fazendo trabalho com a Marta [Inez Medeiros Marques] e fui fazer disciplina com uma psicóloga querida, recentemente falecida, a Ecléa Bosi, que discutia a identidade dos imigrantes, memória. Dessa forma, as minhas influências no doutorado acabaram sendo outras. Eu constituí ali uma negação com essa geografia agrária da maneira como ela estava construída, minhas principais referências no doutorado acabaram sendo o Norbert Elias, o Klass Worthmann, e o [Pierre] Bourdieu como referência epistemológica principal, que é um autor da sociologia que faz uma crítica a esse movimento ortodoxo de incorporação do conhecimento. Ele traz os três autores da sociologia - Marx, Weber e Durkheim -, e vai propor uma sociologia reflexiva dizendo que esses autores não se contrapõem entre si, na verdade eles se complementam, eles não elaboraram os seus trabalhos acadêmicos no sentido de debater entre si, é possível incorporar, ele convida a uma reflexão que ele chama de modo de pensamento praxiológico, o que coloca esses autores em confronto. Segundo [Pierre] Bourdieu é muito mais a maneira como o campo institucional se organiza e as relações do capital cultural nesse campo, então ele faz esse movimento. Tenho esse momento de paixão de uma geografia crítica na graduação. De suspensão dessa paixão e começar a construir a minha própria interpretação no mestrado, tanto que faço um trabalho no mestrado que já tem uma inovação ao que estava sendo feito, eu analiso o lote camponês, é o primeiro trabalho na geografia, segundo o que conheço, dos eventos que vou que faz essa análise. E no doutorado já há um afastamento, mas muito bem amparado, tanto que na minha banca tinha um arquiteto que era o Murilo Marques, que trabalhou com o Alberto Passos Guimarães, o Raymundo Faoro, alguém que estudou essa cidade inicial, das permanências das relações entre sujeitos que são ex-moradores de fazenda com a terra. O Murilo Marques estava na banca; o Jandir de Moraes Pessoa, que para mim é um grande intelectual, um goiano que pensa o espaço camponês, o espaço agrário, o Jandir [de Moraes Pessoa] é maravilhoso; o Brandão também, que é uma referência importante para mim; o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], que estava lá para me bater [risos]; e a Odette Seabra, que é da geografia urbana. Essa foi a minha banca de doutorado, ali mostra claramente isso que chamo de trajetória heterodoxa.

Déborah: E a partir dessa trajetória heterodoxa, como a senhora define a Geografia? O objeto, o método, um modo de ver o mundo?

Rusvênia Luiza: É muito difícil essa pergunta... Nem sei se consigo responder. Mas respondendo por mim, tenho buscado um caminho que chamo de não me preocupar com essas questões de objeto. Na verdade, tenho buscado um caminho de fortalecimento das relações com os textos clássicos e reconhecimento, inclusive, dos limites da leitura desses clássicos,

acho que tem muita coisa a se entender. Por exemplo, o Alberto Passos Guimarães voltou para a lista de autores que quero me aprofundar mais. Penso que o meu momento, especificamente, só posso responder por mim, é esse de retomar essa relação. Porque vejo a geografia muito sem criatividade. O que as pessoas estão achando que define se há uma preocupação com o método, estou falando dessa Geografia produzida por essa Pós-Graduação que tenho tido contato, dessa maneira, de forma geral. Estou vendo muito mais uma reprodução desses modelos interpretativos que já têm um vício, o que as pessoas estão chamando de método, não sei exatamente o que é isso. É o Milton Santos que aprendi a ler de um jeito, de repente abro A natureza do espaço e ele diz: "Pretendo conhecer as coisas assim como Marcel Mauss entendeu o fato social" Marcel Mauss era o sobrinho do [Émile] Durkheim, que escreveu textos maravilhosos, mas que permite questionar Milton Santos que marxista é esse!? No meu caso, o movimento que estou fazendo é praticar uma suspensão de juízo e retomar essa leitura dos clássicos para entender isso com um pouco mais de profundidade. Acho que a Geografia está muito diversa. A geografia agrária nem tão diversa, a geografia agrária está muito repetitiva, mas a geografia, de forma geral, está muito diversa. Tem muitas geografias por aí.

Déborah: Como foi a sua inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia?

Rusvênia Luiza: Vim de outra Universidade. Vim distribuída da Federal do Tocantins, quando estava no meio do doutorado, por motivo familiar solicitei essa redistristribuição e logo aconteceu. Vim e fui lotada na unidade básica de educação da UFG, que é o CEPAE [Centro de Ensino e Pesquisa aplicada à Educação]. Logo no início, eu estava no meio para o fim do doutorado, que concluí a minha tese e tive a necessidade de me inserir em um Programa de Pós em Geografia, porque como eu estava na unidade básica, seria o meu contato com a pesquisa inicialmente, aprofundar essa possibilidade também de me relacionar com a unidade de Geografia da UFG e com a pesquisa em Geografia. A minha inserção foi assim, fiz uma proposta para ser professora colaboradora sem conhecer direito o Programa. Eu conhecia esse Programa lá na graduação, ele estava começando, depois passei muito tempo fora, porque nem o mestrado nem o doutorado fiz aqui em Goiânia. Eu volto nessa situação, volto já como professora. Fiz a proposta de inserção e me inseri no Programa.

Déborah: Como a senhora percebe a relação entre produção acadêmica e a conjuntura e, ou as transformações sociais?

Rusvênia Luiza: Embora eu perceba que há muitas pessoas tentando compreender a realidade social com o que a Geografia pode oferecer de interpretação dessa realidade, ainda percebo pouca criatividade e originalidade nessa interpretação. Tem uma lacuna muito grande que é a forma como as pessoas entendem o trabalho de campo nessa área. Quando me aproximei da antropologia percebi que a Geografia, de forma geral, os geógrafos discutem o trabalho de campo: como fazer o trabalho de campo? Como pensar o trabalho de campo? O que é o trabalho de campo? E isso é uma questão que de certa forma guarda relação com o que eles entendem, com o que os geógrafos têm entendido o objeto de pesquisa ou o que pode ser o objeto de pesquisa na Geografia e como ele pode ser pensado na Geografia. Não é só inserir o conceito da Geografia - "Ah, coloca espaço!". Já ouvi falas nesse sentido. Penso que há muitos problemas, não é só o fato de não existir um alinhamento entre as questões do mundo social e o interesse das pesquisas que os geógrafos têm feito. Acho que não é só essa questão do alinhamento. É muito difícil estudar o presente, é muito difícil. Inclusive, tem uma perspectiva do Michel Maffesoli que apresenta a concepção presenteísta de conhecimento, a

tese dele “A conquista do presente” foi acusada de ser extremamente otimista, ele escreveu “À parte do diabo”, em que ele vai dizer que não é tão otimista assim. Nesse texto, o Michel Maffesoli fala que quando ele está interpretando o presente, é possível que ele não tenha condições de olhar todos os elementos que só podem ser vistos com o tempo, com o peso do tempo. Penso que algo que é central é pensar que não é porque há alinhamento entre as questões do mundo social e as pesquisas, que as interpretações têm sido feitas de forma mais original, criativa e consistentes. Ainda temo muito ela reprodução dos modelos interpretativos. As pessoas estão reproduzindo sem pensar direito o que estão fazendo.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações no Programa e as pesquisas que desenvolve?

Rusvênia Luiza: Inevitavelmente, é total. Porque os alunos que me procuram e os projetos que tenho orientado, tive até agora, de certa forma, sorte deles terem sempre uma relação ou com a pesquisa que fiz no mestrado ou com a pesquisa que fiz no doutorado. Não foram muitas orientações até agora, mas quando tenho procuro incentivar isso que estou chamando de originalidade/criatividade, mesmo quando chega alguma coisa que parece pronta. Tem trabalho que o titulo já é uma pergunta e uma resposta, um trabalho pronto. O título do projeto já é tudo, é como se dentro dessa perspectiva que eu falei do formato. Bem, recentemente estou orientando um trabalho sobre as casas de apoio em Goiânia, que inicialmente era para ser um trabalho sobre rede urbana. Tento fazer aquilo que [Pierre] Bourdieu chama de psicogênese da pesquisa, psicogênese do discurso e é um trabalho quase analítico mesmo com os orientandos, fica todo mundo muito perdido nas primeiras orientações, mas quando se reencontram e encontram com a possibilidade de construírem algo que podem fazer a partir de um trabalho que tem que ter muita disciplina e muito estudo, muita seriedade. Percebo que há ali a construção de um sujeito que é pesquisador. Não é tão harmonioso assim o processo, é tudo cheio de muitas crises, mas tenho tido a possibilidade, mesmo quando não tem a ver com a minha pesquisa de mestrado e doutorado, dentro dessa perspectiva, igual esse exemplo que dei das geografias criativas. Tenho um trabalho sobre Anápolis que o menino está fazendo e estou chamando para estudar um sindicato patronal, dentro dessa perspectiva da chamada “geografia crítica”, que trata do campesinato. Estudar um sindicato de patrões implica em estudar os donos da terra, estudar quem organizou a construção do espaço urbano em Anápolis, quem organizou a estrutura fundiária da cidade e como é que isso implica na organização desse espaço. A indústria, o comércio e tudo, e os outros orientandos estão estudando distritos. Tem outro trabalho sobre Nerópolis que estou muito animada, está em um momento tenso de produção de texto, mas tem uma promessa muito grande de pesquisa. Ela descobriu a família que originou o patrimônio e essas relações ainda presentes no espaço, na maneira como as pessoas valorizam alguns lugares, e o sumiço das vias antigas da passadinha ao fortalecimento de outras vias, tem uma promessa. Tem o trabalho sobre Montes Claros que é um patrimônio leigo também - que é algo que desenvolvi, esse conceito [patrimônio leigo] na minha tese -, que é um trabalho que também tem uma promessa, o nome oficial é um, todo mundo conhece por outro nome. Essa voz do trabalho de campo, que só aparece quando a gente tem um forte trabalho de campo, que é algo que valorizo muito na pesquisa, nas orientações da pesquisa e falo muito sobre isso. E atualmente, pela primeira vez, vou orientar uma tese de doutorado e essa tese é um retorno à minha história original de pesquisa, porque é lá no município de Goiás, aonde fiz a minha pesquisa de mestrado, e a moça vai estudar cinco distritos. Não sei se ela vai conseguir, mas ela parece muito empolgada. E eu também!

Déborah: Professora, qual é a sua avaliação da geografia agrária brasileira atual?

Rusvênia Luiza: Justamente por conta da minha trajetória, não sei se consigo responder essa pergunta com a profundidade que ela merece, porque não me sinto uma professora de geografia agrária. Não me sinto totalmente confortável nesse lugar como alguém que produziu uma geografia agrária, até porque a minha profissão não está harmonizada dentro do que se conhece como geografia agrária. Inclusive fui avaliadora no SINGA, mas se eu fosse apresentar o trabalho, não tinha nem um eixo porque agora estou estudando coisas que o Bourdieu chama de objeto não nobre, hoje é objeto ignóbil, um objeto que não é nobre nesse momento na geografia agrária. Mas avalio que tem umas cenas, a cena da USP é uma cena forte, é um laboratório antigo, a gente tem uma geografia anarquista com a Oléria de Matos, tem a Larissa Bombardi que entrou na vaga de teoria e método. Ela tem escrito algumas coisas sobre a historiografia da geografia agrária, tem um texto inclusive com esse título, A historiografia da geografia agrária em São Paulo. O Ariovaldo mesmo estando aposentado agora, tem feito um movimento de percorrer o Brasil fortalecendo os Programas de Pós-Graduação. Ele tem feito um tempo em Tocantins, tava percorrendo aí, Jataí. Ele está fazendo isso que é uma militância dele, que é fortalecer esses Programas menores. Eu continuo achando que ele é a referência na chamada geografia crítica e o [Marcos Aurélio] Saquet no interior do Paraná, que é um professor que veio da escola italiana, que é uma escola totalmente diferente do que estava sendo feito. E a Valéria de Marcos, na USP, faz um pouco desse trabalho com os italianos, fez um pós-doutorado ou doutorado lá. No Rio de Janeiro a gente tem na UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro], o Gláucio Marafon, que gosta de pesquisar as novas utilidades do turismo agrário nesse eixo, mas lá a presença forte, mais articulada com a geografia agrária mais crítica é o Paulinho Alentejano, chamado Paulinho Chinelo, que tem uma pesquisa em geografia agrária de doutorado que é bastante lida. O Rio Grande do Sul é aquela cena da geografia agrária clássica tradicional ainda, os fundadores do ENGA antigo. No Nordeste as coisas se perderam um pouco como o falecimento do Manoel Correa de Andrade e depois o Joaquim..., o filho dele, mas ali a gente tinha uma geografia agrária desde Orlando Valverde – acho que é mineiro, mas se eu não me engano eles tinham um vínculo ali. A UNESP, inevitavelmente, com o Bernardo [Mançano Fernandes] que é a grande referência, que já tem hoje em dia um trânsito mundial, em mais de cinco universidades da América Latina, Europa, Estados Unidos, ele tem sido convidado. Em Goiás temos uma geografia agrária que ganhou muito espaço com o tempo. Acho que no IESA o Manoel Calaça chega na década de [19]90, chega em 1997, foi meu professor antes de eu ter aula de geografia agrária, chegou e até hoje está lá. Vale destacar a presença do Adriano [Rodrigues de Oliveira] e a chegada do Marcelo [Rodrigues Mendonça] também, porque em Catalão já tinha uma geografia agrária mais forte que a do IESA, coma Helena Angélica [de Mesquita] e depois o Marcelo [Rodrigues Mendonça]. Acho que a Estevane [de Paula Pontes Mendes] fez um trabalho que tem relação também, e Jataí com o Dimas [Moraes Peixinho] e Dinalva [Donizete Ribeiro] que veio para cá agora. Mas são referências.

Déborah: Em sua opinião, quais são os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária em Goiás, particularmente, e no Brasil?

Rusvênia Luiza: Penso que todos os temas são relevantes, todos os temas, mesmo quando há a percepção de que há uma repetição desses temas mesmo quando temos uma percepção de "Ah, é uma pesquisa sobre assentamento de novo, é uma pesquisa sobre movimentos sociais, é uma pesquisa sobre o mosquito!" O principal não são os temas, o principal é como eles

estão sendo pensados, a originalidade da percepção sobre os temas. Valorizo todas as pesquisas, mesmo aquelas que parecem viciadas, mesmo os temas que parecem ter certo vício. Hoje em dia, se você digitar "a luta pela terra" você vai encontrar "n" artigos, mas se você virar "estudo de pequenos distritos" talvez você encontre na geografia urbana, que estuda isso como pequenas cidades. Eu estudei dentro de uma perspectiva da geografia agrária crítica, distritos pequenos, mas pensando as permanências. Diante disso, percebo que podemos estudar Goiânia na perspectiva da geografia agrária, porque qualquer lugar, até uma metrópole que você estuda estrutura fundiária, então a questão fundamental não são os temas. Valorizo todos os temas que têm sido estudados, só me decepciono um pouco com a perspectiva desses estudos, porque para mim não é exatamente o tema que define, é a força da interpretação, é o caminho, é outra coisa!

Déborah: Esse debate foi feito desde o TCC [Trabalho de Conclusão de Curso], em 2015. Era só com o IESA, mas algo que chamou atenção foi o conceito de modernização. Esse processo seria determinante para elaboração de problematizações das pesquisas. Como a senhora interpreta a forte presença da modernização nas produções científicas em geografia agrária?

Rusvênia Luiza: É como pensar Goiás. Quando lemos os trabalhos, há sempre a perspectiva de um ciclo do ouro que começa e termina. O ciclo seria a modernização. Depois a modernização marcada pelas vias, pela chegada do trem de ferro, pela marcha para o Oeste, pela CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), e por todo esse processo. Penso que é quase inevitável, não dá para entender o espaço sem considerar esses elementos, se eles são repetidos é que têm uma importância. Agora também pode ser um momento de abandonar essa referência sem parecer desgastada, porque vai depender do que você está perguntando. Por que será que a modernização aparece? Só o fato dela aparecer, aparece do mesmo jeito? Porque, como eu disse, é inevitável quando a gente está fazendo a pesquisa que a gente vai ler trabalhos e veja a repetição desses marcos e não incorpore isso no seu trabalho. Mas, às vezes, quando você elege marcos, você pode deixar de ver outros que estão nas sombras. Sempre, se a gente ilumina um determinado problema, você deixa outros nas sombras. O pessoal do campo da História, por exemplo, com a revolução da Escola dos Annales eles conseguiram iluminar processos que antes não eram tão visualizados. Não sei se na geografia esse movimento aconteceu, não sei se consigo avaliar assim, não sou uma pesquisadora do campo da epistemologia da geografia, mas tomara que esteja acontecendo, porque penso que isso é algo que é um importante acontecimento no campo científico. Acho que a modernização é inevitavelmente um marco representativo, que esse conjunto de fatores complexos. Mas eu temo que ela possa também ser uma máscara que nos impede de ver outros processos.

Déborah: Já finalizamos! Muito obrigada pela disposição e disponibilidade, professora.

Rusvênia Luiza: Por nada. Boa sorte com o projeto!

Anexo 7 - Entrevista com o prof. Dr. Hildeu Ferreira da Assunção
Entrevista realizada no dia 22 de agosto de 2017, em Jataí, Goiás
Entrevistado: Hildeu Ferreira da Assunção
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: Bom professor, o senhor tem formação em Agronomia, desde a graduação. Como se deu a aproximação com a Geografia?

Hildeu Ferreira: Bom, isso se deu em (19)91, quando cheguei aqui. Vim trabalhar em uma empresa goiana de pesquisa agropecuária. Eu tinha acabado de sair do mestrado em agrometeorologia e quando cheguei aqui abriu uma vaga, eu nem sabia para qual curso era, mas era para aula de climatologia. E eu recém-chegado, queria me inserir na parte acadêmica e depois fui ver que era na Geografia. Foi nesse momento que passei a ter contato com a Geografia e não fui o primeiro do curso de Geografia, mas sou um dos primeiros que ainda se mantém no curso.

Déborah: Quais foram as influências intelectuais que o senhor teve durante a graduação e a Pós-Graduação?

Hildeu Ferreira: Como minha formação é técnica, as minhas influências não são da área geográfica, são específicas para cada atividade dentro da área agronomia. Do pensamento geográfico exclusivamente eu não tive.

Déborah: Na sua opinião, como o senhor enxerga a Geografia? O que definiria? Não sei se o senhor acompanha minimamente esse debate sobre ser o espaço, o objeto, o método.

Hildeu Ferreira: Bom, no meu modo de pensar, enquanto não geógrafo, a minha interpretação de Geografia é tudo aquilo que você pode estudar dentro do espaço. Como tudo está inserido no espaço, tudo é mutável, tudo é passível de ser estudado pela Geografia, eu vejo dessa forma.

Déborah: O senhor se encaixaria em alguma dessas correntes da geografia?

Hildeu Ferreira: Se você me falar quais as correntes que existem talvez eu escolha uma, mas eu não sei quais são elas.

Déborah: Quais são as referências teóricas e metodológicas das investigações que o senhor faz nas suas pesquisas?

Hildeu Ferreira: Eu utilizo o método científico em todos os trabalhos, desde dentro da área da geografia física que é uma área muito parecida com a que eu trabalho, até na área em que eu realmente trabalho.

Déborah: Há alguma metodologia específica? Alguns referenciais?

Hildeu Ferreira: Trabalho com experimentações. Você monta ensaios pré-determinados em que se tem o controle sobre certas variáveis e pelas respostas que você tem daquilo que montou em seu ensaio, você interpreta e tira suas conclusões.

Déborah: Como se deu a sua inserção no programa de Pós-Graduação em Geografia?

Hildeu Ferreira: Eu tinha recém-saído do doutorado, foi nesse intervalo em que eu estava na Geografia e saí para fazer o doutorado de energia da agricultura e quando retornei os colegas também estavam saindo para fazer a Pós-Graduação e chegamos no consenso de que era necessário criar um programa. E o programa criado foi do mestrado, foi o segundo programa aqui da universidade.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações no programa de Geografia e as pesquisas que o senhor desenvolve, os projetos que estão em andamento?

Hildeu Ferreira: São várias vertentes. Eu trabalho mais com água dentro das várias vertentes, seja na agricultura, seja no município, da bacia hidrográfica, seja no ar, no solo e na planta. Como trabalho nessa vertente, a água em todos os sistemas, eu utilizo ela como minha linha principal de pesquisa. Dentro da Geografia trabalho com monitoramento ambiental, dentro da agronomia trabalho com relação solo e planta.

Déborah: Mesmo o senhor não sendo dessa área, o senhor acompanha um pouco desses trabalhos que são feitos em geografia agrária? Poderia emitir uma opinião sobre?

Hildeu Ferreira: Eu trabalho com agricultura e agricultores, talvez não pelo viés da geografia agrária e talvez eu tenha percebido mais como um objeto de estudo do que como um estudante sobre. Trabalho mais com a questão voltada para extensão rural, trabalho com agricultores direto e não pensando nessa questão de território.

Déborah: O que é pensar o espaço agrário do ponto de vista da Geografia? O que o senhor consegue ver de diferença da agronomia para a Geografia ao olhar o espaço agrário?

Hildeu Ferreira: Eu, enquanto agrônomo, olho para a Geografia nas ocupações das terras, onde está sendo desmatado, onde estão sendo implantadas novas culturas, onde estão sendo implantadas as indústrias, como é que está sendo esse fluxo do produto agrícola dentro do ambiente. A Geografia vai estudar a relação do uso da terra com as áreas preservadas, quais são os impactos, qual é o fluxo hídrico que sai daquela bacia, enfim, eu vejo dessa forma.

Déborah: Em sua opinião quais são os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária, em Goiás e no Brasil como um todo?

Hildeu Ferreira: O que eu vejo são várias correntes. Estudam muito os acampados, que faltava inserir no campo, se estuda mais os grandes produtores de grãos. Como não sou da área e pouco exploro, eu sou mais um objeto de estudo! A minha opinião é muito fraca sobre esse assunto.

Déborah: Para finalizar, esse projeto faz parte de uma pesquisa desenvolvida como Trabalho de conclusão de Curso em 2015. E aí durante a investigação ficou muito clara a centralidade da modernização em Goiás, ela aparece muito nas dissertações, nas teses. Como o senhor interpreta essa forte presença desse processo nas produções científicas na Geografia?

Hildeu Ferreira: Eu vejo como evolução de tudo, por exemplo, em um determinado ambiente há necessidade de determinado estudo, ou seja, há uma demanda por certa atividade, um trabalho, um certo conhecimento, uma certa tecnologia. Aquilo vai atrair os observadores, que são pesquisadores, os estudantes, etc. Os geógrafos têm as ferramentas, a tecnologia e através de dados coletados no campo, fazem uma análise do espaço. Eu vejo essa inserção dessa forma, mas assim, um geógrafo está longe de conquistar o espaço dele mesmo dentro dessa inserção nessa parte do mercado de trabalho. O geógrafo ainda é visto como um professor, não como um geógrafo profissional que pode lançar nome de todas as tecnologias e fazer atividades que hoje quem faz são os engenheiros.

Déborah: O senhor me permite fazer mais uma pergunta? Acho que sobretudo para os professores de Jataí, há uma predominância em relação ao recorte espacial adotado nas pesquisas. Mesmo nas de Catalão e de Goiânia, a maioria está atenta sobre o Sudoeste goiano, sobre Rio Verde, sobre Jataí. Eu queria que o senhor emitisse sua opinião sobre isso. Por que pensar a questão agrária para desenvolver trabalhos dentro dessa linha tem essa predominância do recorte aqui no Sudoeste goiano?

Hildeu Ferreira: Eu vejo isso por dois vieses. Um deles, como falei sou um dos primeiros professores daqui, é que grande parte dos professores que estão lá passaram por aqui, eles levaram consigo alguns estudos que foram feitos enquanto professores aqui. Tem o professor Vanilton [José de Oliveira] o professor Eguimar [Felício Chaveiro] que não deu aula aqui, mas já fez trabalhos, Lana [de Souza Cavalcante]. Enfim, acho que levaram isso consigo e continuaram esses estudos. Eu vejo por esse caminho. E o outro, como cada um tem sua peculiaridade, eles viram que é um nicho de estudo da questão agrária e continuam fazendo esses estudos na regional de Jataí. Se a gente for fazer um levantamento tem muitos estudos e o pessoal continua fazendo, você pode olhar, tudo tem Jataí no meio, ou a cidade ou a região.

Déborah: É isso professor, muito obrigada por ter contribuído!

Anexo 8 - Entrevista com o prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Entrevista realizada no dia 23 de agosto de 2017, em Trindade, Goiás
Entrevistado: Eguimar Felício Chaveiro
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira
Déborah: O que motivou seu interesse pela geografia?

Eguimar Felício: É sempre muito difícil para qualquer pessoa, reconhecer as suas motivações porque têm fundamentos que conduziram as motivações. Não sei se eu tinha o discernimento para escolher a Geografia, talvez eu tivesse uma ligação com o campo das humanas por conta da militância na igreja, na CEB [Comunidades Eclesiais de Base], na pastoral da juventude. Ali circulava o debate da reforma agraria, de liberdade, de transformação social e isso foi ganhando força no meu modo de ver, e circulava a MPB [Música Popular Brasileira], circulava coisa de teatro, e também ler determinados autores que se deveria ler. E isso tudo juntando com a minha história de vida ligada à minha classe e a origem do meu pai, da minha mãe, possivelmente criou uma ligação minha com as humanas, poderia ser Jornalismo, História, Letras e Geografia... E foi Geografia! Não diria que é um acaso, mas foi circunstanciado pelas condições concretas ali quando tinha 17 para 18 anos, fiz o vestibular, passei e fiquei. Mas tive várias crises com a Geografia! Algumas coisas gostava e outras não gostava de jeito nenhum! E o acerto de contas foi muito demorado, de me colocar como um geógrafo, embora com esse acerto de contas, nem sempre li mais Geografia que outros campos, às vezes lia mais outros campos do que a Geografia. Mas para objetivar um pouco, estou feliz com esse itinerário e também feliz, eu diria que quase uma sorte de entrar na Universidade num momento de efervescência do movimento crítico e ter uma correspondência com isso, por vir da militância e depois militei no PT [Partido dos Trabalhadores] e a fermentação da Praça Universitária toda e o curso de Geografia batia com a minha vida. Embora em 1980, a Geografia era uma disputa, existem vários campos, tinha gente que era contrário ao movimento, ao caminho critico, gente que fazia, vamos supor, geografia física, cartografia ou mesmo a geografia de população, que não estava muito considerada ali pelo movimento.

Déborah: Quais foram as experiencias intelectuais que teve durante a graduação?

Eguimar Felício: Olha! Acho que, teve influências diretas, próximas, e influencias indiretas, por exemplo, o João de Castro, era presidente da AGB [Associação de Geógrafos Brasileiros], e participava do circuito nacional. E tinha ligação com todos os geógrafos, de amizade, de afeto e diálogo, era uma figura que teve proximidade comigo desde a graduação. O Horieste [Gomes], a liderança da AGB dele era menos ilustrada que a de João de Castro, mas em compensação ele tinha um grande itinerário com o partido comunista e na militância. Logo Horieste [Gomes] me levou para o Centro Econômico Filosófico do estado de Goiás que foi decisivo para mim, eu fiz vários cursos de marxismo. E esses dois professores, me influenciaram muito profundamente! Outra influência que deve ser destacada é Paulo freire, porque toda minha geração lia Paulo Freire, lia na militância, independente de curso. Em 1980, o contexto de 1980 recebia muito bem as ideias de Paulo Freire. Paulo Freire era consequente com aquilo que ocorria e eu disse várias vezes, eu nunca li tão apaixonadamente um autor, como eu o li. O Rui Moreira era presidente nacional da AGB e teve uma influência muito forte, não só no que eu fazia, no que eu lia, mas numa geração inteira e foram influências decisivas no começo. E tiveram outras, me lembro, por exemplo, de autores do movimento social pela via da militância, despertar para estudar a política, as tendências

políticas e isso era muito importante, porque despertava para ler autores da linha marxista que se ajuntava. É muito interessante, pois existia uma situação política que tinha que discutir o método e isso ficou. E o meu orientador, por exemplo, o José Carlos Libâneo, o Marcos Bernadino, meu orientador de especialização, o Valter Casseti, na especialização, Douglas Santos.... Eram pessoas preocupadas com o método, até hoje isso ficou, sou preocupado com o método. No doutorado, Milton Santos preocupado com o método e isso ficou em mim, no meu aporte intelectual ficou tanto que acho que o método é mais importante que o tema e muito mais importante que a disciplina, agrária, urbana ou regional, acho que isso é menor. O método é sempre a fonte para o pensamento, falar sobre o mundo não é pelo departamento, pela disciplina! Até hoje é muito estranho, embora reconheça a força das institucionalizações burocráticas dos departamentos de geografia agrária, urbana, geografia regional, cultural, sempre corri disso, sempre corri... Pelo contrário, fui a favor de lecionar várias disciplinas.

Déborah: E na Pós-Graduação? Quais foram as influências?

Eguimar Felício: Diretamente foram vários professores, por exemplo, o Marcos Bernadino. Ele foi meu orientador e foi muito influente porque o debate filosófico da natureza e com um grau de profundidade que ele fazia, com grau de abertura, a permeabilidade para pensar vários métodos, a complexibilidade e isso se ajustava também. Acho que nunca fui um cara muito ortodoxo. Segundo amigos, sempre gostei das fronteiras, e o Ruy Moreira, o Douglas Santos, o [José Carlos] Libanêo tiveram uma influência muito forte! A forma que o [José Carlos] Libanêo sistematizava um pensamento, a forma de acreditar nos pressupostos e ter um rigor a partir disso. O Hildeu Moreira, muito importante também, pela totalidade do rigor e a crença, a paixão pelo pensamento e a descoberta do sentindo do pensamento para ver o limite da ação para discernir as nossas escolhas, a nossa capacidade de criar e de viver. Depois Milton Santos que também foi uma influência forte. As aulas organizadas, cuja arquitetura era uma ação do método, por isso, desde a introdução, a problematização, a interlocução fazia os caminhos delineados pelo discurso e acabei tendo uma influência forte. Eu fazia umas disciplinas de psicanálise e me interessei por isso porque eu passei a ler o mundo, ser humano não só pela ideologia, que era uma tendência do militante. Isso me abriu muito, inclusive, alargou o espectro da crítica, por exemplo, em [Félix] Guatarri era muito forte a ideia de que alguém pode ser revolucionário, mas ter o poder performático e espetacularizante, o desejo que anima esse discurso revolucionário é um desejo conservador, mas o discurso é revolucionário. Foram influências fortes para relacionar o outro, para enxergar o outro, para duvidar da palavra, fazer a boa dúvida da palavra. E foram influências fortes e certamente tenho outras.

Déborah: Em sua opinião, o que define a Geografia?

Eguimar Felício: Geografia não se define, ela é tensa. Existe uma tensão, corremos atrás, vamos supor de dar uma arraia para ela, mas ela é tensa. Ela nasceu tensa, com a biologia, com a geologia, tensa com a sociologia, agora a etnopolítica invade a Geografia pela geografia cultural e vai no geoprocessamento e tenciona com a antropologia. Uma ciência organiza suas tensões pela sua história, sua história pelos seus autores matriciais, pelos autores clássicos, aqueles autores que dão a base, o pavimento teórico, as categorias, os métodos, a linguagem que se faz, diria que é isso. E isso pode dar uma certa epistemologia tensa porque não tem jeito uma ciência não se relacionar com a outra, uma categoria não dialogar com a outra. Hoje se critica muito que a Geografia de 1980 é quase uma economia política, se critica muito que a geografia física era um arremedo de várias ciências, não era

Geografia, não tinha uma geograficidade no discurso do clima, da leitura dos solos e do relevo. Mas enfim, a epistemologia tensa, dialogada, entrançada que vai definir, que vai definindo um movimento de tensão numa ciência.

Déborah: O senhor afirma gostar da fronteira, seria possível dizer qual é o referencial teórico metodológico adotado nas suas pesquisas?

Eguimar Felício: Hoje, é o seguinte, com uma certa clareza, não estou querendo ser arrogante, nós temos defendido que a análise geográfica não pode prescindir de uma esfera política. Concordo com João de Castro que a Geografia é sempre geopolítica e isso quer dizer que as estruturas mundializadas estão aqui entre eu e você, está presente nas redes e os fabricantes de guerra, os sentidos que dão à natureza, como o território se organizava, a sociedade do automóvel, o fluxo, o modo de morar, a organização do trabalho, isso tem a ver com o dispositivo do modo de produção e, portanto, disputado entre as nações e ter uma espécie de geopolítica na análise. Mas nós defendemos também, ou eu defendo, que não se pode prescindir da escala da ação, da resistência. A relação que tenho contigo, e qualquer sujeito tem pelo seu lugar, trabalho, da moradia, dos afetos, tem uma singularidade que a respeito da escala de produção da geopolítica, é uma escala que produz ação, inclusive a cultura, subjetividade, o trabalho. Por exemplo, se a classe social é uma categoria central para pensar o modo de produção, ela não basta, sozinha fica panorâmica, a classe social existe concretamente com ação e essa ação é complexa, envolve afetividade, afetos, história do sujeito, a cultura, lugar que nasceu, a sua ânsia, o seu desejo, a sua vivencia no trabalho, as suas práticas espaciais e a sua experiência. A questão é entrelaçar a escala da ciência, da ação com uma escala geopolítica e isso com uma Geografia viva! Uma Geografia que não feche os olhos às injustiças do mundo, e que não feche os olhos a ação do sujeito, a capacidade do sujeito de mudar. Isso significa que a análise deve levar em consideração os conflitos, as contradições, a totalidade e também a ação do sujeito, toda ela. As pessoas se dizerem marxistas e fazerem um discurso não basta! Chamo isso de pensamento filiatório. Às vezes, a ortodoxia é um escudo de um trabalho ideológico, inclusive da preguiça de estudar! Como ser culturalista pode ser também um escudo. Essa é uma influência do Hildeu Moreira... O intelectual, é um leitor? Ele lê qualquer autor da mesma forma de maneira crítica! Ele não lê para filiar, para aderir, lê para compor a maneira de ler a realidade viva. Os grandes autores, todos eles, oferecem boas ferramentas para que essa leitura seja feita.

Déborah: como se deu a sua inserção no Programa de Pós-Graduação?

Eguimar Felício: Estou há bastante tempo, não tinha uma ordem de poder como se tem agora! Eu mal cheguei e já estava dentro, me interessei. Naquele período já tinha feito o doutorado e acho que antes de fazer o doutorado, já tinha participado de uma qualificação e tinha a necessidade de aumentar o quadro e eu também tinha o interesse com a pesquisa, o mestrado e o doutorado tinham me despertado para isso. E fui comigo, nunca teve um tema, uma área. Teve um período em que eu estava nas duas áreas de concentração. Não me importo com essas classificações, isso é problema de quem faz, com os seus interesses. Eu entrei com tudo, com disposição. Não fiquei lutando por cadeira, geografia urbana ou geografia agrária e nem fiquei escolhendo orientandos só num tema, embora alguns tenham maior capacidade de orientar, de dialogar, de ter uma ação pedagógica com os orientados. E é também uma influência do Hildeu Moreira, a ideia de que a Pós-Graduação é o lugar para desenvolver a consciência de pesquisa e se apropriar dos componentes do trabalho intelectual, de ter o

pensamento lúcido sobre a realidade. E esse pensamento não é uma mera enunciação discursiva, é também uma forma do indivíduo se compor na vida, se compor profissionalmente. O que eu penso eu faço para realizar o trabalho, mas eu me constituo.

Déborah: Como o senhor interpreta a relação existente entre a produção acadêmica e as transformações sociais?

Eguimar Felício: Isso não é uma novidade no Brasil, cada vez mais a produção se encastela, se burocratiza, se adestra. Marxista, culturalista, neopositivista estão todos no mesmo sentido. Às vezes a produção sobre o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] é burocrática e mesmo quem faz os grandes discursos revolucionários, faz os grandes negócios com as revistas. Ou seja, a produção está cada vez mais formalista, não é à toa que o neopositivista, com uma certa sofisticação, ganha força. A discussão da ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas] ganha mais expressão que a discussão do texto, da narrativa, da significação de um texto, da morfologia ou até mesmo da síntese. Há pessoas especialistas em ABNT! E isso impede que os temas de pesquisa sejam temas da urgência do mundo. Não é qualquer tema que retrata a urgência do mundo. O caminho ao tema é um caminho de leitura do tema. A questão não está sendo essa, a questão é fazer uma "forma" e defender a partir de um ethos, normalmente, ethos burocrático. Tanto é que as pessoas passam a estudar muito pouco, professores e alunos! Ou seja, o trabalho intelectual ganha desprestígio em relação aos negócios burocráticos, institucionais, envolvendo as revistas, laboratórios e projetos de pesquisa. Quem não adere a isso não tem sobrevivência na casa do senhor Descartes! Essa é uma contradição. Tento fazer uma análise e tento ver qual é a produção de sentido do que estamos fazendo. Digo que no geral a Geografia cria uma redoma sofisticada, mas essa redoma não quer dizer que ela se espraia, ela aumenta a população de geógrafos e de doutores. A hegemonia é de um pensamento burocrático fechado. Pior do que o endereço dos produtos, dissertações e teses, é a formação não ser o elemento central. Às vezes, existem pessoas poderosas que não leem dois livros por ano e que não estão interessadas nisso por que a sua ação é para caber bem nos ditames burocráticos da instituição e não do trabalho intelectual.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações com os projetos de pesquisa que o senhor desenvolve?

Eguimar Felício: Às vezes há relação e às vezes nenhuma. Depende muito do modelo de seleção. Eu sempre considero os temas novos bem-vindos e desafiadores. E também as pessoas novas, pessoas que não conheço, sou muito aberto às diferenças. Nós temos um projeto pela Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior] e esse projeto contempla bolsas de doutorado e nesse caso há uma adesão maior, mas geralmente o nosso trabalho tem um nível de organização, como o Espaço, Sujeito e Existência ou através de uma abordagem territorial do cerrado tem os núcleos temáticos. Mas quem dita isso não são os temas e os projetos, mas sim o método. Nesse sentido, quantos mais temas, mais enriquecido fica o nosso grupo. Nós queremos uma interlocução rica, com as diferentes esferas dos saberes, com diferentes discursos.

Déborah: Qual a sua avaliação da geografia agrária brasileira?

Eguimar Felício: Assim como os outros campos, a geografia agrária possui os seus conflitos, há diferenças. Mas ela tem algumas características, como por exemplo, a discussão de terra e território, a grande discussão em torno da luta pela terra, do latifúndio. Há um trabalho longo sobre a leitura do camponês e a diferenciação do campesinato, os dispositivos ideológicos dos vários conceitos, a ligação com o movimento social. E é uma Geografia que, às vezes, tem uma fragilidade teórica em nome do denuncismo, mas às vezes tem uma ação política muito consistente que dá sentido às teorias da qual se aporta. Tanto é que ela possui um vigor muito grande, mas existem vários campos dentro da geografia agrária. Há pessoas que trabalham pela via da cultura, pela via do trabalho, pessoas que debatem a propriedade da terra e a diferenciação do campesinato, debate da estrutura agrária a partir da agricultura camponesa, agroecologia e agronegócio. Houve um período em que a geografia agrária reproduzia muito a sociologia agrária e a sociologia rural, mas já tem um tempo que ela está pensando novas categorias e se enriquece com isso, pensando o ambiente, a geografia agrária e gênero, geografia e etnia. A geografia agrária brasileira é portentosa e acaba atraindo muita gente porque o Brasil é agrário. Existe, vamos supor, um elemento interior do brasileiro, em Goiás também e ele vai ter uma adesão muito grande porque aquilo faz sentido para ele.

Déborah: O que é pensar o espaço agrário do ponto de vista geográfico?

Eguimar Felício: A geografia agrária de fato pode ser uma instituição da qual cabe várias posições, mas o importante é pensar o espaço agrário. Às vezes, as pessoas dizem teoricamente, mas não fazem, não há como pensar o espaço agrário sem pensar a formação da sociedade brasileira. E pensar a formação da sociedade brasileira, o espaço agrário é depositário do modo pelo qual a sociedade brasileira se faz, se organiza, se desenvolve de maneira diferenciada no território. Esse é um primeiro aspecto, pensar o espaço agrário é pensar o conteúdo social e territorial da sociedade brasileira e isso significa pensar também a cidade. Mas no Brasil também há especificidade, por exemplo, a formação da propriedade da terra e o modo como ela se desenvolve é um elemento, mas a propriedade da terra só tem sentido se pensar o Estado. E o Estado brasileiro, como qualquer Estado, não paira sobre as classes. É um Estado latifundiário, em que os proprietários de terra estão desde o início sustentando essa estrutura e curvando o Estado aos seus interesses. Hoje é preciso pensar uma escala mundial, uma escala geopolítica. A produção agrícola brasileira que organiza o espaço agrário brasileiro, que organiza o trabalho no campo, o campesinato, o latifundiário e vêm as forças produtivas, as tecnologias, as sementes, os adubos, os agrotóxicos possuem uma lógica internacional como o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] aponta ao discutir a mundialização da economia brasileira e esse é outro ponto.

Mas há uma profunda diferenciação do espaço agrário brasileiro. O amazônico, o do Tocantins, o de Goiás ou o de São Paulo. Por exemplo, a agricultura camponesa em São Paulo é muito diferenciada da agricultura camponesa do Nordeste goiano e da Amazônia e o modo de desenvolvimento desigual da sociedade brasileira tem uma expressão territorial diferenciada que especifica o espaço agrário. Tanto é que uma pequena propriedade camponesa em São Paulo pode comprar um latifúndio no Amazonas, isso quer dizer que não pode deixar na análise agrária as diferenciações espaciais e regionais. A escala geopolítica, a escala da diferenciação, a relação terra – trabalho – Estado são elementos centrais a partir da expressão territorial que inclui campo e cidade.

Déborah: Eguimar, você sempre dizia que um tema não é relevante só porque ele não foi estudado ainda e isso sempre me chamou a atenção. Diante disso, quais são os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária, na sua opinião?

Eguimar Felício: Acabo tendo dificuldade de dizer. Têm alguns temas postos e os que mudam. Existe um mercado temático, alguns temas, em determinados contextos, são mais aderidos, recebem mais financiamentos, as pessoas se notabilizam mais. Eu estava num seminário e disseram uma coisa que vale ser dita aqui, no Brasil, o tema da terra e do trabalho são temas basilares porque configuram em grandes problemas, no Brasil. Mas podemos analisar isso pela cultura e a força que a cultura tem para a formação de atividades, a performance, as ideologias, marketing, publicidade... E por isso que na minha visão qualquer tema leva a Roma, depende da capacidade de discernimento, do método, da rede de causalidade que esse tema pode ser perseguido no pensamento. Estou estudando dois temas que a meu ver são essenciais porque são as consequências do modelo capitalista de produção, a violência e o adoecimento. São temas gerais, mas a Geografia quer dizer o mundo precisa enfrentar a violência e o adoecimento.

Déborah: Esse projeto parte de uma pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso em 2015 e, durante essa investigação, percebemos a centralidade da modernização nas pesquisas. Os problemas partem ou dialogam com a modernização da agricultura. Por que essa questão é tão interessante aos olhos dos geógrafos?

Eguinar Felício: Escrevi um texto há muito tempo atrás sobre modernização e Horieste [Gomes] escreveu depois colocando a modernização como a matriz do espaço goiano contemporâneo. No meu texto eu dizia o seguinte: existia um ordenamento social e simbólico e, portanto, de organização do trabalho, da economia, da moradia a partir da troca simples. Goiás das trocas simples. A ruralidade da vida social e do sujeito, sua relação com a água, com o rio e com o tempo, as pequenas cidades, a relação cidade e campo, existe um ordenamento social na troca simples, ou seja, que não tem a força do mercado, do marketing, da publicidade, das forças produtivas. A modernização com tudo que ela traz, não só a base técnica e científica. Ela significa o lançamento do território goiano na órbita da troca acumulada e, portanto, ela têm ordenamentos sociocultural que muda a moradia, muda o mercado, o trabalho assalariado, incrementam-se as desigualdades. E no texto digo que a modernização é a indicação racional da ordem social da acumulação, da troca a partir da lógica capitalista, com a presença do mercado. Só que isso não acontece de maneira igual, a modernização com a tradição, as trocas ampliadas com as trocas simples se mesclam, se conflitam, se adaptam, se juntam e isso cria a diferenciação do espaço.

Déborah: Outra coisa que chamou a atenção também foi o recorte espacial adotado nas pesquisas, no caso, o Sudoeste goiano. Queria saber sua opinião sobre o porquê dessa região ser tão interessante aos olhos dos geógrafos, sobretudo da geografia agrária.

Eguimar Felício: Eu era aluno do Milton Santos e ele dizia uma coisa irônica que as pessoas não gostavam que fosse o questionamento do por que estudar só os pobres e não estudar os ricos e isso depende do pensamento crítico, ricos e pobres são a mesma coisa, são opostos de uma mesma moeda, mas eu não daria conta de te responder, poderia lançar algumas hipóteses. O Sudoeste é a expressão moderna de Goiás, é o lugar do agronegócio, da mudança na agricultura camponesa, das forças produtivas, das plataformas industriais, das redes mundiais,

da força do agrotóxico e os efeitos na água, no solo e etc. E uma geografia crítica no âmbito agrário afeiçoa-se a isso, talvez a geografia cultural vá estudar o Nordeste goiano, as comunidades tradicionais, o sertanejo, os povos indígenas que estão ao Norte, mas penso que devemos considerar a totalidade de Goiás. Pode-se pensar as mudanças no Sudoeste, mas considerando o Nordeste. Pode-se pensar nas mudanças no Nordeste, mas considerando o Sudoeste.

Déborah: Para finalizar, a pergunta que eu fiz sobre a sua inserção no Programa de pós, nos ativemos ao Programa no IESA. No entanto, as dissertações sob a sua orientação são da Regional de Jataí. Diante disso, como foi a sua inserção nesse Programa?

Eguimar Felício: Tenho um gosto pelo diálogo diferenciado, gosto de ouvir o diferente. Tenho dificuldade de ficar preso nas mesmas coisas e acho que fomos requisitados para dar uma contribuição na estruturação do Programa e tive gosto de fazer isso, embora seja penoso para mim e para os orientandos. Embora eu tenha aprendido muita coisa, inclusive no campo agrário. Muitas coisas que aprendi ali universalizo nas minhas aulas, cito, pude entender coisas de Goiás, dos povos indígenas a partir das pesquisas que orientei.

Déborah: Eguimar, é isso! Muito obrigada.

Anexo 9 - Entrevista com a Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro
Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2017, em Goiânia
Entrevistada: Dinalva Donizete Ribeiro
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: O que motivou o interesse da senhora pela Geografia?

Dinalva Donizate: A minha história com a Geografia não foi genuinamente por opção. A minha conjuntura pessoal, familiar, foi me guiando para a decisão de quais cursos eram viáveis e quais não eram viáveis e nessa peneira ficou a Geografia. Sou de Catalão e na ocasião eu morava em um povoado que se chama Pires Belo, que é como se fosse uma vila rural, um pequeno povoado próximo à cidade, a 35 km de Catalão. Eu tinha que escolher um curso que fosse noturno e que fosse de fácil ingresso, pois eu vinha de um histórico de escolas rurais, de escolas com uma estrutura complicada e que não me dariam muitas possibilidades de concorrer a um curso que tivesse uma grande demanda. Uma série de elementos me fez chegar ao curso de Geografia. E fui bastante influenciada porque nessa escolha também poderia ter sido a Pedagogia, a Letras, a História, a Matemática, tantos outros cursos que a UFG [Universidade Federal de Goiás] ofertava em Catalão. Fiz o vestibular em [19]94 e iniciei os estudos em [19]95, fiz o curso de [19]95 a [19]98, Havia outros cursos da licenciatura, também noturnos e com baixa concorrência. Mas no colégio tive uma professora de geografia chamada Sileida que havia feito o curso em Catalão, era recém-formada e teve uma importância significativa nessa minha escolha, porque o olhar dela e a forma como se colocava como professora, como geógrafa, como educadora me eram muito atraentes, muito agradáveis. Acho que foi esse contexto que me levou para essa escolha de um curso noturno e de baixa concorrência. Eu tinha plena consciência das minhas dificuldades para cursar um curso diurno que exigisse que estivesse na cidade e eu não morava na cidade e, além disso, não podia escolher um curso que me colocasse frente a uma concorrência elevada e não daria conta disso, por conta dessa conjuntura, da escolarização precária. Mas nessas possibilidades a Sileida teve uma importância muito grande. É uma professora por quem tenho bastante apreço e respeito e dali recorre tantas questões que acredito inclusive que a gente vai tratar.

Déborah: Quais foram as influências intelectuais que recebeu durante a graduação e depois na Pós-Graduação?

Dinalva Donizete: Na graduação acho que até em função dessa relação com a Sileida, essa professora do ensino médio que mencionei, eu já entro no curso buscando me aproximar das ideias e dos nomes que a Sileida mencionava nas aulas dela, ela trazia uma postura muito explícita da geografia crítica, da leitura de mundo pelo viés do materialismo histórico dialético. Já entrei no curso inclinada para aquilo que se chama geografia humana, embora a gente brigue eternamente que não deve haver uma dicotomia entre geografia humana e geografia física. Logo na graduação, nos primeiros anos, tive uma influência muito grande do ponto de vista dos professores, da professora Estevane [de Paula Pontes Mendes], por conta da disciplina, visto que ela é uma professora muito disciplinada, com a disciplina da leitura, da organização do material de leitura, organização do material lido, tem uma disciplina grande. Naquela ocasião, 20 anos atrás, ela foi uma inspiração para a organização do pensamento na rotina de estudos, eu diria dessa forma. Mas do ponto de vista de método e de teoria, a minha referência eram dois professores que só vim ter contato posteriormente, que eram o professor Marcelo [Rodrigues] Mendonça, que já era meu amigo desde a época de

infância e de adolescência, por sermos da mesa região, do mesmo povoado, enfim, termos outras relações de amizade, familiares, mas que só vim ter contato nos anos seguintes, acho que o Marcelo [Rodrigues Mendonça] só foi professor no terceiro ano, e a professora Helena Angélica [de Mesquita]. No entanto, eu nunca fui aluna da Helena [Angélica de Mesquita]. Ela se ausentou para licença e eu nunca estive na sala de aula como estudante de uma disciplina dela, mas foram referências minhas inclusive na orientação para a militância, para a vinculação ao movimento estudantil, ao entendimento político das coisas. Já entro um pouco norteada por conta da relação com a Sileida e acho que é legal a gente pensar na importância que o ex-estudante, os egressos, os profissionais uma vez atuando como professores, como pesquisadores, também exercem já no perfil e na atuação dos que irão entrar, porque eu já entro orientada por esse olhar da Sileida e quando entro já começo a buscar esse olhar que me remetesse a alguma coisa vista na sala de aula e que tanto me agradava, que tanto me provocava, que tanto me interessava. Quando entro já começo a buscar esses fios. Busco pelo Marcelo [Rodrigues Mendonça], pela Helena [Angélica de Mesquita] e por outros professores que lá estiveram, como a Carminha, a professora Carmen Lúcia [Costa], que no primeiro ano foi uma professora muito importante, ministrava geografia humana e também tinha uma trajetória de militância muito grande. Isso é legal de se pensar, a nossa importância como professor dentro da Universidade, porque a qualidade do egresso vai depender muito dessa nossa atuação e esse egresso no mercado de trabalho também vai estimular outros alunos e isso vai se tornando produtivo e crescente nesse sentido. Essas foram as referências lá, dos professores que estavam lá e naturalmente esses professores traziam as referências da Geografia e do método do materialismo histórico dialético. São professores que, não posso dizer por todos eles hoje, porque em 20 anos muita coisa muda, inclusive sua opção pelo método e referencial teórico utilizado. Não sei como estão as práticas hoje, mas naquele momento os professores, eram

3+ muito jovens, a Estevane [de Paula Pontes Mendes] e a Carmen [Lúcia Costa] recém-formadas, o Marcelo [Rodrigues Mendonça] estava terminando o mestrado, todo mundo estava muito empolgado para fazer a docência e a militância. Todos faziam essa referência ao materialismo histórico dialético enquanto método e das leituras que também seguem essa mesma perspectiva. Isso para não falar ainda da Eunice Isaías [da Silva], que foi minha professora de geografia agrária, que acho que daqui a pouco entraremos nessa questão, do significado da disciplina, dessa professora e do referencial que ela traz para a minha formação como profissional e como pessoa. Esse foi um período que a gente lia muito Milton Santos. Não tinha a opção de não ler e, para nós recém-chegados, na graduação aquilo era desesperador, a gente quase morria e fazia uma confusão danada, mas sou de uma geração que lia Milton Santos e que se considerava e se respeitava a teoria e o pensamento de Milton Santos. Nós partíamos muito das categorias analíticas propostas pelo Milton Santos, por aquela forma estruturada de pensamento uma leitura também a partir das obras de Marx. Lembro-me que no primeiro ano, em um amigo secreto da turma, ganhei da Professora Carmen Lúcia [Costa], que foi quem saiu comigo, “A ideologia alemã” e li o livro. Por aí a gente vai imaginando o caminho, a direção que esses professores queriam apontar para gente, caminhos muito bons e sou muito grata pela oportunidade de ter feito o curso em um período que o curso tinha uma sinergia muito grande entre as professoras. Na Pós-Graduação eu já não tenho isso muito claro, por incrível que pareça. Fiz a minha Pós-Graduação em um contexto complicado, porque eu já era professora em Jataí e tive um ano de licença para fazer o mestrado, sem bolsa, e em um período que a fundação de Jataí praticamente não pagava os salários. Além de não ter bolsa, os salários eram muito irregulares, com salários com atrasos de dois, três, quatros meses, foi um período muito confuso, conturbado, com um ano de

licença, no segundo ano a parte da pesquisa e a parte da escrita da dissertação fiz trabalhando. Foi um período das leituras mínimas necessárias, de um campo muito aquém do que deveria ser e de pouco relacionamento com o orientador, meu orientador era o professor [Antônio] Nivaldo Hespanhol, lá da Unesp de Presidente Prudente, então foi um período difícil. Mas como eu dividia república com os professores Adriano [Rodrigues de Oliveira], Marcelo [Rodrigues] Mendonça e a professora Rusvênia [Luiza Batista Rodrigues da Silva], acabava que a gente fazia um núcleo duro de estudos. Eu tinha um espaço de leitura e de conversa mais em casa do que na universidade, porque meu tempo na Unesp foi muito pequeno e muito conturbado. Esse foi um período que, por sugestão do meu orientador, fui fazer uma leitura da organização da agricultura do Brasil. Fui ler Graziano [da Silva], fui ler Celso Furtado, fui ler outros autores. Fui ter o entendimento da modernização da agricultura do Brasil, mas também pelo viés do materialismo histórico dialético que era a minha filiação metodológica na graduação. Mas de uma forma bastante imatura, meu mestrado foi feito de forma eu diria prematura, não seria nem imatura, porque terminei a graduação e fiz o concurso imediato para a UFG do Campus de Jataí como efetiva e as minhas provas do concurso foram na mesma data da minha formatura. Pra você ter uma ideia eu tinha 22 anos, eu com 23 anos já era professora da universidade, graduada, e fiz o mestrado logo em seguida. Eu não tinha maturidade para estar cumprindo aquela função, embora acho que deveria ter cumprido, porque a maturidade se vem é fazendo, não adianta a gente ficar aguardando a maturidade chegar para começar a desenvolver algo. É no fazer que as coisas acontecem, não é a chegada, o importante é a travessia. O meu mestrado foi muito prematuro e por ser prematuro, óbvio, imaturo, eu não conseguia avançar muito, o máximo que dei conta foi de esclarecer um pouco mais essas questões de modernização da agricultura e direcionar o olhar para aquela região do Sudoeste de Goiás. Talvez ali começa a ser construído algumas interrogações e o que faço hoje acho que é o fio né, se eu olhar para a minha dissertação acho muito ruim. Acho que as dissertações de hoje estão muito melhores que as nossas dissertações. Até gostaria de ouvir alguns colegas em relação a isso, para ver se eles também fazem essa leitura ou se era uma deficiência minha, de dar conta de uma dissertação boa naquele contexto. Minha dissertação é de 2001, 2002, a defendi no início de 2003 e é um texto muito básico, sem aprofundamentos, sem profundidade, que não avança que repete muitas questões que já estão postas, é um texto com fragilidade na coleta de dados, na análise de dados e é uma responsabilidade minha e não do meu orientador, é imaturidade minha em dar conta de lidar com aquilo. Acho que um pouco por causa dessa conjuntura, sem bolsa, com salários atrasados, mas acho que refletia também um desejo de pensar no campo, mas com imaturidade para pensá-lo. Hoje fico pensando que o mestrado é realmente uma etapa de preparação para outra coisa que virá e isso também deixa a gente mais tranquila na hora de orientar, porque a cobrança tem que ir até certo ponto, depois daquilo é uma cobrança para quando for o doutorado, para quando for um docente, para quando for um pós-doutor. Mas o fato é que acho que as dissertações de hoje em geral têm condições de estarem melhores, algumas não estão porquê de fato também é um desperdício das possibilidades né. Você tem um acesso a tecnologias para realizar pesquisas, organizar dados, para catalogar, para dialogar com pesquisadores com trabalhos publicados em qualquer lugar do mundo, você conversa por Skype com qualquer pessoa de qualquer lugar, você participa por vídeo conferência em tempo real de eventos em qualquer lugar, acessa o resultado de pesquisas, de dissertações, de teses com dois ou três minutos no computador. Fiz as minhas dissertações no contexto do chamado comute, você vai ouvir isso dos professores mais velhos. O comute era uma coisa que a gente quando precisava de um livro e não havia na nossa biblioteca da UFG, ia até a bibliotecária, dava as referências do livro, dizia o que a gente precisava e ela fazia uma busca nas bibliotecas do Brasil inteiro,

descobria onde estava aquele livro, em qual biblioteca havia aquele livro, fazia um contato institucional de biblioteca para biblioteca e aquele livro vinha. A biblioteca daqui fazia uma solicitação digamos para a biblioteca da USP [Universidade de São Paulo], da Federal do Rio Grande do Sul, da Federal do Pará, enfim, onde tivesse o livro que me interessasse. E o livro era enviado, eu era informada quando chegasse e tinha um período para ficar com ele e se não me engano não podia sair da biblioteca. O fato é que no dia determinado o livro tinha que ser enviado de volta. Veja também a limitação para a leitura. Hoje é tudo muito disponível, tudo é muito simples, está tudo em PDF, tudo na página. Você fotografa com o telefone as páginas que te interessam daquilo que por ventura esteja em papel e isso também aumenta a cobrança da qualidade das dissertações e das teses de hoje e que algumas pessoas desperdiçam. Tem uma série de coisas para relativizar, mas o fato é que fiz mal o meu mestrado. Fiz o doutorado um pouco melhor, porque já tinha feito o mestrado, óbvio, já tinha entendido um monte de limites de dificuldades minhas. Helena Angélica [de Mesquita] esteve na minha banca de defesa do mestrado, Marcelo [Rodrigues] Mendonça esteve na minha banca de defesa do doutorado e o doutorado foi um pouco melhor. Fiz na Federal Fluminense, com a orientação do professor Jacob Binsztok. Uma orientação interessantíssima em que ele julgava e considerava que eu tinha maturidade para fazer a tese sozinha, mas eu não tinha e era muito angustiante porque eu queria estar perto dele. Ele possui uma cabeça fantástica, uma enciclopédia, um volume de conhecimento muito grande e eu queria ficar perto, mas ele não me queria porque considerava que eu podia fazer tudo. Pois eu não podia e nunca o convenci que precisava dele, até o final ele jurava que eu não precisava dele para nada. Mas foi uma experiência muito bacana também e já é um contexto diferente, porque na graduação e no mestrado estamos falando de um período de FHC [Fernando Henrique Cardoso], um período em que o Paulo Renato [Souza] era o ministro da educação e que se costurava tudo aquilo que está sendo finalizado hoje, com o governo do [Michel] Temer. Tudo que se costurava das privatizações, do sucateamento das universidades, das alterações do ponto de vista das leis, que apontava para a sociedade que estamos vivendo hoje, sendo desenhado pelo governo [Michel] Temer. A graduação e o mestrado, principalmente a graduação, foram em um período de militância muito intenso e a leitura e os entendimentos das coisas causaram isso da militância. O doutorado mudou de contexto, já vivenciamos o período do governo do Lula, é outro olhar. Temos a estruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é um período para respirar e meu olhar também começou a mudar, porque o campo já saltava para a possibilidade além da crítica. O campo já saltava para a possibilidade da nossa ação, porque a gente já conseguia pensar uma ação junto aos movimentos sociais, juntos às comunidades tradicionais, o campesinato começa a aparecer na política pública, se bem que no início do governo Lula isso não aparece de imediato, mas já sinalizava uma alteração e a gente também começa a se ver para além do pesquisador, para além do estudioso. A gente se vê também como um profissional que possa agir mais no campo, que possa agir mais em parceria com comunidades, com movimentos sociais e o doutorado começa a ter mais essa conformação de olhar o campo para pensar uma prática do que para fazer uma crítica ao campo que estava posto. Porque antes era isso que nos cabia, não podíamos fazer nada além de fazer a crítica, não existiam políticas públicas, os ministérios, os movimentos, as entradas que a gente passou a ter depois do governo do PT [Partido dos Trabalhadores]. Não nos cabia nada além de jogar pedra na vidraça. Depois a gente viu que era outra história, mas até tínhamos muito esse papel da militância. Acho que também pensar as influências intelectuais e a nossa trajetória enquanto orientador hoje também tem a ver com essa linha do tempo, esse histórico político, governamental e econômico do Brasil, porque a gente se faz muito a partir desse contexto que está posto. E do ponto de vista do conhecimento intelectual, da teoria, da metodologia

utilizados, me guia desde a graduação o materialismo histórico dialético enquanto método e, naturalmente, todos pensadores, estudiosos, pesquisadores que também seguem essa perspectiva. O Ariovaldo [Umbelino] de Oliveira é referência, foi referência na graduação, no mestrado, doutorado e segue sendo e o José de Souza Martins que, embora seja da Sociologia é uma referência muito grande na minha relação com a geografia agrária. Diria que esses dois pesquisadores são fundamentais e o José de Souza Martins tem uma forma muito peculiar de tratar as coisas, de esmiuçar o campo, de esmiuçar as raízes dos problemas agrários que é muito importante. Acho que é uma leitura obrigatória para todos aqueles que olham para o campo brasileiro.

Déborah: Em sua opinião professora, o que define a Geografia? O objeto, o método, um modo de ver o mundo?

Dinalva Donizete: Pois é, para mim segue sendo o espaço, embora eu olhe o espaço hoje já sem tremer os joelhos, porque quando a gente entra, em [19]95 quando entrei em que se falava que o objeto de estudo da Geografia era o espaço e quem ministrava Teoria e Método era o professor Manoel [Rodrigues Chaves], que hoje é vice-reitor da Universidade. No primeiro ano ouvíamos dizer que era o espaço, mas só teríamos contato com isso no segundo ano. O primeiro ano era um ano de desespero porque nunca tínhamos ouvido falar em espaço, a não ser o espaço sideral ou "respeite meu espaço", "você está ocupando meu espaço", ou seja, eram essas as referências de espaço que se tinha. Era muito penoso, muito sofrido, conceber o espaço na perspectiva geográfica, inclusive do ponto de vista subjetivo né, por que cadê o espaço geográfico? Onde está? Por que ele está em tudo, mas ao mesmo tempo não está em nada. A gente tinha respostas mais ou menos como essas. Foram anos sofridos, afirmando algo que não se compreendia, em que a gente escrevia algo na prova para tirar nota, mas não havia compreensão daquilo. E tem as categorias, região, que também era muito abstrata, lugar e o diferenciar o espaço da região e do lugar era muito complicado e acho que segue sendo. Estou um pouco afastada da Geografia. Não tenho ideia de como tem sido a organização dos currículos do curso e como está esse trabalho com as categorias, mas temo que segue sendo da mesma forma e os pobres dos estudantes continuam sofrendo como sofríamos, porque é difícil diferenciar espaço de região e de lugar, principalmente espaço de lugar aos 17, 18 anos de idade sem um treino para leitura e teoria. Ok! É função também da universidade e do curso desenvolver esse treino para teoria e esse desdobrar de raciocínio, né, mas enfim, as categorias e o objeto era algo que se confundia muito. Depois, por conta dessa supremacia da teoria da ordem de Milton Santos, a gente incorpora o território, que até há um tempo atrás era uma das categorias que dividia o espaço em pé de igualdade com lugar, com região, paisagem e assim por diante, mas o território ganha o foco, o brilho, os holofotes vão para ele! E acho, digo acho porque não tenho acompanhado esses debates acirrados na Geografia. Acho que para alguns estudiosos há uma defesa de que o território passa a ser considerado o objeto de estudo da Geografia, acho que temos debates um pouco dessa natureza, mas só acho porque não tenho acompanhado. Mas hoje entendo que o espaço é o objeto de estudo da Geografia, segue sendo o objeto de estudo na minha forma de olhar e a forma de olhar o mundo do geógrafo é muito peculiar. Diria que todo mundo tem que fazer Geografia! Digo que o mundo tinha que ser composto por geógrafos, todos deveriam fazer Geografia por nivelamento e depois a pessoa escolhe o que quer fazer. A forma do geógrafo olhar o mundo é diferenciada. Acho que é porque a gente olha o mundo como espaço geográfico. A gente olha o mundo como resultado da ação humana, do pensamento humano, da dinâmica humana, nisso que está posto enquanto natureza, nesse solo, nessa rocha, nesse

clima, nesse relevo, nessa cidade, nesse campo, de tudo isso que existe na natureza, que foi transformado pelo homem que também se transforma de certa maneira na natureza. Enfim, essa forma que o geógrafo tem de olhar para esse casamento e esse casamento é o espaço, porque é o que está posto a partir da ação humana na sua relação com a natureza. Acho isso muito peculiar. Gosto dessa forma de olhar! Pouca coisa passa despercebida aos olhos de um geógrafo, porque ele vê o espaço, ele não vê uma cidade, uma árvore, uma pedra, uma nuvem, um avião, uma pessoa, um prédio. O geógrafo não vê vendo dessa forma. Ele vê vendo essa mesa em um contexto, essa mesa enquanto madeira alterada, ele vê as relações que envolvem tudo isso. Ele vê uma pessoa e vê todas as relações que envolvem aquele sujeito naquele contexto. Ele vê um relevo, vê um avião, ele olha para uma cidade e não vê aquela paisagem aparente. Acho que o geógrafo tem esse gabarito de ver enquanto espaço. Hoje dou conta de entender isso, naquela ocasião eu não dava e era desesperador. Quando tinha prova do Manoel [Rodrigues Chaves] passava mal de ter que tomar medicamento, porque a gente ia ter que conceituar espaço e não podia nem escrever o que estava no livro, mas também não sabia escrever por conta própria, não havia uma compreensão. Acho que o espaço, a meu ver, segue sendo e o território é uma categoria importante para entender a conformação do espaço.

Déborah: Diante dessa trajetória, dessas referências, a senhora se encaixaria ou se identificaria com alguma dessas correntes do pensamento dentro da geografia pós-moderna, geografia crítica?

Dinalva Donizete: Eu, por formação, sou de uma escola da geografia crítica e vejo a minha atuação muito a partir dela. No entanto, hoje percebo que a geografia crítica tem limites, assim como tudo tem. Acho que um problema nosso é acreditar que as coisas dão conta por si só e talvez esse seja um problema da geografia crítica, de acreditar que tem uma única forma de pensar, que acaba enrijecendo a leitura de mundo e de espaço. No caso da geografia crítica, a atuação dos profissionais dessa corrente se confunde muito com uma atuação militante, porque uma coisa é o método, é a pesquisa, outra coisa é o uso do resultado dessa pesquisa para a militância, militância política e inclusive para militância profissional que nós todos fazemos. Acho que a coisa se complica um pouquinho. A tendência da gente é querer apontar as coisas como prontas e acabadas e como definitivas. Estou fazendo recorte de pesquisa, estou olhando, cheguei a essa conclusão e quero que isso tenha uma validade para tudo e para todos. Temos uma perda desse sentido e quem dá conta de transitar melhor acho que é a geografia pós-moderna. Acho que tem a contribuição, por exemplo, do Edgar Morin, que traz coisas fantásticas para pensarmos e ponderarmos a geografia crítica. É um autor que a gente lê muito na Geografia, é uma leitura recorrente. Ele e Boaventura de Souza Santos são autores considerados pós-modernos, estou dizendo isso, mas o tempo todo ponderando que estou fora dos debates essencialmente geográficos. Enfim, o [Edgar] Morin e o Boaventura [de Sousa Santos] são referências comuns e que trazem uma preocupação e um estímulo para a gente pensar de forma articulada, transitar mais, visto que a geografia crítica não nos permitia muito, porque é muito enquadrada a partir do materialismo histórico que, acredito e não me vejo mudando essa opinião, é o método mais apropriado para compreendermos o espaço, senão o único! Não é possível compreender o espaço, a formação e a conformação do espaço geográfico por outro método, porque só o materialismo nos aponta as contradições e a forma como a sociedade se organiza, a forma como se dão esses usos, esses arranjos, essas articulações. Acho que esse método de fato resolve a nossa questão do ponto de vista do estudo geográfico. Mas a geografia pós-moderna e a geografia cultural acho que dão uma flexibilização, uma maleabilidade para o olhar e que a gente transita com mais leveza. Não

tenho estudos aprofundados, principalmente da geografia cultural, do ponto de vista das teorias que embasam essa corrente, mas acho que são correntes que agregam certo brilho ao método do materialismo e que são correntes que agregam a geografia crítica. Muitos colegas diriam que isso é um absurdo, que não se mistura uma coisa com a outra e que você não pode transitar por mais de uma corrente. Mas ultimamente tenho estado atenta à questão de não fincar pé em uma coisa só. O mundo está muito complexo, as relações são muito complexas, essa "era digital" traz uma rapidez, uma complexidade, uma fluidez muito grande e se a gente fincar pé em uma única corrente talvez a gente tenha dificuldade para fazer essa leitura. Acho que do ponto de vista do método não, método é método e de fato se você parte de uma perspectiva de método do materialismo para fazer uma pesquisa e vai até certo ponto e depois em algum outro momento você pega outro método, você vai rodar no vazio, não vai dar conta, porque se você usa um método para coletar um dado, você tem que usar o mesmo método para analisar o dado, não se pode fazer o trânsito. Ou o método me serve do princípio ao fim, desde a seleção das leituras, até a organização do meu instrumento de coleta de dados, até a minha coleta de dados, ou ele me serve do início ao fim, ou estou escolhendo o método errado. Se em algum momento eu precisar de outro método para ajudar aquele, tem um erro, não estou sabendo lidar com o método ou estou querendo forçar o uso de um método que não cabe e lá pelas tantas ele exaure suas possibilidades e tenho que buscar outro. Acho que essa é uma questão. Agora, do ponto de vista da corrente do pensamento, acho que dá para pluralizar um pouco o olhar e a geografia pós-moderna sinaliza possibilidades de leituras muito ricas. Mas no ponto de vista de escola, digamos da minha filiação enquanto escola, fui formada em uma escola de geografia crítica e, ainda assim, acho que me mantenho com um olhar. às vezes, que vai um pouco lá e um pouco cá nas referências.

Déborah: Comosua inserção no Programa de Pós-Graduação?

Dinalva Donizete: Os Programas de Pós-Graduação no Brasil aumentaram bastante nos últimos tempos. Quando fiz graduação e o mestrado, era uma coisa para pouquíssimas pessoas. Existiam poucos Programas no Brasil, era difícil de entrar porque se tinham poucos a concorrência era alta, aqui em Goiás só tínhamos esse da UFG aqui em Goiânia e em alguns outros lugares do Brasil também, não eram tantos. Doutorado acho que eram três ou quatro na década de [19]90. Eram poucos os professores que orientavam, era um status muito grande orientar. Para você ter uma ideia, desses professores que mencionei das minhas referências, nenhum era doutor. Falei por exemplo da Estevane [de Paula Pontes Mendes] e da professora Carmen [Lúcia Costa], elas tinham terminado a graduação e não estavam no mestrado. O Marcelo [Rodrigues Mendonça] que já era um profissional muito respeitado e tinha um trabalho consolidado, estava fazendo mestrado aqui no Programa de História. A professora Helena Angélica [de Mesquita] e a professora Eunice [Isaias da Silva]eram as únicas professoras com mestrado em Catalão. E o mestrado era um status e um título muito alto, muito considerado e não havia professores doutores no curso de Geografia. Essa possibilidade de bolsa de pesquisa, de extensão, de monitoria não existia, era muito precária. Havia duas bolsas de PIBIC [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica] no Campus de Catalão, que eram orientadas pela professora Helena [Angélica de Mesquita] e pela professora Eunice [Isaias da Silva]. Venho de uma referência de graduação em que ser mestre e ser doutor era uma coisa difícil, penosa e de longo prazo. Atuar como professor orientador no mestrado era uma coisa que não fazia parte do nosso horizonte naquele contexto, porque a gente estava em um contexto político econômico de um governo do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira]. Do governo do FHC [Fernando Henrique Cardoso] com o Paulo

Renato [Souza] como ministro em que a proposta não era a popularização do ensino, não era facilitar o acesso à universidade, não era ampliar essa capacidade da pesquisa, da extensão, esse desenvolvimento científico do Brasil. Ao contrário, era reduzir, privatizar ao máximo, sucatear ao máximo, para que chegasse naquilo que é sabido, um país que não desenvolve tecnologia, um país em que você tem um estado científico e tecnológico e dessa forma é um país dependente de outros países, de outras tecnologias e de outras fontes de capitais. Mas como a gente tem uma mudança nesse quadro, no início dos anos 2000 com a eleição do [Luiz Inácio] Lula [da Silva] para presidente, isso sofre uma mudança repentina, porque muda essa forma de ver a política educacional do Brasil. Uma das primeiras ações do ponto de vista de Ministério da Educação, no governo Lula era o investimento na Universidade, que foi muito controverso, muito criticado, muito questionado, houve muita resistência. Enfim, a partir do REUNI [Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] e do projeto de expansão da Universidade, a intenção era reestruturar as universidades brasileiras, criar novas Universidades. Enfim, se a gente cresceu hoje na UFG é resultado do projeto do REUNI e da expansão. E no meio disso tem um investimento grande na criação de novos Programas de Pós-Graduação. Aquilo que era muito limitado, muito circunscrito no momento, de repente ganha uma amplitude e uma expansão de forma que se torna quase que imperativo que todo professor doutor se torne orientador de Programas de Pós-Graduação. Aquilo que parecia longínquo de repente se torna uma obrigação e a gente não tinha como fugir disso. De certa forma também não foi uma opção, muito parecido com minha entrada no curso de graduação. Também não foi uma opção, embora isso estivesse na minha meta, claro, nenhum professor universitário que vai fazer mestrado tem outras pretensões que não seja orientar, faz parte dessa trajetória estar orientando, eu só não sabia que seria tão rápido. E a gente cria esse Programa em Jataí, não sei a data. Mas o Programa em Jataí foi criado junto com vários outros Programas no Brasil que tenho grandes críticas, Programas criados sem estrutura, tanto estrutura física quanto de recursos humanos, porque a maior parte dos professores eram muito inexperientes como eu e outros colegas também, de idade cronológica profissional muito incipiente para estar orientando. A gente tinha acabado de fazer o doutorado, meu mestrado foi agilizado, meu doutorado foi agilizado. Meu doutorado eu fiz em menos de três anos porque tive apenas um ano de licença e com problemas de remuneração porque eu ainda recebia pela Fundação de Jataí. Depois voltava e havia uma carga horária muito alta, porque o curso de Jataí sempre teve muitos problemas, poucos professores, uma estrutura ruim. Então foi dissertação e tese realizadas muito às pressas, com dissertações muito duvidosas, muito difíceis, exigia muito de mim. Assim, saíram os trabalhos que deram para sair e foi com essa pouca experiência que fui orientar o mestrado. Esses professores que entram no Programa, nesse contexto, vão ter suas primeiras orientações muito problemáticas, porque a experiência é pouca. A experiência de campo é pouca, a experiência de leitura é pouca, a experiência de publicação é pouca. Acho que de certa forma a gente vivencia isso hoje, quando os nossos orientados defendem e seus trabalhos não tem qualidade para serem publicados ou saem artigos que não podem ser publicados em revistas consideradas boas, de certa forma é um reflexo de um problema de orientação. Não é isso, os orientados não podem atribuir ao seu orientador os problemas das suas dissertações e teses, mas esses problemas tendem a ser minimizados quando o orientador está mais bem preparado para estabelecer essa relação. Isso não quer dizer que um professor que tenha 70 anos, 30 anos de universidade, faça isso melhor que um professor que tenha 40 anos de idade. Não necessariamente. Depende de um compromisso. Mas não adianta muita coisa ter o compromisso se não tenho experiência. Eu vou ter que desenvolver a experiência junto com o outro e até que isso funcione, vai haver problemas. Eu entro num Programa de Pós-Graduação nesse contexto, da popularização da

ciência e tecnologia no Brasil, na criação desses Programas de uma forma bem ampla. Acho que aquele Programa não poderia ter sido criado naquele momento, não havia estrutura e nem recursos humanos para tal, mas eu estava no campus e fazia parte do projeto nosso, era doutora e entro no Programa. Dediquei-me muito nos primeiros anos, me esforcei muito, me cobrei muito para fazer as melhores orientações que pudesse, porque sabia das minhas limitações enquanto orientadora. Sabia que não havia tido um espaço entre fazer meu doutorado e estar orientando com grande eficiência. Tive sorte que as minhas duas primeiras orientadas foram sérias, muito dedicadas e eu com muita seriedade, muita dedicação e nenhuma experiência e elas com muita seriedade, muita dedicação e precisando muito construir um bom roteiro de pesquisa. Tive um pouco de sorte nesse sentido, porque elas eram muito sérias e fizemos juntas as dissertações e foi bem bacana. Agora o contrário disso é problemático. Se um orientador inexperiente tiver encontro com um mestrando, tem que ser mestrando, pois doutorando exige experiência maior, que não quer que não esteja a fim e que não é sério, não será bom e sei que alguns casos acontecem dessa forma. A gente vive uma geração de Programas frágeis, com disciplinas frágeis, com trabalhos frágeis sendo defendidos, com bancas frágeis, em parte como consequência também dessa criação à revelia de Programas. Essa criação é boa, porque mais gente fica mais tempo dentro da universidade, você tem mais tempo de qualificação. Pessoas que não pensaram nessa trajetória começam a ir para o mestrado e doutorado e isso altera muita coisa. Você dinamiza cidades do interior a partir dessa perspectiva, dinamiza do ponto de vista cultural intelectual, científico, porque até nesse período que estou dizendo os Programas eram concentrados nas capitais. Acho que tem uma série de coisas muito boas, mas há de se olhar para isso com cautela porque também tem umas "fornadas" de mestrado... você abre o forno e saí aquele tabuleiro, você abre outro forno vai saindo. E não é assim, não pode ser dessa forma. Receber um título de mestre, um título de doutor, é uma coisa muito séria! Fazer uma pesquisa, comprovar algo a partir de um dado, publicar isso, é muito sério, a sociedade vai colocar um crédito naquilo que está sendo dito, e tem que colocar, e até onde muitas dessas dissertações poderiam de fato ter esse crédito? Tem que olhar com cautela para essa questão de Programas criados.

Déborah: Como a senhora avalia a relação entre a produção acadêmica e a conjuntura? O que é feito aqui dentro e o mundo além dos muros da universidade.

Dinalva Donizete: Falo de duas experiências, eu oriento no Programa de Geografia de Jataí e no Programa de agronegócio da Agronomia, que, aliás, é um grande problema para mim, porque ele traz esse nome do agronegócio e é sabida nossa postura em relação ao agronegócio por tudo que eu já disse. Vindo dessa tendência de Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], José de Souza Martins, Marcelo [Rodrigues] Mendonça e não poderia estar no Programa de agronegócio não fosse para fazer pesquisas que apontem críticas ao agronegócio. Falo dessas duas referências. Acho que hoje a gente tem uma geração que está dando conta de olhar mais para o que está fora da universidade. De certa forma porque essa geração já é filha de uma geração anterior que vem do materialismo histórico dialético, na Geografia, por exemplo. Eu consigo olhar para fora da universidade hoje e consigo me preocupar com a pesquisa que faço e articulá-la com a extensão, articulá-la com a sociedade, porque venho dessa referência do materialismo enquanto método; e da geografia crítica enquanto corrente, porque estou pensando o espaço pensando na sociedade. Veja que isso é resultado de um investimento teórico intelectual do curso onde me formei e dos professores com os quais lidei mais intimamente. Isso quer dizer que naqueles cursos, naquelas áreas em que o método e as referências teóricas intelectuais não estão preocupados em ler a sociedade, ler o

funcionamento da sociedade, entender a organização da sociedade, acho que nesses cursos, nesses Programas, a tendência é que o conhecimento produzido esteja mais distante da sociedade, mais distante da realidade. Acho que vai depender dos lugares dentro da universidade por onde a gente caminhar. Alguns cursos têm uma interação muito grande com a sociedade e estão preocupados em desenvolver uma pesquisa, em desenvolver uma reflexão, construir um texto que sirva para a sociedade, seja da pesquisa básica ou não, e tem outros espaços, outros cursos dentro da universidade, que isso nem passa pela cabeça, nem dos professores, nem dos estudantes, nem dos mestrandos, nem dos doutorandos, em que não há essa preocupação. Acho que há essas duas coisas. Sou otimista em relação a isso! Acho que regra geral, a ciência está distante da sociedade, mas olho e vejo que tem esforço, que tem interesse. Acho que a sociedade tem cobrado mais da universidade e a tecnologia de informação tem sido muito boa para isso, porque a gente está observando o tempo todo. Tudo que fazemos está disponível para todo mundo. A gente também tem sido mais cobrado, mas sou otimista, pelo menos por onde eu transito. Na Geografia e na Agronomia tenho visto mais gente preocupada em ter profissionais preocupados em fazer do seu trabalho algo que construa uma relação com a sociedade. Aqui na universidade mesmo, se a gente for observar tem grande quantidade de eventos, de mostras, de oficinas, de feiras que o público é a sociedade. Por exemplo, o Espaço das Profissões, a Agro Centro-Oeste, a Jornada de Reforma Agrária produzida pelo IESA [Instituto de Estudos Socioambientais] todos os anos, além disso, os eventos têm isenção da taxa de inscrição para agricultores, para camponeses, isso já quer dizer "Queremos vocês perto, queremos interagir". É tímido, talvez não tenha resultado imediato, mas são os estudantes da graduação, do mestrado e doutorado que vão se formando nesse contexto e quando estiverem atuando, daqui a alguns anos, não conseguirão conceber uma disciplina, um evento, um curso, que não seja em parceria com seguimentos da sociedade, porque são estudantes que se fizeram nesse contexto de lidar com a sociedade. Acho que na Geografia isso tem sido razoável e na Agronomia também, porque quando a gente fala das conjunturas, das transformações sociais, vemos inclusive que muitas políticas públicas também para agricultura, a própria atuação do MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, muitas políticas e muitas articulações e muitos recursos tiveram origem nesses governos do PT [Partido dos Trabalhadores] a partir da relação com a universidade. A gente reconhece muitos dos nomes da universidade que estiveram dentro do MDA ocupando cargos, a Elisa Guaraná [de Castro], o [Francisco Roberto] Caporal, o próprio Bernardo Mançano [Fernandes], que teve uma atuação orgânica intelectual muito intensa, a gente vê que a universidade foi ouvida, esteve presente e conseguiu apontar alguns caminhos que tiverem resultados efetivos, outras muito controversas, muito problemáticas, mas tem uma interface, tem uma presença. O fato é que a gente não vai ter isso resolvido de um dia para o outro porque são problemas muito antigos, históricos. A Universidade descolada da sociedade não é uma coisa dos nossos tempos, é uma coisa secular, da academia como algo a parte. Acho que aos poucos a gente está desconstruindo isso.

Déborah: Professora, qual é a sua avaliação acerca da geografia agrária brasileira?

Dinalva Donizete: Enquanto estudos uma boa avaliação. Vejo que a geografia agrária é a área que mais tem agregado professores, pesquisadores, estudantes, estudiosos de uma forma geral e é uma área que tem uma seriedade e um compromisso na pesquisa e na divulgação dos resultados da pesquisa e no envolvimento com a sociedade, no colocar-se a serviço das transformações. Mas a geografia agrária está bastante consolidada, muito séria, muito

respeitada. A gente vê pesquisas que trazem um retrato do Brasil e que estão muito articuladas, embora não façam parte de uma rede. Se você for ao Pará, a Natal, ao Rio Grande do Sul, a Mato Grosso, a Mato Grosso do Sul, ao Rio Grande do Norte, Goiás, Minas, em todo lugar você encontrará pesquisas muito sérias, profissionais muito sérios de todas as universidades. Dentro dos programas de mestrado e doutorado a gente tem nos processos de seleção um volume muito grande de projetos de inscrição que trazem a geografia agrária como tema. Acho que temos muitos nomes muito bons na geografia agrária brasileira. Os eventos da geografia agrária, para ficar em dois: o SINGA [Simpósio Internacional de Geografia agrária] e o ENGA [Encontro Nacional de Geografia agrária], que são eventos muito sérios, com uma grade muito respeitosa, produzem trabalhos a serem apresentados e, além disso, a gente tem revistas muito sérias, como a Revista Campo-território, que é gerida pela Federal de Uberlândia, a Revista "Agrária" da USP, a Revista Ruris que é do grupo Ceres, da Unicamp [Universidade], da sociologia rural do Programa de Ciências Sociais, mas que traz muitos trabalhos da Geografia, a Revista NERA [Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária], que é do núcleo de reforma agrária coordenado pelo professor Bernardo Mançano [Fernandes] de Presidente Prudente. Enfim, são muitas as revistas, eu ficaria um tempo muito longo falando em revistas, em periódicos especializados nos estudos agrários e que a cada número trazem artigos muito bons. Acho que a gente avança muito. Vencemos um período que era muito cansativo em que os trabalhos ficavam girando em torno do entendimento e da crítica à modernização da agricultura. Acho que conseguimos romper com isso felizmente. A gente está em uma fase boa. Acho que a geografia agrária brasileira está bastante consolidada, articulada, em nível de América Latina e todos os eventos têm colegas de outros países que fazem suas contribuições, muitos de nós têm tido a oportunidade de colaborar com eventos, com Programas, com periódicos de outros países também da América Latina. Acho que a geografia agrária brasileira está em um compasso com a geografia agrária latino-americana e têm muitos colegas que têm uma importância grande nisso, como o Marcelo [Rodrigues Mendonça] que possui uma inserção boa na América Latina, o Bernardo Mançano [Fernandes], o Carlos Walter [Porto Gonçalves], que talvez seja aquele que primeiramente começou a andar muito pela América Latina; Na década de [19]90 ele já fazia isso, muito antes já estava transitando pelo Peru, México, Argentina, Chile, pela América Central e costurando, pegando um fio e costurando essa história da América Latina que é comum e costurando as experiências para aumentar nossa capacidade de militância. Na minha avaliação a geografia agrária brasileira vai muito bem, obrigada! Não quer dizer que a gente não tem o que fazer, temos muito que fazer. Mas quase sempre a gente abre uma revista ou jornal e está lá um colega nosso, é muito comum colegas, amigos, pessoas do convívio, não raro fazerem menção a algo que eles leram que viram em algum lugar e mencionam o nome que é de um colega nosso da geografia agrária. Tenho notado isso, essa capilaridade na relação com a sociedade que você perguntou há pouco. Acho que nós, da geografia agrária, temos tido uma inserção em setores muito difusos da sociedade e tem cavado pequenas fissuras para passar para dentro e dar recados importantes.

Déborah: O que seria, em sua opinião, pensar o espaço agrário do ponto de vista geográfico?

Dinalva Donizete: Olha, é pensar o espaço enquanto objeto e o agrário é só uma decorrência disso, porque é olhar o espaço, olhar essa relação da sociedade com a natureza, com a ocupação da natureza e pensar isso a partir da exploração agrícola do ponto de vista histórico, porque o Brasil, o território brasileiro, a marca do território brasileiro, é essa marca da ocupação para exploração da natureza. Se você remonta a um tempo muito pretérito, da

invasão do que hoje é o Brasil por Portugal, ali começa a ser delineado o espaço agrário. Acho que é a questão do objeto, porque o objeto é o espaço. Se olho o espaço, no Brasil, invariavelmente estarei olhando o espaço agrário. Não tenho como olhar o espaço geográfico brasileiro a não ser o espaço agrário, porque isso está na formação do espaço agrário brasileiro, na gênese, na origem do Brasil enquanto país, enquanto Estado, enquanto nação e inicialmente enquanto uma colônia. Não dá para pensar o Brasil sem ser pela leitura do espaço agrário. Não dou conta, porque a formação das cidades, a estrutura da nossa população, a organização regional do Brasil, tudo isso parte do espaço agrário. Eu não consigo olhar para o espaço agrário sem ser por uma visão geográfica e não consigo ter uma visão geográfica do Brasil sem ser olhando pelo espaço agrário. Aliás, isso seria um tema legal para a gente pensar com alguém da geografia urbana, se alguém dá conta de fazer isso ou se é só um vício de origem nossa que somos da geografia agrária e não damos conta de colocar outra lente. Fiquei curiosa! Porque quando olho toda a estrutura brasileira, jurídica, inclusive esse fisiologismo político que temos hoje, essa estrutura política que temos, tem origem na questão agrária, nesse coronelado que se mantém na estrutura política e que a gente vivencia ainda hoje com o golpe. Quando a gente pensa a organização urbana do Brasil, ela tem uma relação direta com a questão agrária. Esse formato de organização para liberação dos campos e também para atrair a mão-de-obra de quem estava no campo para trabalhar na cidade, liberar o campo para uma agricultura mecanizada, esse fisiologismo que existe com essa coisa da indústria da seca, essa disputa por terra, o problema ambiental que temos e que é gravíssima essa crise hídrica, o fim de espécies vegetais, espécies animais, que é para incorporação de sistemas ao agronegócio, organização espacial mesmo, como criação de gados pelo Centro-Oeste, para mim tudo isso é um olhar que passa pelo agrário. Tenho dificuldade de olhar a sociedade brasileira e o espaço brasileiro sem ter o ponto de partida no agrário. Teria muita dificuldade para pensar geograficamente a não ser por esse viés.

Déborah: A senhora vê diferença na forma de olhar pela agronomia? Há diferença?

Dinalva Donizete: É uma diferença gritante, Déborah. É aquilo que falei lá no princípio, que eu dizia que tinha que haver um nivelamento e o curso de base seria a Geografia. É um olhar completamente distinto. Em muitos casos eles não sabem do que estou falando, não têm ideia do que estou dizendo, não fazem ideia do que estou vendo. Eles não dão conta. Eles não veem o que eu vejo e de igual maneira também não vejo o que eles veem, porque a gente tem lentes diferentes, métodos diferentes. O método é muito interessante e o materialismo histórico dialético não é um método comum e requerido para as ciências não humanas. Para nós das ciências humanas, ele é quase obrigatório. Na minha geração, por exemplo, o materialismo era um método obrigatório de investigação e interpretação. Nas ciências agrárias não, decididamente não. O nosso olhar parte de pontos diferentes, de métodos diferentes. O método que uso para interpretar o espaço me permite ver esse espaço com uma pluralidade de informação humana e natural e na sua conjugação o que é natureza e o que é humano e esse é um problema do método, porque a gente cria uma dicotomia, o humano como não sendo natural. Tem-seuma pluralidade de coisas a serem vistas que é muito própria de quem vem da geografia crítica norteada pelo materialismo. Tem muito geógrafos que não fazem isso, porque vem de outra corrente da Geografia e tem outro método. Não necessariamente todo geógrafo faz isso e não estou aqui dizendo que isso é melhor que aquilo. Mas o fato é que na Agronomia eles não conseguem ver o que eu vejo porque estou partindo de um método e de uma corrente da geografia crítica que me treinou para ver a sociedade a partir de vários elementos que nós olhamos. Não consigo ver o que eles veem e eles não conseguem ver o que

vejo, porque veem de uma forma muito verticalizada. Eles vão pegar um elemento, não importa o que seja, e vão verticalizar. Entrar profundamente no detalhamento daquilo até chegar a uma resposta tal. Eu tenho um pensamento horizontal. Você pega um elemento e vai ligando-o com outro e quando vê há uma malha construída que vai dando a dimensão de que as coisas estão todas interligadas. Uma ação humana, um problema hídrico, um avião que cai, uma cidade que está poluída, um usuário de crack na rua, o golpe que destitui Dilma [Rousseff]. Enfim, todas essas questões estão interligadas e chegarão a uma questão única e que para nós tem a ver com essa estrutura política e econômica da sociedade nesse momento. Esse modo de produção que organiza as coisas de uma forma tal que vai levar para algo já sabido e não tem como você pegar algo, verticalizar aquilo, sem dar conta dessa dinâmica. Lá na Agronomia, o meu desafio é problematizar essas coisas. É ter coragem de botar essas coisas na mesa. Nas disciplinas, nas reuniões, nas comissões, enfim, nas diversas atividades que desenvolvemos. Dentro do Programa de Agronegócio isso tem sido ao mesmo tempo divertido e desesperador. Às vezes, é muito divertido porque gera um susto, porque as pessoas nunca olharam para as coisas dessa forma e é divertido ver isso, é gostoso ver a pessoa começar a criar interrogações na sua cabeça e o desenrolar do raciocínio. Isso ocorre mais com os mestrandos e doutorandos do que entre os colegas. Os colegas, assim como nós estão muito cristalizados em seus métodos. Mas a moçada fica muito encantada, no geral todo mundo gosta de saber das coisas. Se a gente começa a conversar sobre mais coisas todo mundo fica empolgado. E ao mesmo tempo também é muito desesperador, pois há uma negação desse tipo de pensamento como não objetivo, como não construtivo, não produtivo. E vivemos um tempo muito ruim na universidade e na produção científica de uma forma geral, que é uma cobrança para se produzir algo que tenha resultado e efeito e função imediata. E nosso pensamento nem sempre tem uma resposta que vai altear algo de imediato, porque é para se compreender coisas, para alterar, quiçá, os paradigmas, formas de pensar, formas de agir. Mas não é nada que resolva um problema imediato e essa cobrança é muito grande, na Agronomia essa cobrança é muito grande. “Para que serve saber tudo isso”? Essa é questão recorrente, mas acho que a gente tem que ocupar esses espaços, nós, geógrafos da geografia crítica, tendo o materialismo como método. Precisamos ocupar esses espaços fora da Geografia! Talvez a nossa contribuição maior seja fora da Geografia porque, por exemplo, se minha lotação fosse num curso de Geografia seja em Goiânia, Catalão ou Jataí, talvez eu não pudesse contribuir tanto, porque estaria falando algo entre aqueles que também estão mais ou menos convergentes com isso e o contraditório tem mais chance de trazer algo produtivo. Agora tratar a questão agrária brasileira, fazer um enfrentamento com o agronegócio, apontar toda uma problemática sobre o que o agronegócio traz dentro de uma escola de agronomia, sim, é uma tarefa mais complicada, mas necessária. É bom desconcentrar dos nossos espaços por excelência e se dispersar mais por espaços que não são da Geografia, para a gente ir lá fazer a provocação e também ser provocado, porque nós também somos muito provocados e a gente vê os limites da Geografia estando em outros espaços, que talvez se estivesse atuando em um curso de Geografia eu não veria, porque só ouviria meus colegas que falam uma língua semelhante e que não fariam críticas ao meu método.

Déborah: Em sua opinião quais são os temas de maior relevância a discutir na geografia agrária no Brasil e em Goiás?

Dinalva Donizete: Eu acho que o conflito por terra! Porque ficou homologado e institucionalizado que não temos mais conflito por terra no Brasil, que o agronegócio resolveu todos os problemas que tínhamos no país, levando a tecnologia a todos os cantos do território

brasileiro a fim de tornar produtivas todas aquelas áreas que até não eram e gerando potenciais de trabalho diretos ou indiretos à população e ao território brasileiro em qualquer lugar. E faz-se a relação, por exemplo, das agroindústrias que geram emprego, enfim, de tudo que está vinculado ao agronegócio que gera emprego inclusive fora do campo. Isso está tão cristalizado por conta do pacto dos setores do agronegócio com o Estado e com a mídia, que o que está posto é que o problema agrário no Brasil já não existe mais e que todas as terras são produtivas e que não é possível viver e trabalhar no campo a não ser mediado pelas tecnologias disponíveis pelos setores do agronegócio. Isso gera uma ideia de que o campo no Brasil é um lugar de paz e de alta produtividade, de produção. Os conflitos por terra têm sido escondidos, negados, segurados, camuflados, dissimulados. A pesquisa da geografia agrária tem ido muito nessa perspectiva. Acho que no Brasil isso tem sido uma tônica e em Goiás também. No Brasil há que se mencionar os estudos do professor Bernardo Mançano [Fernandes], da Unesp, que teve uma parceria grande com a CPT [Comissão Pastoral da Terra], com MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] desde a década de [19]90 e depois muitos outros vieram. Estou citando esse porque de fato ele é importante para pensar os primeiros grupos que enfrentaram algumas empreitadas. A CPT, Comissão Pastoral da Terra, tem um trabalho fantástico de coleta e organização dos dados e parceria com o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], com as Universidades, que têm disponibilizado dados e nos permitidos fazer essas análises. Nós temos uma tese muito importante que é do [Eduardo Paulon] Girardi, que foi orientado do Bernardo [Mançano Fernandes] na Unesp, que é aquele atlas dos conflitos agrários do Brasil, que traz um trabalho fantástico com mapas, é muito bacana! É um trabalho que já é antigo, se não me engano de 2005 e a metodologia dele permite que a gente vá atualizando aquilo, ficou muito bonito! No Brasil, muitos pesquisadores têm feito o trabalho de dar notoriedade para os dados de conflito, conflitos no campo, morte, etc. Há o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] que tem feito isso de forma sistemática e aqui em Goiás também há muitos colegas, do IESA [Instituto de Estudos Socioambientais] inclusive, o Adriano [Rodrigues de Oliveira], o Marcelo [Rodrigues Mendonça], o Murilo [Mendonça Oliveira de Souza] na cidade de Goiás, que tem feito essa pesquisa. Acho que essa é uma contribuição grande da geografia agrária, não vejo isso sendo feito fora dela. Inclusive o que não é geografia agrária como CPT [Comissão Pastoral da Terra], MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], faz isso e disponibiliza esses dados para a geografia agrária fazer. Se não fosse ela, não sei se teria alguém fazendo isso. Essa é uma questão, uma forma velada, discreta. E os eventos, as publicações, as pesquisas e os colegas da geografia agrária têm feito isso de uma forma muito aberta, sem muito medo e receio. Muitas outras áreas, outros cursos, outros profissionais fazem enfrentamento, críticas, mas fazem de forma discreta. E os eventos, as publicações, as pesquisas e os colegas da geografia agrária têm feito isso de uma forma muito aberta, também é de onde vêm as críticas mais organizadas, mais contundentes, com dados mais estruturados, para apontar os problemas que os setores do agronegócio têm trazido para a sociedade, para a natureza, na produção de alimentos. Acho que isso para mim são duas contribuições genuinamente da geografia agrária brasileira e de Goiás.Em Goiás, estamos muito avançados em termos de geografia agrária e não poderia ser diferente, um estado com a problemática que a gente tem, por conta das monoculturas, da expropriação, do comprometimento dos recursos hídricos, seria uma irresponsabilidade muito grande se não estivéssemos de olho nessa questão.

Déborah: Esse projeto de mestrado surge no trabalho de conclusão de curso, em 2015, que eu fiz com base nas dissertações e teses daqui do IESA. E uma coisa que me chamou muito atenção é a centralidade que a modernização tem na elaboração dos Programas de pesquisas, nos títulos das pesquisas, palavras-chave, ou seja, modernização é o carro chefe, eu queria que

a senhora dissesse como enxerga essa relação, por que a modernização é tão interessante aos olhos dos geógrafos para pensar a questão agrária?
Dinalva Donizete: Devemos olhar numa perspectiva geracional. Porque se deve considerar que a década de [19]90 era a primeira década de "liberdade" pós-ditadura. Na década de [19]80 não era só uma lembrança, as coisas estavam postas ali, era tudo muito silenciado. Havia muito medo e todo mundo muito retraído. Já na década de [19]90 é uma década em que a coragem começa a aparecer, as pessoas começam a botar a cara para fora da porta, os trabalhos refletem isso. Fiz meu curso entre 1995 e 1998, tive professores, que citei para você, com todo o furor da militância, porque eram pessoas que na década de [19]80 estavam contidos, nas décadas anteriores nem se fala, vinham enquanto professores, enquanto curso, com um grito guardado, precisando vociferar aquilo. Nós que formamos na década de [19]90, seja na graduação, mestrado ou doutorado, recebemos um conteúdo muito forte da militância, de fazer a crítica, de colocar para fora, de expor aquilo que não poderia ser exposto. Vivenciamos, na década de [19]90 e no início dos anos 2000, um período de fazer a crítica. E a crítica à modernização não podia ser feita antes, porque não se podia. Logo, tem muita coisa para ser dita acerca da modernização que estava guardada, muitas reflexões, muitas referências, muitas análises, muita confrontação de dados para dizer que aquilo não era o que parecia ser. Por isso, teremos a supremacia desse tema nesse período, tanto que a minha dissertação traz isso e a minha tese também. Quando terminei a minha tese, em 2005, era clara essa questão: a modernização da agricultura não comporta mais críticas. Ela é sabida, não existem mais segredos sobre o sentido, o conteúdo, a lógica, os motivos, as intenções da modernização da agricultura da chamada Revolução Verde. E também não existem muitos segredos sobre os resultados disso, sabemos os resultados disso no Brasil, na Argentina, no México, na Índia, já antevemos na África, nós sabemos disso. Para as relações de trabalho, para o cerrado, para água, para solo, para variedades genéticas, para contaminação, para qualidade melhor, falta de qualidade do alimento produzido, sabemos tudo, não cabe mais. Fiz a minha tese, mas quando terminei, disse "Caramba, isso aqui não precisava ter sido feito, porque isso aqui é no máximo uma compilação de coisas que outros já fizeram". Não tem mais segredo a ser desvendado acerca da modernização da agricultura. Essa foi a leitura que fiz quando defendi minha tese no final de 2005. Imagino que é uma questão de geração. Eu sou de uma geração que ainda recebe muito essa missão hiperativa de fazer a crítica. Depois isso vai mudando porque a gente começa a ver que fazer a crítica também não nos leva a muita coisa. Percebe a partir de 2005, o foco começa a ser nas possibilidades e na resistência. Imagino que se fosse fizer uma pesquisa dessas hoje, política pública é o que vai vigorar. As políticas públicas, militância, mulheres, negros, os movimentos sociais. Enfim, uma série de outros elementos começam a aparecer porque a gente concluiu esse trabalho de desvendar e fazer a crítica da modernização da agricultura. Agora a gente pode olhar para aquilo que não é modernização, nem Revolução Verde, para aquilo que escapou, para aquilo que não dá liga, que não entremeia a modernização da agricultura, que são as comunidades camponesas, os assentamentos rurais, as sementes crioulas, os militantes, as quebradeiras de coco, as fiadeiras, os jovens rurais, aqueles que estão organizados em associações, aqueles que estão usando políticas públicas e reestruturando algum processo produtivo, a escola do campo, etc. A gente tira o foco da modernização e começa a colocá-lo naquilo que existe e que de fato precisa de uma interface conosco. Porque a agricultura moderna não precisa de nós. Ao contrário, a gente aponta os problemas dela à toa, porque aquilo já foi já está posto, já está lá. A gente está contando que aquilo é problemático, mas aquilo já está estruturado. Quando a gente conta, aquilo não afeta. É para tomar conhecimento sobre. Agora, quem escapa da modernização da agricultura precisa de nós, precisa literalmente. Uma associação precisa de

nós. Um trabalho de mulheres precisa de nós. Uma escola do campo precisa de nós. Um território rural precisa de nós. Uma comunidade camponesa precisa de nós, porque precisa de nós para ter visibilidade. Precisa de nós para interagir com outros setores, precisa de nós para gente ajudar tecnicamente naquilo que pudermos, com o aparato técnico que temos dentro da universidade. A gente meio que pega o foco daquilo que é a crítica, que é muito importante. Quando disse que é à toa não é desconsiderando, porque é muito importante para esclarecer, mas a gente já fez isso e agora a gente pega nosso foco e coloca naquilo que está no campo e precisa da visibilidade, como os conflitos pela terra. Acho que a modernização é um pano de fundo para entendermos por que estamos fazendo determinada coisa, como por que as variedades crioulas estão em risco. Mas ela é um preâmbulo. Em minha opinião, hoje, não cabe uma pesquisa envolvendo modernização da agricultura. Em todo trabalho ela vai vir, em uma introdução, em alguns parágrafos, para situar porque estou focando nos conflitos pelo campo, porque a modernização da agricultura piorou essa questão agrária. Se estou fazendo uma pesquisa com variedades crioulas. Tenho que trazer a modernização, porque tenho que dizer porque essas variedades estão praticamente sumidas pressionadas para não serem utilizadas, porque a lei permite a produção transgênica mas criminaliza você guardar as sementes crioulas, tenho que trazer isso, mas é um preâmbulo. Não vejo mais uma centralidade, uma necessidade de ter a centralidade na questão da modernização, inclusive não vejo com muito bons olhos quando esse é um tema ainda recorrente. Acho que já deu! Você lê vários outros autores, você entende isso e pode partir para uma coisa mais contemporânea. A menos que pesquisadora ou pesquisador tenha de fato um olhar muito peculiar sobre aquilo, o que também acontece. Às vezes, tem alguém que tem uma sacada, uma capacidade de olhar uma coisa recorrente de uma forma muito, muito ímpar. Mas isso não acontece todo dia.

Déborah: Professora é isso. Muito obrigada, contribuiu bastante.

Dinalva Donizete: Antes de encerrarmos eu queria voltar, porque achei que viria uma questão sobre isso. Falei muito da disciplina de geografia agrária e fiquei jogando para adiante, porque pensei que de fato haveria um tema para tratar sobre. A disciplina de geografia agrária é deslumbrante! Você que daqui há pouco estará dando aulas e os colegas que já ministram aula e a moçada que está fazendo a graduação, que transitam pela geografia agrária, precisam estar conscientes da importância dessa disciplina na formação do estudante, na formação do profissional. Todos os meus colegas dizem isso, mesmo os colegas de classe, que fizeram o curso junto comigo. Mesmo aqueles que não fizeram carreira acadêmica, acho que só eu fiz, mas os outros que são professores ou não, repetem a mesma história, destacam que a disciplina de geografia agrária foi a disciplina que deu a melhor visão do espaço brasileiro e do espaço geográfico do Brasil e que trouxe a compreensão do que era Geografia. E tivemos a felicidade de ter a disciplina com a professora Eunice Isaías de Oliveira, que é uma professora que tenho profundo respeito, que faço a festa quando a encontro, me emociono com ela, porque foi uma professora muito rigorosa, muito rígida. Era extremamente difícil tirar nota com ela, mas tinha um critério no tratar da geografia agrária brasileira que era de muita seriedade e o referencial dela era José de Souza Martins e Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] e nessa ordem, mais Martins do que o Ari. Ela tratava aquilo de forma tão profunda, tão rigorosa, tão séria, que a gente ia montando todo o cenário do espaço agrário brasileiro. Ela não tinha preguiça e nem indisposição de ir às questões mais profundas da questão agrária no Brasil, essa disciplina com a Eunice [Isaías da Silva] dá um norte na minha vida e muda minhas perspectivas anteriores. Eu me tornei uma estudiosa da geografia agrária naquela

disciplina, em [19]96, quando fiz com ela nunca mais deixei esse tema, nunca mais deixei essas questões e elas estão em mim desde então. E me lembro muito e me inspiro muito na Eunice [Isaías da Silva]. Quando, por algum motivo, estou cansada de dar aulas, quando tenho que tratar um tema que me desanima e que tenho que ir para a sala de aula ainda assim, às vezes, a gente sai de uma turma e entra em outra, entra em outra e você não quer mais, quando isso acontece, lembro dela, do entusiasmo e do rigor e do quanto isso é importante para quem está ouvindo, porque se a gente vai com profundidade em todas as questões, quem ouve compreende e se compreende começa a ficar curioso e se fica curioso começa a gostar e nunca mais larga aquilo. Essa disciplina é importantíssima. O que a gente puder desmembrar dela, como tem alguns cursos que fazem mesmo a título de núcleo livre, como Geografia das lutas no campo, Movimentos sociais do campo, Agroecologia, Produção orgânica, que é uma disciplina que dou na Agronomia, Sociologia rural, que na Agronomia é obrigatória, mas em outros cursos não. Enfim, o que pudermos criar como núcleo livre ou optativa, o que a gente puder desmembrar e criar outras oportunidades de trazer mais desse tema, resultará em grande ganho porque é um tema que gera curiosidade. A moçada gosta dele e fico muito feliz por ter tido a Eunice [Isaías da Silva] como professora. Provavelmente, outro faria de igual forma, talvez até melhor, não tenho parâmetros. Tenho até hoje tudo do José de Souza Martins anotado, rabiscado, as primeiras leituras que fiz:" Caminhada no chão da noite", "A chegada do estranho", muitas referências que guardo até hoje e que são atuais. O clássico vai além do tempo e do espaço, 20 anos depois está lá, atual do mesmo jeito. Queria fazer essa ressalva.

Déborah: Muito obrigada!

Anexo 10 - Entrevista com a Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Entrevista realizada no dia 25 de agosto de 2017, em Goiânia, Goiás.
Entrevistado: Marcelo Rodrigues Mendonça
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: O que motivou o interesse da senhora pela Geografia?

Marcelo Mendoça: Na verdade, entrei na Geografia, o vestibular foi feito em [19]86, só tinha em Catalão a UFG, que tinha acabado de se instalar, só tínhamos Geografia e Letras, eram duas licenciaturas, aquela época o objetivo era formar professores, e a opção que me restava, dentre as duas, optei por Geografia. Já tinha certo conhecimento da Geografia do ensino secundário, isso me instigava, o que ela apresentava e tive acesso a uma Geografia no ensino secundário que coincidiu um pouco com aquele movimento das "Diretas Já!" Era uma Geografia muito atuante, o chamado movimento geografia crítica. Isso chegou à escola através de alguns professores, tanto a Geografia quanto a História, e isso me motivou, muito mais por uma questão de envolvimento político e entre Letras e Geografia, eu optei por Geografia.

Déborah: Quais foram as influências intelectuais que recebeu durante a graduação e depois na Pós-Graduação?

Marcelo Mendonça: Fui formado no final dos anos [19]80, de [19]87 a [19]90, no auge do chamado movimento de renovação da geografia brasileira, chamada "geografia crítica" brasileira. Catalão fez parte disso, porque alguns professores do IESA [Instituto de Estudos Socioambientais] como Horieste Gomes, Valter Casseti, a própria Celene [Cunha Monteiro Antunes Barreira] e outros, foram meus professores na graduação. E o Horieste [Gomes] e o Valter [Casseti], tinha o João de Castro, que não dava aula mas tinha uma relação forte com Catalão. Eles tinham uma relação muito forte com o Ruy Moreira, com essa Geografia, com essa pegada. Esses autores foram autores com os quais a gente conviveu um pouco mais na graduação, porque eles iam a Catalão, iam aos eventos. O Ruy [Moreira], Valter [Casseti], o Milton Santos estiveram lá em alguns eventos. Diríamos assim, que os teóricos da Geografia mais críticos daquele modelo que se fazia até então era aquilo que nos orientava e era o que deu, inclusive, identidade para o curso de Geografia em Catalão. A Pós-Graduação já segue outro rumo. Fiz especialização em educação, aqui [em Goiânia] na Faculdade de Educação, foi importante, pois tive contato com outras leituras, mas também com a perspectiva forte da dialética, Anita [Cristina Azevedo Resende], Marilinha [Marília Gouveia de Miranda], Pedro Wilson que eram a vanguarda da Faculdade de Educação, meus professores, entre outros que não me recordo agora. Isso na especialização. No mestrado, como só existiam dois mestrados em Goiânia, em Goiás naquela época, 1995, 1996, História das Sociedades Agrárias – também com uma pegada forte nessa perspectiva marxiana e o mestrado em Educação. Como eu tinha feito especialização na Educação, vim fazer o mestrado na História. E aí, [Luís] Palacin, Gilka [Vasconcelos Salles], que foi minha orientadora, tive muito contato com a Lena Castelo Branco, Maria França que era a velha guarda de uma História mais econômica, mais social com uma pegada uspiana de uma pegada política forte também, desde Caio Prado Júnior a Raymundo Faoro, tanto os economistas quanto os historiadores. Também no curso de História, passamos a ter contato com a chamada Nova História, que era o movimento já de rever essa postura mais crítica da História nos anos [19]70. Os chamados movimentos críticos na História começam muito antes da Geografia,

isso no início da chamada Escola dos Annales. Nos anos [19]80, a História com Jacques Le Goff e outros teóricos, já estão fazendo uma reavaliação da introdução do materialismo histórico e dialético na História, coisa que na Geografia só foi possível de ser feita nos anos [19]90. O mestrado na História me permitiu rever muitas questões e o contato com um marxismo que chamamos de mais heterodoxo, a escola marxista britânica: Raymond Williams, Edward [Palmer] Thompson, Perry Anderson, vieram da escola marxista britânica. Foi um contato importante. No doutorado, já entrei no doutorado em 2001, numa outra fase, em Presidente Prudente, que também vinha dessa mesma escola. Só tinha doutorado naquela época na USP, Rio Claro, com uma pegada da geografia teorética, e Prudente que seguia esse movimento de renovação, os teóricos que nós já tínhamos tido contato na graduação. E aí, isso nos permitiu no doutorado pela experiência na Educação e na História, uma ampliação de autores e perspectivas. Óbvio, tivemos também muito contato com os teóricos menos críticos, inclusive da Escola de Rio Claro, com uma pegada mais na fenomenologia, mas a centralidade das referências estava em Prudente e continuou sendo a Bernardo [Mançano Fernandes], [Antônio] Tomás Júnior que são, até hoje, os professores que estão lá na ativa. Claro que mais ampliados, mas ainda com uma pegada de uma crítica forte, de uma preocupação epistemológica com a Geografia, mas também com a necessidade de aplicação do conhecimento. Não se pode pensar uma práxis só com discursos, e é o que a gente tem assistido muito forte na ciência de uma forma geral.

Déborah: Quais as referências teóricas e metodológicas de investigação adotadas em suas pesquisas?

Marcelo Mendonça: Isso é muito diverso, porque do ponto de vista de métodos, método é uma coisa muito diversa e procedimentos metodológicos é outra coisa. Do ponto de vista do método, eu continuo dialogando fortemente com os teóricos de um marxismo mais heterodoxo e também dialogando com o que chamamos "epistemólogos do Sul", a chamada "epistemologia do Sul" dentro da "decolonialidade", que faz uma crítica ao marxismo, porque trouxe alguns sujeitos importantes, como a questão indígena, a questão dos negros, como a necessidade de outros referenciais para pensar a América Latina e a África. Enfim, os povos não europeus. E essa primeira pegada, diríamos assim do método, eu penso que Marx e os marxianos ainda nos ajudam muito do ponto de vista do método. Você pode até discordar da teoria social que eles expressam, mas penso que esses teóricos como Boaventura de Sousa Santos, Armando Bartra, o próprio Ruy Moreira, do ponto de vista do método e da reflexão epistemológica na Geografia, são fundamentais. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, isso vai depender muito dos fenômenos que você está investigando, sou favorável que você utilize todas as ferramentas possíveis para você fazer o desvelamento dos objetos. Não trabalho com essa relação sujeito-objeto, trabalho com uma relação muito mais sujeito-sujeito, sujeito que pesquisa e sujeito que é pesquisado. E isso quebra um pouco esse modelinho, esse paradigma, que as pessoas olham para fora, emitem opiniões sobre aquele objeto, traz para dentro, faz as suas avaliações, isso é uma pesquisa. Discordo muito disso, isso para mim não é pesquisa, isso é outra coisa. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, vai depender muito do que você se propõe a pesquisar. Mas o grande desafio é compreender os sujeitos na sua inteireza, isso demanda uma abordagem territorial integrada. No caso do cerrado, do bioma cerrado, dos povos que aqui vivem, compreendê-los na sua inteireza, mas sem preconceitos. Isso significa que você tem que lidar com o diário de campo, a observação, bloco de notas, as gravações, as fontes orais, fontes documentais para quem vai trabalhar com arquivos, tudo isso é importante para você fazer com que efetivamente sua

pesquisa ande. Bom, você tem um universo de pesquisadores que têm adotado essas questões das técnicas de Lakats, passando por Janaína Ferreira, passando por vários outros teóricos dos procedimentos metodológicos, até chegar nesses artigos, nesses livros organizados. E também, para os geógrafos, [Júlio Cesar de Lima] Ramires acabou de organizar um livro sobre técnicas de investigação na Geografia a partir do olhar geográfico. Acho que não tem uma receita, porque na verdade quando você tem clareza da teoria e do método, os procedimentos vão ser todos utilizados para fortalecer a perspectiva que você tem enquanto pesquisador e sem se deixar levar por isso, porque a realidade é sempre muito mais rica do que o que você tem sobre essa realidade, não tem um autor que dê conta disso. Se fóssemos pensar aqui no âmbito do IESA e das pesquisas que são feitas, você tem teóricos extremamente importantes, aqui mesmo no IESA. Mas é o conjunto dessas obras que nos permite esse desvelamento. Talvez o único geógrafo que tenha tentado mostrar um pouco disso, foi o Milton Santos, fora ele todo o resto são extremamente importantes, mas é o conjunto de suas obras que vão permitir o desvelamento de uma dada realidade, mas não um único autor.

Déborah: Qual corrente da Geografia se "encaixa" suas pesquisas?

Marcelo Mendonça: Não, absolutamente não. Sou geógrafo, faço Geografia! Acho que o grande equívoco da ciência geográfica e desse modelo de ciência que fazemos hoje é exatamente querer encaixar as pessoas dentro de guetos. Como tenho a categoria trabalho como uma das categorias que estabelecem para mim mediação fundante no processo de produção da vida, no processo de produção da existência, muita gente me intitula que sou da "geografia do trabalho". O trabalho, enquanto categoria ontológica, é fundante para todas as ciências, porque toda ciência é produzida a partir do trabalho, dos homens (no sentido genérico) que só existem por conta do trabalho social. Acho que esses guetos, geografia agrária, essa coisa das disciplinas que foram construídas, expressa essa fragmentação da ciência dentro de uma compreensão da modernidade. Como é que ela toma forma nas universidades e dentro dessa departamentalização que não permite o diálogo, não permite a arte, que não permite o enriquecimento, esse modelo está fadado ao fracasso. E por isso, aposto nessa perspectiva mais heterodoxa e também da "decolonalidade", traz aqueles que historicamente foram invisibilizados, porque não era ciência, as pesquisas não eram científicas, e quebra um pouco dessas teses, desse certo disciplinamento. É claro que na grade curricular nós temos as disciplinas e os professores que foram concursados ou está há certo tempo nessas cadeiras, desenvolvem uma capacidade teórica e metodológica muito mais próxima dessas disciplinas pela afinidade laboral do que com outras, mas óbvio que isso também tem a ver com orientações, com projetos de pesquisa. Eu, particularmente, trabalho com a questão dos movimentos sociais no campo e na cidade, com mais predominância no campo no esforço de entender o trabalho como o elemento fundante para que esses movimentos inclusive continuem a existir. Muitos discordam disso. Não tenho nenhum problema com as discordâncias. Acho que isso é da natureza do nosso trabalho, mas não me encaixo em nenhum grupo especificamente e não me sentiria confortável de me colocar dentro de um grupo. Ao contrário, acho que precisamos romper essas barreiras, tem que transgredir um pouco essas fronteiras historicamente construídas nos departamentos. Criticamos muito os guetos aqui dentro e, na verdade, não fazemos outra coisa senão fortalecê-los, ao ponto de os professores não dialogarem sobre suas próprias pesquisas e ao ponto de as diferenças políticas, teóricas e metodológicas serem convertidas em questões pessoais. Lamentavelmente, isso é algo comum aqui no IESA [Instituto de Estudos

Socioambientais] e também na geografia brasileira. Enfim, se você trata de uma geografia pós-moderna é porque você aceita a modernidade como um paradigma, elemento substancial, então é uma geografia para além da modernidade. Discordo que tenhamos uma modernidade. É claro que nós tivemos e temos uma modernidade, em todos os aspectos, e as modernizações como a dimensão espacial dessa modernidade. Mas há elementos da modernidade que são fundamentais, em minha opinião e outros não. Assim como tem elementos da geografia pós-moderna que são interessantes, que nos fazem pensar, que nos fazem rever as nossas posições, mas para mim, uma questão fundante na pós-modernidade é a perda das metanarrativas, a perda da dimensão da totalidade social e o "esmigalhamento" dos fenômenos, dos objetos. Esse esmigalhamento e essa pulverização têm nos tirado para fortalecimento daqueles guetos que eu tinha mencionado anteoriormente, na medida em que vão surgindo novos pequenos guetos. Assim, passou a ter Geografia de tudo e quando você tem Geografia de tudo, você corre o risco de não ter Geografia de nada. E aí, né!? Por isso que penso que a grande crítica, na minha opinião, também é do ponto de vista de uma crítica muito forte da pós-modernidade e daqueles que comungam com ela de uma despolitização da produção do conhecimento na Universidade. É como se a política fosse um mal, é como se a política fosse um problema. E acho que ela é um problema porque não se discute a política na sua plenitude, e política não é partido político. Estou falando da política como capacidade de transformação, desde a velha ágora dos gregos até o que temos hoje. Penso que essa aversão, de certa forma, que eu sinto em algumas pessoas em relação a discussão sobre as classes sociais, de se posicionar politicamente, de ter uma posição qualificada, na minha opinião são equívocos enormes. Respeito quem tem essa opinião, mas não concordo e faço completamente diferente.

Déborah: Como foi a sua inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia?

Marcelo Mendonça: Acho que comecei a ensinar aqui em 2007, não sei precisar a data, não sei, um pouco antes, acho que em 2004. O Programa tinha sido criado aqui no IESA e eu estava ainda na Regional Catalão, alguns professores de Catalão foram convidados para serem colaboradores aqui e fui um deles. Orientei duas dissertações aqui nesse período. E logo em 2007, criamos o Programa em Catalão e fui o primeiro coordenador, acho que o nosso Programa começou em 2008, não sei precisar ao certo, e fui o primeiro coordenador do Programa de mestrado lá em Catalão e depois, logo fomos para a Anpeg [Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia], eu, [Maria] Geralda [de Almeida], e trouxemos a ANPEGE [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia] para cá. Nesse movimento, tínhamos muita interlocução com a Geografia e com a Pós-Graduação no Brasil por conta da Anpeg. Em 2012 pedi remanejamento para Goiânia, num acordo, numa troca que o Departamento aprovou e encaminhou uma vaga para Catalão e eu assumi aqui. Continuei lá em Catalão, como continuo orientando, numa linha específica que é Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, que foi construída e é a uma linha de pesquisa com essa temática no Brasil de Geografia, que foi construída lá a partir da nossa interlocução lá com outros pesquisadores e com os movimentos sociais, com a nossa trajetória do doutorado que foi defendida em 2004, junto com a [Helena] Angélica [de Mesquita] e outros pesquisadores. À medida que eu já estava no Programa aqui, como colaborador, e quando fui efetivado aqui, imediatamente, comecei a orientar, tanto no mestrado e logo depois no doutorado. Bom, não sei exatamente assim, foram convites no primeiro momento e depois os editais, com os quais concorremos a partir daquilo que estamos produzindo. Um pouco do debate que tínhamos construído em Catalão, que era Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, fazemos um pouco aqui. Trouxemos algumas questões como a agroecologia, essa questão da

"decolonaliedade", a abordagem integrada do cerrado que aqui já existia e fomos fortalecendo isso, a tese dos povos cerradeiros, a tese de que é importante fazer a leitura dos processos de espacialização do capital, mas também do trabalho e compreender a relação que se estabelece a partir disso. Também a tese de compreender campo e cidade não como duas dimensões espaciais separadas, mas compreender a relação ou as relações sempre numa pegada de que esse conhecimento produzido na universidade é um conhecimento, que é o conhecimento científico, mas existem muitos outros conhecimentos. A gente tem trabalhado muito nessa pegada dessas interfaces que a gente chama de encontro de saberes desses sujeitos historicamente invisibilizados – trabalhadores rurais, camponeses, indígenas, quilombolas, podres em geral – que sejam compreendidos na perspectiva também da Geografia. Numa perspectiva de autonomistas, numa perspectiva de ouvi-los, de aprender com eles, de respeitar o que eles pensam e não no sentido apenas de ensiná-los alguma coisa, até porque a gente aprende muito mais com eles do que ensina. Essa é uma herança terrível da universidade. Esse autoritarismo, esse ranço pedagógico de achar que a universidade ensina as pessoas a fazerem alguma coisa, isso é muito forte aqui ainda. Claro que ensinamos, mas aprendemos isso é uma relação dialética.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações no Programa e as pesquisas que desenvolve?

Marcelo Mendonça: Tem alguns projetos de pesquisa que são fortalecidos pelas orientações, mas no geral não tem uma relação direta. Porque, principalmente os doutores e os doutorandos, a gente não escolhe quem vai trabalhar conosco, o que acho bom em alguns aspectos. Claro que há certa identificação, seja política, seja teórica, de método, mas pode não ocorrer também. A minha relação com os meus orientandos é uma relação de muita confiança, mas também de muito respeito com o que eles produzem, sem que eles produzem o que eu quero e sim aquilo que as realidades com as quais eles trabalham permitem dizer. Muitos orientadores acham que os orientandos devem produzir o que eles querem, eu acho que não. Tem muitos projetos que eu desenvolvo que não tenho nenhum orientando, se eu achar alguém que se interesse pelo assunto, vai ser muito bem-vindo. Mas se não, não há problemas com isso. Como tenho orientandos que pesquisam temas que muitas vezes não são tão próximos do ponto de vista da afinidade comigo, eu recorro aos colegas, muitas pessoas nos ajudam nesse processo da orientação, uma orientação um pouco coletiva que acho que ajuda também. Não tenho intenção nenhuma de criar escola, de criar grupo, meu tempo aqui é curto, mais dez anos estarei aposentando. Não é só por conta disso, acho também que não tenho esse objetivo de marcar. Até porque o conhecimento é plural, é diverso, ele um tempo, e não tenho essa pretensão de que os orientandos façam exatamente o que eu quero. Aliás, eles discordam muito de mim.

Déborah: Como o senhor percebe a relação entre produção acadêmica e as conjunturas e as transformações sociais?

Marcelo Mendonça: Existe muito distanciamento! Acho que principalmente para as pessoas que têm pouco envolvimento com o mundo lá fora, seja com o movimento político, com os movimentos sociais, sindicato, com os empresários também, com o processo produtivo de um modo geral. Quando a gente fala de movimentos sociais, sindicais, enfim, é óbvio que tenho uma opção política de trabalhar com esses sujeitos. Tenho direito de escolher isso. Mas muitas outras pessoas que ficam trabalhando com os setores produtivos, diríamos assim, setor

hidroelétrico, que criticamos; tem gente trabalhando com o setor sucroenergético, que também fazemos a crítica, estamos trabalhando com os efeitos. Mas acho que a Universidade, no geral, está muito distante do mundo real, até mesmo da escola, sequer damos conta de preparar bons professores. Isso não significa que as pessoas que saem daqui saiam mal formadas, não é isso que estou dizendo. O que estou dizendo é que não sabemos o que está acontecendo lá fora, porque não vivenciamos, porque não experenciamos. Eu acho que o [Edward Palmer] Thompson, quando traz o conceito de experiência e quando traz o conceito de classe, essas questões só ocorrem no movimento, no fazer-se. Pensar nas condições que temos aqui, um aluno para ser professor da rede pública de um bairro periférico, onde têm 50, 40 alunos dentro da sala, mas que estão envolvidos com a dinâmica da vida nesse tempo, todas as sortes de violências que contêm esse tempo que vivemos, nós não estamos preparados para lidar com isso. O Estado não tem responsabilidade para lidar com isso, embora sejamos o Estado enquanto Universidade. Acho que temos muitos discursos sobre as coisas, mas muitos deles, muitas dessas coisas não têm existência na realidade. Porque o que tem existência real são as relações, os sujeitos e penso que estamos distantes deles.

Déborah: O que define a Geografia?

Marcelo Mendonça: Geografia é uma ciência para vida, uma ciência que nos ensina que a vida é complexa e permeada por contradições! Quando estou falando da vida, estou falando dessa vida, desse espaço de vida. E a Geografia é isso, ela tem que dar conta de nos motivar a continuar a ter esperança em tempos tão sombrios. Talvez eu esteja restringindo a minha visão de Geografia para o tempo em que estamos vivendo, mas temos que ter esperança não do verbo "esperar", mas do verbo "esperançar". Acho que a Geografia me alimenta para isso, estou falando da Geografia para mim. Acho que é uma ciência fundamental. Aziz Ab'Sáber é muito correto quando ele e o próprio Milton [Santos] diziam que o Brasil precisava de Geografia. Mas que Geografia o Brasil precisava? Essa Geografia que se envolva, que se sente, que é razão e emoção, não que eu esteja aqui parodiando o que o Milton [Santos] fez, mas uma Geografia com gente, com cheiro, uma Geografia com paixão, uma Geografia com a vida real. Acho que isso me faz muita falta. Esses corredores aqui são muito tenebrosos porque parece um grande hospital ou uma penitenciária, não sei o nome que dá para isso. Essa arquitetura nos sufoca. É como se você quisesse matar todas as possibilidades do esperançar. Lamentavelmente, a Universidade tem contribuído para isso, ao invés de fortalecer essa perspectiva do esperançar. A Universidade tem matado muitas possibilidades em nome de uma razão, do modelo de uma razão, de uma razão paradigmática do que é ciência e do que não é ciência e acho que isso é muito ruim para todos nós. Eu, nessa altura da vida, acho que não estou muito preocupado com o que as pessoas pensam sobre o que eu penso. Estou muito mais preocupado de como eu, como sujeito que pesquisa, que se envolve, posso contribuir para essas múltiplas possibilidades que estão fora. Acho que esse é o grande desafio nosso. Compreender essa realidade multifacetada, fragmentada, mas se colocar diante dela e tomar posição a partir daqueles que mais necessitam, que são esses sujeitos historicamente invisibilizados – negros, pobres, homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, indígenas e quilombolas – esse povo sofrido, que é de onde eu venho, isso tem a ver comigo, com a minha existência. Fico muito tranquilo de pensar uma Geografia que sirva para emancipar. Emancipar de quê? Emancipar das amarras, emancipar da crueza, emancipar da fome, emancipar da concentração de renda, emancipar da miséria social, intelectual, cultural. A Geografia tem que servir para isso. E se não serve? Desculpe, vou fazer a Geografia que acredito! Acho que esse debate de objeto e método da Geografia não tem mais sentido. Acho

que foi quando a Geografia precisava se afirmar enquanto ciência, tínhamos que ter esse modelo de ciência, nos exigia que definíssemos qual é o objeto da Geografia que "ah, é o espaço, é o território!" Que devíamos ter princípios rígidos. Acho que isso não está mais colocado. Para mim o que define a Geografia é a práxis geográfica. É a possibilidade real de utilizar as ferramentas analíticas dessa ciência para entender essa realidade e essa realidade nos movimentar no sentido de que essas ferramentas também sejam modificadas. Por isso que chamo de uma geografia social, uma Geografia para vida, uma Geografia de possibilidades. Não estou preocupado com "isso é geografia, isso não é geografia", para mim essa é uma compreensão tacanha, superada de ciência, de universidade, de sociedade. Acho que o dia que conseguirmos dialogar com sociólogos, historiadores, ambientalistas, engenheiros, físicos, químicos, etc., vamos ter outras geografias, outras histórias, outras engenharias. Essa é a questão que eu hoje acredito. Para mim a Geografia tem o seu espaço, ocupou o seu espaço, é fundamental, mas não estou mais preocupado com essa questão do objeto, do método, se há um método geográfico ou não. Na minha opinião essas questões já estão resolvidas!

Déborah: Como é pensar o espaço agrário e a questão agrária do ponto de vista geográfico?

Marcelo Mendonça: Acho que a geografia agrária ou os geógrafos que ao longo da sua trajetória priorizaram a questão agrária. Uma explicação simples: o Brasil tem 70% das terras nas mãos de 5% da população. Simples. Um país que você tem 205 milhões de pessoas, você tem milhões sem acesso às condições primárias da terra. É um país onde você tem centenas e centenas de assassinatos de lideranças do campo, de sindicalistas, militantes políticos do campo à esquerda, ambientalistas, lideranças de toda natureza, assassinadas todos os anos. Um país onde os conflitos pela terra, pela água e pelo território assumem proporções gigantescas. Creio que isso tudo garante muita vitalidade à geografia agrária brasileira e na América Latina. Um país onde você tem centenas de movimentos sociais que lutam pela terra, que tem o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] como grande movimento, que anda em crise por conta desse censo que estamos vivenciando ao longo das últimas décadas, se coloca como movimento de interlocução mundial dentro da Via Campesina. Creio que todos esses elementos nos ajudam a entender por que a geografia agrária é tão forte e o fato de nós em Goiás, seja Goiânia ou Catalão, sermos sujeitos que quem não tem um pé na roça, tem os dois, mesmo a geração mais jovem, que não tem, mas tem a memória da terra. Tudo isso explica porque a geografia agrária é tão forte e também da interlocução que a geografia agrária tem feito com outras áreas, como Sociologia, como História. Lemos muitos outros teóricos que não são da Geografia e dão uma contribuição muito grande para geografia agrária brasileira.

Déborah: Qual é a sua avaliação da geografia agrária brasileira atual?

Marcelo Mendonça: O primeiro aspecto é que ela desvela, desvelar é tirar os véus, as camadas que encobrem essa realidade. Você vai tirando, vai mostrando isso. Esse é um aspecto muito interessante, e à medida que você mostra isso, você também está numa postura de tomar posição política sobre essa enormidade de coisas. Como é possível que uma das economias mais pujantes do mundo conviva naturalmente com centenas e centenas de pessoas sendo assassinadas todos os anos, conviva com acampamentos extremamente precários, em que as pessoas para terem um pedaço de terra ficam na beira da estrada seis, cinco, sete anos sofrendo todo tipo de violências. Isso não é objeto da Geografia, tenho clareza disso. Mas isso são temas que convergem para uma Geografia emancipatória. Se o conhecimento que estou

produzindo na geografia agrária é para fortalecer o agrohidronegócio, para fortalecer os grandes proprietários de terra, penso que estamos andando na contramão. Porque eles já possuem os seus agentes de produção do conhecimento, inclusive nessa universidade, dos cursos de agronomia, zootecnia e toda a estrutura que eles possuem. Penso que a Geografia, num campo da agrária, possa servir para emancipar esses homens e mulheres que estão por aí. Não que tenhamos o papel de fazer isso como vanguarda, não é isso que estou dizendo. O que estou dizendo é que nosso conhecimento produzido tem que estar à disposição desses sujeitos e que se eles quiserem utilizar esse conhecimento para se empoderarem politicamente, economicamente etc., que o façam. O espaço social, à medida que é apropriado e são produzidos territórios, a partir das relações de poder etc., esse processo de apropriação é desigual porque a sociedade está organizada em classes sociais. O espaço social não é desigual porque há uma lei divina, não, é porque a sociedade que o produz é desigual. E no Brasil essa desigualdade é alarmante! É nesse espaço que a Geografia precisa se colocar. Respeito os colegas que querem uma Geografia asséptica, que querem fazer uma ciência pura, que querem fazer uma ciência sem comprometimento social, mas pergunto: existe possibilidade de produzir conhecimento sem sujeitos, sem envolvimento? É claro que sei do distanciamento necessário para produzir para você enxergar esses fenômenos com maior clarividência, mas não é possível produzir uma ciência que não tenha sentido para vida e acho que a geografia agrária permite isso, porque esse espaço está recheado dessas contradições. Basta andar por Goiânia, pela periferia de Goiânia, pelas comunidades camponesas, pelos campos que você vai identificar isso, toda a paisagem, sendo que paisagem não é só o visível.

Déborah: Em sua opinião, quais são os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária em Goiás, particularmente, e no Brasil?

Marcelo Mendonça: Se você pegar a própria história do ENGA, que é o Encontro Nacional de Geografia agrária, que era um encontro até os anos [19]80 muito focado nos pesquisadores renomados Manoel Correa de Andrade, Maria do Carmo Galvão, tantos outros, Orlando Valverde, clássicos da geografia brasileira, agrária também. Acho que a riqueza dessa realidade está muito ligada à diversidade da sociedade brasileira. Nós temos biomas dos mais diversos. É pensar o Acre, pensar o Rio Grande do Sul, pensar o Rio Grande do Norte, estou dando exemplos do extremo do país porque significa pensar que existe uma diversidade de sujeitos. Os temas aparecem a partir de que esses sujeitos vão sendo inseridos no processo de produção do conhecimento, e à medida que você teve um processo de democratização do acesso à universidade pública, a partir do momento que você teve a criação de novas instituições públicas nos últimos 15 anos, 13 anos, isso fez com que regiões, chamados grotões, que até eram completamente desconhecidas, viessem à tona. Ou seja, existe vida fora da USP [Universidade de São Paulo] e da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], isso está comprovado. Essa ampliação dos Programas de Pós-Graduação democratiza o acesso, ao democratizar o acesso permite que diferentes sujeitos cheguem à Universidade. É muito recente a chegada de negros, de pobres, de indígenas à Universidade, isso é coisa muito nova no Brasil. E eles trazem temas que estão sofrendo, vivenciando, então isso enriquece. Nós criamos o SINGA, que é o Simpósio Internacional de Geografia agrária, foi feito em Goiânia, agora vai ser em Curitiba. E o que a gente tem discutido? Tem discutido uma infinidade de questões: cartografias sociais, luta pela terra, reforma agrária, luta pela água, luta pelos territórios. Acho que o fato de muitas dessas questões não estarem "resolvidas" faz com que os sistemas sejam atualizados permanentemente, fazem com que eles não saem da agenda política da geografia agrária. Se o Estado brasileiro se recusa a

discutir a questão agrária no Brasil, a geografia agrária não tem se recusado, pelo menos a maior parte dela, isso é extremamente rico. E mais, não temos feito só uma denúncia, é feita também a denúncia, mas temos tentado compreender como esses fenômenos são produzidos e a partir deles é possível também construir alternativas. A reforma agrária é extremamente atual. Qual reforma agrária? Temos que discutir esse modelo que está aí, porque a reforma agrária só existe porque os trabalhadores forjam a reforma agrária, não existe um programa de reforma agrária do governo, forjam na luta e essa reforma agrária tem sentido. Mas qual? A reforma agrária hoje, enquanto produção de alimentos, do ponto de vista da agroecologia, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da moradia, de atividades de outras fontes de renda, não deve ser pensada? Eu creio que sim. Acho que isso traz mais vida para geografia agrária, esses temas que são permanentemente atualizados.

Déborah: Esse projeto parte de uma pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso desenvolvida em 2015. Durante a investigação, evidenciou-se a centralidade da modernização, em Goiás, nas pesquisas. Como o senhor interpreta a forte presença desse processo nas produções científicas em geografia agrária?

Marcelo Mendonça: Dividimos a ocupação das áreas de cerrado em três fases: fase pré-colonial, não branca, da ocupação indígena; fase colonial, que é a ocupação aurífera em busca de trabalhadores para serem escravizados; e a ocupação moderna que é exatamente dos anos [19]60 para cá, dessa fusão entre os interesses do Estado e os interesses do capital que permite programas de incorporação das áreas do cerrado ao circuito produtivo internacional a partir da comoditização. É isto que vai transformar bruscamente, abruptamente, em uma década, as paisagens cerradeiras. É isso que vai promover o deslocamento assustador das populações do campo para a cidade. A modernização da agricultura, que não entendo como a modernização da agricultura, entendo como modernização do território; compreendendo essa modernização da agricultura como um movimento muito intenso e muito forte dentro dessa perspectiva da modernização do território. Porque a modernização do território, em Goiás, começa no final do século XIX, ainda do ponto de vista da arrumação burocrática do Estado, a chegada da ferrovia em 1903, no Sul goiano, nos anos [19]30 a construção de Goiânia, a Marcha Para o Oeste, a CANG [Colônia Nacional Agrícola de Goiás], a construção de Brasília, enfim. Mas isso se torna muito intenso por conta da dinâmica provocada pela chamada "modernização da agricultura". Diríamos que esse território, a partir da chamada modernização da agricultura, sofre mudanças muito abruptas, muito rápidas. A entrada para fazer o debate foi pela modernização da agricultura, Argemiro [Jacob] Brum, Graziano da Silva, nomes muito importantes que contribuíram para essa compreensão de modernização, que nada mais é do que a noção de um pacote técnico científico, um pacote tecnológico no campo do cerrado a partir da Revolução Verde, a partir do movimento do capital dos grandes conglomerados de empresas, principalmente, nos Estados Unidos pós Segunda Grande Guerra. Isso para mim está muito claro! Foi importante esse movimento da modernização da agricultura, primeiro de mostrar como isso aconteceu, então você tinha duas vertentes muito fortes, uma de lamentos, "olha perdemos nossas condições ancestrais" e, outro, de denúncia, extremamente importantes, todos os dois. O que vivenciamos hoje é de compreender esse fenômeno de incorporação das terras, das águas, da sócio-biodiversidade a esse circuito produtivo nacional e mundial. Não mais na perspectiva da modernização da agricultura, mas na perspectiva da modernização do território porque a gente acha que a modernização da agricultura são os efeitos disso no campo, mas e os efeitos na cidade, nas instituições, inclusive na própria universidade? Isso sem sombra de dúvida foi o portão de entrada para os estudos no que se

refere à geografia agrária nas áreas de cerrado, tranquilamente no final dos anos [19]70, precisamente [19]80 até meados dos anos [19]90 isso é muito forte. Acho que até hoje isso persiste, mas não com a mesma intensidade que antes.

Déborah: Outra coisa que chamou a atenção também foi o recorte espacial adotado nas pesquisas, no caso, a porção Sul do estado. Então queria sua opinião sobre por que essa região é tão interessante aos olhos dos geógrafos, sobretudo, da geografia agrária?

Marcelo Mendonça: É onde essa dimensão espacial tomou forma! Seja do ponto de vista da logística, da infraestrutura, dos transportes intermodais, onde isso é mais intenso. Se você pegar o mapa de Goiás, o desmatamento é onde as áreas estão modernas, onde a agricultura é "moderna". As pessoas confundem muito, as áreas do nordeste goiano mais ao norte, que são as áreas mais pobres do estado de Goiás, são as áreas menos modernas, são as áreas com mais cerrado em pé, são as áreas que tem menos agricultura moderna. Tem que ter muito cuidado com isso porque, de fato, o centro-sul goiano há cem anos está incorporado ao circuito produtivo mundial e, é a área que, por conta de logística e de vários fatores que mencionei, apresenta essas características. Todavia, há de se ter cuidado se isso de fato é moderno. O que é moderno? Quais são os indicativos sociais dessas regiões? Concentração das terras? Concentração da renda? Mas sem sombra de dúvida, as pesquisas versam sobre o que é mais evidente, esse processo já aconteceu ou está acontecendo e podemos enxergar com mais visibilidade onde está acontecendo. Não há nenhuma surpresa em relação a isso, assim como no primeiro momento essas geografias vinham por São Paulo, Triângulo Mineiro, então vem acompanhando como se tivéssemos atrás desse movimento de espacialização da agricultura moderna e estudando isso, não nos adiantamos. Embora tenhamos a pesquisa sobre a caatinga, sobre o que está acontecendo na Bahia, no Sul do Pará, no Acre, mas efetivamente sobre Goiás, o Sul goiano ainda é privilegiado do ponto de vista das pesquisas.

Déborah: Bom, é isso! Muito obrigada pela disposição e disponibilidade.

Marcelo Mendonça: É um pouco do que a gente pensa. Não sei se pode contribuir contigo, mas estamos à disposição.

Anexo 11 - Entrevista com a Prof. Dra. Selma Simões de Castro
Entrevista realizada no dia 25 de agosto de 2017, em Goiânia
Entrevistada: Selma Simões de Castro
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: Professora Selma, o que motivou seu interesse pela Geografia?

Selma Simões: Quando eu estava prestes a fazer o vestibular para outra área, o pai de um amigo meu que era dono de um cursinho, me convidou para dar aula de Geografia e História. Contrariamente a um monte de gente, comecei dando aulas de Geografia! Além disso, era uma disciplina que eu gostava muito. Sempre fui muito bem na escola secundária e fundamental, de modo que escolhi motivada pelo interesse em conhecer o mundo, explicar o mundo, paisagens, culturas diferentes, lugares, relevos e tudo o mais, clima. Sempre foi apaixonante para mim entender o planeta Terra que é a nossa casa!

Déborah: Quais foram as influências intelectuais que recebeu na graduação e na Pós-Graduação?

Selma Simões: Na graduação, trabalhei muito com [Aziz Nacib] Ab´Sáber. Ele trabalhava muito com química, morfologia, geologia da paisagem; com Carlos Augusto [de Figueiredo Monteiro], [Jean] Tricart. Depois, na área dos solos, a qual fui me aprofundando, trabalhei com outros teóricos da época, porque fui fazer Geografia em 1968, saí em [19]71. Eram os teóricos trabalhados no momento. Mais tarde, já no mestrado e doutorado, fui trabalhando com outros, por exemplo, aquele que tem [o livro] "A Natureza da geografia Física" esqueci o nome dele, mas tem [Jean] Tricart, [Jean] Kilian, uma porção de pessoas que trabalham com solos internacionalmente. Mas a minha escola era e é ainda, quando trabalho com solos, é a escola francesa de solos e geomorfologia, não é de Geografia, de geografia física.

Déborah: Em sua opinião, o que define a Geografia? O objeto, o método, um modo de ver o mundo?

Selma Simões: Geografia é uma ciência que estuda as formas de organização espacial no planeta Terra, seja uma organização física ou sócio espacial ou ambas, em diferentes ordens de grandeza, desde o nível local até global e respectivos padrões fisionômicos que são as externalidades territoriais como unidades sócio espaciais e comportamentais em relações a processos e dinâmicas cuja explicação decorre de constructos ideológicos da sociedade e também do próprio pesquisador ligado a diferentes escolas de pensamento. Resumindo tudo isso, a Geografia, no meu entendimento hoje, se dedica muito a reconhecer formas de organização espacial, em que existem formas de organização espacial física e sócio espacial, territorializadas, apropriadas, etc. Em qualquer um dos casos, as externalidades são as paisagens e os territórios são as formas de apropriação, que revela atributos, funções, comportamento, história, relações. Nas questões ambientais, morfológicas e pedológicas, gosto muito do Ab´Sáber e do Carlos Augusto Figueiredo Monteiro; para as questões agrárias, gosto muito do Manoel de Correa de Andrade e gosto também do Graziano [da silva], Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e da Ângela kageyama, que é uma economista que tem umas ideias interessantes sobre o novo rural, uma nova ruralidade, que fala da industrialização do campo e tudo mais; sobre o Centro-Oeste gosto muito do Daniel Hogan, que fez uma evolução histórica do que aconteceu com o

Centro-Oeste e que já chama atenção para o novo rural. O Centro-Oeste no avanço da sua fronteira recente, modernização de agricultura e etc., já é um novo rural, que alguns colegas, inclusive de escola marxista, falam em renda diferencial da terra I e renda diferencial da terra II. Eu trabalho com as duas; mas não com a renda propriamente dita, mas com as mudanças de uso do solo atreladas a esses processos históricos. Para dar um exemplo, se estamos considerando o avanço da cana para o Sudoeste goiano, que é uma pesquisa que já estamos finalizando, temos áreas que eram de soja, já eram ocupadas; outras já eram de cana e foram reformadas, expandidas e etc. e áreas de pasto que esgotadas boas áreas mais aptas à agricultura, foram apropriadas em seguida pelo avanço da fronteira canavieira. No primeiro caso, isso seria renda diferencial da terra II, mas quando ela vai lá para o extremo Sudoeste, em Mineiros, e derruba o cerrado e não era nada, era reserva de mercado. Eles derrubaram o cerrado em Mineiros, 8 mil hectares e nem usina. Você é lá de Mineiros, então você sabe do que estou falando. Nós descobrimos muitas coisas que esses autores falam sobre a questão ambiental, sobre a questão de relevos, de solos, paisagens naturais transformadas, mudanças de uso, fronteira agrícola e modernização da agricultura. Tem uma infinidade de outros autores, não são só esses. Inclusive tem o pessoal daqui, o Tadeu tem muita coisa do estado de Goiás, um livro até, mas o Horieste [Gomes] e o Antônio Teixeira Neto colocam de modo bem interessante a forma como a expansão da modernização, modernidade e pós-modernidade. Eu trabalho, na verdade, com relações entre sociedade e natureza, mas pelo viés da paisagem como externalidade das relações sobre o meio físico e especialmente com impactos decorrentes disso, seja no campo, seja na cidade. Os recortes espaciais que mais trabalho são: bacias hidrográficas e unidades territoriais como assentamentos, municípios, micro e mesorregiões, regiões de planejamento no estado, menos, mas às vezes, o estado de Goiás [...]. Enfatizo muito o novo espaço agrário como produto do processo de industrialização, não é mais o agrário, é o novo rural que a Ângela Kageyama e o Daniel Hogan falam. E enfatizo a questão da fronteira e o refazer da fronteira que é uma coisa constante. Por exemplo, ontem era gado depois passou para soja e milho, depois passa para cana, quer dizer, fisicamente é o mesmo espaço só que existe um efeito cumulativo dos usos precedentes. Não é mais exatamente como era, é uma reprodução do capital no espaço e dos recursos modificados já a partir dos sucessivos usos. Quando eu trabalho a questão de impactos, tenho impactos soja-cana, pasto-cana, soja-pasto-cana, remanescentes-cana, e o solo é o mesmo, teoricamente. Mas quando a gente vai ver já não é mais o mesmo e para cada uma das modalidades de sucessão vamos encontrar um efeito diferente: um compacta mais, outro deixa mais fértil, outro esgota mais, outro degrada mais, outro degrada menos e assim por diante. Compreendemos que a variável solo, o abuso do uso, da apropriação e do manejo não é mais o mesmo com as mudanças de uso.

Déborah: Qual corrente da Geografia se “encaixa” suas pesquisas?

Selma Simões: Não sou sectária, não há uma corrente! Acho que depende muito do objeto, do fenômeno, existe um método mais adequado para estudá-lo. Se estou estudando relações sociais, o método dialético é ótimo, ou marxista se você quiser. Agora, se estou estudando funcionalidade do espaço, funções urbanas, relações sociedade-natureza e a construção das funções urbanas ou dos impactos no decorrer do tempo na construção do espaço urbano ou rural vai acontecendo, posso trabalhar com o método hipotético-dedutivo tranquilamente; Se quero saber relações solo-paisagem, qual o papel do solo em cada paisagem e nas mudanças climáticas globais, posso trabalhar no método sistêmico. Não tenho preconceito com nenhum

método específico, o que me interessa é “qual é o problema?” e vamos ver qual é o melhor método para estudar.

Déborah: Como foi a sua inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia?

Selma Simões: Comecei orientando primeiro. Foi lá na USP [Universidade de São Paulo], o Leonardo Santos que é professor na Federal de Curitiba. Ele vinha do Rio de Janeiro, da Federal Fluminense, me procurou para fazer o mestrado comigo. Hoje ele é docente, CNPq, está todo na crista da onda, foi meu primeiro orientando. Ele me procurou, mas eu não tinha defendido o doutorado. Falou: “porque eu quero trabalhar na sua linha de solos e paisagens, solo e meio ambiente”. Eu falei: “Está bom! Vamos começar a trabalhar, mas eu vou ter que ver com algum colega que pode assumir oficialmente você até eu defender, aí transfere para mim”. E assim foi. Eu tive uma colega que fez isso comigo, mas isso não é uma prática usual e nem recomendável. Mas ele estava tão ansioso em começar a trabalhar e fazer, e tinha bolsa, naquele tempo, foi na década de [19]90, há vinte anos atrás, foi uma saída bem adequada para resolver o problema dele. Comecei na USP [Universidade de São Paulo], defendi o doutorado em [19]90, mas comecei a orientar na pós dessa forma. Em [19]89, quando ele [Leonardo] veio, foi meu primeiro orientando de mestrado, depois ficou para o doutorado, entrou no meu convênio, até hoje a gente tem relação. Aqui entrei em [19]97, quando houve uma vaga aqui para professor titular de geografia física e que no perfil que eles divulgaram, era o meu perfil. E na ocasião, a professora Luciana Lopes, que era professora aqui, e o professor Alfredo [Borges de Campos] que era professor aqui e estava fazendo mestrado na época. A Luciana [Lopes] era minha orientanda de doutorado na USP [Universidade de São Paulo], então eles me falaram: “Abriu uma vaga lá! Tem a sua cara”. Por uma série de razões que não vem ao caso, considerei a proposta como interessante e fiz o concurso e passei. Depois fiquei naquela indecisão “vou ou não vou?”, porque eu era da USP [Universidade de São Paulo], não tinha pedido aposentadoria, demissão, nada. Mas conversando com a família decidi que valia a pena tentar. Pedi aposentadoria na USP e vim para cá. Maria Helena que era a diretora, Orlando [Franciso da Rocha] era o Secretário e Valter Casseti era o pró-reitor [de pesquisa e Pós-Graduação], conheci aqui essas pessoas, não conhecia antes. E Valter Casseti eu havia visto uma palestra dele num simpósio, mas não tinha nenhuma relação. Mas eles estavam no gerenciamento do IESA [Instituto de Estudos Socioambientais], tinham recém aprovado, fazia pouco tempo que havia saído do IQG [Instituto de Química e Geografia] e montado essa unidade. E me falaram que eles queriam muito alguém de solos, alguém que mobilizasse a pesquisa sobre solos, paisagens, porque no Centro-Oeste as mudanças de uso, o avanço das fronteiras etc., estava afetando muito os solos. Tínhamos inúmeros problemas de erosão, contaminação, assoreamento, compactação etc. Fizemos um Programa de pesquisa, o primeiro Programa que fiz aqui, ainda não tinha nome, recebeu o nome posteriormente, que se chamou PAMIRA [Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Araguaia]**.** Este Programa teve na época, em 1998, um edital grande do CNPq, que na época explodia tudo para o Centro-Oeste, era a bola da vez! Ainda é um pouco, mas menos porque já conseguiram o que queriam. O Centro-Oeste já faz o retrato do Sudeste, já não é mais como era. O capital chegou com tudo, com o moderno, a modernização. Esse Programa teve um edital específico paro Centro-Oeste no CNPq, e junto com o pessoal da Federal do Mato Grosso e daqui, não tinha ecologia ainda, era o pessoal que trabalhava com ecologia nas biociências e também o pessoal da química. Formamos um grupo, Nelson Antoniosi da Química, o Leandro Gonçalves Oliveira que é do CIAMB [Pós-Graduação em Ciências Ambientais] e eu, nós quatro montamos esse Programa. Cada um atacando uma parte, recursos hídricos, limnologia,

paisagem, território, erosão, toda a parte de contaminação, fertilização etc. Deu certo, tanto é que a gente montou o curso de doutorado em ciências ambientais em seguida. Mais tarde, agregamos o Fausto [Miziara] da Sociologia, o Laerte [Ferreira] daqui, Paulo De Marco [Júnior] da Ecologia, nessa altura já criaram a Ecologia, a Marina da Botânica, vieram muitos pesquisadores e formamos um curso grande. E por que formamos esse curso? Porque a abordagem teórica e metodológica que trabalhávamos de multi, inter e transdisciplinaridade, no IESA, não passava de jeito nenhum, nem nas unidades deles. "Nós temos que ter um espaço para trabalhar essas ideias", que hoje são parte do cotidiano, mas na época, para você ter ideia, teve um colega da minha geração que teve um embate comigo numa reunião do Conselho de Pós-Graduação, só faltou me dar uns tapas! Dizia que aquilo não era Geografia, falei "Não é, mesmo. É Ciências Ambientais.". Depois, bem mais tarde, tentamos montar aqui um curso de ciências geoambientais, que depois mudou para ambientais, e me desliguei porque não acompanhei essa filosofia desse curso, como não acompanho até hoje. Embora os alunos não tenham nada a ver com isso e eu ajude até os alunos em TCC [Trabalho de Conclusão de Curso], às vezes, ministro disciplinas pela necessidade, mas não pela sintonia com a proposta do curso. Acho que o curso precisa, tanto quanto o nosso, de reformas, atualizações, modernizações, a começar pela bibliografia. Finalizando sobre a minha inserção no Programa acho que respondi. De lá para cá, desde 2007, quando comecei no projeto de cana, até agora já se passaram vinte anos. Entrei em [19]97, primeiro de maio de 1997, que eu fiz a mudança, assinei o contrato dia dezesseis, tive quinze dias para me mudar. Cheguei, aproveitando o feriado, e dia dois de maio estava aqui, na semana seguinte, já estava na sala de aula. E dois meses depois, com a morte do coordenador do Programa, eu estava na coordenação do Programa de mestrado, que tinha sido recém-criado em [19]95. Eliana [Marta Barbosa de Morais] foi uma das nossas alunas, hoje está coordenando.

Déborah: Como a senhora percebe a relação entre produção acadêmica e as conjunturas e as transformações sociais?

Selma Simões: Percebo como um divórcio litigioso. Não percebo como uma associação. Percebo como uma dissociação, como uma disjunção. A sociedade tem uma concepção de natureza como estando eternamente a seu serviço, como se renovasse ininterruptamente, tem uma ideia até onírica a respeito de paisagem, de território. E a Academia explica muito sobre a origem, a evolução e a dinâmica atual dos processos, todas as transformações decorrentes da expansão humana sobre a Terra e, na verdade, não tem muitas soluções para os problemas causados. Com a ideia de sustentabilidade, que veio da década de [19]70, com a Rio 92, depois com a Rio+20, depois a de Joanesburgo, a ideia de sustentabilidade, a Carta da Terra, tudo isso foi trazendo algumas mudanças de paradigma, e hoje, com o aquecimento global, o IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas], temos de solos também, não é só de climas não, é que o clima teve um marketing danado, os outros não. A agricultura chegou, entre 8 e 12 mil anos, 8 mil no mundo Ocidental, 12 mil no mundo Oriental, aproximadamente. E, nesse tempo todo, com a evolução de tecnologia, da tecnologia manual para a tecnologia atual, alta, sofisticada e que artificializa completamente o meio solo, muda suas características físicas, químicas e mineralógicas, muda-se sua topografia, muda-se tudo, faz terraço. Com isso tudo, nós temos uma dinâmica que é induzida por um processo cultural de agricultura ao longo da história. Agricultura é a grande vilã? É! É a que mais degradou? Claro! Se você pegar hoje quantos por cento de desastres naturais existem na América do Sul, você vai ver que o principal deles em número de vítimas, em número de ocorrências são enchentes e inundações. Caramba! Não tinha isso quando eram os índios. Então alguma coisa

está errada! Está impermeabilizando o solo, está compactando o solo, está erodindo, está deixando o solo exposto, muita coisa errada. Portanto, a causa disso tudo é cultural. Mas a ciência tem evoluído por estereótipos e é pouco inserida nas instâncias legislativa, executiva e judiciária. Quase não temos representantes cientistas nessas instituições de governo, consequentemente, a governança do executivo é carente em termos científicos. Existe não só um divórcio natureza-sociedade, mas também um divórcio ciência-governança. Quem paga o pato? A territorialização, o território, a qualidade de vida, a paisagem, o relevo, o solo, as fitofisionomias, a biodiversidade como um todo.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações no Programa e as pesquisas que desenvolve?

Selma Simões: Por associação temática. Quem está interessado nisso, vem. Quem está interessado nos projetos que estamos desenvolvendo ou quer trazer uma nova área para abordar esses temas, é bem-vindo.

Déborah: Qual é a sua avaliação da geografia agrária brasileira atual?

Selma Simões: Essa eu achei interessante e fui ver várias coisas sobre isso! Não tenho uma opinião final, acabada, mas acho que a geografia agrária está polarizada, hoje, em duas vertentes principais: uma dos movimentos sociais e outra da questão territorial, com grande ênfase na questão agrária do novo rural brasileiro. Por exemplo, são poucos os estudos, pode ser ignorância minha, mas são poucos que abordam estrutura fundiária, a evolução da estrutura fundiária. Hoje a grande maioria está em cima de movimentos sociais, pelo menos o que vejo, o que tenho lido, visto nos periódicos, o que não quer dizer que não seja feita, mas é movimento social mesmo que está sendo a maior tendência em agrária. Por quê? Bom, porque não existe reforma agrária nesse país, porque o modelo econômico desse país é excludente da população de baixa renda no campo, porque é um processo que não quer educação, saúde nem nenhuma questão de infraestrutura para essa população. Tem lá uma política ou outra, um PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] ou outro da vida, acalma um pouco. Vem o INCRA [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] e faz regularização de terras, mas quem está dando os moldes disso tudo são os movimentos sociais, a exemplo do MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] e o embate com os ruralistas é muito forte. O Brasil é um dos países que mais assassina trabalhadores rurais e líderes rurais no mundo. Isso é lamentável! Está matando índios, pequenos produtores, isso é assustador, porque quando a gente pensa que a agricultura familiar vem do pequeno produtor, 70% da cesta básica vem do pequeno agricultor ou vamos comer soja recolhida pelo trator?

Déborah: Como é pensar o espaço agrário e a questão agrária do ponto de vista geográfico?

Selma Simões: Do ponto de vista da espacialização. Acho que a cara da Geografia é a espacialização, tanto do ponto de vista das dinâmicas como da representação cartográfica, o tempo, a evolução, na dinâmica atual e até os cenários futuros. Penso que há várias vertentes, mas hoje predominaria a espacialização na compreensão dos movimentos sociais de apropriação da terra no campo. Hoje são mapas de fluxo, mapas de círculos concêntricos, mapas de base, etc., no bojo da demanda da reforma agrária, da pressão para que haja reforma. E vejo que tem duas tendências metodológicas principais na condução desses

estudos, uma é marxista e a outra é humanística e cultural. São as duas que eu tenho identificado e não vejo consenso nenhum. Aliás, em nada. E graças a Deus!

Déborah: Em sua opinião, quais são os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária em Goiás, particularmente, e no Brasil?

Selma Simões: Novamente a questão dos movimentos sociais no campo, em pelo menos duas vertentes: a dos conflitos, movimentos sociais de posse da terra, no bojo da questão da reforma agrária e a das mudanças de uso e consequências para os trabalhadores rurais. A questão da mão de obra escrava ou vivendo em condições sub-humanas, associadas à expansão de cana, ou de gado, ou da soja, enfim, depende de qual é o uso e as consequências para os trabalhadores rurais. Eu vejo essa tendência na geografia agrária.

Déborah: Esse projeto parte de uma pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso desenvolvida em 2015. Durante a investigação, evidenciou-se a centralidade da modernização, em Goiás, nas pesquisas. Como a senhora interpreta a forte presença desse processo nas produções científicas em geografia agrária?

Selma Simões: Não tenho uma opinião final sobre isso, mas acredito piamente, pelo que tenho visto, estudado, analisado, orientado, publicado, que até os anos [19]70, Goiás pouco se comunicava com o resto do país. Não tinha uma participação econômica tão importante, até porque não tinha logística, não tinha estrutura, tinha a estrada de ferro a partir dos anos de [19]30, tinha algumas rodovias federais e estaduais, mas era um cerrado extenso, desocupado, com gado de criação extensiva. Quando é que tudo muda? Quando vem essa Revolução Verde. Vem a eletricidade, eletrificação rural, vêm novas estradas, vêm mudanças de uso do solo, desmatamento brutal no centro-sul goiano para conversão pecuária, depois agrícola e hoje agropecuária, as duas coisas. As maiores mudanças ocorreram da década de [19]70 para cá. Se você ver Mineiros por exemplo, até a década de [19]80 era nada e hoje é um polo econômico importante, é uma capital regional importante no estado, ou quase isso. Mas porque tem um monte de coisas que foram sendo construídas desde a década de [19]70 para viabilizar escoamento de produção, para viabilizar beneficiamentos primários dos produtos colhidos ou frigoríficos, essas coisas para o gado, mas em geral, bota no lombo do caminhão e leva embora, vai ser processado fora daqui in natura. Bom, a Ângela Kageyama trata muito bem dessas questões, de um modo muito didático, por isso que gosto, e faço meus alunos lerem. Ela fala na formação dos grandes complexos agroindustriais que é quando o novo rural entra. Goiás deixa de ser o velho rural e entra no novo rural, que tem uma ligação fortíssima com a indústria, em especial com a agroindústria, que as cidades locais passam a ser capitais do agronegócio, não é qualquer agronegócio. Alguém que planta uma hortinha aqui não tem, mas é o grande agronegócio, do grande capital. Diante disso, vamos assistindo uma mudança das pessoas físicas, proprietárias das fazendas, para pessoas jurídicas, grupos familiares e mesmo empresas familiares que vieram do Sul, começaram a se apropriar dessas terras, a adquirir essas terras a preço de banana. E toda a territorialização que ocorreu no centro-sul goiano a partir disso, e da proximidade de Brasília, capital federal tem que conectar com aquele modelo do Plano Nacional de Desenvolvimento 1 e 2, e antes dele, o Plano de Metas do Juscelino. Foram planos todos para promover isso no Centro-Oeste, até então, um antigo rural. Goiás está no centro do bioma cerrado, porque o bioma cerrado não é até hoje, como a Mata Atlântica ou a Amazônia, ressaltado na Constituinte? Porque ele não pode ser para esse modelo, esse modelo tem que se apropriar dele. Até a Amazônia agora, nosso caríssimo e

desrespeitado presidente, acaba de liberar uma área enorme da Amazônia. A Amazônia é a próxima bola da vez, lembrando que o Norte do cerrado, que ainda tem alguma preservação, está já bastante conectado na transição para a Amazônia e então o Norte dele lá para Matopiba acabou, a fronteira está lá em cima agora. Esse modelo vem como modernização da agricultura, quer dizer, a modernização é a forma como o modelo foi implantado.

Déborah: Gostaria muito de agradecer a disponibilidade.

Selma Simões: Era isso? Deu pra entender?

Déborah: Sim! Muito obrigada.

Anexo 12 - Entrevista com a Prof. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa
Entrevista realizada via correio eletrônico no dia 31 de julho de 2018
Entrevistada: Vera Lúcia Salazar Pessoa
Entrevistadora: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Déborah: O que motivou seu interesse pela Geografia?

Vera Lúcia: Meu interesse pela Geografia começou em 1966 quando cursei a 6ª. Série do Curso Ginasial. A professora de geografia era excelente e com o uso do mapa, atlas, quadro e giz nos fazia "viajar" pelo Brasil e em e "viajar" pelo mundo. Suas aulas eram muito didáticas. Esta professora foi responsável por este interesse pela Geografia.

Déborah: Quais foram as influências intelectuais que recebeu na graduação e/ou na Pós-Graduação?

Vera Lúcia: Na Graduação (1971-1974): Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Pierre Monbeig, Max Derruau, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Aroldo de Azevedo, Manuel Correia de Andrade e Melhem Adas. Na Pós-Graduação Lato Sensu: Nelson La Corte, Ligia Celória Poltronieri, Elza Souza Keller. No Curso de Pós-Graduação stritu sensu: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, Antônio Olívio Ceron, Miguel César Sanchez, Rivaldo Pinto de Gusmão, Lívia de Oliveira, Antônio Christofolletti, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Orlando Valverde, José Enio Casalechi, José Graziano da Silva, Ruy Muller Paiva e Phil Karp.

Déborah: Em sua opinião, o que define a Geografia? o objeto, o método, um modo de ver o mundo?

Vera Lúcia: O objeto e o método de interpretação.

Déborah: Qual a referência teórica e metodológica de investigação adotada em suas pesquisas?

Vera Lúcia: Referências teóricas e metodológicas críticas: prefiro falar abordagem qualitativa - nela está implícito o referencial teórico e metodológico adotados.

Déborah: Qual corrente da Geografia se "encaixa" suas pesquisas? geografia clássica, nova geografia ou teorética e quantitativa, crítica, geografia humanística, geografia cultural, geografia pós-modernas, geografia pós-coloniais?

Vera Lúcia: Geografia crítica

Déborah: Como foi a sua inserção no Programa de Pós-Graduação em Geografia?

Vera Lúcia: Comecei a lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU) em 1976. Conclui a Pós-Graduação Lato Sensu em Geografia Humana) e em 1978 ocorreu a federalização da Universidade. Houve a necessidade de titulação. E também porque sempre gostei do ensino e depois a possibilidade de fazer pesquisa.

Déborah: Como a senhora percebe a relação entre produção acadêmica e as conjunturas e as transformações sociais?

Vera Lúcia: Uma relação importante porque há necessidade de mostrar o que vem acontecendo nos lugares a nível local, regional, nacional e mundial e as transformações e "contradições" decorrentes do crescimento sócio-econômico-ambiental. Porém, vivemos muito o "produtivismo acadêmico" porque a competição é grande e as exigências nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu também é. Não vejo a competição da forma que vem sendo feita como positiva.

Déborah: Como se dá a relação das suas orientações no programa e as pesquisas que desenvolve?

Vera Lúcia: Muito positiva, pois a aprendizagem é grande e importante. As discussões são profícuas e nos possibilita refletir sobre o método de interpretação e método pesquisa. Gosto de usar com base em Wanderlei Messias da Costa, Antônio Carlos Robert Morares com "geografia crítica: a valorização do espaço". Esta discussão me direcionou também a trabalhar com Pesquisa Qualitativa.

Déborah: Qual é a sua avaliação da geografia agrária brasileira atual?

Vera Lúcia: A avaliação é muito boa. Este ano o Encontro Nacional de Geografia agrária – ENGA (a idéia surgiu de um grupo de geógrafos preocupados com a "invisibilidade" da Geografia agrária no III Encontro Nacional de Geógrafos, em Fortaleza, no ano de 1978) completa 40 anos. A produção científica, ao longo desses anos, teve um crescimento não só em número, mas também em qualidade. Ao lado do ENGA, o SINGA [Simpósio Internacional de Geografia agrária] também tem contribuído para este crescimento científico.

Déborah: Como é pensar o espaço agrário e a questão agrária do ponto de vista geográfico?

Vera Lúcia: Duas discussões necessárias diante da "luta pela terra" que se arrasta desde o Brasil Império até à atualidade. Pensar este espaço produzido e apropriado pelo "econômico" e as consequências desta apropriação é importante.

Déborah: Em sua opinião, quais são os temas de maior relevância discutidos na geografia agrária em Goiás, particularmente, e no Brasil?

Vera Lúcia: Modernização da agricultura e políticas públicas; Agricultura camponesa/agricultura familiar; Movimentos sociais e luta pela terra; Agroecologia e agronegócio; Agrohidronegócio e agricultura camponesa/agricultura familiar; e Educação no/do campo

Déborah: Esse projeto parte de uma pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso desenvolvida em 2015. Durante a investigação, evidenciou-se a centralidade da modernização, em Goiás, nas pesquisas. Como o/a senhor/a interpreta a forte presença desse processo nas produções científicas em geografia agrária?

Vera Lúcia: Diante da importância que Goiás representa no cenário nacional: lócus também do processo de modernização da agricultura que transformou o Cerrado, sobretudo no período de 1970/1980, com a introdução do pacote da Revolução Verde. As contradições são muitas e necessitam de investigação. Obrigada!

Anexo 13 – parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GEOGRAFIA AGRÁRIA EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES PRODUZIDAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (1995-2015)

Pesquisador: Déborah Evellyn Irineu Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69256917.7.0000.5083

Instituição Proponente: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.167.585

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa do âmbito de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, da linha de pesquisa Socioespecial.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Identificar a relação entre a produção acadêmica e a configuração do espaço agrário em Goiás, a partir das dissertações e teses, produzidas nos Programas de pós-graduação em Geografia da UFG, entre 1995 e 2015."

Objetivo Secundário:

"Identificar as concepções teóricas e metodológicas utilizadas nas dissertações e teses em geografia agrária; identificar nas dissertações e teses, como os autores compreendem e interpretam o processo de modernização em Goiás; compreender como a produção em geografia agrária tem investigado as transformações do espaço agrário, no Estado de Goiás."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

[...] "afirma-se ter a preocupação de evitar transtornos durante a realização das entrevistas e de garantir respeito do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida,

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes e sem dispêndio financeiro ao entrevistado"

Benefícios:

"Os depoimentos colhidos poderão gerar benefícios na mediada em que contribuem com a geração de conhecimento sistematizados a respeito da temática" [...] "Além de contribuir com a instituição e os programas, haja vista que será realizada uma análise de parte da sua produção. Como devolutiva, será apresentada uma dissertação de mestrado, gerando benefícios acadêmicos, como a titulação de mestre em Geografia e publicações em revistas e eventos científicos."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considero que a pesquisa tem sua relevância, cuja metodologia será de caráter qualitativa, tendo como fontes uma revisão bibliográfica, em textos teóricos sobre a temática e de um atestado de arte de dissertações e teses defendidas entre os anos 1995 a 2015 no estado de Goiás. Também se valerá de entrevistas realizadas com 10 orientadores, com gravação, vinculados à programas de pós-graduação da UFG, maiores de 18 anos, tendo como critérios de inclusão e exclusão:

Critério de Inclusão:

"Os critérios de inclusão foram: professores devidamente registrados em algum dos programas de pós-graduação em Geografia, maiores de 18 anos,da UFG e que orientaram, durante o recorte temporal analisado (1995-2015), mais de uma orientação, no âmbito da geografia agrária, com recorte espacial em Goiás. Serão, portanto, entrevistados, 10 pesquisadores".

Critério de Exclusão:

"Os critérios de exclusão foram: pesquisadores entrevistados durante o desenvolvimento do TCC, no ano de 2015 e aqueles professores que orientaram durante o período analisado, apenas uma orientação, no âmbito da geografia agrária, com recorte espacial em Goiás." Prevê um custo de 280,00 (duzentos e oitenta reais), sob a responsabilidade do pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta os termos: folha de rosto devidamente preenchida e assinada; projeto completo e informações básicas; termo de compromisso assinado; questões norteadoras da entrevista; TCLE com a informações, orientações e garantias devidas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considero, salvo maior juízo do CEP, aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Continuação do Parecer: 2.167.585

APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para maio de 2018.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_878402.pdf	05/06/2017 10:18:22		Aceito
Outros	questionario_deborah_evellyn.docx	01/06/2017 09:02:05	Déborah Evellyn Irineu Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_deborah_evellyn.docx	01/06/2017 09:01:25	Déborah Evellyn Irineu Pereira	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_deborah_evellyn.pdf	01/06/2017 08:42:45	Déborah Evellyn Irineu Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_deborah_evellyn.pdf	01/06/2017 08:37:15	Déborah Evellyn Irineu Pereira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_deborah_evellyn.pdf	01/06/2017 08:33:56	Déborah Evellyn Irineu Pereira	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

GOIANIA, 11 de Julho de 2017

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com